

Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná

RELATÓRIO ANUAL 2023

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO PARANÁ¹

CURITIBA

2024

¹ Relatório elaborado pela Técnica do Departamento de Políticas da Criança e do Adolescente (DPCA/SEDEF): Denise Xavier Masson. Aprovado pelo Comitê Interinstitucional de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em 19/06/2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

METODOLOGIA

1. ANÁLISE DE DADOS - APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS INDIVIDUAIS

1.1.1 - Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP

1.1.2 - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA

1.1.3 - Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná - Fórum DCA/PR

1.1.4 - Ministério Público do Paraná - MPPR

1.1.5 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB

1.1.6 - Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SECC

1.1.7 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF

1.1.8 - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná - SEED

1.1.9 - Secretaria de Estado do Esporte do Paraná - SEES

1.1.10 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU

1.1.11 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI

1.1.12 - Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA

1.1.13 - Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná - SESP

1.1.14 - Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI

1.1.15 - Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR

1.1.16 - Secretaria de Estado do Turismo - SETU

1.1.17 - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR

1.1.18 - EXECUÇÃO TOTAL DAS METAS

1.1.19 - APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO POR RESPONSÁVEL

1.2 - ACOMPANHAMENTO POR EIXO

1.2.1 - Eixo 1 - Direito à Vida e à Saúde

1.2.2 - Eixo 2 - Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

1.2.3 - Eixo 3 - Direito à Convivência Familiar e Comunitária

1.2.4 - Eixo 4 - Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

1.2.5 - Eixo 5 - Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

1.2.6 - Eixo 6 - Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia Direitos da Criança e do Adolescente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente documento constitui uma das etapas do acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

Este é o terceiro relatório a ser apresentado, sobre a execução das metas, após a aprovação do Plano de Ação 2021-2023. O Plano Decenal apresenta diretrizes, ações e metas, com a elaboração de indicadores de monitoramento das políticas públicas direcionadas ao cumprimento dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Estado do Paraná.

Cabe esclarecer, antes de discorrer sobre o relatório, que em 2023 houve a reforma administrativa do Estado por meio da Lei nº21352/2023 - a qual dispôs sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual - que impactou na alteração da responsabilidade pela execução de, cerca de 25% das metas. No entanto, a Coordenação do Comitê realizou a análise e reordenamento das metas e já no início de 2023 encaminhou para conhecimento de todos os envolvidos.

Com a reforma administrativa foi realizada alteração na composição do Comitê por meio de Decreto². Com a nova composição têm-se 24 representantes e destes 17 possuem ações e metas.

Conforme pactuado com o CEDCA e com o Comitê, o presente relatório será apresentado de forma a trazer como anexo todos os instrumentais preenchidos pelos responsáveis, e no relatório individual de cada responsável será apresentado um resumo das metas atingidas, a descrição das metas parcialmente executadas, e não executadas.

Este ano a Coordenação do Comitê solicitou aos responsáveis que enviassem um relatório sobre a execução das metas sob a sua responsabilidade, e neste documento também poderia ser apresentado a descrição de ações/metastas executadas, que fossem relacionadas a política da criança e do adolescente, mesmo que não estivesse contemplado no Plano de Ação do Plano Decenal. A maioria dos responsáveis para além de preencher o instrumental, também enviaram

² Comitê criado pelo Decreto nº6.926/2021 e alterado pelo de nº2078/2023.
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=294792&indice=5&totalRegistros=625&anoSpan=2024&anoSelecionado=2023&mesSelecionado=5&isPaginado=true>

o relatório e a coordenação do Comitê realizou a análise e as informações pertinentes comporão este relatório final.

Das 278 metas previstas para execução em 2023, 175 foram atingidas (62,6%) e 68 parcialmente executadas (24,5%) e 35 (12,6%) não executadas. As metas executadas e parcialmente executadas perfazem um total de 243 metas, equivalente a 87% das metas contempladas no plano de ação de 2023.

O eixo com mais metas atingidas foi o eixo 3 perfazendo um total de 78%, seguindo dos eixos 4, 6, 5, 1 e 2 respectivamente, correspondendo a 70,6%, 62,7%, 60%, 59,6% e 58% das metas totais de cada eixo. Todos os eixos tiveram um acima de 58% de suas metas atingidas.

Realizadas as considerações iniciais, segue para o detalhamento da metodologia adotada para construção do presente documento.

METODOLOGIA

A partir da publicação do Plano de Ação atualizado, com as metas previstas para serem executadas entre 2021-2023³, se dá o acompanhamento das metas para o ano de 2023. Os instrumentais foram enviados a todos os responsáveis contendo orientações de como realizar o preenchimento e, assim que recebidos, foram analisados pela Coordenação do Comitê. Os links enviados a cada responsável com os respectivos instrumentais possuíam diversas colunas, sendo que em cinco delas previa-se o preenchimento, conforme a versão explicativa a seguir:

TABELA 1: VERSÃO EXPLICATIVA DO INSTRUMENTAL ENVIADO AOS RESPONSÁVEIS

COLUNA DO INSTRUMENTAL	DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO
EIXO	1, 2, 3, 4, 5 ou 6.
EIXO DESCRIÇÃO	Descrição do nome do Eixo.
OBJETIVO	Descrição do Objetivo.
AÇÕES	Descrição da Ação.
METAS	Descrição da Meta.
PRAZO	Prazo de execução da Meta.
MENSURAÇÃO DA EXECUÇÃO DA META	Mensuração apontada pelo responsável após envio do instrumental.
INDICADOR	Descrição do Indicador.
MENSURAÇÃO DO INDICADOR	Mensuração apontada pelo responsável após envio do instrumental.
SITUAÇÃO	Classificação da meta pelo responsável: Atingida; Parcialmente Executada; Não Executada.
JUSTIFICATIVA - PARCIALMENTE OU NÃO	Justificativa de não atingimento da meta pelo responsável.

³https://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/plano_monitoramento_cedca_2021-2023.pdf

EXECUTADA	
RESPONSÁVEL	Responsáveis pela Meta.

Após a devolutiva de todos os responsáveis iniciou-se o processo de análise dos instrumentais, e a elaboração de relatórios individuais, os quais foram encaminhados aos devidos responsáveis para validação pela autoridade máxima de cada órgão. Tendo então todas as validações entre os meses de Maio e Junho do ano corrente, o relatório anual foi concluído.

1. ANÁLISE DE DADOS - APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS INDIVIDUAIS

Considerando a compilação, a sistematização e a análise dos dados, foi possível quantificar a execução de metas de cada responsável.

Para o alinhamento das informações prestadas no relatório foram criadas três classificações possíveis sobre a execução das metas, podendo ser: ATINGIDA; PARCIALMENTE EXECUTADA; e NÃO EXECUTADA.

Destacamos que nos pontos que dizem respeito a descrição sobre as metas: atingidas; parcialmente executadas e não executadas de cada responsável, foi realizado um descritivo parcial das mesmas, sendo que todas as metas e suas devidas classificações poderão ser visualizadas em sua totalidade nos instrumentais que estão anexo⁴ a este relatório. Destaca-se que todas as informações apresentadas nestes relatórios individuais, são provenientes dos instrumentais preenchidos por cada responsável, e ainda dos relatórios enviados.

⁴ Cada destacar que nos instrumentais, não havia a necessidade de preenchimento sobre a execução das metas que não tinham previsão para 2023.

1.1.1 - Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP

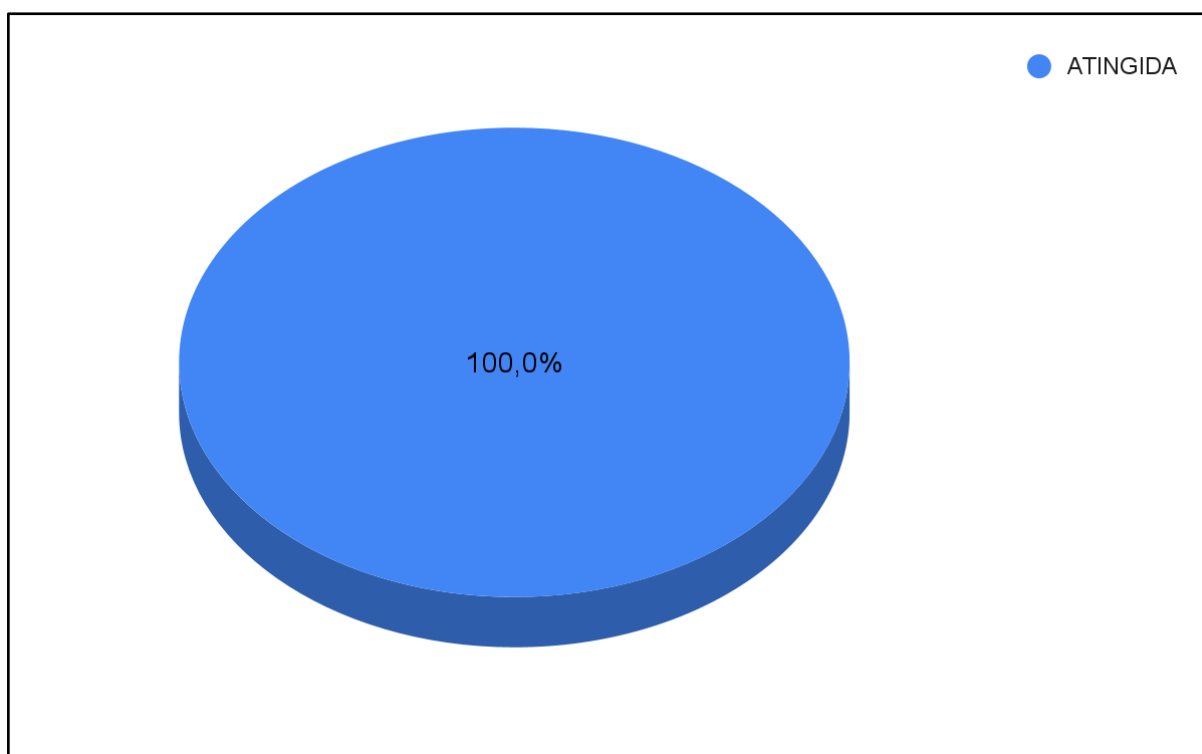
A ALEP é responsável por 4 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas⁵, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 1 - METAS DO RESPONSÁVEL - ALEP

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	4	0	0

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 1 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - ALEP



A ALEP executou 100% de suas metas. Com relação a meta de realizar seis reuniões da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CRIA por ano, foram realizadas nove reuniões ordinárias. Sobre a meta de deliberar

⁵ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela ALEP anexo a este relatório.

projetos de lei em defesa dos direitos da criança e do adolescente, foram apreciados 17 projetos de Lei e aprovados pela CRIA.

Já com relação às audiências públicas sobre temas que envolvem a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, foram realizadas três audiências, sendo: 1- “Implantação de Políticas Públicas aos Educandos com Altas habilidades ou Superdotação no Paraná”; 2- “Conectar e somar para construir inclusão” 3- “Novas Políticas Públicas para as Pessoas com Transtorno do Espectro Autista”.

Por fim sobre a meta de incluir as prioridades deliberadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná no ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), propiciando a execução das políticas voltadas nas crianças e adolescentes, a CRIA informa que as demandas pertinentes à Comissão foram todas encaminhadas tanto nas reuniões com o Grupo de Trabalho do Orçamento Criança e Adolescente (GT-OCA) com a Comissão de Orçamento da ALEP.

1.1.2 - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA

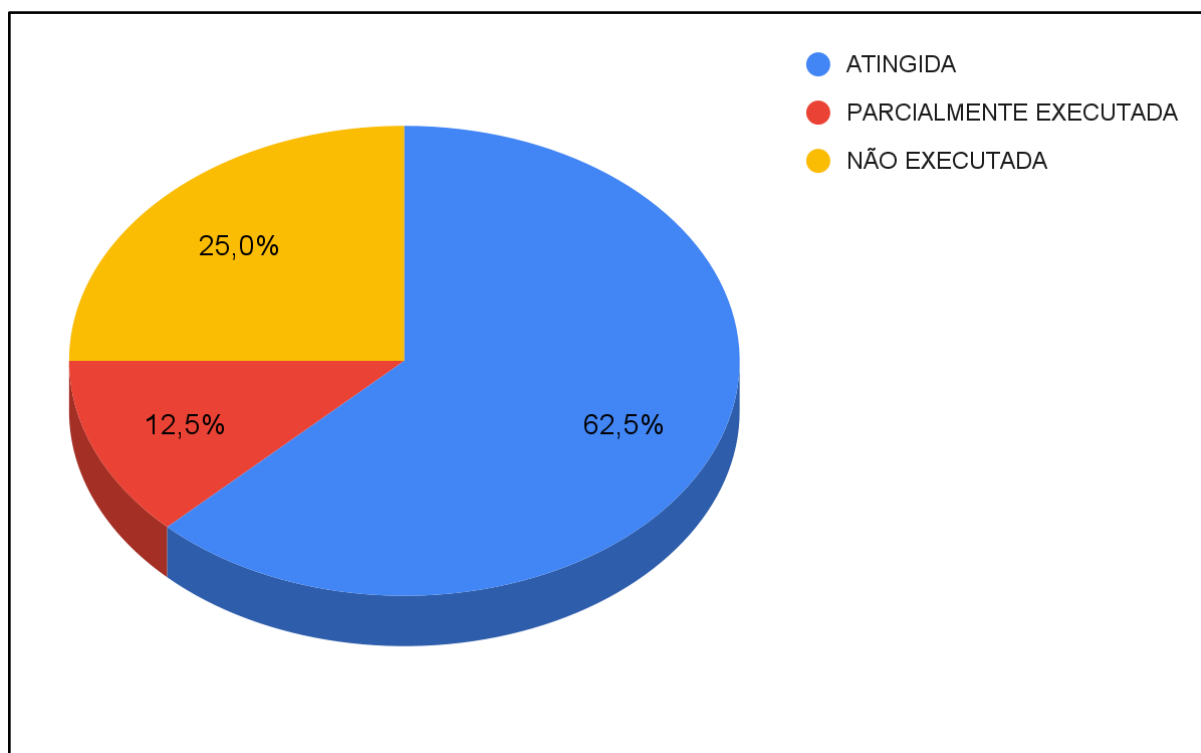
O CEDCA é responsável por 8 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas⁶, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 2 - METAS DO RESPONSÁVEL - CEDCA

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	5	1	2

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 2 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - CEDCA



No ano de 2023 o CEDCA realizou 12 reuniões ordinárias. As mesmas ocorreram em formato híbrido com transmissão via o canal do youtube da SEDEF. Foram realizadas 10 reuniões extraordinárias, as quais ocorreram em formato híbrido com transmissão via o canal do youtube da SEDEF. Os materiais produzidos

⁶ As informações foram retiradas do instrumental preenchido pela CEDCA anexo a este relatório.

disponíveis no site do CEDCA/PR, link: [Reuniões 2023 | Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente \(cedca.pr.gov.br\)](https://cedca.pr.gov.br/Reuniões%202023%20-%20Conselho%20Estadual%20dos%20Direitos%20da%20Criança%20e%20do%20Adolescente)

Entre as principais pautas discutida em 2023, ressaltam-se:

- Análise do fluxo de trabalho das secretarias de Estado na construção dos Planos Plurianuais 2024-2027 com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL (realizada no MP/PR);
- Revisão dos saldos e deliberações do FIA;
- Implementação de política para a Primeira Infância: apreciação de mérito e deliberação sobre aporte de recursos.
- XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada nos dias 20 a 22 de junho de 2023 em Foz do Iguaçu/PR.

Destaca-se que em 2023 também ocorrem as Conferências Municipais, as quais foram realizadas dentro do prazo estabelecido, sendo que todos os municípios do Estado do Paraná, ou seja, os 399 realizaram as conferências. O trabalho de sistematização das propostas municipais para a Conferência Estadual contou com o apoio dos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDEF e da Comissão Organizadora composta pelos conselheiros do CEDCA/PR.

Já a XI Conferência Estadual foi organizada conforme o disposto da Deliberação nº 39/2022 – CEDCA/PR que aprovou o regulamento e a divisão de vagas dos delegados natos, delegados municipais (divididos entre os 07 segmentos), observadores e convidados. O evento foi realizado em 03 (três) dias no município de Foz do Iguaçu/PR com o custeio do transporte, hospedagem e alimentação a todos os delegados e a equipe técnica.

No mês de Junho o CEDCA mobilizou juntamente com os CMDCAS a participação dos delegados/as do segmento crianças e adolescentes na XI Conferência Estadual. Participações expressivas durante todo o evento, principalmente no grupo do eixo temático: Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia.

Além da participação dos adolescentes representantes do CPA/PR e dos adolescentes delegados durante todas as atividades por meio também das apresentações culturais. Contou com a participação de 383 delegados, com destaque para a participação de representantes de todos os segmentos: CMDCA/SC (79 representantes), CMDCA/GOV (68 representantes), Crianças e Adolescentes (29 representantes), Conselho Tutelar (153 representantes), Redes de Atendimento (29 representantes), Movimentos Sociais (09 representantes), Sistema de Justiça (14 representantes) e Fórum DCA (02 representantes). A Delegação do PR possui 39 delegados eleitos que participarão da XII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente agendada para os dias 02 a 04 de abril de 2024 em Brasília.

Em novembro de 2023 ocorreu a reunião Ampliada online em Curitiba, com o objetivo de capacitar os CMDCA's e os demais atores do SGD. Temas abordados: Funcionamento e regularização dos Fundos municipais e o acompanhamento e monitoramento dos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Participação de aproximadamente 120 municípios, com a disponibilização da gravação do conteúdo no youtube da SEDEF para posteriores consultas.

Houve o processo de eleição da Sociedade Civil do CEDCA/PR – em cumprimento às legislações pertinentes - o Processo eleitoral dos representantes das Organizações da Sociedade Civil do CEDCA/PR, biênio 2023/2025 foi realizado entre o período de Abril a Setembro de 2023, tendo ocorrido de forma online e descentralizada, com abrangência da participação dos 399 municípios e contou com 220 eleitores e 72 candidatos. Foram eleitos 12 Organizações da Sociedade Civil, com a indicação de 24 conselheiros, sendo 12 titulares e 12 suplentes. Os novos conselheiros foram nomeados por meio do Decreto nº 3706 de 18 de Outubro de 2023.

Outra ação importante foi o Grupo de Trabalho Orçamento Criança e Adolescente - GT OCA - o qual teve a participação na elaboração do PPA 2024-2027. Instituído pela Lei nº20.538 de 20 de abril de 2021, o Orçamento da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – OCA tem como objetivo favorecer a eficiência, a transparência, a fiscalização e o controle da gestão fiscal na execução de políticas públicas a este público. Por meio do GT OCA foram realizadas 11 reuniões, com destaque para a participação dos membros da câmara do FIA do

CEDCA/PR e de todo o colegiado nas ações relacionadas à elaboração do Plano Plurianual 2024-2027.

Parcialmente Executada

QUADRO 3 - META PARCIALMENTE EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
6	7	Ação: Estabelecer parceria com Conselhos de Educação para monitorar o cumprimento da lei Meta: Realizar 1 reunião anual entre CEDCA e o CEE

Sobre essa meta específica o CEDCA informa que foi realizada reunião com o Conselho Estadual de Educação em nov/22 e em Fevereiro de 2023 houve apresentação de um ofício resposta da SEED sobre o assunto, no entanto não obteve-se os dados solicitados, sendo necessário enviar um ofício para a UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná). O CEDCA não obteve resposta do ofício enviado para a UNDIME e no ano de 2024 dará prosseguimento à pauta novamente.

Não Executada

QUADRO 4 - META NÃO EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
2	29	Ação: Apoiar tecnicamente campanhas de educação e prevenção a fim de diminuir a mortalidade de crianças e adolescentes decorrentes de acidentes de trânsito. Meta: Apoiar ao menos 1 campanha por ano.
6	12	Comunicar aos CMDCA's sobre a importância da participação de adolescentes na elaboração das peças orçamentárias

Sobre a ação de apoiar tecnicamente campanhas de educação e prevenção a fim de diminuir a mortalidade de crianças e adolescentes decorrentes de acidentes de trânsito, o CEDCA informa que, não foram realizadas ações diretas com o CEDCA, mas o órgão responsável mantém ações para o público infante juvenil.

Já com relação a meta de Comunicar aos CMDCA's sobre a importância da participação de adolescentes na elaboração das peças orçamentárias, o Conselho informa que os membros da câmara de Capacitação estão se aproximando do GT OCA visando análise e estudo da melhor estratégia para a realização da ação.

1.1.3 - Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná - Fórum DCA/PR

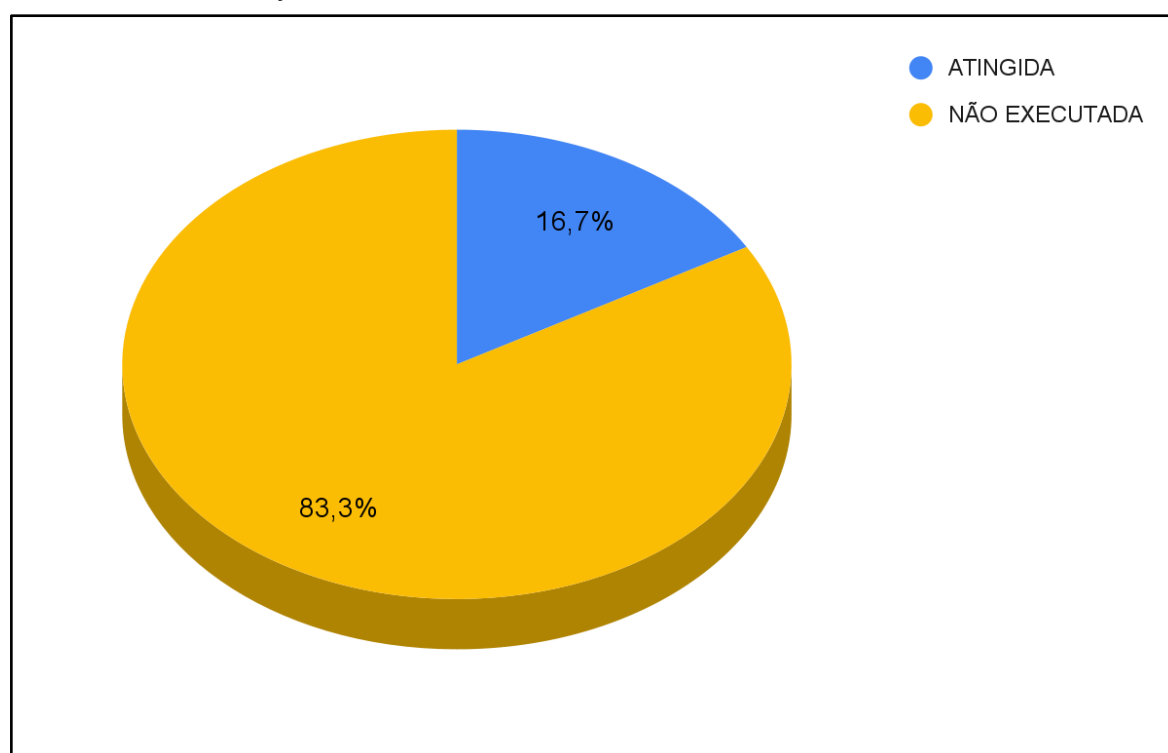
O Fórum DCA/PR é responsável por 12 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas⁷, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 5 - METAS DO RESPONSÁVEL - FÓRUM DCA

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	2	0	10

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 3 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - FÓRUM DCA



O Fórum DCA/PR atingiu 16,7% das metas, ou seja 02 metas. Sobre a meta de receber do Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal os documentos referentes ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação pelos órgãos competentes, de acordo

⁷ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela FÓRUM DCA anexo a este relatório.

com as datas estabelecidas no Plano Decenal, o relatório de acompanhamento das metas foi elaborado e publicado no site do CEDCA.

Já sobre a meta de acompanhar e monitorar a atuação dos representantes da sociedade civil no CEDCA e na formulação das diretrizes para a área da infância e da adolescência, o Fórum informa que realizou o acompanhamento das reuniões mensais da sociedade civil e do CEDCA/PR.

Não Executadas

QUADRO 6 - METAS NÃO EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
6	11	Ação: Oportunizar formação para adolescentes com foco no Controle Social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes Meta: Realizar, no mínimo, uma formação para adolescentes a cada 2 anos
6	12	Divulgar para municípios e Estado a Resolução 274/2010 do CEDCA/PR e a Instrução Normativa 36/2009 do TCE que tratam sobre o Orçamento Criança e Adolescente
6	12	Organizar, ao menos, uma audiência pública a cada dois anos, para discussão do orçamento
6	12	Realizar ao menos uma ação para informar a sociedade civil quanto a prazos de elaboração da LDO, LOA, PPA
6	12	Solicitar bianualmente relatórios de ações previstas no planejamento público e socializar as informações dos municípios e Estado
6	13	Ação: Incentivar a sociedade civil a acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas no Plano Decenal Meta: Publicizar o plano decenal ao menos 1 vez ao ano
6	13	Ação: Incentivar a sociedade civil a acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas no Plano Decenal Meta: Realizar pelo menos uma oficina para discussão do Plano Decenal com a sociedade civil.
6	14	Ampliar o quadro associativo do Fórum DCA/PR alcançando no mínimo uma entidade por Mesorregião (10 Meso - Fonte: IBGE)
6	14	Compor no mínimo um Fórum Regional ou Municipal em cada mesorregião do Estado
6	14	Ação: Promover capacitação da sociedade civil organizada com foco no Controle Social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes Meta: Realizar, pelo menos uma formação regional e/ou estadual da sociedade civil

O Fórum DCA informa que não foi possível realizar as metas acima devido a falta de engajamento e articulação das organizações.

1.1.4 - Ministério Público do Paraná - MPPR

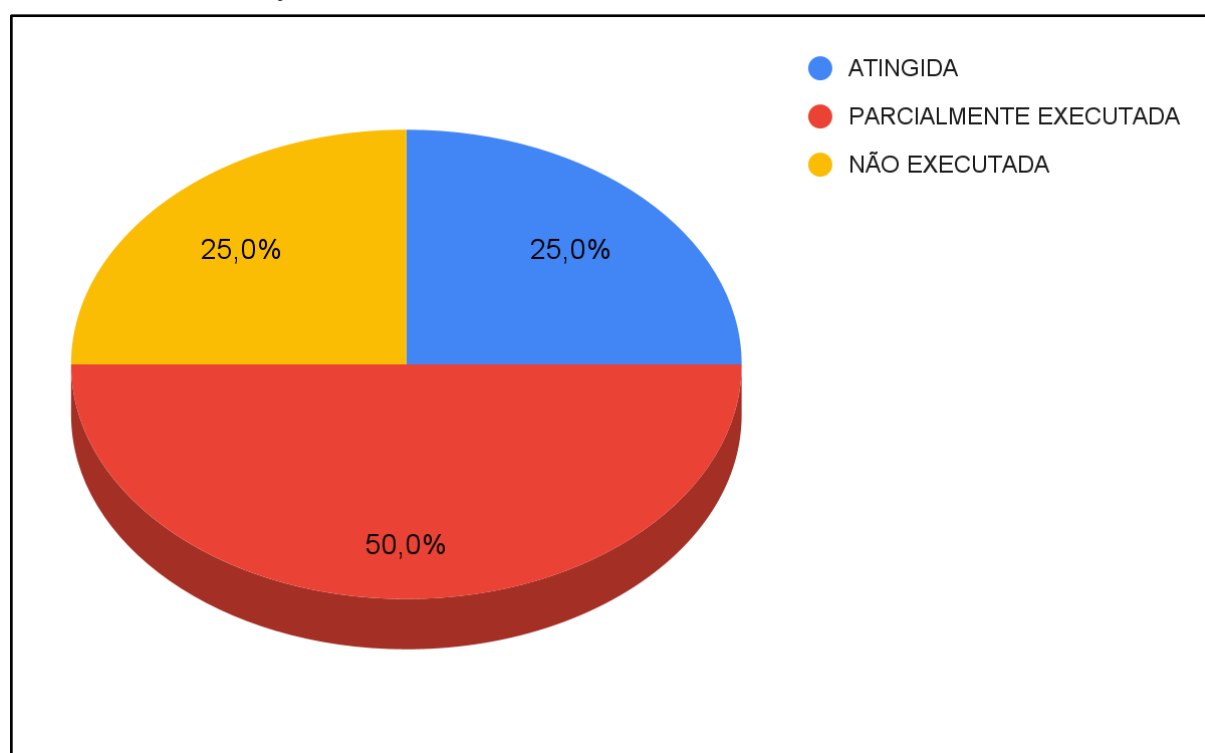
O MPPR é responsável por 4 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas⁸, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 7 - METAS DO RESPONSÁVEL - MPPR

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	1	2	1

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 4 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - MPPR



O MPPR executou 25% de suas metas, sobre ação de Elaborar projeto aos promotores e equipes de apoio técnico para que priorizem as medidas socioeducativas em meio aberto e semiliberdade, cuja meta é de realizar pelo menos (01) projeto semestralmente atingindo os promotores e equipes de apoio, o MPPR esclarece que para que possa instrumentalizar os atores do SGD para priorizar as medidas em meio aberto, foi necessário primeiramente, verificar junto

⁸ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela MPPR anexo a este relatório.

aos municípios de atendimento socioeducativo, o levantamento sobre a existência e aprovação dos Planos Decenais Municipais de Atendimento Socioeducativo em todos os municípios do Estado do Paraná, o que foi executado com o apoio do CAEX (Centro de Apoio Técnico à Execução) do Ministério Público do Paraná no último triênio, com conclusão em 2023. Foram recebidos e analisados 380 planos municipais de atendimento socioeducativo. Em relação aos 19 municípios sem Planos Decenais, a orientação repassada aos Promotores de Justiça foi a de que os novos planos deveriam ser feitos em 2024, para que pudessem guardar simetria com os planos nacional e estadual. As informações estão disponíveis para consulta no link: <https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Socioeducacao>

Parcialmente Executada

QUADRO 8 - META PARCIALMENTE EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
6	15	Ação: Promover encontros regionalizados entre atores da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente Meta: Realizar no mínimo 4 encontros regionais por ano, abrangendo 10 a 15 municípios cada

O MPPR esclarece que a sobre essa meta de realizar encontros regionais o MP teve participação em 3 três encontros virtuais com os 12 municípios de porte I que compõem a Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, visando levantamento das demandas das redes de proteção locais e orientações; assim como participação em 1 encontro presencial com os municípios que compõem a Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, visando a formação continuada sobre os temas da revelação espontânea e escuta especializada, com construção de fluxos e protocolos. O Ministério Público participou proferindo a palestra intitulada “A interlocução das instâncias que compõem a rede de proteção com o sistema de justiça e o compartilhamento de informações”.

Tendo realizado ainda, a live sobre “Violência contra escolas e construção de cultura de paz” objetivando compreender o fenômeno da violência contra as escolas e avaliar as possibilidades de seu enfrentamento pelas redes de proteção. Link Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=KwY-Sv1wQGY>

Não Executada

QUADRO 9 - META NÃO EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
3	6	Monitorar 100% das situações de acolhimento em relação as ações de promoção de aquisição de autonomia dos adolescentes em acolhimento
6	15	Ação: Promover encontros regionalizados entre atores da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente Meta: 100% dos municípios do Paraná com a rede articulada e mapeada

Sobre a meta de alcançar 100% dos municípios do Paraná com a rede articulada e mapeada, instituiu-se um Grupo de Trabalho para a realização do mapeamento para posterior articulação. Entretanto, após a elaboração e encaminhamento de um formulário de mapeamento da rede de proteção aos 399 municípios do Estado, foi recebido o retorno de apenas 56,89% (227 municípios) o que inviabilizou um panorama fidedigno da situação dos municípios, inclusive pela inconsistência nos dados recebidos. Assim, o Grupo concluiu que será necessária a mudança de estratégia para a obtenção de dados reais sobre a existência e articulação da rede, o que ocorrerá a partir do novo plano decenal.

Por fim, com relação à meta de “monitorar 100% das situações de acolhimento em relação às ações de promoção de autonomia dos adolescentes em acolhimento” o MP descreve que realizou:

1. live aberta às redes de proteção, sobre “Acolhimento Familiar: estratégias para implementação do serviço em Municípios de pequeno porte” com o objetivo de fomentar a implantação de serviços de acolhimento familiar em Municípios de pequeno porte, como modalidade preferencial, a fim de assegurar o direito fundamental da criança e do adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, na forma do artigo 19 c/c artigo 34, § 1º, da Lei nº 8.069/90 – ECA, com apresentação de estratégias para implementação do Serviço de Acolhimento Familiar;
2. Envio às Promotorias de Justiça de entrância intermediária e final, versão física do “Guia de Acolhimento Familiar (Orientações para implementação de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora)”, material recebido do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O objetivo do guia é apoiar e orientar municípios, estados, organizações e profissionais interessados na ampliação e na execução do acolhimento familiar no Brasil.
3. Fomento e apoio às inspeções periódicas dos serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças e adolescentes, pelas Promotorias de Justiça,

em atendimento ao contido na Resolução nº 71 de 15 de junho de 2011 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Na referida Resolução consta Roteiro de Inspeção que contempla questões relativas ao fortalecimento da autonomia de adolescentes que não possuem perspectivas de reintegração familiar, possibilitando que as Promotorias de Justiça verifiquem se ações voltadas à possibilitar autonomia dos adolescentes estão sendo executadas e /ou encaminhadas pelo serviço de acolhimento institucional.

No que diz respeito ao alcance das atribuições do CAOPCAE, que não é órgão de execução, informam que foram realizadas ações de formação dos Promotores de Justiça sobre o tema do acolhimento institucional e familiar, e que até o momento não há sistema que possibilite o monitoramento das situações de acolhimento institucional e familiar de adolescentes sem possibilidade de reinserção familiar.

1.1.5 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB

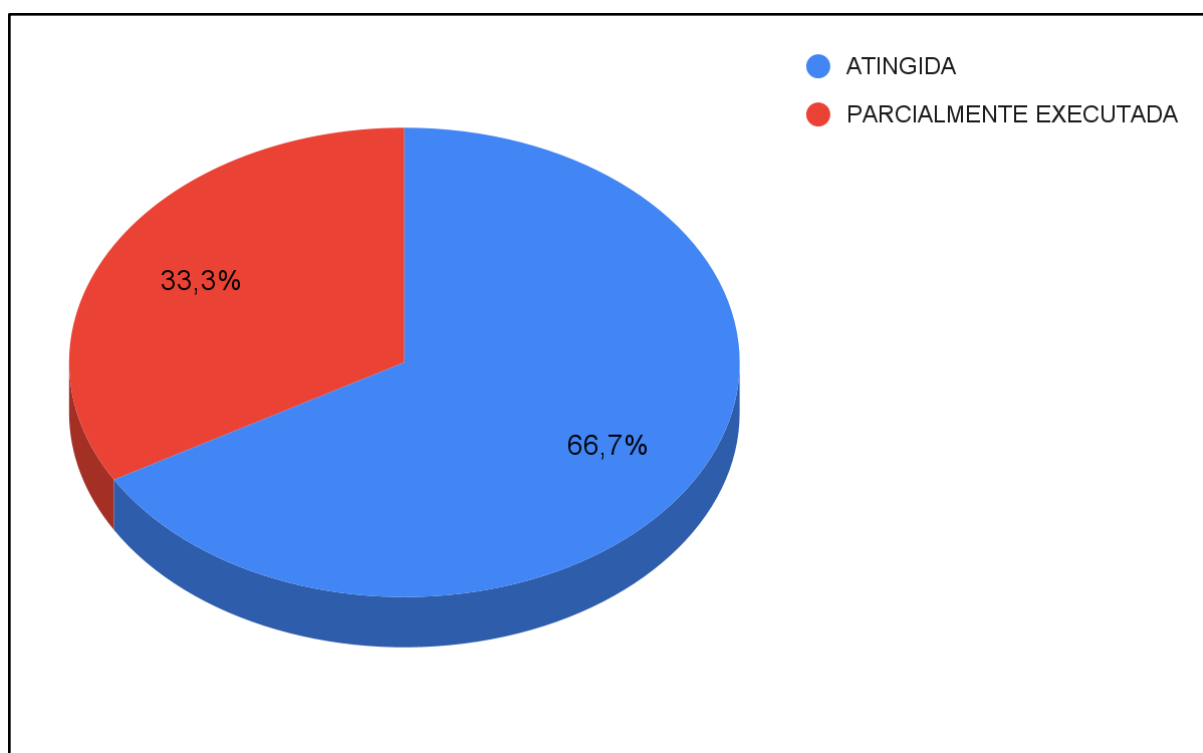
A SEAB é responsável por 3 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas⁹, as mesmas foram classificadas das seguinte forma:

QUADRO 10 - METAS DO RESPONSÁVEL - SEAB

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	2	1	0

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 5 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SEAB



Com 66,7% de metas atingidas, a SEAB cumpre a maior parte de suas metas. Sobre a meta de garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional em especial na garantia da saúde e apoio a entidades socioassistenciais, a Secretaria informa que foram contempladas 138.119 crianças e adolescentes, por meio da aquisição de alimentos da agricultura familiar com a inclusão produtiva das famílias agricultoras, o que proporcionou o

⁹ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SEAB anexo a este relatório.

incremento da renda das famílias fornecedoras de alimentos advindos da agricultura familiar ao Programa Estadual/Compra Direta, que fornece produtos da agricultura familiar às instituições socioassistenciais que atendem crianças e adolescentes vinculadas ao Programa. No triênio 2021-2023 a meta de atendimento de 270.000 crianças e adolescentes foi atingida, proporcionando uma alimentação mais saudável e variada às crianças e adolescentes abrangidos, além de proporcionar renda no campo às famílias que produzem alimentos através da agricultura familiar.

Sobre a meta de distribuir diariamente um litro de leite por criança de 06 a 36 meses, foram atendidas em 2023 110.057 crianças de 6 a 36 meses, proporcionando a execução total da meta de atendimento de 110.000 crianças/dia. O leite fornecido é enriquecido com a adição de ferro, vitamina A e Vitamina D, o que proporciona incremento do aporte diário de proteínas e minerais e vitaminas acima citados.

Parcialmente Executada

QUADRO 11 - META PARCIALMENTE EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
2	16	90% de famílias em alta vulnerabilidade dos municípios prioritários, com plano de ação elaborado e residentes no meio rural, participando das atividades socioeducativas e de inclusão produtiva.

Somente 1 meta da SEAB foi parcialmente executada, trata-se da meta de ter 90% de famílias em alta vulnerabilidade dos municípios prioritários, com plano de ação elaborado e residentes no meio rural, participando das atividades socioeducativas e de inclusão produtiva. Dos 156 municípios definidos como prioritários, foram atendidos 108 municípios com suas famílias do meio rural devidamente assistidas.

1.1.6 - Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SECC

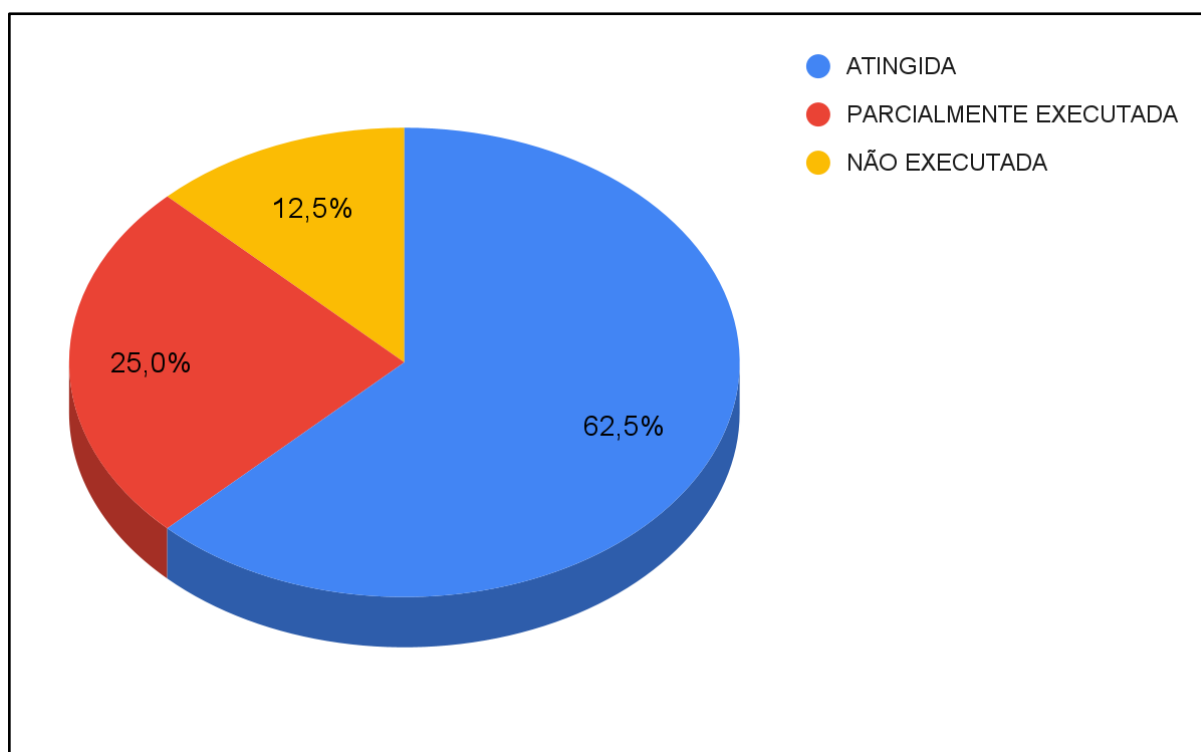
A SECC é responsável por 8 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹⁰, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 12 - METAS DO RESPONSÁVEL - SECC

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	5	2	1

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 6 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SECC



A SECC atingiu 62,5% das suas metas, dentre elas superou a meta de realizar apresentação de espetáculos artísticos gratuitos para crianças e adolescentes, nos equipamentos culturais e municipais que receberam os programas da SECC, atingindo um público anual de 10.000 espectadores,

¹⁰ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SECC anexo a este relatório.

informando que atingiram 143.897 crianças e adolescentes com espetáculos e ações gratuitas realizadas durante o ano.

Sobre a meta de atingir também 10.000 espectadores nas apresentações gratuitas da Orquestra Sinfônica, a SECC relata que atingiram um público de 10.561 crianças e adolescentes nas apresentações.

Com relação da meta de abertura de editais do PROFICE, que é o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná, a Secretaria informa que atingiram um público de 150 municípios, 37,59% dos municípios, superando portanto a meta que era de 30%. Ainda sobre o PROFICE foi informado que foi contemplado 1 projeto inscrito na categoria “Ações educativas de formação e/ou qualificação”.

Já sobre a meta de realizar cursos de formação artística e cultura para crianças e adolescentes, foi informado que o Centro Juvenil de Artes Plásticas realizou 50 cursos, durante o ano de 2023, com um público de 760 alunos participantes/matriculados.

Parcialmente executadas

QUADRO 13 - METAS PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Ação/Meta
4	12	Ação: Fomentar projetos de incentivo à leitura nas bibliotecas municipais e outros espaços. Meta: Atingir 50% dos municípios do Estado
4	18	Ação: Ação educativa, visitas guiadas, oficinas de criação, atendimento especializado, mediação, sensibilização, interação e oficinas de arte-educação, nos museus pertencentes à SECC e também nos municípios que receberem o programa de itinerância de acervos (feito por demanda), dirigidas às crianças e adolescentes das redes pública e privada de ensino. Meta: Atingir público de crianças e adolescentes, em no mínimo, 50% dos municípios do Estado que possuem museus e 40% daquelas contempladas com o Programa de Itinerância de Acervos.

Entre as metas parcialmente executadas, está a ação de fomentar projetos de incentivo à leitura nas bibliotecas estaduais e outros espaços, a SECC informa que atendeu 62 municípios com projetos de leitura, atingindo 15,63% e justificaram que os projetos aprovados no PROFICE, ainda que contemple projeto voltados a ações educativas e de incentivo a leitura, são projeto de menor custo e que circulem em um número menor de municípios.

Com relação a ação educativa, visitas guiadas, sensibilização, interação e oficinas de arte-educação, nos museus pertencentes à SECC, ações dirigidas às crianças e adolescentes das rede pública de ensino, a Secretaria informa que atingiu um público de estimado de 78.580 crianças e adolescentes em visitas guiadas, ações educativas, oficinas e mediações. Todas ocorreram em Curitiba, já o Projeto Cinema na Praça foi levado para 24 municípios no ano de 2023.

Não Executada

QUADRO 14 - META NÃO EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Ação/Meta
4	18	Realizar cursos de capacitação artística e cultural para atores do SGD.

Essa meta tem como justificativa para não execução, a informação de que nos editais da SEEC não foi realizada uma nova edição do Bolsa Qualificação conforme havia sido previsto em 2022, e não houveram outras ações de formação ou qualificação realizados pela SEEC em 2023, desta forma não foi possível atingir a meta.

1.1.7 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF

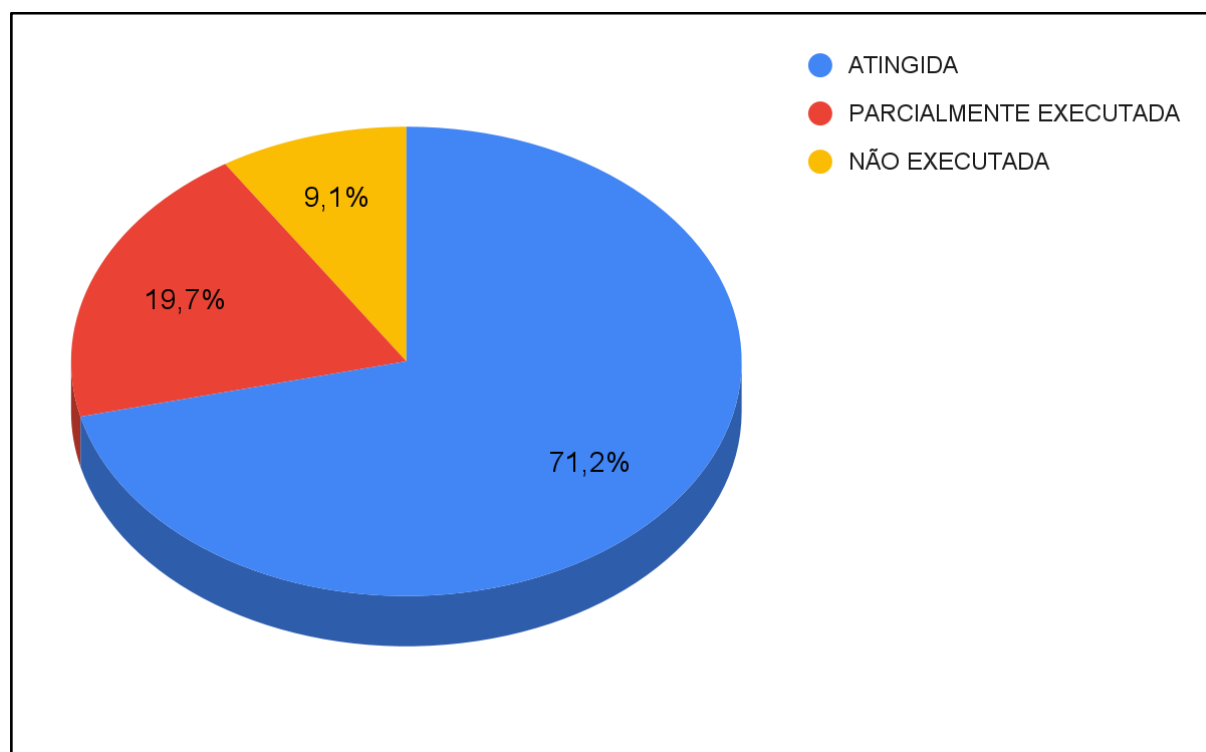
A SEDEF é responsável por 66 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹¹, as mesmas foram classificadas das seguinte forma:

QUADRO 15 - METAS DO RESPONSÁVEL - SEDEF

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	47	13	6

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 7 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SEDEF



A SEDEF realizou 71,2% das metas previstas no Plano Decenal, além da realização de outras ações e metas não previstas no Plano, mas que perpassam pela política da Criança e do Adolescente por meio de suas coordenações, dentre elas destaca-se:

A Coordenação de Políticas Públicas de Defesa dos Direitos da Juventude realizou várias ações envolvendo o público adolescente, dentre elas podemos

¹¹ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SEDEF anexo a este relatório.

destacar: visitas em 13 escolas nos municípios de Paranaguá, Pontal do Paraná, Sarandi e Sertaneja, para apresentação, divulgação e orientação das Políticas Públicas para a juventude; elaboração da Cartilha da Juventude para conscientizar o jovem entre 15 e 29 anos, de seus direitos e deveres civis, sociais e políticos; Organização e realização da Semana da Juventude, de 07 a 11 de agosto, sendo realizado neste período audiências públicas, palestras informativas, vídeos, oficinas, torneios, apresentações culturais, passeios ciclísticos, caminhadas, abrangendo 22 municípios no Estado do Paraná; Projeto Podcast da Juventude - espaço de manifestação da juventude quanto às suas demandas e debates de políticas públicas; visita em 05 escolas estaduais - Projeto “É sobre isso!” - Viva Livre das Drogas, atingindo diretamente em torno de 500 jovens; entre outras atividades.

Hoje estão em funcionamento 28 Centros da Juventudes localizados em 26 municípios, o público atendido são jovens de 14 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social, cada Centro atende em média 500 jovens por mês. As atividades desenvolvidas são voltadas a práticas esportivas, cursos de capacitação, oficinas, cultura, lazer e programa bolsa agente da cidadania. Dentre as atividades desenvolvidas nos Centro destaca-se: dança, teatro, lutas, futsal, basquete, vôlei, natação, palestras, oficinas voltadas a datas de grande importância social, cursos profissionalizantes entre outros.

Já a Coordenação da Política Estadual de Assistência Social - CPAS atua no fortalecimento dos municípios e incremento de sua capacidade de gestão para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços específicos, os quais estão previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009/CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social) e tem várias metas no plano decenal e também outras ações que perpassam a política da Criança e do Adolescente, deste modo destaca-se as seguintes ações: realização de Seminários Macrorregionais de Gestão Intersetorial do Programa Bolsa Família - PBF, em formato presencial, realizado nos meses de maio a novembro, com carga horária de 16 horas, ofertados a todos os municípios, incluindo no público os profissionais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, da política de saúde de cada município, os profissionais que atuam na área da educação nos municípios no registro da frequência escolar, além de lives sobre o Programa Bolsa Família - 8 hs.

A CPAS realiza assessoria técnica e apoio às instâncias de Gestão em Nível Estadual e Federal, sendo: Conselho Estadual de Assistência Social, Comissão Intergestores Bipartite - CIB, Comissão Intergestores Tripartite - CIT, Fórum

Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social - FONSEAS, Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social - FONASEAS, entre outros espaços participativos.

Foi realizada 2ª Pesquisa de Monitoramento das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI no Estado do Paraná. Ressalta-se a continuidade do apoio técnico aos municípios cofinanciados e não cofinanciados pelo governo federal, abordando as recomendações das reuniões de acompanhamento com a referência federal do Programa. Além disso, a Divisão de Proteção Social Especial - CPSE organizou reuniões de orientação e assessoramento com os municípios que ainda possuem saldo das AEPETI e fortaleceu a articulação com o Conselho Estadual da Assistência Social - CEAS/PR e Ministério Público para o monitoramento dos municípios.

Foram realizadas reuniões de orientação com os municípios cofinanciados que ainda mantém saldo elevado, acerca das dificuldades e potencialidades apresentadas, e teve como participantes: os municípios; Núcleos Regionais-NRs e as Instâncias de Atuação Avançada - IARAs da SEDEF; DPSE - Divisão da Proteção Social Especial e Governo Federal. Também foi providenciado o encaminhamento de documentos técnicos, e realizada a live: “Dialogando com o SUAS: Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil” abordando diagnóstico e aprendizagem com objetivo de trazer experiências de municípios no diagnóstico do trabalho infantil nos territórios, a metodologia realizada, as conclusões e planejamento de ações, bem como potencialidades e desafios durante o procedimento, na perspectiva de focar na aprendizagem como estratégia de prevenção, enfrentamento e superação do trabalho infantil, conscientizando sobre a necessidade de programa de aprendizagem, com disponibilização do curso online sobre Trabalho Infantil pela Escola de Gestão do Paraná.

No período de 2018 a 2021 foram entregues as unidades construídas de CREAS - Centro de Referência de Assistência Social - nos municípios de: Ortigueira; Arapoti; Pontal do Paraná; Maria Helena; Laranjal; Antônio Olinto; Cruz Machado; Fernandes Pinheiro e Peróla. E em 2023, foi disponibilizado recurso Fundo a Fundo (FEAS - Fundo Estadual da Assistência Social) para construção do CREAS no município de Guaraniaçu, enquanto as obras dos CREAS nos municípios de Anahy e Reserva estão em andamento. Portanto, até o momento foram viabilizadas as construções de 09 CREAS, superando a meta estabelecida.

Foi ofertado cofinanciamento do Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS III aos 23 municípios elegíveis, e Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS I para 312 municípios de pequeno porte, considerando a expansão do PPAS I realizada em 2023 para mais 140 municípios de pequeno porte, alcançando 100% da meta.

A CPSE realizou também o seminário “Fortalecendo o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo nos municípios do Paraná - Sinase: experiências e desafios na organização”, com a participação de 63 gestores/técnicos municipais de Curitiba e região metropolitana e início de elaboração da nota técnica sobre a implementação do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

No que concerne ao objetivo “Sensibilizar a população e o empresariado no sentido de compreender a necessidade de erradicar o trabalho infantil” foi realizada divulgação da campanha do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI através dos NRs e IARAs aos municípios e divulgações online sobre o trabalho infantil nas redes sociais da SEDEF, contabilizando assim uma 1 (uma) campanha nacional, 4 (quatro) publicações nas redes sociais e 1 (uma) na agência de notícias do Paraná.

Foi realizado o apoio técnico na execução do Programa Bolsa Agente de Cidadania que tem como objetivo a participação social e cidadã e a inclusão sociocultural, e prevê o atendimento e pagamento de bolsa-auxílio no valor de R\$ 306,00 (trezentos e seis reais) aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes dos Centros da Juventude.

No âmbito do Programa, foram pagas 3.011 bolsas com recursos do BID/Paraná Seguro e 3.226 bolsas com recursos oriundos do Fundo para Infância e Adolescência - FIA, totalizando o valor de R\$ 1.908.522,00 (um milhão novecentos e oito mil quinhentos e vinte dois reais). Além do acompanhamento e pagamento de bolsas, a DPSB - Divisão da Proteção Social Básica - elaborou cartilha sobre o Programa Bolsa Agente de Cidadania e participou do “Encontro de Gestores dos Centros da Juventude”, realizado em Pinhais – PR.

Realizou-se ainda o cofinanciamento continuado a 387 municípios, atingindo 96% da meta, e destacando que, em 2023 iniciou-se processo de implementação do Piso Único de Assistência Social – PAS (Deliberação nº 59/2023/CEAS/PR), que trata da consolidação dos repasses continuados em um único bloco, visando atender de maneira equitativa e universalizada as demandas dos municípios

paranaenses, otimizando a utilização dos recursos por meio de mecanismos que proporcionem maior celeridade e redução da burocracia na execução, alinhada ao compromisso de fortalecimento da assistência social no estado do Paraná.

Salienta-se também que a SEDEF incluiu em seu planejamento para o ano de 2024, objetivo relacionado à universalização do cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para os Fundos Municipais de Assistência Social, por meio da expansão e a ampliação de valores do Piso Único de Assistência Social (PAS).

A iniciativa tem por objetivo garantir repasse de recursos continuados aos 399 municípios do estado do Paraná, fortalecendo a oferta e aprimoramento dos serviços constantes na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, dos Programas, Projetos e Benefícios, de maneira igualitária, considerando o porte dos municípios, com base no censo IBGE/2022.

Outra ação foi a viabilização da construção de 36 Centros de Referência de Assistência Social. Considerando que 24 equipamentos foram entregues, e para os demais, em 2023, foi realizado repasse fundo a fundo (FEAS) para conclusão das obras.

Com relação às ações vinculadas à DPSE, relacionadas ao objetivo “Reordenar os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” as metas foram atingidas por meio de assessoramento aos municípios, NRs e IARAS, por meio de reuniões, visitas, capacitações e elaboração de documentos técnicos. Também foi disponibilizada aos municípios a Coletânea “Guia de Acolhimento Familiar” que aborda orientações para implementação de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora.

Houve também a continuidade do assessoramento técnico e o apoio financeiro efetivado por meio do repasse do cofinanciamento estadual continuado do FEAS, denominado de Piso Paranaense de Assistência Social IV - PPAS IV, para 99 municípios, com repasse de cerca de R\$ 6.510.000,00 (seis milhões quinhentos e dez reais). Além do acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos dos municípios contemplados com o Programa Estadual Crescer em Família, das diversas etapas, custeado com o FIA e destinados às modalidades de Abrigo, Casas Lares e exclusivos para o Acolhimento Familiar. Destaca-se a elaboração do relatório de Monitoramento dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças, Adolescentes e Jovens do Estado do Paraná com base no Censo SUAS 2022.

Sobre a meta de “Disponibilizar sistematicamente informações e dados territorializados sobre situações de risco e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes aos municípios para realização de planejamento com vistas à efetivação da política de atenção à criança e ao adolescente”, com ações vinculadas à Departamento de Gestão dos SUAS - DGSUAS, a CPAS alcançou 100% dos 399 municípios apoiados e assessorados por meio dos NRs, para utilização dos dados do Cadastro Único, do Registro Mensal de atendimentos - RMA dos CRAS e CREAS, do Censo SUAS. Sendo mensalmente aferidos e encaminhados os panoramas de preenchimento do Registro Mensal de Atendimento - RMA e do Censo SUAS, de preenchimento anual.

A partir do objetivo “Estimular a ampliação e o fortalecimento da participação da sociedade civil”, foi realizada mobilização por meio de orientações técnicas continuadas dos NRs às Gestões Municipais e serviços, neste ano foi intensificada a articulação para participação da sociedade civil na conferência estadual e nacional de assistência social, realizadas em agosto e dezembro respectivamente, bem como em capacitações ofertadas, como nos Seminários Macrorregionais de Gestão Intersetorial do PBF.

Apoio técnico referente aos incentivos do FIA, viabilizados através das Deliberações 03/2023/CEDCA/PR - Incentivo Benefício Eventual exclusivamente para famílias Indígenas com crianças e adolescentes e 04/2023/CEDCA/PR - Incentivo para Abordagem Social e Casa de Passagem destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, acompanhadas de suas famílias, prioritariamente indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná.

Realizada Nota Técnica Conjunta nº001/2023 DPSE/DPSB/CPAS/SEDEF a qual apresenta orientações e subsídios técnicos às gestões municipais e profissionais da Assistência Social para execução das Deliberações supracitadas, os municípios estão sendo assessorados, com orientações dos Núcleos Regionais e IARAS.

Foi ainda elaborado estudos técnicos que deram origem aos seguintes documentos: “Panorama da execução das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Paraná” que teve como objetivo principal o monitoramento das AEPETI no Estado do Paraná, a fim de identificar potencialidades, dificuldades e desafios na atuação dos profissionais diante dessa violação de direitos. Em específico, traçar ações estaduais para o aprimoramento do enfrentamento ao trabalho infantil; traçar o panorama sobre as medidas

socioeducativas meio aberto no Estado do Paraná cuja finalidade foi conhecer a realidade das medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios do Paraná, incluindo aqueles que não possuem Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para qualificar o serviço.

No Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) foram desenvolvidas ações de apoio técnico aos municípios, bem como o acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos dos 131 municípios que foram contemplados com o Programa Estadual Liberdade Cidadã, executados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, bem com a transferência e controle dos recursos do cofinanciamento federal, para 17 municípios, denominado Expansão MSE, que com o equacionamento repassou até o momento cerca de R\$ 383.303,30 mil reais, referente a nove parcelas. A DSPE ainda participou das reuniões na Comissão de Monitoramento do PEAS (Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo).

Ampliação do cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, conforme estabelecido na Deliberação 072/2023 do CEAS/PR e na Resolução 011/2023 da CIB. Essa iniciativa resultou no aumento do número das vagas regionalizadas, passando de quatro para treze, o total. Vale ressaltar que este serviço oferece acolhimento para mulheres em situação de violência, que estejam em risco de morte ou sob ameaças decorrentes de violência doméstica e familiar, acarretando lesões, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, com ou sem a presença de seus filhos. Em 2023, as famílias acolhidas no âmbito deste serviço, incluíam um total de 17 crianças/adolescentes.

Destaca-se a realização da XIV Conferência Estadual de Assistência Social convocada por meio da deliberação Conjunta 001/2023 – CEAS/PR e SEDEF/PR e teve como tema: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”. O evento aconteceu entre os dias 03 a 05 de outubro de 2023, no município de Cascavel-PR, e contou ainda com a etapa das conferências municipais, realizadas nos 399 municípios do estado do Paraná.

Outras ações realizadas pela SEDEF dizem respeito à criança e o adolescente com deficiência, em 2023 a Coordenação de Políticas para Pessoa com Deficiência realizou o encaminhamento de 13 denúncias recebidas por meio do Disque 181. Foram confeccionadas 8318 Carteira do Autista (CIPTEA) para o

público de 0 a 18 anos (documento de identificação que garante o atendimento prioritário às pessoas com Autismo). Já com o passe livre intermunicipal (programa que garante a gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais as pessoas com deficiência e algumas patologias crônicas), foram beneficiadas 2238 crianças e adolescentes.

O outro projeto desenvolvido é o “Projeto Praia Acessível” o qual é realizado durante o verão e consiste na instalação de infraestrutura adequada para possibilitar à pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida o acesso a atividades de lazer, incluindo o banho de mar, de forma digna e segura, o projeto acontece nas praias do Estado do Paraná, no ano de 2023 foram beneficiados um total de 27 crianças e adolescentes.

Também foi realizado o repasse de recursos do FIA, para o desenvolvimento do Projeto Parque Acessíveis - o qual tem por intuito a implantação de parques acessíveis para crianças e adolescentes com deficiência, foram contemplados 88 municípios.

A SEDEF realizou em 2023 um total de de 565 repasses do Fundo Estadual da Infância e Adolescência para os Fundos Municipais da Infância e Adolescência, envolvendo 05 deliberações quais sejam: **1ª Deliberação nº47/2022 Primeira Infância - para apoiar o Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 aos 6 anos de idade – Primeira Infância**, este ano tivemos o pagamento a 75 municípios, totalizando R\$6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais); **2ª foi a Del. 80/2022 - CEDCA - para implementação do Projeto Parque Acessível para criança e adolescentes com deficiência** - foram repassados R\$1.999.999,76 (Um milhão, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais, e setenta e seis centavos) a 88 municípios ; **a 3ª Del. 78/2022 e 13/2023 - CEDCA - apoio a promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima** - Foram repassados R\$4.065.000,00 (quatro milhões e sessenta e cinco mil reais) a 341 municípios; **a 4ª Del. 03/2023 - CEDCA - Incentivo Benefício Eventual** - exclusivamente para famílias Indígenas com crianças e adolescentes - recurso repassado a 38 municípios, totalizando o valor de R\$2.835.000,00 (dois milhões,e oitocentos e trinta e cinco mil reais); **a 5ª Deliberação 04/2023 – CEDCA - Incentivo para Abordagem Social e Casas de Passagem destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, acompanhadas de suas famílias, prioritariamente indígenas e comunidades**

tradicionais em trânsito no Paraná – 23 repasses, totalizando o valor de R\$ 3.488.568,00 (Três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais). O total de repasses de todas as deliberações foram 565, contemplando 370 municípios. A Secretaria realiza reuniões técnicas, videoconferências, Informações Técnicas, atendimento via telefone e Whatsapp, relativo aos repasses Fundo a Fundo oferecendo o suporte aos municípios por meio de suas coordenações e também pelos NRs e IARAs.

Também foi ofertado cursos em parceria com a Escola de Gestão do Paraná:

1) modalidade à distância: - Capacitação para Conselheiros Tutelares - Competência Legal - 40 hrs - **292 certificados**; Capacitação para Conselheiros Tutelares/Estatuto da Criança e do Adolescente e Fundamentos - 40hrs - **685 certificados**; - Conselheiros Tutelares - Infância e Adolescência protegidas - 40 hrs - **125 certificados**; - Criança e Adolescente na Era Digital - 16 hrs - **216 certificados**; - Escuta Especializada - Lei 13.431/2017 - 36 hrs - **778 certificados**; - Formulação e Gestão da Política Pública da Criança e do Adolescente - 24 hrs - **92 certificados**; - Fundamentos Jurídicos da Política de Proteção à Criança e ao Adolescente - 8 hrs - **242 certificados**; - Justiça Restaurativa e Cultura da Paz: Prevenção Primária e Secundária de Violência contra Crianças e Adolescente - 24 hrs - **157 certificados**; - Redes de Atenção e Proteção, Serviços e Fluxos de Atendimento à Criança e Adolescente - 24 hrs - **244 certificados**; - Tipos de Violência e Risco - 40 hrs - **462 certificados**; - Trabalho Infantil - 28 hrs - **185 certificados**. 2) modalidade presencial: - II Seminário Regional de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes: Revelação Espontânea - 08 hrs - **178 certificados**; - V Seminário de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, - 7 hrs - **280 certificados**. Totalizando a emissão de 3936 certificados.

Todos os Conselhos Tutelares dos municípios do Estado do Paraná foram assessorados para o acesso e acompanhamento ao Sistema de Informação para Infância - SIPIA, ocorre também orientações e suporte aos municípios pela equipe da Coordenação da Política da Criança e do Adolescente, bem como por meio das equipes técnicas dos Núcleos Regionais sobre o uso do Sistema.

A SEDEF recebe denúncias, relacionadas a crianças e adolescentes, do Disque 181, que é o canal de denúncia paranaense da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), desenvolvido com o objetivo de combater a

criminalidade, por meio de denúncias anônimas encaminhadas aos órgãos competentes. A CPCA recebe as denúncias específicas relacionadas a crianças e adolescentes, realiza o registro no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) para controle, e encaminha aos Conselhos tutelares e quando necessário para o Ministério Público do Estado do Paraná. No que se refere ao apoio aos Conselhos Tutelares a Coordenação participou de algumas lives e entrevistas esclarecendo sobre o processo de eleição do Conselho Tutelar, além do atendimento telefônico e por email de demandas referente às eleições de Conselheiros Tutelares, as quais ocorreram em Outubro de 2023.

A Secretaria orienta e viabiliza que as Organizações da Sociedade Civil – OSC's acessem recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR por meio dos Editais de Chamamento Público, apresentando os Planos de Trabalhos. O Banco de Projetos do FIA, possui a conformação de Edital de Chamamento Público, onde as OSC's podem submeter projetos para aprovação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR a qualquer tempo e após sua aprovação, realizar a captação de recursos por meio da doação direcionada do imposto de renda.

Outra importante ação da Sedef é a coordenação da Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento das Violências contra Crianças e Adolescentes, cuja atividades foram efetivamente retomadas em 2023, tendo sido realizadas 04 reuniões ordinárias, sendo uma a cada 02 meses, e 02 reuniões extraordinárias. Uma das reuniões extraordinárias aconteceu em agosto/2023 e contou com a participação das Comissões Regionais de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes e, após esta reunião a participação das Comissões Regionais passou a ser mais frequente, inclusive em relação a proposição de pautas. Em maio/2023 foi realizado o Seminário de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, tendo o público participado de forma presencial e remota, sendo contabilizado ao todo 300 participações. Neste evento foram abordados os seguintes temas: Cultura da paz; Panorama da violência sexual contra crianças e adolescentes no Paraná; e, Violência sexual contra crianças e adolescentes e os desafios atuais.

A Coordenação da Política da Criança e do Adolescente realiza ainda a coordenação do Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e cumpriu a meta de

elaborar o relatório de acompanhamento anual sobre a execução das metas de 2022. Relacionado a esse mesmo tema foi realizado, em parceria com o CEDCA, um webinar (no formato de uma reunião ampliada com os CMDCA's) e um dos assuntos abordados foi "A importância do acompanhamento e monitoramento dos Planos Decenais municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente". Também foi elaborada uma nota técnica conjunta entre a CPCA e o CEDCA sobre o acompanhamento dos planos decenais.

Em novembro de 2023 foi apresentado ao CEDCA um relatório com dados extraídos do Sistema Sipia, referente a violência contra crianças e adolescentes registrados no Sistema.

No que se refere a ação de realizar ações que fomentem o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e, portanto, agentes de participação nas diversas esferas da vida social, houve a participação de 29 crianças e adolescentes na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, realizada em Junho de 2023, com a participação também dos delegados adolescentes no eixo 04 (participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico) do grupo de discussões para a elaboração das propostas para Conferência Estadual e Nacional. Nas Conferências Estadual da Criança e do Adolescente e da Assistência Social foi oportunizado apresentações musicais e culturais de grupos formados por crianças e adolescentes, ou ainda apresentações individuais de poesia e arte. Nas edições da SEDEF nos municípios também foi oportunizado a apresentação de grupos culturais da localidade, formados por crianças e adolescentes.

No que diz respeito a divulgar a política estadual de garantia de direitos e sensibilizar a população paranaense sobre os direitos da criança e do adolescente, em 2023 foram produzidas 30 matérias envolvendo o tema, assim como o site do CEDCA teve 123 atualizações. Nas redes sociais da SEDEF, foram elaboradas 47 peças de ampla divulgação, que contaram com 69.158 mil visualizações.

A SEDEF realizou ainda 18 encontros presenciais com o objetivo de trabalhar a Deliberação 047/2022 que trata sobre recursos destinados às ações para o desenvolvimento da Primeira Infância. As capacitações tiveram formato de oficina e contaram com a presença de técnicos de outras áreas, além da assistência social, saúde e educação. Foram 1.377 participantes de 315 municípios.

Sobre a ação de realizar a transferência complementar de renda direta às famílias com crianças e adolescentes, cuja meta era que 100% das famílias com crianças e adolescentes, que cumprem os critérios das legislação estadual de transferência de renda, o recurso foi repassado para 114.679 família em 2023, representando 44% do total das famílias beneficiadas.

Parcialmente Executadas

QUADRO 16 - METAS PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
2	1	Meta: Assessorar 100% dos municípios para o crescente aumento da taxa de acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes das famílias incluídas no Programa Bolsa Família (399 municípios). Indicador: Percentual de municípios com média anual da taxa acompanhamento da frequência escolar acima de 0,9
2	1	Meta: Assessorar 100% dos municípios para o crescente aumento da taxa de acompanhamento da agenda da saúde das famílias incluídas no Programa Bolsa Família (399 municípios).
2	5	Ação: Ofertar capacitação aos municípios sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Meta: 100% dos municípios contemplados com vagas nas capacitações em três anos. (399 municípios)
2	5	Ação: Apoiar, através de cofinanciamento, as entidades que atuam no atendimento direto a crianças e adolescentes com deficiência e transtornos mentais, mediante apresentação de projetos Meta: Cofinanciar 50 entidades a cada ano.
2	7	Realizar diagnóstico situacional das redes de proteção municipais e suas formas de atendimento aos casos de violência contra criança e adolescente com deficiência, até 2023
2	10	Ação: Cofinanciar ações para enfrentamento à violência em âmbito estadual e municipal, inclusive na implementação da Lei nº13431/2017. Meta: Cofinanciar, ao menos, 1 ação anual
2	11	Ação: Cofinanciar e capacitar os municípios e organizações não governamentais para implantação e implementação de ações especializadas voltadas a orientação e atendimento às pessoas que cometem violência contra crianças e adolescentes. Meta: Realizar ações, no mínimo, na metrópole, nos 17 municípios de grande porte e nos 14 de médio porte. Meta: Ofertar incentivo financeiro aos municípios para o desenvolvimento de ações de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes.
6	6	Ação: Monitorar e acompanhar a alimentação do SIPIA, por meio de relatórios gerados via sistema (qualidade da utilização) Meta: 90% dos municípios alimentando o SIPIA
6	11	Ampliar a participação de adolescente no CEDCA, inclusive por meio das videoconferências.

2	4	Ação: Realizar e/ou Coordenar estudos e pesquisas sobre as principais violências contra crianças e adolescentes, identificando causas, fatores de vulnerabilidade, tipos de violência, incidência de tipos de violência georreferenciada, perfil das vítimas e dos autores de violência. Meta: Realizar 1 processo de estudo e pesquisa
2	22	Ação: Apoiar a criação, incentivar a formalização e fortalecer as redes de proteção locais Meta: Redes de proteção formalizadas, no mínimo, nos 14 municípios de médio e 17 grande porte e a metrópole
6	11	Qualificar pelo menos 50 adolescentes por meio de ações diretas do governo do estado ou por meio de cofinanciamento a entidade da sociedade civil organizada.

Dentre as metas parcialmente executadas demonstradas acima, destaca-se algumas justificativas: sobre o percentual de municípios (referente ao Programa Bolsa Família) com média anual da taxa de acompanhamento da frequência escolar acima de 0,9 e também com taxa de acompanhamento da agenda de saúde acima de 0,80 a Secretaria informa esses indicadores eram comuns no Paraná antes do período de pandemia, neste tempo o registro da condicionalidade deixou de ser realizado, bem como, não era obrigatório a atualização cadastral, visando resguardar vidas e direitos, assim a retomada do registro das condicionalidades reduziu as taxas em todo o país. Esse período defasou as informações relativas à mudança de endereço e escolas de matrículas, o que aumenta o número de crianças e adolescentes que vão para o acompanhamento sem a informação atualizada das escolas e ficam como não localizados, assim como o acompanhamento da área da saúde.

Ainda sobre essas metas, enfatizam ainda também que o público de acompanhamento da condicionalidade de educação aumentou, sendo incluindo as faixas etárias de 04 a 06 anos, no Paraná são 597.476 crianças e adolescentes para o registro do acompanhamento, o qual é realizado pelos profissionais da educação que atuam nos municípios. Destacam ainda que o Paraná atingiu a média de 0,92 no bimestre de agosto e setembro, sendo a média nacional de 0,78, além disso, o Estado apresentou em todos os meses do ano de 2023 a maior taxa de acompanhamento da frequência escolar do país.

Sobre a oferta de capacitação aos municípios sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, cuja meta é de 100% dos municípios contemplados com vagas nas capacitações em três anos, a Secretaria informa que foram

realizadas capacitações macrorregionais, no entanto não atendeu 100% dos municípios.

Já sobre as metas que envolvem a Política de Enfrentamento às Violências Contra Criança e Adolescente, como os estudos/pesquisas, ações, cofinanciamentos, diagnósticos, a SEDEF informa que a retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano foram realizadas várias ações, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento dessas metas específicas, entretanto será pauta das reuniões para o ano de 2024 o desenvolvimento de outras ações como essas propostas no Plano Decenal.

Com relação a meta sobre a formalização de redes de proteção em 32 municípios, sendo 01 metrópole, 14 médio porte e 17 grande porte, assim como a realização de ações nestes mesmos municípios, foi realizada uma pesquisa por meio dos Núcleos Regionais e foi informado que a rede de proteção está formalizada em 31 dos 32 municípios, já as ações de enfrentamento às violências foram realizadas em 28 municípios, dos 32 pesquisados.

No que diz respeito a meta de “apoiar através de cofinanciamento, as entidades que atuam no atendimento direto a crianças e adolescentes com deficiência e transtornos mentais, mediante apresentação de projetos”, a Secretaria informa que no ano de 2023 foi Publicado o Edital de Chamamento Público 01/2023- Pequenos Serviços de Manutenção com recursos do FIA no valor de R\$26.000.000,00 para atendimento à Organização da Sociedade Civil que atende Crianças e Adolescentes no Estado do Paraná. Foi classificada na Fase “C” 237 propostas aptas à formalização do Termo de Fomento, sendo 135 instituições que atendem crianças e adolescentes com deficiência, o pagamento está previsto para ocorrer até dezembro de 2024.

Sobre a meta de 90% dos municípios alimentando o SIPIA, a SEDEF informa que 61% dos municípios alimentaram o Sistema e a baixa se deve ao anúncio do Governo Federal de mudança do Sistema, o que não ocorreu no ano de 2023.

Já com relação a meta de ampliar a participação de adolescentes no CEDCA, os representantes do Comitê de Participação do Adolescente - CPA foram incluídos no grupo do CEDCA de whatsapp, no entanto acabaram não participando da reunião plenária por conta do horário de aula, tendo esporadicamente a participação de alguns deles na Câmara de Capacitação. Houve algumas reuniões do CPA, as quais ocorriam à noite e deste modo os adolescentes participavam. Sendo assim, foi

oportunizado a participação nas reuniões, no entanto, os adolescentes não participaram.

Não Executadas

QUADRO 17 - METAS NÃO EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
1	12	Meta: Desenvolver análise diagnóstica estadual de boas práticas na área de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes e levantamento de sugestões para o mesmo fim, junto às 22 Comissões Regionais de Enfrentamento às Violências contra crianças e adolescentes. Ação: Realizar dois Estudos Diagnósticos (boas práticas e sugestões de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes), até 2023.
1	12	Meta: Caracterização e análise das situações de violências contra crianças e adolescentes a partir dos dados oficiais do Governo do Estado disponibilizados, com a construção de séries históricas Ação: Produzir 02 relatórios
3	5	Ação: Ofertar exames de polimorfismos de DNA e investigação de paternidade, pelo Laboratório da Universidade Estadual de Londrina. Meta: Realização de 100% da demanda até o limite orçamentário.
6	7	Ação: Realizar pesquisa com os CTs, a fim de averiguar a realidade da estrutura e das condições de trabalho dos Conselheiros Tutelares, visando à melhoria das condições de atendimento à criança e ao adolescente. Meta: 100% dos Conselhos Tutelares respondendo à pesquisa a cada dois anos (ou mais)
2	6	Realizar 1 (uma) pesquisa no âmbito da prevenção, proteção , atendimento e responsabilização de crimes contra a criança e o adolescente com deficiência, até 2023.
6	8	Ação: Realizar o levantamento de programas, protocolos e fluxos existentes na rede de proteção do SGD. Meta: Produzir 3 relatórios que contemplem os programas e protocolos de destaque no SGD.

Com relação às metas não executadas que envolvem a realização de estudos diagnósticos (boas práticas e sugestões de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes) até 2023; sobre a elaboração de relatório para caracterização e análise das situações de violências contra crianças e adolescentes a partir dos dados oficiais do Governo do Estado disponibilizados, com a construção de séries históricas; e com relação a produção de relatórios que contemplem os programas e protocolos de destaque no SGD, a SEDEF informa que a retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023, no entanto não houve

possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios previstos no Plano.

Já sobre a meta de realizar 100% da demanda de exames de polimorfismos de DNA e investigação de paternidade, pelo laboratório da UEL, a Secretaria informa que esta meta foi projetada de acordo com as ações em parceria com SESP/UEL (DNA paternidade). Portanto, o cumprimento desta meta, implica na execução daqueles órgãos, restringindo-se a responsabilidade da SEDEF a formalização do Termo de Cooperação Técnica-Financeira e o monitoramento das ações realizadas. Nesse contexto, considerando que o Termo de Cooperação com a UEL, no valor de R\$1.046.084,04 foi formalizado apenas no mês de novembro/2023, não houve tempo hábil para a realização das metas previstas. O principal motivo da morosidade foi a dificuldade da UEL em conseguir os orçamentos dos itens, os quais instruem o processo do Termo de Execução Descentralizada - TED e ainda, a mudança no processo de formalização, que passou da então MCO - Movimentação de Crédito Orçamentário para a TED.

Com relação a meta de realizar uma pesquisa no âmbito da prevenção, proteção, atendimento e responsabilização de crimes contra a criança e o adolescente com deficiência, até 2023 a SEDEF relata que não foi possível a realização da pesquisa devido às demandas da Coordenação da Política de Direito da Pessoa com Deficiência, e que para o ano de 2024 pretende-se realizar a pesquisa com os equipamentos, conselhos e demais atores de rede de proteção.

1.1.8 - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná - SEED

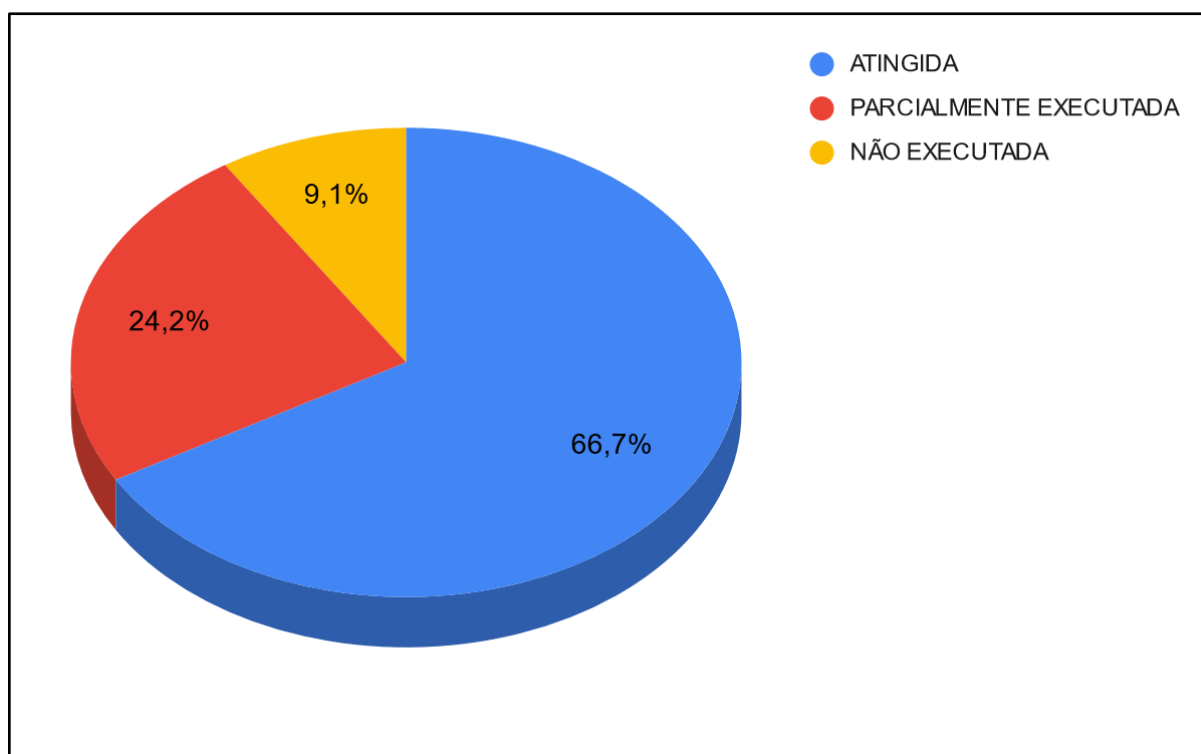
A SEED é responsável por 33 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹², as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 18 - METAS DO RESPONSÁVEL - SEED

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	22	8	3

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 8 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SEED



A SEED apresentou 66,7% de metas atingidas, e ao longo de 2023 informa que, por meio de suas diretorias realizou diversas ações frente à Política da Criança e do Adolescente, especialmente com o foco na garantia do acesso e inclusão/equidade de todos os estudantes crianças e adolescentes. Dentre as metas

¹² Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SEED anexo a este relatório.

executadas, e outras ações realizadas para além das contempladas no Plano Decenal, destacam que 392 municípios aderiram ao Programa Saúde na Escola, e que todas as escolas realizaram a divulgação do canal de denúncias sobre violação de direitos contra crianças e adolescentes.

No que se refere a ação de realizar seminários, palestras e grupos de trabalho sobre prevenção e enfrentamento às violências, preconceito, discriminação e uso de substância psicoativas, informam que realizaram 06 ações: Projeto Escola Escuta; formação para equipe de referência do Projeto; grupos de estudos na temática do Clima Escolar; Curso Escuta Especializada; formação de equipe multidisciplinar sobre preconceito e discriminação; e ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Outro destaque é a participação de técnicos pedagógicos na rede de proteção, considerando que há representação de todos os Núcleos Regionais de Educação (NREs). Foi elaborado e distribuído também o Guia de Orientação às situações de violência no ambiente escolar, para as equipes multidisciplinares e publicado no portal da SEED.

A SEED informa que atua com o técnico responsável pelo EDH - Educação em Direitos Humanos, e SERP - Sistema Estadual da Rede de Proteção em cada Núcleo Regional de Educação do Estado (total de 32) e estes técnicos atuam diretamente com os assistentes de município. Entre as ações que esses profissionais desenvolvem estão aquelas que visam fomentar as Redes de Proteção em cada município. Destacam que cada município possui autonomia para o desenvolvimento dos seus fluxos para a prevenção e combate das diversas formas de violência, pautando-se nas legislações específicas, e por isso mesmo tem municípios em diferentes estágios na constituição das redes, sendo: consolidadas, em consolidação e iniciando. Relatam ainda que as escolas, por sua vez, devem participar das reuniões com a Rede para tratar os casos de estudantes com direitos violados, além das situações de infrequência geradas por fatores externos à escola. Na reunião com a rede, após estudo do caso, o representante encaminhará a situação, por meio do SERP, com os registros das falas e encaminhamentos já realizados.

Outra ação da Secretaria é a implementação do Programa Mais Aprendizagem (para atendimento das crianças e adolescentes que apresentam defasagem na aprendizagem e/ou deficiências) em 1.266 escolas, abrangendo 4.465 turmas, tem-se também 409 escolas que ofertam o ensino em período

integral. Destaca-se ainda a oferta do atendimento educacional especializado em diferentes serviços de apoio pedagógicos para todos os estudantes da Educação Especial, esclarece também que essa demanda é variável (número de escola/número de estudantes/atendimento educacional especializado - AEE), uma vez que corresponde a necessidade específica de cada um.

Sobre o acompanhamento dos alunos de famílias do Programa Bolsa Família, a SEED informa que o Paraná recebeu menção honrosa do MEC, em 2023, pela excelência na declaração e acompanhamento da condicionalidade, das 574.855 famílias beneficiárias do Bolsa Família no Paraná, foi realizado o acompanhamento de 99,12% dos alunos.

Destacam-se as ações com o objetivo do fortalecimento do protagonismo das crianças e adolescente, dentre elas: 100% das instituições possuem Conselho Escolar, em cumprimento a legislação específica e que diante disso, 100% das escolas possuem representantes dos alunos participando das discussões sobre políticas educacionais ocorridas com essa instância, consequentemente colaborando com o fortalecimento da democracia por meio da gestão democrática. Informam ainda que as instituições da Rede Estadual são orientadas a envolver os estudantes em todas as etapas do Conselho de Classe, a saber: escutando-os durante o pré-conselho, participando do conselho, e sendo envolvidos no pós-conselho.

Relatam ainda ações que envolvem o fomento e oferta de formação aos profissionais da educação, especialmente no que tange ao enfrentamento e prevenção à violência, além de ações intersetoriais com vistas à atuação de diversas políticas públicas, na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

As ações de formação, que perpassaram pelo Programa Formadores em Ação, Formações Técnicas Online e Presenciais, além de material subsidiado por meio do LRCO (Livro de Registro de Classe Online) atuaram em diversos “temas”, percorrendo o atendimento educacional especializado ao público-alvo da Educação Especial, prevenção e orientação para o enfrentamento de violências, preconceitos e quaisquer formas de discriminação, além de subsídios para o atendimento à diversidade que compõem a nossa rede, tais como a Educação de Jovens e Adultos, Escolas Indígenas, Campo e Itinerantes.

No que tange à Educação Profissional, destaca-se a expansão da oferta ocorrida nos últimos anos, especialmente para nossos Colégios Agrícolas, que hoje contam com suporte pedagógico para êxito nas ações.

Sobre as ações executadas a SEED conclui que as ações permeiam o processo de oferta à demanda identificada, trazendo visibilidade para os programas/projetos executados com vistas à proteção integral das crianças e adolescentes, e, certamente, remetendo à necessidade da permanência do processo de qualificação e avanço, cujo propósito é a oferta de uma educação de qualidade, equânime e inclusiva.

Parcialmente Executadas

QUADRO 19 - METAS PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
4	6	Atendimento de 100 % das unidades escolares com oferta de atividades curriculares de contraturno.
4	10	100% das escolas da rede estadual de ensino adequadas em relação à acessibilidade e segurança contra incêndio, sendo 320 escolas ao ano
4	19	Ação: Criação de um sistema de registro de dados – categoria, tipificação e outros – para captar ocorrências de violências e drogadição nas escolas, bem como outros dados referentes às necessidades que se fizerem prementes e, a partir de diagnósticos, realizar ações pedagógicas de prevenção ou enfrentamento. Meta: Implantar o sistema de registro de dados
4	21	Ofertas de atividades esportivas e de lazer em 100% das escolas estaduais, indígenas e quilombolas.
5	2	Ação: Construção de 3 Centros de Educação Profissional localizados em Campo Largo, Ibiporã e Colorado Meta: Ocupação de 100% das vagas dos centros construídos.
5	2	Ação: Expansão da profissionalização voltada para os municípios de pequeno porte e periferias das áreas metropolitanas. Meta: Expandir progressivamente através da inserção do quinto itinerário proposto pelo Novo Ensino Médio
5	2	Ação: Oferta de cursos técnicos em nível médio aos povos indígenas e demais comunidades tradicionais com o intuito de prepará-los para o trabalho na comunidade e em seu entorno. Meta: Ampliação em 100% da oferta de vagas de forma gradativa, conforme a demanda, contemplando os povos indígenas e comunidades tradicionais, sendo 20% ao ano.
6	10	100% das unidades escolares da rede estadual de ensino com agremiações devidamente constituídas e ativas, sendo 10% a cada ano

Com relação ao atendimento de 100% das unidades escolares com oferta de atividades curriculares de contraturno, a Seed informa o cumprimento de 80% da meta, e justifica que tem escolas da rede que não ofertam programas no contraturno por serem Escolas de Tempo Integral e/ou por não disponibilizarem de espaço físico para as atividades e/ou não ter disponibilidade de professores da área e/ou por serem escolas de único turno de funcionamento.

Sobre a meta de ter 100% das escolas da rede estadual de ensino adequadas em relação à acessibilidade e segurança contra incêndio, sendo 320 escolas ao ano, a Secretaria informa que quanto ao Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros do Paraná - CLCB, 208 estão licenciadas pelas normativas do Corpo de Bombeiros, com a projeção de regularização de, no mínimo, 2% anualmente, do total de estabelecimentos de ensino estaduais por Núcleo Regional de Educação.

No que se refere a implantar um sistema de registro de dados para captar ocorrências de violências e drogadição nas escolas, bem como outros dados..., a SEED informa que está em fase inicial as tratativas para a criação do sistema de registro de dados, destacando que já existe o Sistema Estadual da Rede de Proteção (SERP), no entanto não contempla esse tipo de registro.

Já sobre a construção de 3 Centros de Educação Profissional localizados em Campo Largo, Ibiporã e Colorado, o Centro de Campo Largo foi construído e está sendo utilizado e o de Ibiporã e Colorado estão aguardando o início das obras.

Demais informações sobre as metas parcialmente executadas poderão ser visualizadas no instrumental, preenchido pela SEED, que encontra-se anexo ao relatório anual.

Não Executadas

QUADRO 20 - METAS NÃO EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
2	14	Redução das manifestações de violências no ambiente escolar, via registros do Sistema Estadual da Rede da Proteção de Proteção - SERP.
2	26	Ação: Incentivar a participação dos grêmios estudantis nas equipes multidisciplinares de ensino. Meta: Participação de 100% dos grêmios estudantis nas equipes multidisciplinares de ensino de história e cultura afro- brasileira, africana e indígena até 2023
5	2	Ação: Oferta de cursos de qualificação profissional aos adolescentes acima de 14 anos em regime de privação de liberdade

		Meta: Ofertar qualificação profissional para os adolescentes dos Centros de Socioeducação, de forma gradativa.
--	--	---

Sobre a meta de reduzir as manifestações de violências no ambiente escolar, via registros do Sistema Estadual da Rede da Proteção de Proteção - SERP, a SEED informa que está em processo de elaboração um Sistema para registro de dados para essa finalidade.

Quanto a meta de participação de 100% dos grêmios estudantis nas equipes multidisciplinares de ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena até 2023, a SEED informa que a legislação que regulamenta as equipes multidisciplinares e que também indica a sua composição, prevê a participação de estudantes agremiados ou não.

Por fim, sobre a meta de ofertar qualificação profissional para os adolescentes dos Centros de Socioeducação de forma gradativa, a Secretaria relata que houve solicitação de utilização do recurso do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) para contratação de curso. No entanto, não foi autorizado devido ao prazo estabelecido na Resolução do PEJA para a utilização do recurso. Em fevereiro de 2024 foi solicitada a inserção de recursos financeiros na LOA de 2025 para atendimento a esta demanda.

1.1.9 - Secretaria de Estado do Esporte do Paraná - SEES

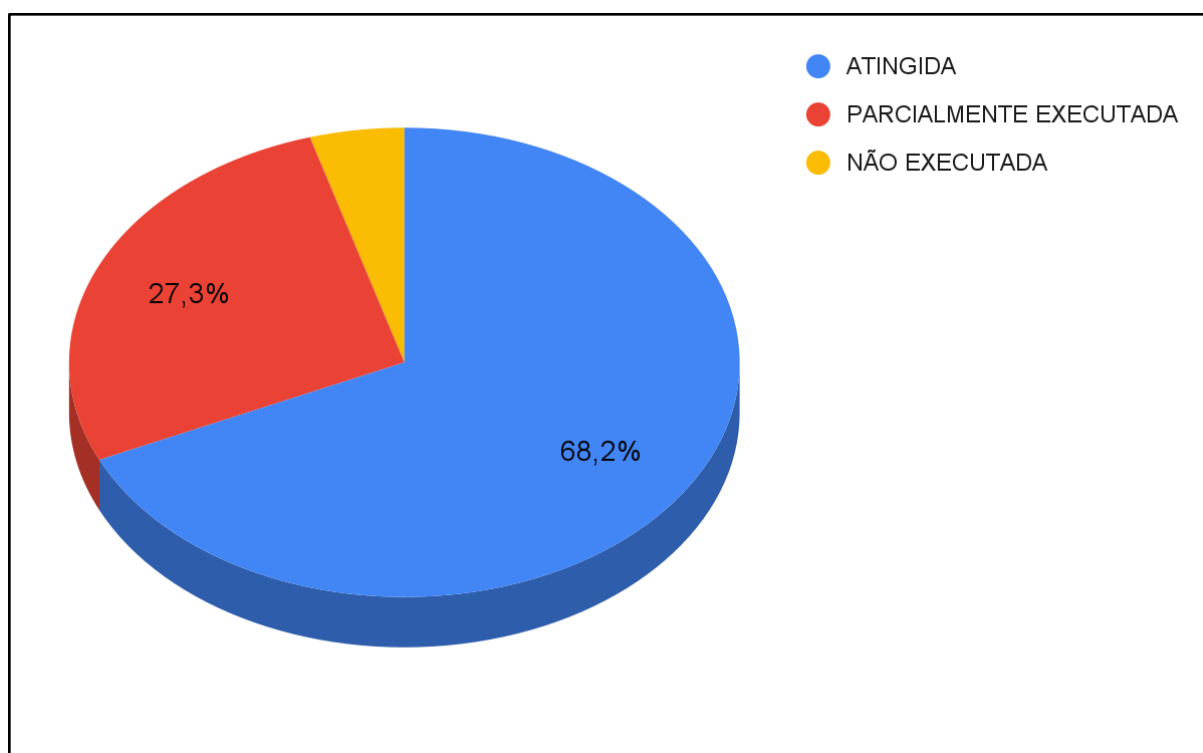
A SEES é responsável por 22 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹³, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 21 - METAS DO RESPONSÁVEL - SEES

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	15	06	01

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 9 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SEES



A SEES apresentou 68,2% de metas atingidas, entre estas metas destaca-se: A produção de 02 artigos científicos, que foram elaborados a partir da amostra coletada com atletas paranaenses integrantes do programa Geração Olímpica e Paralímpica, os dados da publicação podem ser consultados no instrumental preenchido pela SEES o qual encontra-se anexo a este documento.

¹³ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SEES anexo a este relatório.

A Secretaria informa que tem implantado por meio de cooperação técnica em suas instalações oito projetos que atendem crianças e adolescentes, sendo eles: Federação Paranaense de Tênis, Associação de Ginástica Rítmica, Instituto Compartilhar de Voleibol, Rugby VOR, Maestro da Bola, Escola de Futebol Nilo, Federação Paranaense de Golf 7.

Destacam também que o Sistema Esportivo do Estado do Paraná vem sendo desenvolvido por meio de estudo realizado com a UFPR por intermédio de cooperação técnica e financeira, e como fruto de um esforço conjunto foi aprovada e sancionada a lei 21.405/2023, ela instituiu o Sistema Esportivo Estadual, destinado à articulação, promoção e gestão integrada e participativa das políticas públicas de esporte. Estão sendo estruturados e organizados, por meio desta parceria, um material que contempla a atualização da Política de Esporte do Estado do Paraná, Lei Geral do Esporte, Sistema Esportivo e Fundo Esportivo, sendo as crianças e adolescentes referenciados nesses documentos, o material foi para última revisão e está em processo de impressão.

Sobre a meta de coletar os dados do campo de atuação de 100% dos órgãos esportivos municipais que atuam com o esporte junto às crianças e adolescentes do Paraná, a Secretaria relata que a coleta de informações dos órgãos esportivos municipais foi estabelecida por meio de ação conjunta como Instituto de Inteligência Esportiva, sendo o relatório dos dados estruturado em formato de Business Intelligence - BI e disponível no link: <https://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2022/12/Balanco-GEEM-2022-site.pdf>

Já com relação a meta de capacitar até 150 profissionais de Educação Física e Esporte para atuar com lazer no Paraná, foram capacitados cerca de 200 profissionais de esporte, educação física e estagiários. Outra atividade realizada foi a execução de programas de pós-graduação com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), para gestores públicos e técnicos esportivos estaduais e municipais, participaram 520 pessoas, atingindo 56% dos municípios.

Os jogos escolares possibilitaram a participação de 126.274 crianças e adolescentes em atividades esportivas nos municípios paranaenses, e cumpriu a ação de promover a evolução do esporte paranaense democratizando o acesso à prática do esporte, cuja meta era atender anualmente pelo menos 10 mil crianças e adolescentes no Estado.

A SEES também relata que realizaram os Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Escolares do Paraná para estabelecimentos de ensino público e ensino privado, e cumpriu a meta de aumentar em 2% o número de municípios, de alunos/atletas, assim como o número de estabelecimentos de ensino público e privado participantes.

Também foi construído e implementado um Sistema para armazenamento de informações para o esporte, tendo como base plataformas e sistemas tecnológicos, sendo também utilizado na organização de eventos esportivos oficiais.

Parcialmente Executadas

QUADRO 22 - METAS PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
4	2	Ação: Delinear as possibilidades de Gestão Compartilhada do Público Estratégico envolvido no esporte, do Sistema Esportivo Estadual, que atuará junto às crianças e adolescentes paranaenses Meta: Impressão de 5000 cadernos da Gestão Compartilhada
4	2	Delinear o Plano de Ações de Esporte da Paraná Esporte, destinado principalmente às crianças e adolescentes paranaenses
4	2	Execução de projetos esportivos com ações voltadas a crianças e adolescentes em 70% dos municípios paranaenses.
4	15	Ação: Propiciar aos gestores de políticas públicas de esporte destinadas às crianças e adolescentes dos municípios do Paraná, o desenvolvimento de competências de gestão, por meio da capacitação e aperfeiçoamento contínuos. Meta: Participação de no mínimo 1 representante por município paranaense anualmente.
4	15	Ação: Propiciar capacitação técnica para profissionais com atuação no esporte para aprendizagem e desenvolvimento esportivo. Meta: Produzir caderno técnico/pedagógico com a metodologia para aplicação das ações de esporte voltadas às crianças e adolescentes paranaenses até 2023
4	15	Ação: Capacitar profissionais de Educação Física e Esporte para atuar em programas e projetos do Estágio de Esporte para a vida toda e Readaptação no Estado do Paraná. Meta: Atender 100% dos municípios paranaenses de até 30 mil habitantes

A SEES apresentou 27,3% de metas parcialmente executadas, entre elas destaca-se:

Sobre impressão dos cadernos de Gestão Compartilhada e a produção de caderno técnico/pedagógico, informam que os cadernos foram estruturados e organizados, e que faltava apenas as últimas correções de formatação que foram

sugeridas para posterior encaminhamento para impressão. Já com relação a execução de projetos esportivos com ações voltadas a crianças e adolescentes em 70% dos municípios, a Secretaria informa que desenvolvem o Projeto Esporte nas Cidades com o objetivo de atendimento inicial aos municípios de até 30.000 habitantes, para o desenvolvimento esportivo prioritariamente voltado para crianças e adolescentes, e foram atendidos 181 municípios totalizando 60%.

A SEES relata que realizaram curso de capacitação onde foram atendidos 1613 pessoas em todas as 13 regionais do esporte, foi destacado que as vagas foram ofertadas para todos os municípios, no entanto nem todos participaram.

Já sobre a ação de capacitar os profissionais de educação física e esporte para atuar em programas e projetos do Estágio de Esporte para vida toda e readaptação, cuja meta era atender 100% dos municípios paranaense de até 30 mil habitantes, a SEES informa que devido a diversas situações que envolvem desde a pandemia até questões de redirecionamento de ações inerentes à Secretaria de Estado do Esporte e Paraná Esporte, ainda não foi possível a execução desta ação em sua totalidade.

Não Executadas

QUADRO 23 - METAS NÃO EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
1	8	Coletar amostras de polimorfismo ACTN3 - Alfa Actinina 3 e ECA - Enzima Constrictora da Angiotensina de aproximadamente 1500 crianças e adolescentes para correlaciona-las às características de desempenho de habilidades esportivas.

A SEES teve apenas 01 meta identificada como não executada, e diz respeito sobre a meta de coletar amostras de poliformismo ACTN3 - Alfa Actinina 3 e ECA - Enzima Constrictora da Angiotensina de aproximadamente 1500 crianças e adolescentes para correlaciona-las às características de desempenho de habilidades esportivas, e informa que não houve amostras coletadas devido à falta de investimento para o projeto, no entanto destaca que foram coletados dados de 250 atletas, esses dados estão armazenados no Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Londrina.

1.1.10 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU

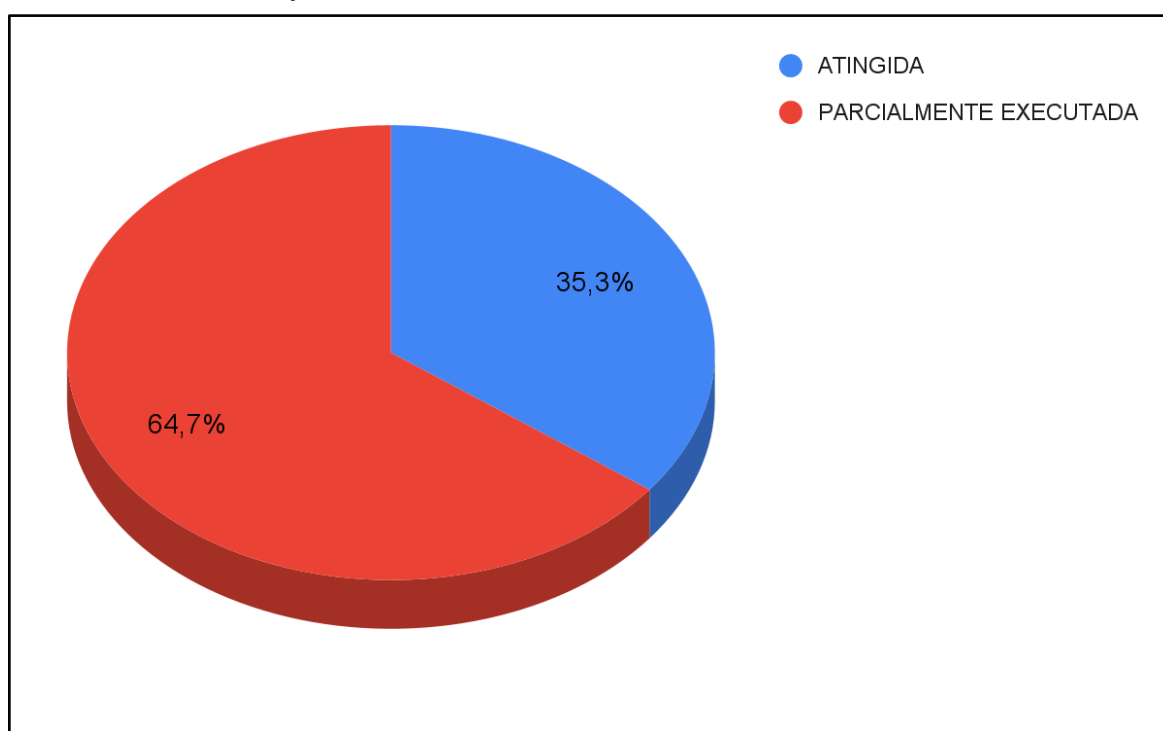
A SEJU é responsável por 17 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹⁴, as mesmas foram classificadas das seguinte forma:

QUADRO 24 - METAS DO RESPONSÁVEL - SEJU

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	06	11	0

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 10 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SEJU



A SEJU atingiu 35,3% das suas metas, dentre elas destacam-se: no que se refere a ações da área da Socioeducação, o "Projeto horta e jardins de mel", realizado no Centro de Socioeducação de Curitiba teve como escopo a capacitação dos adolescentes no cultivo e plantio de hortaliças e desenvolvimento da apicultura, projeto ganhador do prêmio de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça -

¹⁴ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SEJU anexo a este relatório.

CNJ. Outras unidades do interior do Estado desenvolveram projetos ligados à economia solidária no ano de 2023. Foi desenvolvido uma articulação da equipe do Escritório Regional de Londrina (SEJU), e realizado 6 clubes de leitura online com o alcance de participação a todas unidades socioeducativas com temas ligados aos Direitos Humanos e demais questões sensíveis ao desenvolvimento da reflexão dos adolescentes do sistema socioeducativo.

Informam também que atividades de cultura, esporte e lazer ocorreram em 100% das unidades socioeducativas, a exemplo do Sarau da Cultural, com o objetivo de criar espaço onde os adolescentes possam manifestar-se artisticamente, abrangendo dança, leitura, poesia, leitura de livros, música, entre outras formas de arte.

Realizada a instrução normativa conjunta entre SEJU e SEED, regulamentando o atendimento dos adolescentes que encontram-se nas unidades socioeducativas, em garantia tanto do seu atendimento institucionalmente mais adequado, quanto facilitando seu retorno para escola de origem. A Secretaria relata ainda que 100% dos adolescentes encontram-se regularmente matriculados no Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas (PROEDUSE). Nas Unidades de Internação Provisória, as regulamentações publicadas pela SEED, possibilitam a manutenção da matrícula dos adolescentes na modalidade que estão cursando no momento de ingresso na Unidade. Estes adolescentes têm acesso aos conteúdos e atividades encaminhadas pela Instituição de Ensino de origem, frequentam as aulas ministradas pelos profissionais do Proeduse e recebem orientações condizentes com seu nível de ensino (continuidade do processo de escolarização).

O Programa Estadual de Aprendizagem da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) no Paraná aconteceu de fevereiro de 2022 a julho de 2023. O programa prático e o Curso de Auxiliar Administrativo foi oferecido por três entidades sem fins lucrativos: Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI), Guarda Mirim de Foz do Iguaçu e Centro Integrado Empresa e Escola - Paraná (CIEE). Informam ainda que 100% das vagas foram ocupadas por adolescentes oriundos de medida socioeducativa, pós-medida e/ou liberdade assistida e de comunidades de altíssima vulnerabilidade (350 vagas).

Sobre o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), em 2023 houve a proteção de 28 casos sendo 64

crianças/adolescentes ou jovens egressos do Sistema Socioeducativo, além de 27 adultos, totalizando 91 pessoas protegidas.

A SEJU informa que foi retomada parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), com oferta de cursos livres gratuitos e presenciais para os adolescentes, durante os períodos de recesso e férias escolares, nas dependências das Unidades, e destaca que esses cursos têm como propósito despertar o interesse dos participantes pelo mundo do trabalho.

O Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua – CIAMP Rua/PR, informa que conduziu no ano de 2023, um estudo abrangente intitulado “Levantamento da População em Situação de Rua no Estado”. Este levantamento, fundamentado em dados provenientes do Cadastro Único para Programas Sociais dos 399 municípios do estado, envolveu uma análise metódica dos números quantitativos e comparativos relacionados à população em situação de rua de todas as faixas etárias, bem como dos registros do RMA referentes aos atendimentos direcionados às crianças e adolescentes em situação de rua, compreendendo a faixa etária de 0 a 17 anos.

O CIAMP Rua/PR identificou a necessidade premente de investigar especificamente o cenário das crianças e adolescentes em situação de rua no Paraná, reconhecendo que tal levantamento poderia fornecer subsídios essenciais para embasar a implementação de políticas públicas voltadas à assistência desse grupo vulnerável.

Destaca-se que, a abordagem em relação às crianças e adolescentes em situação de rua, foi pautada na obtenção de informações cruciais para a identificação de suas famílias, seguida pelo devido cadastramento. Além disso, ressaltou-se a importância do acionamento do Conselho Tutelar e demais órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, visando assegurar a proteção integral desses indivíduos em conformidade com a legislação vigente.

As atividades empreendidas foram conduzidas com base nos dados obtidos por meio do CADÚnico - Cadastro Único do Governo Federal, na esfera social, e do RMA - Registro Mensal de Atendimentos nos equipamentos sociais dos municípios paranaenses. A compilação desses dados foi realizada pela equipe gestora da política da população em Situação de Rua, culminando na elaboração de uma Cartilha contendo os resultados da pesquisa.

Posteriormente, foram redigidos ofícios pela gestão do Comitê, direcionados às autoridades competentes, com o intuito de sensibilizá-las e instalá-las a adotar

medidas concretas para mitigar a persistência e gravidade da situação de rua enfrentada por crianças e adolescentes. Tais ofícios foram encaminhados aos órgãos estaduais e municipais pertinentes, a fim de demandar atenção e ação imediata diante desse contexto alarmante.

A SEJU informou ainda que por meio do Programa Paraná em Ação, fez mais de 3000 atendimentos para Crianças e Adolescentes, conforme Lei nº19.693/2018 - a qual institui o Programa Criança e Adolescente Protegido, sendo emitidas 3010 carteiras de identidades em parceria com o Instituto de Identificação do Paraná, ações realizadas em 23 edições.

Parcialmente Executadas

QUADRO 25 - METAS PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
2	2	Ação: Sensibilizar os municípios cofinanciados pelo FEAS (20 municípios FONTE: SEJUF/DAS 2021) para atenção a população em situação de rua para cadastramento de dados nos instrumentos de gestão acerca de crianças e adolescentes em situação de rua.
2	15	Ação: Ampliar a oferta de vagas para medidas de restrição de liberdade, através da construção de Casas de Semiliberdade Meta: Ampliação em 72 vagas, até o ano 2023
2	15	Ação: Ampliar Equipe Técnica para qualificar o atendimento prestado, conforme estabelecido no SINASE Meta: Contratar <u>118</u> profissionais para as unidades socioeducativas
2	15	Ação: Capacitar os agentes públicos da socioeducação na questão étnica racial Meta: Ofertar capacitação para 100% dos servidores.
2	15	Ação: Capacitar os agentes públicos da socioeducação sobre as questões de violência psicológica: racial, sexual e de gênero Meta: Ofertar capacitação para 100% dos servidores.
2	15	Ação: Proporcionar formação continuada aos servidores atuantes na Socioeducação Meta: 100% dos servidores capacitados, recebendo no mínimo, um curso a cada 2 anos
2	15	Ação: Realizar adequações estruturais nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade Meta: 100% das unidades com estrutura física adequada aos padrões do SINASE
2	17	Ação: Articular a rede de atendimento municipal, a família e a comunidade com vistas à inserção social e comunitária do adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa de privação ou restrição de liberdade

		Meta: Diminuição de 3% por ano de reincidência do Sistema Socioeducativo.
2	17	Ação: Oferta regular de oficinas culturais, de lazer e esportivas através de parcerias e contratação de prestação de serviço Meta: 100% dos adolescentes em internação, internação provisória e semiliberdade
2	17	Ação: Oferta regular de qualificação profissional através de parcerias e contratação de prestação de serviços Meta: 100% dos adolescentes em internação, semiliberdade, e internação provisória com os requisitos necessários atendidos para participação
2	25	Ação: Realizar capacitações aos atores do SGD a fim de subsidiá-los para a adequada utilização e aplicação de cada uma das medidas socioeducativas Meta: Realizar no mínimo 5 capacitações/reuniões ampliadas por ano

A SEJU executou parcialmente 64,7% de suas metas. Sobre a meta de sensibilizar os municípios cofinanciados pelo FEAS para atenção a população em situação de rua para cadastramento de dados nos instrumentos de gestão acerca de crianças e adolescentes em situação de rua, a Secretaria informa que foi realizada uma orientação técnica nº001/2023 CIAMPRUA/PR/SEJU com o Projeto Inverno 2023, e que a mesma teve como diretriz a realização e mapeamento de indivíduos e famílias (destacando também crianças e adolescentes) reforçando que esses dados seja utilizados para organização dos serviços prestados à população em tela. Relata também que está em processo de finalização uma Cartilha sobre o tema, e que após a conclusão será enviada aos municípios.

Sobre as metas envolvendo o Sistema de Atendimento Socioeducativo, destaca-se a inauguração da nova sede da Casa de Semiliberdade feminina em Curitiba, e que a capacidade de atendimento do novo espaço prevê a ampliação de 7 para 18 vagas. Contratação de 36 profissionais da área de saúde por meio do Concurso Público nº28/2020 SEAP para atendimento nas Unidades Socioeducativas, sendo convocados mais 13 candidatos que encontram-se em fase de investigação social.

No que se refere à formação continuada dos servidores, destaca-se a realização do “1º Seminário de Qualificação da Atenção à Saúde do Adolescente na APS: Políticas Públicas de Saúde e o Sistema Socioeducativo”, em parceria com a Secretaria de Saúde - SESA e a Universidade Federal do Paraná - UFPR. Foi realizado também o Seminário “Ressignificando a Gestão de Atendimento Socioeducativo - Formação de Gestores das Unidades Socioeducativas”, “Formação Inicial para novos servidores do Sistema Socioeducativo do Paraná”, e a retomada

do Programa de Formação Continuada, ocorrida no mês de dezembro. Foi realizada em dezembro a capacitação “Práticas e Saberes em Socioeducação do Estado do Paraná - Edição 2023”, presencialmente para 150 servidores oriundo de todas Unidades do Estado, e com transmissão online para os demais servidores do estado, sendo abordado entre outros assuntos, as temáticas raciais e de gênero.

Sobre a meta de realizar adequações estruturais nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade, com 100% das unidades com estrutura física adequada aos padrões do SINASE, foi informado que (até que seja viabilizada as reformas necessárias) foram realizados reparos por meio do fundo rotativo. A Unidade de Foz do Iguaçu teve a instalação da rede de gás, reforma e pintura de portas, alojamentos e toldos, e a do Joana Richa foi reformado o telhado da área pedagógica, e pintura. Foi informado ainda que 72% das Unidades Socioeducativas estavam em conformidade com os parâmetros estabelecidos (Os Censes Umuarama, Paranavaí, Santo Antônio da Platina, Pato Branco, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu e São Francisco e Joana Richa foram considerados como aquelas Unidades que não estão em plena conformidade). A reforma do Cense de Foz do Iguaçu estava em processo de estudo técnico preliminar - ETP e tramitação junto à Secretaria das Cidades para licitação, o Cense de Piraquara em processo de conclusão, e por fim o Cense Joana Richa em estudo de readequação.

Já sobre a meta de diminuir em 3% por ano a reincidência do Sistema Socioeducativo, a SEJU informa que “observa-se que o número de adolescentes encaminhados para cumprimento de Medidas Socioeducativas privativas e restritivas de liberdade sofreu significativa queda durante período pandêmico, compreendido entre março de 2020 e maio de 2023, contudo, com o término das barreiras sanitárias observa-se que o número de apreensões vem aumentando gradativamente. O Sistema de Medidas Socioeducativas - SMS passa por atualização com o objetivo de trazer a mensuração dos dados. Também na perspectiva de qualificação do dado quanto a terminologia e intencionalidade de quantificação, trazendo os dados de Reinternação.”.

No que se refere a oferta regular de oficinas culturais, de lazer e esportivas por meio de parcerias e contratação de prestação de serviço, com a meta de 100% dos adolescentes em internação, internação provisória e semiliberdade, foi informado que houve a Realização da Primeira de Semana Sarau Cultural do Sistema Socioeducativo do Paraná, em 11 unidades socioeducativas. Em processo de tramitação para retomada dos Projetos "Movimento e Arte" e "Karatê" com

abrangência tanto para adolescentes em medidas em restrição, quanto privação de liberdade.

No que diz respeito a meta de realizar no mínimo 5 capacitações/reuniões ampliadas por ano com os atores do Sistema de Garantia de Direitos, foi informado que em junho de 2023 foi realizada reunião técnica pelo Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça - CNJ em conjunto com a Coordenação do Sistema Socioeducativo - CGS, na qual foi apresentada a atividade "Cartas aos(as) magistrados(as) da Justiça Juvenil e do Sistema Socioeducativo do Brasil". O objetivo da proposta foi a elaboração de cartas aos(as) magistrados(as) do Sistema Socioeducativo para levantar as demandas dos(as) adolescentes autores(as) de ato infracional e em cumprimento de medidas socioeducativas. Foi realizada também reuniões trimestrais para acompanhamento das metas pactuadas no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo - PEAS de vigência de 2015 a 2024.

Por fim sobre a ação de proporcionar formação continuada aos servidores atuantes na Socioeducação, cuja meta era de 100% dos servidores capacitados, recebendo no mínimo, um curso a cada 2 anos, a SEJU informa que houve o planejamento, elaboração do projeto e organização junto à SEDEF, SETI e UNESPAR para Oferta de 907 vagas, em curso de Especialização Latu Sensu. Destas 424 vagas serão destinadas para servidores que executam medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade ou que atuam nas áreas afetas à socioeducação na Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJU) na Especialização em Socioeducação para Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, na modalidade EAD com carga horária total de 380 horas. Inscrições abertas em Janeiro de 2024. O objetivo do curso é formar os profissionais que atuam no Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná e profissionais estatutários de municípios que atuam nos CREAS ou equipes de proteção social especial que atuam com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, contribuindo para o desenvolvimento dos recursos humanos e do atendimento dos/as adolescentes, com base nos marcos legais da política socioeducativa e da garantia de direitos.

1.1.11 - Secretaria de Estado da da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI

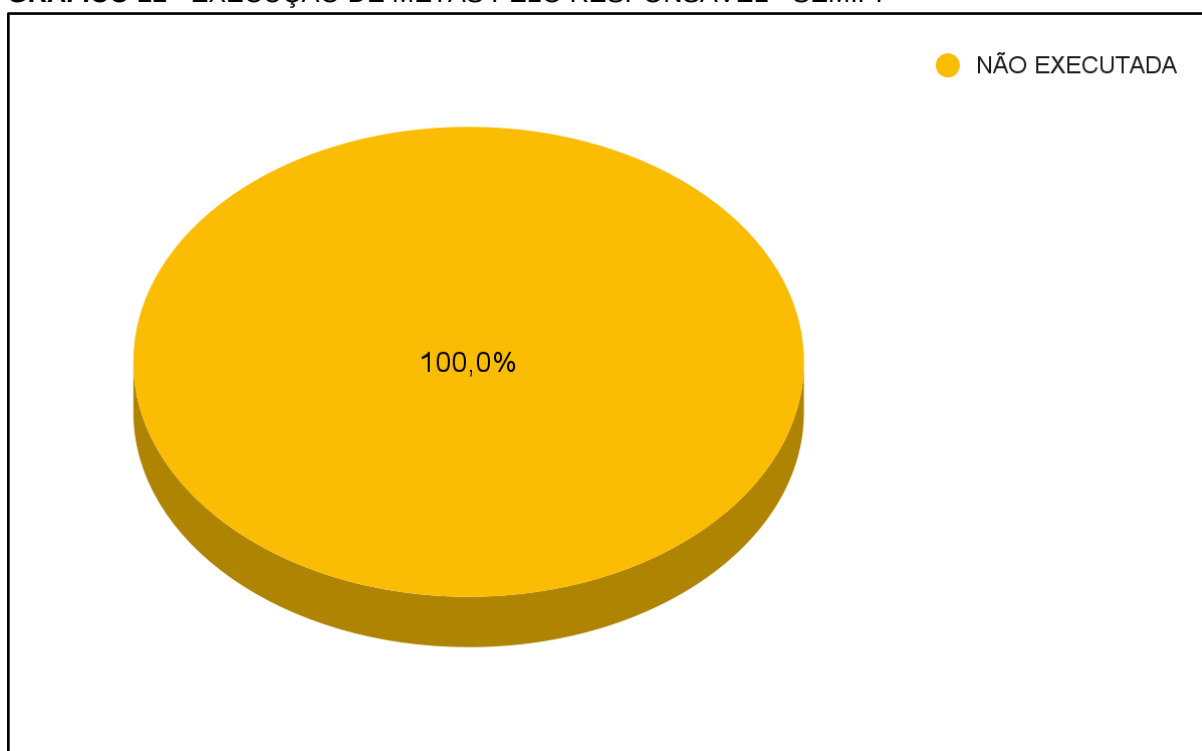
A SEMIPI é responsável por 03 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹⁵, as mesmas foram classificadas das seguinte forma:

QUADRO 26 - METAS DO RESPONSÁVEL - SEMIPI

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	00	00	03

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 11 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SEMIPI



A SEMIPI informa que a Secretaria é recente, sendo criada pela Lei nº21.532/2023 e destaca que em sua estrutura organizacional consta a Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais - DIRCT - e a finalidade consiste no “planejamento, na formulação, na gestão, na coordenação, na implantação e na implementação de Políticas Públicas destinadas à promoção da Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito Estadual”.

¹⁵ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SEMIPI anexo a este relatório.

A Secretaria informa que não realizou as metas relativas ao plano decenal, e que no perfil do público atendido, por meio da DIRPCT, não constam previsões de ações diretas à crianças e adolescentes. Ressaltam que é a 1ª vez no governo do estado do Paraná que foi criada uma Diretoria específica voltada à implantação e implementação de políticas públicas à população negra, povos e comunidades tradicionais, e que deste modo, no 1º ano de existência, em 2023, as ações realizadas visaram consolidar a estrutura organizacional da Diretoria, contudo destacam:

a) A criação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI - Lei 21.430 de 19.04.2023

b) Realização de Conferências Livres e da I Conferência Estadual dos Povos

c) Mobilização, pela primeira vez na história, de 11 Secretarias de Estado, que participaram do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo criado pelo Decreto nº 3.448 de 15/09/2023;

d) Lançamento da Campanha Estadual “Paraná Unidos contra o Racismo”, elaborada de forma inédita, envolvendo diversificados atores, estruturas e hierarquias do Governo do Estado;

e) Está em fase de criação, junto a Celepar, o “BI Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais” com objetivos de criar banco de dados, integrar dados e informações, realizar o levantamento, a sistematização e a análise dos dados, para a construção e o fortalecimento de políticas públicas;

d) Realização de Eventos, Encontros, Seminários, dentre outras atividades.

Não Executadas

QUADRO 27 - METAS NÃO EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
2	12	Meta: Articular ações que priorizem o fornecimento de água tratada e esgoto em comunidades indígenas e tradicionais, em especial quilombolas.
2	12	Meta: Produzir estudos sobre a realidade social das crianças e adolescentes de comunidades tradicionais e indígenas com base em fontes de dados oficiais e levantamentos in loco.
2	14	Ação: Capacitar profissionais das escolas indígenas, lideranças e comunidades indígenas sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes indígenas através de cursos e/ou seminários sobre: o amparo legal que protege a criança e/ou adolescente, em especial, os indígenas e diferentes formas de violências. Meta: Realizar no mínimo 2 capacitações ao ano para profissionais das escolas e indígenas das comunidades

Com relação a não execução das metas a SEMIPI informa que: sobre a meta de articular ações que priorizem o fornecimento de água tratada e esgoto em comunidades indígenas e tradicionais, em especial quilombolas, justifica que embora a temática da água tratada e esgoto é de fundamental importância para a saúde dos povos e comunidades tradicionais, as ações articuladas foram relacionadas ao acolhimento e encaminhamentos de outras demandas, de igual importância, trazidas por esta população. Ressaltam que para 2024 a demanda já está sendo pautada com a SANEPAR.

Sobre a meta de cofinanciar Projetos de Entidades da Sociedade Civil e ou Órgão às crianças e adolescentes e suas famílias pertencentes a comunidades tradicionais, a secretaria contextualiza que dentre os diversos instrumentos de cofinanciamento de projetos, destacam os Editais de Chamamento Público, Termos de Cooperação e recursos provindos do Fundo Estadual dos Conselhos de Direitos. Neste intuito, na SEMIPI estão sendo avaliadas formas para o cofinanciamento, contudo, ressaltamos que ambos os Conselhos Estaduais, ainda não criaram os respectivos Fundos, a saber:

a) Embora o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CEPCT/PR foi criado em 18.12.2012 até o momento não foi criado o Fundo Estadual e este encontra-se em fase de análise e estudos para viabilidade e identificação da(s) fonte(s) de recurso.

b) O Conselho dos Povos Indígenas do Paraná, criado em 19.04.2023: foram eleitos e homologados os conselheiros na I Conferência Estadual dos Povos indígenas, realizada em dezembro de 2023. Está em fase de organização da 1ª reunião de Diplomação dos Conselheiros.

Já no que diz respeito a produzir estudos sobre a realidade social das crianças e adolescentes de comunidades tradicionais e indígenas com base em fontes de dados oficiais e levantamentos in loco, embora não foram produzidos estudos, com base em fontes de dados oficiais, destacam que está em fase de criação, junto à Celepar o BI da Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, com objetivos de criar banco de dados, integrar e unificar informações.

A meta de capacitar profissionais das escolas indígenas, lideranças e comunidades indígenas sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes indígenas através de cursos e/ou seminários sobre: o amparo legal

que protege a criança e/ou adolescente, em especial, os indígenas e diferentes formas de violências, embora não foram realizadas capacitações em 2023, está em andamento para 2024, a formação de parcerias entre SEMIPI e SEED para elaboração de capacitações de profissionais nas escolas indígenas. Destacam ainda, que está em fase de planejamento e estabelecimento de parcerias, para a realização conjunta de capacitações, com temáticas voltadas ao letramento etnicorracial, racismo institucional, prevenção ao suicídio, qualificação dos profissionais da segurança pública, redução da violência nas abordagens aos povos e comunidades tradicionais, dentre outras temáticas, bem como, serão abordadas temáticas voltadas à defesa e proteção à criança e adolescente indígena.

1.1.12 - Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA

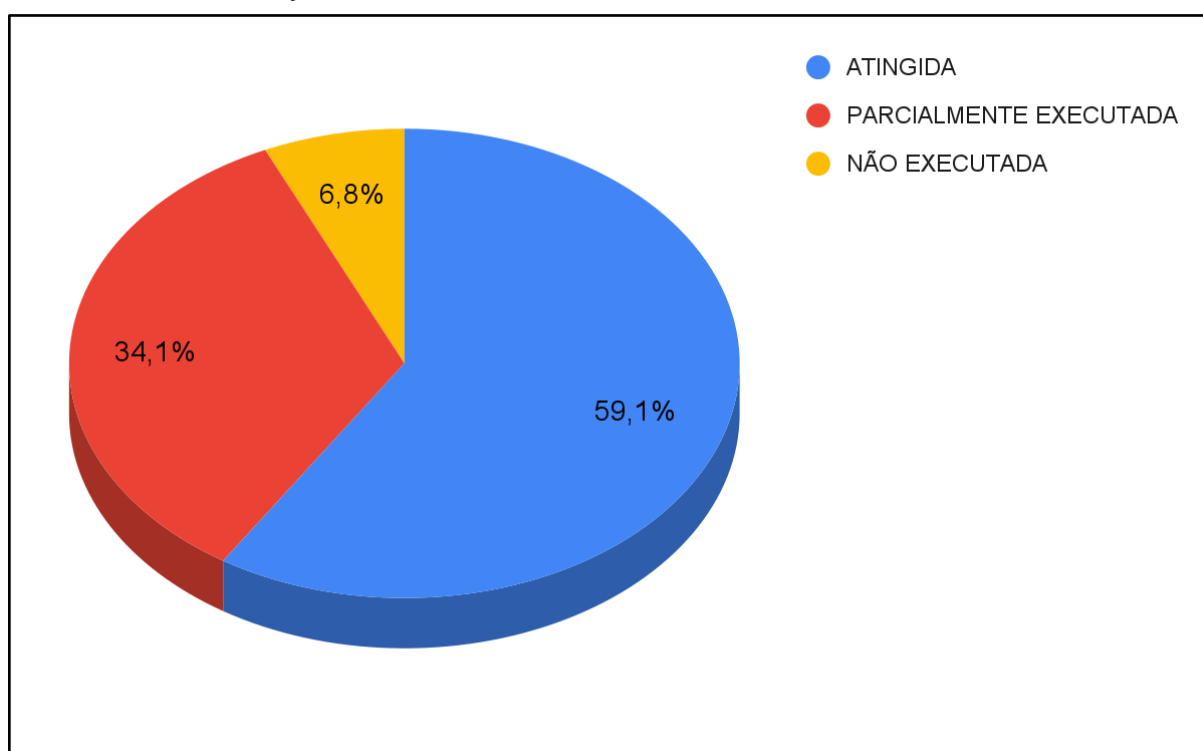
A SESA é responsável por 44 metas previstas para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução¹⁶, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 28 - METAS DO RESPONSÁVEL - SESA

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	26	15	3

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 12 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SESA



As ações realizadas em 2023 pela SESA atingiram um percentual de 59% das metas. A Secretaria enviou algumas informações sobre a execução das metas contempladas no Plano Decenal e de outras ações realizadas que impactam na Política da Criança e do Adolescente.

¹⁶ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SESA anexo a este relatório.

A SESA apresentou um panorama das metas atingidas, ressaltando os avanços e impactos positivos alcançados através das políticas e programas implementados pela Secretaria. Destacando que ao analisar o progresso das metas estabelecidas no Plano Decenal da Secretaria de Saúde, é possível observar uma série de ações implementadas com o intuito de promover a saúde bucal de gestantes, crianças e adolescentes em todo o estado. Entre as metas executadas com sucesso, destaca-se o fomento de uma ação anual para incentivar a utilização das carteiras de saúde, visando o acompanhamento odontológico desses grupos específicos. Essa iniciativa foi reforçada por meio de reuniões técnicas realizadas tanto com as Regionais de Saúde quanto com os profissionais de saúde bucal nos municípios, evidenciando a importância da medida para a promoção da saúde bucal.

Outra meta executada com êxito foi o apoio aos municípios aderentes ao Programa Saúde na Escola (PSE) para a realização da avaliação em saúde bucal de crianças e adolescentes inscritos no programa. Por meio de reuniões técnicas e orientações direcionadas, buscou-se incentivar a realização de ações como bochecho fluoretado e escovação supervisionada, especialmente nas escolas participantes do PSE.

Entretanto, algumas metas encontram-se parcialmente executadas, como a meta de alcançar 50% de crianças e adolescentes entre 6 e 12 anos realizando bochecho com flúor semanalmente. Isso se deve, em parte, à disponibilidade generalizada de flúor em águas de abastecimento público e dentifrícios fluoretados, o que tem impactado na adesão ao programa de bochecho. Apesar disso, os municípios que permanecem no programa receberam suporte da Secretaria de Saúde para realizar essa ação preventiva.

Por outro lado, a meta de capacitar profissionais de saúde bucal para a estratificação de risco em saúde bucal de crianças e adolescentes nas 22 Regionais de Saúde não foi plenamente executada. Isso se deve ao fato de que a Estratificação de Risco em Saúde Bucal estava em processo de validação e o sistema de informação necessário para sua implementação ainda estava em construção durante o período avaliado.

Além das metas estabelecidas no plano decenal, outras ações foram realizadas para promover a saúde bucal, prevenir doenças e oferecer tratamento e reabilitação em diversas instâncias, incluindo escolas, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidade Odontológicas e até unidades hospitalares especializadas

em determinadas condições bucais específicas, como pacientes oncológicos, fissurados, com traumatismo bucomaxilofacial e com deficiência. Essas ações ampliam o escopo do plano decenal, contribuindo para a melhoria da saúde bucal em todo o estado.

Dentro da Divisão de Saúde da Pessoa com Deficiência, acompanhamos as ações da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência, no ano de 2023, visando a implementação das políticas de saúde com foco na prevenção, promoção de saúde e a qualificação do cuidado às pessoas com deficiência.

Destaque para a implementação do Sistema de Triagem Neonatal que tem como objetivo monitorar a realização e seguimento clínico da triagem neonatal (testes do pezinho, orelhinha, olhinho e coraçãozinho) de cunho obrigatório no estado do Paraná.

Com o intuito de ampliar o atendimento em saúde às pessoas com deficiência, foi dada continuidade ao Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Aquisição de Equipamentos de Reabilitação Multiprofissional, para a Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência e Reabilitação da Síndrome Pós-COVID-19, com o repasse iniciado em 2022, totalizando o valor de R\$ 6.990.000,00 (seis milhões, novecentos e noventa mil reais), até novembro de 2023, a 232 (duzentos e trinta e dois) municípios paranaenses.

Entre as ações de educação permanente, destacaram-se a continuidade da Capacitação Multiprofissional em Análise do Comportamento Aplicada voltada ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e da Capacitação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para pais, cuidadores e educadores, em parceria com The Scott Center for Autism Treatment/Florida Institute of Technology, atualmente com 45.500 alunos inscritos.

Além disto, ao longo do ano de 2023, foram realizadas capacitações em Puericultura que totalizaram 2.796 visualizações com temáticas relacionadas à pessoa com deficiência ("Sinais e Sintomas de Transtornos do Neurodesenvolvimento: Transtorno do espectro Autista"; "Avaliação e diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA)"; "Estimulação Precoce na Atenção Primária"; "ABA no SUS e Protocolo SESA: Avaliação e atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)"; Semana da Pessoa com Deficiência - "A hora é já", "Acolhimento e apoio aos pais, avaliação/diagnóstico/tratamento e alta qualificada (Deficiência Física e Deficiência Intelectual)", "O caminho da audição"; e, Doenças Raras ("Parece Autismo, mas não é! Síndrome do X Frágil"; "Possibilidades e

produtividade das pessoas com Atrofia Muscular Espinhal (AME)"; "Epidermólise bolhosa: sua dimensão multidisciplinar, demandas, desafios e possibilidades").

A Divisão de Promoção da Equidade em Saúde atingiu a meta proposta de realizar uma capacitação anual para os técnicos das 22 RS quanto ao acesso e qualidade dos serviços de saúde, isso foi possível em parceria com o Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul (DSEI LSUL), promovendo a capacitação "Dialogando sobre Saúde e Equidade: um olhar para os povos indígenas". Esta foi composta por quatro encontros com temas norteadores, sendo eles: aspectos gerais sobre cultura e saúde dos povos indígenas; o olhar para o múltiplo cuidado dos povos indígenas; dialogando sobre saúde mental e doenças transmissíveis; estratégias de promoção da saúde no contexto indígena. Os temas foram abordados na perspectiva dos ciclos de vida. A capacitação está disponível para inscrição no website da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPPr), bem como os vídeos podem ser acessados pelo canal do YouTube da Escola. Até o final do ano 2023 havia 283 pessoas inscritas no referido curso. O público-alvo foram as equipes das 22 Regionais de Saúde, DSEI LUSL e dos municípios.

Partindo para a Divisão da Saúde da Família, a meta de ampliar a cobertura populacional atendida na Atenção Primária à Saúde (APS) no território foi atingida com sucesso, uma vez que o estado alcançou uma cobertura de 89,42%. Esse indicador é calculado com base no número de equipes de Saúde da Família e Equipes de Atenção Primária cadastradas e homologadas pelo Ministério da Saúde em todos os municípios paranaenses, levando em consideração o cadastro da população nessas equipes, o qual inclui crianças e adolescentes. O cadastro da população é realizado tanto nas Unidades Básicas de Saúde quanto durante visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), por meio do registro de dados nos sistemas de informação de prontuário. Esses cadastros possibilitam a identificação da quantidade de crianças e adolescentes no território, permitem a realização de busca ativa para avisos sobre consultas, exames e vacinação, além de viabilizarem o monitoramento do cuidado da população, fortalecendo o vínculo entre cidadãos e profissionais para o acompanhamento e cuidado adequado conforme as necessidades.

Da mesma forma, a meta de realizar o repasse de incentivo de custeio para a Atenção Primária à Saúde (APS) nos municípios, conforme legislação vigente foi alcançada. A Secretaria de Estado da Saúde repassou o incentivo a todos os 391 municípios elegíveis pela Resolução SESA nº 276/2012 e alterações. Esse incentivo

tem como objetivo fortalecer a APS como ordenadora da Rede de Atenção e ocorre por meio de repasse fundo a fundo aos municípios. As ações realizadas pelas equipes de Saúde da Família e Equipes de Atenção Primária incluem o cuidado da criança e do adolescente, sendo de responsabilidade dessas equipes realizarem o atendimento de acordo com suas necessidades em saúde, incluindo ações de prevenção e promoção da saúde.

O Paraná empreendeu esforços significativos para fortalecer e qualificar as ações de Vigilância em Saúde em todos os seus municípios, particularmente por meio da supervisão das atividades do Programa Nacional de Imunização (PNI/MS). No que diz respeito às metas totalmente executadas, foi realizado um apoio técnico contínuo através de webinars, videoconferências e orientações aos municípios, facilitados pelas 22 Regionais de Saúde. Além disso, foram conduzidas oficinas de microplanejamento para vacinação de alta qualidade em todos os 399 municípios paranaenses. No decorrer de 2023, foram realizadas 368 supervisões presenciais na Rede de Frio municipal e/ou nas salas de vacinação, evidenciando um compromisso contínuo com a qualidade e eficiência do programa de imunização.

Já em relação às metas parcialmente executadas, houve um esforço concentrado para fortalecer e qualificar as ações de Vigilância em Saúde, visando alcançar 75% de homogeneidade das coberturas vacinais do Calendário Básico das Crianças até um ano de idade em todo o estado. Nesse sentido, 145 municípios, ou seja, 36,34% conseguiram atingir pelo menos essa porcentagem de homogeneidade.

Foram realizadas ao longo do ano de 2023 diversas ações para o enfrentamento às baixas coberturas vacinais.

Com o objetivo de ampliar a vacinação nos 399 municípios do estado, os municípios paranaenses, como o apoio da SESA/Regionais de Saúde, conforme Deliberação CIB/PR nº 48/2023, adotaram durante o dia 15 de abril de 2023 (sábado), das 8 às 17 horas, estratégias para a manutenção das salas de vacinas abertas, horário estendido de vacinação e aplicação extramuros de doses em drive - thrus, creches, escolas, universidades, asilos, empresas, clubes de serviços, terminais de ônibus, supermercados, entre outros, para aplicação das vacinas contra a COVID-19 e Influenza, ambas a grupos prioritários, além das necessárias à atualização da caderneta vacinal, com as vacinas disponíveis no SUS, em pessoas de todas as idades. Para esta ação também foram realizadas parcerias com o Ministério da Saúde, Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de

Saúde do Paraná (ACISPAR), Secretaria de Estado da Educação, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR), entidades religiosas, Rotary Club, Lions Club e conselhos profissionais e entidades de classe. Desta forma, no dia 15 de abril de 2023 foram aplicadas 300.821 doses de vacinas, sendo 174.357 doses da vacina influenza, 95.263 doses de vacina contra a COVID-19 e 31.201 doses de vacinas de rotina constante no Calendário Nacional de Vacinação.

Em continuidade às ações e estratégias de vacinação no estado do Paraná, para que o estado volte a ser referência nacional, foi realizada a pactuação entre SESA e o Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) para a continuidade das ações de vacinação a partir da identificação de sua necessidade pelos municípios, com a abertura em horário estendido das salas de vacinação durante o período noturno pelo menos uma vez por semana e se possível, também nos finais de semana, de forma a garantir o acesso da população aos horários alternativos de funcionamento das Unidades de Saúde.

Para a vacinação contra a influenza, o Paraná em 2023 realizou nos meses de março, abril e maio em todos os municípios paranaenses a 25ª Campanha de Vacinação realizando a distribuição de cerca de 4,0 milhões de vacinas.

No mês de abril deste ano, o Governador assinou juntamente com a Secretaria da Educação, Ministério Público, Tribunal de Contas, entre outros o Pacto Nacional pela Consciência Vacinal. Trata-se de uma ação do Conselho Nacional do Ministério Público em defesa da vacinação, visando a retomada de índices seguros e homogêneos de cobertura vacinal em todo território nacional. Esta ação se desenvolveu de forma dialogada e proativa com todos os órgãos e entidades participantes, bem como por amplas campanhas de comunicação social buscando a adesão da população ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), como resultado da conscientização da importância, da segurança e da eficácia das vacinas, bem como dos riscos atuais do retorno de doenças transmissíveis já erradicadas no país.

A Sesa reforçou continuamente aos municípios a necessidade do desenvolvimento de parcerias com entidades sociais como Rotary, SESC para desenvolvimento de estratégias para frear a queda acentuada nas coberturas vacinais observada nos últimos anos, bem como alavancar o cumprimento da meta preconizada pelo Ministério da Saúde.

Foram realizadas diversas campanhas de vacinação ao longo do ano de 2023 para atualização de carteirinha de vacinação com massiva divulgação em veículos de comunicação com o objetivo de sensibilizar a população em prol da vacinação para a prevenção das doenças imunopreveníveis.

Nos meses de agosto a setembro, a SESA capacitou os municípios, num total de 948 pessoas, por meio de Oficinas de Microplanejamento para as Atividades de Vacinação de Alta Qualidade, com objetivo a curto prazo de qualificar e atualizar as equipes de saúde para a Campanha de Multivacinação a ser realizada em outubro/2023. Importante destacar que esta proposta é estabelecer e ofertar ferramentas para que os municípios olhem para os seus territórios, planejem e realizem ações efetivas para incrementar a cobertura vacinal estabelecida pelo Programa Nacional de Imunização (PNI). Como resultado, o Paraná desenvolveu uma Campanha de Multivacinação extremamente bem-sucedida no período de 14 a 28 de outubro, com a aplicação de mais de 500 mil doses de vacinas.

As atividades de educação em saúde têm sido realizadas no estado do Paraná e as ações de vacinação em escolas vem acontecendo em muitos municípios como uma estratégia para adesão das crianças e adolescentes à vacinação.

O Paraná, em parceria com o Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Argentina, Uruguai e Paraguai, participou do Programa Fronteiras Saudáveis e Seguras, através da intensificação de vacinação na Tríplice Fronteira no município de Foz do Iguaçu.

Já a Divisão de Atenção à Saúde Mental (DVSAM) obteve sucesso na execução de suas metas, proporcionando impactos significativos para a política de saúde mental infantojuvenil. Ambas as metas estabelecidas foram alcançadas com êxito.

Por meio da elaboração de um relatório abrangente, a SESA confeccionou um panorama detalhado da atenção à saúde mental de crianças e adolescentes, cuja apresentação e disponibilização ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) está agendada para o primeiro quadrimestre de 2024. Esse relatório permitirá uma análise aprofundada e embasada sobre as políticas de saúde mental direcionadas a esse público.

No que se refere à capacitação de profissionais da rede de proteção para a prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas, a SESA promoveu uma série de eventos e cursos especializados ao longo do período. Destacam-se o Curso de

Aperfeiçoamento em Saúde Mental, com a participação de 501 profissionais, e os Fóruns de Diálogos sobre Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde, que contaram com a presença de 2.590 participantes. Além disso, foram realizados cursos específicos sobre Prevenção ao Suicídio, Estratificação de Risco em Saúde Mental e Psicofarmacologia na Rede de Atenção à Saúde, os quais somaram 26.230, 2.436 e 4.838 participantes, respectivamente. Essas iniciativas de Educação Permanente demonstram um compromisso efetivo com o cuidado adequado e oportuno para crianças e adolescentes, fortalecendo a rede de proteção e prevenção em saúde mental.

No intuito de capacitar, apoiar e orientar os profissionais de saúde na implementação do Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), foram realizadas diversas ações, como apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios quanto ao programa e webinar "Novas recomendações dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes" com o objetivo de capacitar os técnicos das Regionais de Saúde e os profissionais da Atenção Primária à Saúde dos municípios, o qual teve 1.715 visualizações.

Para além da capacitação para profissionais de saúde, foi enviado o Ofício Circular para os Secretários Municipais de Saúde, com cópia para as referências municipais de alimentação e nutrição, com a atualização das diretrizes nacionais para o PNSF. Ainda, foram realizadas contribuições na Linha Guia da Criança quanto à suplementação de micronutrientes e capacitação sobre a reformulação do PNSF para os enfermeiros das equipes multidisciplinares de saúde indígena. Considerando que houve alterações significativas no PNSF, tanto em relação aos ciclos de suplementação e dosagens recomendadas quanto em relação ao registro nos sistemas de informação, a correta orientação para os profissionais de saúde contribui para a adequada implementação do programa e, conseqüentemente, na melhora da nutrição e desenvolvimento infantil.

No âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), visando sensibilizar os municípios aderidos ao PSE para desenvolver ações de promoção e prevenção à saúde, para crianças e adolescentes, abordando o Risco Cardiovascular (Diabetes, Hipertensão Arterial Sistêmica, Dislipidemia, Obesidade infantil, entre outras) foi realizada a Formação dos Técnicos Regionais de Saúde e Educação do Programa Saúde na Escola. Na ocasião foram apresentadas propostas de planos de ação relacionadas às 14 temáticas do programa, dentre elas a Alimentação Adequada e Saudável, Práticas Corporais e Atividade Física e Prevenção ao Tabaco e outras

Drogas. Na Semana do Alimento Orgânico 2023 (29/05 a 02/06) foi realizada a divulgação de flyers elaborados pelo FUNDEPAR para a rede do Programa, os quais abordaram temáticas como: porque consumir alimentos orgânicos, feiras orgânicas, produção agroecológica, uso de agrotóxicos no Brasil, orientações da ANVISA para reduzir a exposição a resíduos de agrotóxicos nos alimentos, entre outros. Também foi realizada capacitação no dia 29 de novembro, em parceria com o DSEI Litoral Sul, com o objetivo de capacitar os enfermeiros das Equipes Multidisciplinares da Saúde Indígena do Paraná sobre Alimentação Complementar Adequada e Saudável e Programa Saúde na Escola voltados ao contexto indígena.

Ainda, foram viabilizados o minicurso “Cardiologia para Médicos na Atenção Primária”, de forma on-line, por meio da Sociedade Paranaense de Cardiologia, no período de 08 de agosto a 17 de outubro, com a participação de 361 profissionais e a capacitação virtual sobre “Prevenção à Iniciação ao Tabagismo”, proposta pelo INCA, para profissionais da saúde e educação, vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) e ou da Atenção Primária à Saúde e estabelecimentos de ensino, realizada no dia 29 de março, com 652 participantes e 09 de agosto, com 368. No ano de 2023, ainda com dados preliminares, foram realizadas nas escolas paranaenses pactuadas no PSE, cerca de 6.102 ações de promoção da alimentação saudável, 6.322 ações de antropometria, 2.446 ações de práticas corporais e atividade física e 549 ações de prevenção ao tabaco e outras drogas.

Considerando o processo de adesão ao Programa Saúde na Escola, foi realizada a mobilização e apoio aos municípios durante o processo de adesão ao ciclo 2023/2024 do PSE que resultou em 396 municípios paranaenses pactuados ao programa. Houve a realização do webinar, em 20 de janeiro, sobre “Adesão ao ciclo 2023/2024 do Programa Saúde na Escola”, realizado de forma virtual, com duração de 2 horas, teve o objetivo de instrumentalizar os 399 municípios do Estado sobre PSE e, em especial, sobre o processo de adesão ao ciclo 2023/2024 do Programa, obtendo 1.314 visualizações. Além da capacitação de multiplicadores realizadas com os técnicos regionais de saúde e educação, foram encaminhados, periodicamente, por e-mail e no grupo de WhatsApp às referências técnicas regionais de saúde e educação diversos materiais de apoio para envio aos municípios de forma a apoiar a implementação das 14 ações do PSE nas escolas pactuadas ao Ciclo 2023/2024. No ano de 2023, ainda com dados preliminares, foram realizadas cerca de 99.456 ações em 2.931 escolas estaduais e municipais pactuadas.

Em relação ao monitoramento da situação alimentar e nutricional de crianças e adolescentes, foi elaborado e publicizado o instrutivo “Passo a passo para obter a informação do percentual de cobertura de registro do estado nutricional da população total”, com o objetivo de apoiar os técnicos das regionais de saúde e dos municípios no monitoramento desse indicador. Também, considerando que este indicador foi incluído no Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde (PROVIGIA-PR), foi realizado monitoramento parcial e final do indicador 7 do PROVIGIA, que trata do indicador relacionado à cobertura do estado nutricional, o que fortalece o alcance dessa meta pois o aumento da cobertura está relacionada a repasse de recursos financeiros para os municípios. Foi realizado monitoramento trimestral do estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças, realizadas três oficinas com os municípios aderidos à Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA), que tem como uma de suas ações a avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes.

Ainda, foi garantido apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios e oficializado o Ministério da Saúde sobre inconsistências do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) de forma a qualificar a informação. Encaminhado Ofício Circular instrutivo e portaria de repasse do Incentivo Financeiro das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN) de 2023 que tem como um dos indicadores o aumento da cobertura de avaliação do estado nutricional e realizadas contribuições na Linha Guia da Criança quanto ao adequado acompanhamento do estado nutricional.

Cabe destacar que o ano de 2023 teve a maior cobertura histórica de avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes, ainda com dados preliminares. Considerando a população de crianças e adolescentes residentes no estado do Paraná, as equipes das unidades de saúde da Atenção Primária avaliaram 62,3% das crianças menores de 2 anos, 45,9% das crianças de 2 a 4 anos, 38,7% das crianças de 5 a 9 anos e 20,1% dos adolescentes. A vigilância alimentar e nutricional caracteriza-se como estratégia essencial para a gestão dos cuidados em saúde e para a organização da atenção nutricional.

Quanto ao Programa Bolsa Família, foram realizados oito Seminários Macrorregionais Intersetoriais do Programa Bolsa Família e Cadastro Único para Programas Sociais, presenciais e conjuntos entre SESA, SEDEF e SEED, de forma a abranger os 399 municípios do Estado. Também foi realizado monitoramento periódico da cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde e

participado das reuniões da Coordenação Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família (CEIPBF). Apesar de ter ocorrido uma redução na cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde durante a pandemia de Covid-19, o estado do Paraná já recuperou a cobertura anterior à pandemia, atingindo na 1ª vigência de 2023 cobertura superior a 81%. Os dados da 2ª vigência ainda não estão consolidados.

Quanto ao Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA) foi realizado apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios quanto ao programa. Realizado o webinar "Novas recomendações dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes" com o objetivo de capacitar os técnicos das Regionais de Saúde e os profissionais da Atenção Primária à Saúde dos municípios, o qual teve 1.715 visualizações e enviado Ofício Circular para os Secretários Municipais de Saúde, com cópia para as referências municipais de alimentação e nutrição, com a atualização das diretrizes nacionais para o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A. Ainda, foi realizada capacitação sobre a reformulação do PNSVA para os enfermeiros das equipes multidisciplinares de saúde indígena e realizadas três dispensações de cápsulas de vitamina A, contemplando 100% da meta dos 139 municípios aderidos, bem como realizadas contribuições na Linha Guia da Criança quanto à suplementação de micronutrientes.

Cabe destacar que houve alteração no sistema e forma de registro. O sistema de micronutrientes, onde era registrado mensalmente o número total de crianças suplementadas, foi descontinuado. Atualmente o registro é realizado no e-SUS ou sistema próprio via registro de procedimento de suplementação de vitamina A a cada administração e por criança. Mesmo com a informação tendo sido repassada via ofício e com realização de capacitação remota, os municípios ainda estão no processo para se habituar à nova forma de registro. Destaca-se também que há várias regras do e-SUS que invalidam produções registradas, o que impacta no alcance do indicador.

No ano de 2023, além das ações relacionadas às metas do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, diversas outras iniciativas foram realizadas visando melhorar as condições de saúde dessa população. Isso incluiu a ampliação da oferta de Práticas Corporais e Atividade Física, mobilizando os municípios para aderir ao Incentivo Financeiro Federal da Atividade Física (IAF) e capacitando os técnicos regionais de saúde para apoiar essas ações.

Parcerias foram estabelecidas para capacitar profissionais de saúde indígena, promover a alimentação complementar adequada e saudável, e orientar sobre programas como o Bolsa Família e Saúde na Escola, adaptados ao contexto indígena. Também foram realizadas oficinas e reuniões para implementação de estratégias de prevenção à obesidade infantil e modernização do Programa Leite das Crianças.

Além disso, foram divulgadas informações relevantes sobre saúde e nutrição, como campanhas sobre combate ao sedentarismo, cuidados com alimentação e hidratação, e orientações sobre obesidade em crianças e adolescentes. Palestras, apresentações e cursos foram realizados para capacitar profissionais e disseminar boas práticas na área de saúde infantil e adolescente.

Um projeto piloto de avaliação da acuidade visual também foi conduzido em parceria com escolas estaduais, visando identificar problemas de visão entre estudantes do 6º ano do ensino fundamental. Essas ações demonstram um esforço abrangente e coordenado para promover a saúde e bem-estar das crianças e adolescentes no estado do Paraná.

O relatório da Divisão da Promoção da Cultura de Paz - DVPAZ destaca diversas atividades e iniciativas realizadas durante o período avaliado começando pela participação ativa em reuniões e eventos de conselhos de direitos e grupos de trabalho técnicos, como o Conselho Estadual da Juventude do estado do Paraná, o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), o Comitê Intersetorial de Prevenção, Monitoramento e Segurança em Escolas, e a Comissão Estadual de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes.

A inclusão de informações importantes no site da SESA, na seção "Clique Saúde", sob o item "Atenção à Saúde das Pessoas em Situação de Violência", proporcionando à população orientações sobre como agir, onde buscar ajuda e os locais de atendimento disponíveis em casos de violência interpessoal.

A coordenação do Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (Núcleo de Paz), oferece suporte aos municípios com Núcleos de Paz e forneceu recursos financeiros para 16 municípios (entre 2022 e 2023) para a implementação e execução de Núcleos municipais, conforme estabelecido pelas Resoluções SESA 1026/2021 e 104/2023.

Foi publicado o caderno intitulado "O que e o porquê? O conhecer e o Reconhecer sobre o Prisma do Conhecimento Reverso", um material técnico

elaborado para profissionais, contendo perguntas e respostas sobre a atenção e vigilância das violências no contexto da saúde.

Por fim as metas de controle e redução do HIV/Aids em menores de 05 anos, e da sífilis em menores de 01 ano, foram satisfatórias, pois o Paraná foi um dos dois primeiros estados a ser Certificado pela Eliminação da Transmissão Vertical do HIV e a receber o Selo bronze de Boas Práticas rumo à Eliminação da Transmissão Vertical da Sífilis, isso reflete a qualidade dos Programas e Serviços de Saúde no Estado e Municípios, perpassando pela qualidade e monitoramento dos dados da Vigilância Epidemiológica, a atividade e capacitação das testagens junto aos Laboratórios e também a inserção da Sociedade Civil no processo. Toda criança exposta ao HIV é acompanhada integralmente e recebe a Fórmula Láctea para sua alimentação até os seis meses de idade.

Também ações do Protagonismo Juvenil, acontecem com frequência em algumas cidades, como por exemplo, o município de Guarapuava, a SESA informa que além de fazer um trabalho excelente conduzindo os jovens como protagonistas no seu processo de saúde doença, conseguiu sensibilizar o Poder Legislativo o qual definiu a ação como Lei Municipal. No estado, o programa protagonismo juvenil está sendo remodelado, considerando a condução de maneira inter e intradisciplinar, envolvendo todos os atores com a temática e considerando as demais Secretarias do estado com este compromisso.

Dentro das metas da Divisão da Criança e do Adolescente - DVSCA, começamos nossas ações para manter o Incentivo Financeiro Estadual para municípios sede de CENSEs e Casas de Semiliberdade, a fim de realizar a atenção integral à saúde dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, a meta foi atingida com 100% dos municípios habilitados (16 municípios).

Foi implementada a Estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta procurando motivar, apoiar e capacitar técnicos, das 22 Regionais de Saúde do Paraná, para multiplicar esta estratégia para os municípios da sua área de abrangência mediante a realização de capacitação para formação de novos tutores para todas as RS. Foram formados 24 novos tutores com representantes de 16 RS, além de parceria com a SEMIPI para divulgação da estratégia e ampliação das salas de apoio à amamentação em prédios públicos estaduais, assim atingindo 100% da meta estabelecida.

Empenhando-se em sensibilizar e apoiar os gestores dos hospitais contratualizados à Linha de Cuidado Materno Infantil para a implementação e/ou

ampliação dos leitos de unidade de terapia intensiva - UTI e unidade de cuidados intermediários - UCIN, conforme parâmetros da Portaria Ministerial n.º 930/2012, a qual prevê dois leitos em unidade de terapia intensiva - UTIN e três em unidade de cuidados intermediários - UCIN, para cada mil nascidos vivos. Assim foi realizada capacitação com o apoio do serviço de referência no Método Canguru com dez hospitais das regiões de saúde do estado e realizadas visitas nas UTIs neonatais para sensibilização e motivação da prática do método e ampliação das UCIN. Alcançando, dessa forma, o objetivo estabelecido para o ano de 2023.

A SESA informa que a fim de garantir a convivência familiar de crianças e adolescentes em internação hospitalar, foram elaboradas estratégias de apoio às instituições hospitalares, visando a garantia do previsto no Artigo 12 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de capacitações com profissionais de saúde. Durante as capacitações, são trabalhadas as políticas de humanização como garantia de direitos. Nas avaliações da Iniciativa Hospital Amigo da Criança - IHAC um dos pontos avaliados é justamente a permissão da entrada e permanência do acompanhante para a puérpera e para o bebê. Outra ação é vinculada a Política Nacional de Humanização/2003 - Visita Aberta e Direito à Acompanhante: com objetivo de ampliar o acesso dos visitantes às unidades de internação, para garantir o elo entre o paciente, sua rede social e os diversos serviços da rede de saúde, mantendo latente o projeto de vida do paciente, e também a Lei Federal 11.108/2005, conhecida como Lei do Acompanhante: garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), seja da rede própria ou conveniada.

Existe também o Tratamento Fora de Domicílio - TFD (Portaria SAS/MS n.º 55/99) sendo um instrumento legal que visa garantir, por meio do do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem quando esgotados todos os meios de atendimento. São custeadas as despesas relativas a transporte, alimentação e hospedagem do paciente e/ou acompanhante enquanto durar o tratamento nas Casas de Apoio que são espaços de acolhimento gratuitos e particulares. Dessa forma, alcançaram o objetivo estabelecido para o ano de 2023.

Visando a organização e garantindo o funcionamento da Rede Materno-infantil em todo o estado qualificando o cuidado no pré natal, puerpério e nas ações dos primeiros dois anos de vida das crianças, a fim de reduzir a Taxa de

Mortalidade Infantil (TMI) no Paraná para 9,9 até 2023 está sendo realizado a capacitações presenciais e online para a qualificação da Atenção ao Pré-Natal na Atenção Primária (1ª, 3ª, 4ª, 11ª, 13ª, 14ª e 18ªRS); implantação da Alta Qualificada em dois hospitais do Estado (1ª e 2ªRS); reuniões bimestrais com serviços hospitalares da Linha de Cuidado Materno Infantil para alinhamento quanto às competências; atualização da Carteira da gestante; atualização da Caderneta de Saúde da Criança do menino e da menina; especialização e residência em enfermagem obstétrica e a implantação do PlanificaSUS com a Linha Materno Infantil como prioritária na 1ª, 4ª, 18ª e 21ªRS, como resultado conseguimos parcialmente executar tal objetivo atingindo TMI 10,9/1000 NV. Assim, a fim de atingir 100% da meta, a Secretaria de Estado do Paraná elaborou o "Pacto para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil no Paraná" com importantes órgãos e instituições signatárias que assumiram o compromisso recíproco de concentrar esforços para reduzir em 10% os indicadores de mortalidade materno-infantil até 2027, conforme o Plano Plurianual, por meio de diversas ações descritas no Pacto assinado no dia 06 de dezembro de 2023.

Outras ações são mantidas como o Grupo Técnico de Agilização e Revisão do Óbito, com discussão municipal e regional; reuniões e discussões no Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; monitoramento do Near Miss materno e capacitação para Regionais de Saúde e serviços Hospitalares; monitoramento do Sistema de estratificação de risco materno infantil; atividade de educação permanente através da plataforma da Escola de Saúde Pública do Paraná. Ainda, relacionado a qualificação do cuidado nas ações dos primeiros dois anos de vida das crianças, foram realizadas ações para implementar a Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso buscando apoiar e capacitar Hospitais/Maternidades de Alto Risco e Risco Intermediário, das 22 Regionais de Saúde, inseridos na Linha de Cuidado Materno Infantil, para atenção ao RN de Baixo-Peso, por meio da Estratégia Método Canguru, realizando capacitações com o apoio do serviço de referência no Método Canguru com dez hospitais das regiões de saúde do estado e realizadas visitas nas UTIs neonatais para sensibilização e motivação da prática do método, assim atingiram 40,90% da meta. Como as capacitações são presenciais em Curitiba, local do serviço de referência, tem-se a limitação da disponibilidade dos profissionais para participação, porém a busca por atingir 100% das RS com profissionais capacitados está prevista por novas capacitações.

Em relação às ações para implementar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, foram disponibilizados cursos para formação de tutores em plataforma digital desde o ano de 2021 pelo Ministério da Saúde. No entanto, uma parcela significativa dos tutores formados não está mais ativa, o que evidencia a necessidade de incentivar a formação de novos tutores para alcançar uma cobertura de 100% em todo o estado. Atualmente, constata-se apenas 55% desse objetivo alcançado. Para lidar com essa situação, foram realizadas atualizações dos tutores formados por meio de um questionário digital, a fim de verificar suas atividades. Muitos relataram que já não estão mais desempenhando o papel de tutores. Paralelamente, foi solicitado que cada Regional de Saúde tenha pelo menos um técnico formado como tutor para oferecer suporte aos municípios. No entanto, ainda estão no processo de implementação, com apenas 55% das Regionais de Saúde contando com tutores formados até o momento.

Por fim, dedicaram a promover ações que garantissem o acesso ao leite humano para crianças em situação de risco, investindo na expansão e aprimoramento dos Bancos de Leite Humano (BLH) e dos Postos de Coleta de Leite Humano (PCLH), com o objetivo de alcançar 100% das Regionais de Saúde com serviços de Banco de Leite Humano até 2023. Para isso, realizaram diversas iniciativas em parceria com os bancos de leite, incluindo levantamento das lacunas assistenciais, aquisição dos equipamentos necessários para adequação e atendimento da demanda dos novos bancos, prevendo a abertura de novas unidades para cobrir 100% das UTIs neonatais do estado. Embora o indicador atualmente esteja em 54%, conseguiram avançar ao inaugurar oficialmente um novo banco de leite humano na região de Curitiba. Além disso, foi retornado o processo de licitação para aquisição de equipamentos e materiais necessários para os bancos e postos já existentes.

Parcialmente Executadas

QUADRO 29 - METAS PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
1	1	Motivar e apoiar 100% dos municípios paranaenses para o desenvolvimento de ações de prevenção de IST/AIDS, por meio da Estratégia do Protagonismo Juvenil
1	1	Ação: Implementar o Programa Estadual de Bochecho Meta: 50% de crianças e adolescentes, de 6-12 anos, que realizam bochecho com flúor, semanalmente.

1	1	100% dos municípios aderidos ao Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A - PNSVA registrando as doses administradas no sistema de monitoramento.
1	2	Cobertura vacinal de: 90% BCG e Rotavírus, 95% VIP- Vacina Inativada Poliomielite, Pentavalente (DTP+Hib + Hep B), meningocócica C, Pneumocócica 10 Valente, Febre Amarela e SCR - sarampo, caxumba, rubéola.
1	7	80% das crianças até seis meses de idade, cadastradas no sistema de informação vigente, com aleitamento materno exclusivo
1	7	Reduzir a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no Estado do Paraná para 9,9 até 2023.
1	7	Reduzir a Razão da Mortalidade Materna (RMM) no Estado do Paraná para 37,03 até 2023.
1	7	Implantar até 2023 o telessaúde nas 4 macrorregiões do Estado.
1	7	Motivar, apoiar e capacitar Hospitais/Maternidades de Alto Risco e Risco Intermediário, das 22 regionais de Saúde, inseridos na Linha de Cuidado Materno Infantil, para atenção ao RN de Baixo-Peso, por meio da Estratégia Método Canguru.
1	7	Apoiar e capacitar profissionais da rede primária à saúde dos municípios das 22 Regionais de Saúde do Paraná, para multiplicar a oficina da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, para os municípios de sua abrangência
1	7	100% das Regionais de Saúde com hospitais habilitados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança
1	7	100% dos RN com acesso para realização do Teste da Orelhinha (emissão otoacústica evocada, para diagnóstico precoce de problemas auditivos)
1	7	100% dos RN com acesso para realização do Teste do Olhinho (teste do reflexo vermelho, para diagnóstico precoce de alterações visuais)
1	7	100% das Regionais de Saúde com serviços de Banco de Leite Humano até 2023.
3	4	100% dos hospitais contratualizados na Linha de Cuidado Materno-Infantil do Paraná, recebendo IQP. Verificação com base no total de contratualizações anuais.

Dentre as metas parcialmente executadas demonstradas acima, destaca-se algumas justificativas. No que se refere a meta de motivar e apoiar 100% dos municípios paranaenses para o desenvolvimento de ações de prevenção de IST/AIDS, por meio da Estratégia do Protagonismo Juvenil, ela não foi atingida porque houve o realinhamento do programa, e as estratégias ainda estão sendo definidas. A meta relacionada a implementação do Programa Estadual de Bochecho com Flúor na Escola, depende de vários fatores e dentre eles a adesão pelo

município ao Programa, e essa adesão tem diminuído durante os anos, deste modo a meta não foi completamente atingida.

Já a ação de implementar o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA), tinha como indicador o percentual de município aderidos ao Programa com registro de doses administradas no sistema de monitoramento, a SESA realizou o apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios, no entanto houve alterações no sistema e na forma de registro e deste modo o prejuízo no registro, tendo em vista a alteração do mesmo. Sobre a meta de alcançar 75% de Homogeneidade das coberturas vacinais do Calendário Básico das Crianças até 1 ano de idade, a meta era referente ao percentual de homogeneidade nos municípios, e deste modo apenas 145 municípios conseguiram a homogeneidade, ou seja atingiram a meta em 6 de 8 vacinas elencadas pelo Ministério da Saúde.

Sobre as metas de reduzir a taxa de mortalidade infantil e reduzir a razão da mortalidade materna, elas vêm sendo reduzidas gradativamente, no entanto, a fim de atingir 100% da meta o Estado elaborou o “Pacto para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil com importante órgãos e instituições signatárias que assumiram o compromisso recíproco de concentrar esforços para reduzir em 10% os indicadores de mortalidade materno-infantil até 2027, conforme o Plano Plurianual.

No que se refere a implantação, até 2023 da telessaúde nas 4 macrorregiões do Estado, a SESA informa que foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, no dia 20 de dezembro de 2023, a expansão das ações de Telessaúde já desenvolvidas para as demais regiões de saúde do Paraná (além da 1ª Região de Saúde, que possui telediagnóstico em dermatologia e em eletrocardiograma desde 2021). De acordo com a Deliberação CIB nº411/2023, a expansão ocorrerá em etapas. Hoje está implantado o serviço em 1 regional de Saúde, com ações de telediagnóstico em dermatologia e eletrocardiograma implantadas.

No que tange, a ação de implantar e implementar a Estratégia Iniciativa Hospital Amigo da Criança, a formação de tutores ocorreu em 2022, foram realizadas sensibilizações de novos hospitais pelos tutores. Realizada reunião com a divisão de Unidades Próprias da SESA para instrumentalizar e qualificar os serviços na IHAC e assim aumentar o número de hospitais habilitados, foi alcançado 50% da meta estabelecida, pois o processo de habilitação requer sensibilização dos gestores e equipes assistenciais, além de adequação na logística (por exemplo, permitir entrada e permanência do acompanhante junto à mãe e/ou bebê),

capacitação de no mínimo 20 horas das equipes da assistência e de uma hora para a equipe de apoio.

Com relação às capacitações para formação de tutores do Método Canguru, o Estado ofertou em 2023 capacitação para dez hospitais e foram realizadas visitas nas UTIs neonatais para sensibilização e motivação da prática do método. Novas capacitações estão sendo previstas para alcançar 100% das Regionais de Saúde com profissionais capacitados.

O motivo para atingir parcialmente a meta de 100% das Regionais de Saúde com serviços do Banco de Leite Humano (BHL) até 2023, a SESA esclarece que foi realizado ações junto aos bancos de leite como levantamento dos vazios assistenciais e equipamentos necessários para adequação e demanda de novos bancos prevendo a abertura de novos bancos para a cobertura de 100% das UTIs neonatais do Estado.

Sobre o detalhamento das demais metas parcialmente executadas, elas poderão ser visualizadas no instrumental da SESA, anexo a esse documento.

Não Executadas

QUADRO 30 - METAS NÃO EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
1	1	Capacitar profissionais de saúde bucal, para estratificação de risco em SB, de crianças e adolescentes, das 22 Regionais de Saúde (RS)
1	2	Reduzir o número absoluto de crianças com HIV por transmissão vertical
1	2	Reduzir o número absoluto de crianças com Sífilis por transmissão vertical

Em relação à meta de Capacitar profissionais de saúde bucal, para estratificação de risco em SB, de crianças e adolescentes, das 22 Regionais de Saúde (RS), a SESA informa que em 2023 foi feita validação de construto do Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Bucal, para crianças e adolescentes para finalização do instrumento. Foi criado um Sistema de Informação para auxiliar na implementação da Estratificação de Risco no Estado, deste modo a capacitação está prevista para o primeiro semestre de 2024.

Já com relação a meta de reduzir o número absoluto de crianças com HIV por transmissão vertical, e reduzir o número absoluto de crianças com Sífilis por transmissão vertical, a meta não foi atingida por vários fatores, entre eles: Mudança de critério para informação, considerando de 2023 em diante não apenas o que

pede o indicador universal que é “Número de casos de Aids em crianças menores de 05 anos”, mas sim qualquer criança menor de 05 anos que foi infectada pelo HIV, independente do período de infecção.

Todos os casos investigados, com intervenções adequadas até o momento do parto. Número de casos de HIV/Aids em menores de 05 anos por ano de diagnóstico (2023) = 8 Número de casos de HIV/Aids por ano de parto em menores de 05 anos = 5, comprovados pela investigação que os demais tiveram diagnósticos após o parto por motivos diferentes, como por exemplo: um dos casos a mãe contraiu o HIV após o puerpério, mas passou pelo aleitamento materno. Ainda assim, o estado recebeu a certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV, pelos dados avaliados em 2020. Já tem na programação um foco especial para os municípios para que não ocorram mais casos após o puerpério, e também uma dedicação extensiva ao acompanhamento e monitoramento após o nascimento da criança em situação de vulnerabilidade.

As informações detalhadas sobre o andamento de todas as metas de responsabilidade da SESA em 2022, encontram-se no instrumental anexo ao relatório, distribuídas entre os 6 eixos do Plano de Ação do Plano Decenal.

1.1.13 - Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná - SESP

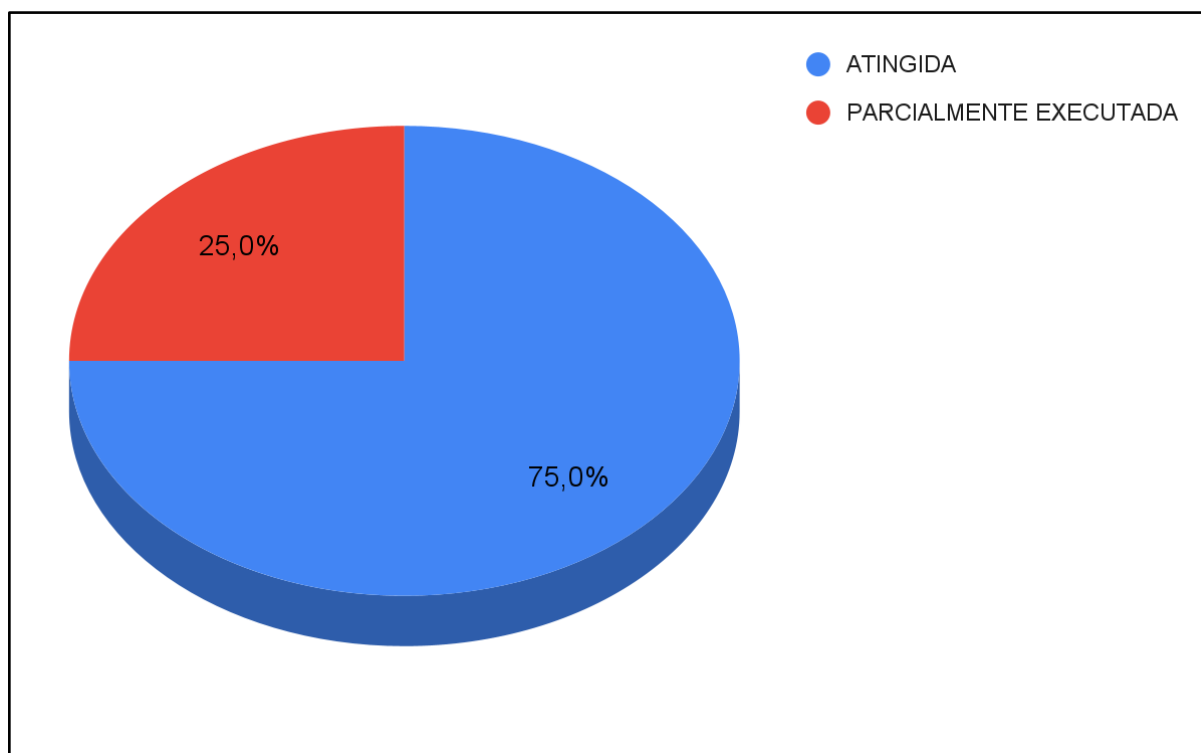
O SESP é responsável por 24 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹⁷, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 31 - METAS DO RESPONSÁVEL - SESP

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	18	6	0

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 13 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SESP



As ações realizadas em 2023 pela SESP atingiram um percentual de 75% das metas. A Secretaria enviou algumas informações sobre a execução, em 2023 foram confeccionados 27.198 identidades, geradas de forma gratuita para crianças, adolescentes e familiares em situação de vulnerabilidade social e dificuldade de acesso aos serviços, cuja medida foi executada por meio do programa PCPR na

¹⁷ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SESP anexo a este relatório.

Comunidade. Foram ainda desenvolvidas palestras pela SESP de forma contínua em escolas atendendo um público de mais de 70.000 estudantes sobre o uso indevido de drogas, ressaltando assim os trabalhos desenvolvidos pelo Programa Proerd da Polícia Militar. Foram confeccionados panfletos informativos, jogos interativos para facilitar a comunicação e informação com o público. Foram 153 palestras, distribuídas em 22 municípios. Além disso, foram realizados 114 eventos do PCPR na Comunidade, nos quais o tema foi amplamente debatido com o público das 50 cidades visitadas.

Outra ação importante, foi a considerável redução do tempo médio de confecção de laudo de verificação de violência sexual, relação ao ano de 2022, alterando de 14 para aproximadamente 3 dias.

A SESP desenvolveu um protocolo de acolhida e de atendimento de crianças e adolescentes e implementou em todas as delegacias do Paraná, com a criação de um Manual de Procedimento Operacional Padrão, disponibilizado a todos os policiais civis.

Foi garantido o atendimento de vítimas de violência, via profissional qualificado, todavia não há estatística acerca do número de encaminhamentos a rede de proteção, já que os mesmos ocorrem de maneira diária e contínua. A rede de proteção encaminha diariamente crianças e adolescentes para atendimento nas delegacias especializadas.

Executou-se a meta de fiscalização e orientação em bares, boates, hotéis, cujas ações foram realizadas durante a Operação Verão. Neste sentido a AIFU (Ação Integrada de Fiscalização Urbana), manteve o projeto em execução, também no que tange a fiscalização em bares, casas noturnas, casas de shows, tabacaria entre outras tendo realizado 1.512 ações em todo o Estado, com posterior encaminhamento aos órgãos de proteção quando necessário.

Foram realizadas operações verão 2022-2023 e 2023-2024, abrangendo as cidades de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina e Paranaguá. Op. Verão Janeiro e Fevereiro/2023: 9 Eventos e Op. Verão Dezembro/2023: 17 eventos. Totalizando 26 eventos exclusivos para crianças e adolescentes realizados.

Em relação a meta para capacitar profissionais da área de segurança pública para formação de pessoal especializado no atendimento de crianças e adolescentes, a Polícia Civil capacitou 494 policiais civis, visando humanizar o

atendimento deste público vítimas de crimes. Foi mantido no currículo dos cursos para policiais militares capacitação sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Foi criado em 2022 o Programa PCPR na Comunidade com o objetivo de aproximar a população da polícia, formando uma cultura interna e externa de responsabilidade social na educação de crianças e adolescentes, esclarecendo diversos temas e dúvidas quanto à Segurança Pública. O Programa ganhou corpo em 2023, atingindo seus objetivos, tendo conseguido mapear regiões de maior necessidade informativa quanto aos temas ligados a crianças e adolescentes. Também foi possível estabelecer parcerias com Secretarias Estaduais e Municipais, e Judiciário, a fim de atender de forma pontual, problemas reconhecidos (relacionados por exemplo ao uso de drogas e todos os tipos de violências contra crianças e adolescentes). O Programa proporciona através de materiais lúdicos e interativos, uma escuta ativa dos policiais com as crianças, informando e esclarecendo dúvidas sobre os temas.

Com o projeto da Bptran e Dedetran cumpriu-se a meta de realizar nas escolas campanhas visando a redução de morte de crianças e adolescentes em acidentes de trânsito, tendo atingido um público de 3.256 crianças. Ademais com o projeto Projeto BPTran nas Escolas de março a novembro de 2023, juntamente com o DETRAN do Projeto Detranzinho, foram realizadas diversas palestras em escolas e empresas voltadas ao ensino médio ou futuros condutores. O projeto contou ainda com Blitz educativas em escolas, relacionadas às Ações do Maio Amarelo, Semana do Trânsito em Setembro, Dias do Motorista, Ciclista, etc. com informações para diminuição da mortalidade no trânsito.

O Depen visando dar cumprimento a meta de adequar os espaços à visitação nas unidades prisionais, informa que as 36 unidades possuem atualmente espaços adequados para receber visitas de menores de 18 anos. Ademais, ainda foram construídas quatro unidades prisionais no Estado dentro dos ditames exigidos, sendo que mais duas encontram-se em fase de construção.

A SESP manteve o projeto de atualização e envelhecimento de fotografias de crianças desaparecidas, onde o projeto continua sendo utilizado pelo SICRIDE.

Parcialmente Executadas

QUADRO 32 - PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
2	23	Manter quadro de profissionais adequado nas Delegacias Especializadas visando a redução do tempo de conclusão de Inquérito Policial (I.P.)
2	23	Ação: Promover a capacitação de servidores para atendimento de adolescentes. Meta: Manter quadro adequado de profissionais necessários à demanda e promover a capacitação de servidores para atendimento de adolescentes, visando melhorar o atendimento do adolescente autor de ato infracional.
2	27	Ação: Implantar o alerta AMBER no Paraná. Trata-se de um sistema de divulgação de emergência em conjunto com ação voluntária entre forças policiais, meios de comunicação, agências de transportes, empresas de telefonia celular, concessionárias de pedágios, etc. Meta: Implantar o alerta no Estado do Paraná, até 2023.
2	23	Ação: Realizar o atendimento em ambiente especializado e particularizado no IML para crianças e adolescentes vítimas de violência, garantindo a proteção, discricção e privacidade. Meta: Aprimorar e adequar o ambiente de atendimento em 100% dos IMLs
2	29	Ação: Realizar campanhas educativas de sensibilização e orientação para a não violência e divulgação dos canais de denúncia "181" e "Disque 100" Meta: Aumentar em aproximadamente 10% o número de registros de denúncias através do disque 181 e 100, a fim de diminuir a subnotificação
3	1	Construção de no mínimo 6 novas unidades prisionais com espaço adequado para visita

Sobre as metas parcialmente executadas, a SESP informa que sobre a implantação do Alerta AMBER, o qual refere-se a um sistema de divulgação de emergência em conjunto com ação voluntária entre forças policiais, meios de comunicação, agências de transportes, empresas de telefonia celular, concessionárias de pedágios..., que a polícia civil solicitou junto ao Ministério da Justiça a inclusão do Estado do Paraná no projeto Alerta Amber, o qual teve a anuência do Ministério da Justiça, do Estado do Paraná, devendo ser implementado no primeiro semestre de 2024.

Outro meta refere-se em aumentar em aproximadamente 10% o número de registros de denúncias referentes ao Disque 100 e 181, a fim de diminuir a subnotificação: em 2023 ocorreu uma pequena queda no número de denúncias, o que pode ter sido acarretado por diversos fatores dentre eles a falta de conscientização, barreiras culturais e medo de retaliações. Tal meta não pode ser

efetivamente gerida pois depende de fator externo, ou seja a denúncia anônima da população.

Já sobre a manutenção do quadro adequado de profissionais nas Delegacias Especializadas visando a redução do tempo de conclusão de Inquérito Policial: a SESP constatou que na maioria das delegacias especializadas de atendimento de crianças e adolescentes (Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes e Delegacias do Adolescente) o número de funcionários manteve-se ou ampliou-se. E com relação a manutenção do quadro de profissionais necessários a demanda e promover a capacitação de servidores para melhorar o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais: foram capacitados no ano de 2023, 401 policiais civis. Todavia os números de servidores alteram-se em decorrência de remoções, aposentadorias e licenças, onde nem sempre é possível a reposição imediata considerando a necessidade de novas nomeações.

Sobre a realização do atendimento em ambiente especializado e particularizado no IML para atender crianças e adolescentes vítimas de violência: do total de IML no Estado do Paraná, 33% das Unidades contam com atendimento especializado, ressaltando-se que as adequações nas demais unidades encontram-se em andamento, destacando-se que no intuito de evitar a revitimização das vítimas já fora implementado um atendimento privativo e discreto por meio de agendamentos dos atendimentos.

A SESP não apresentou nenhuma meta não executada.

As informações detalhadas sobre o andamento de todas as metas de responsabilidade da SESP em 2023.

1.1.14 - Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI

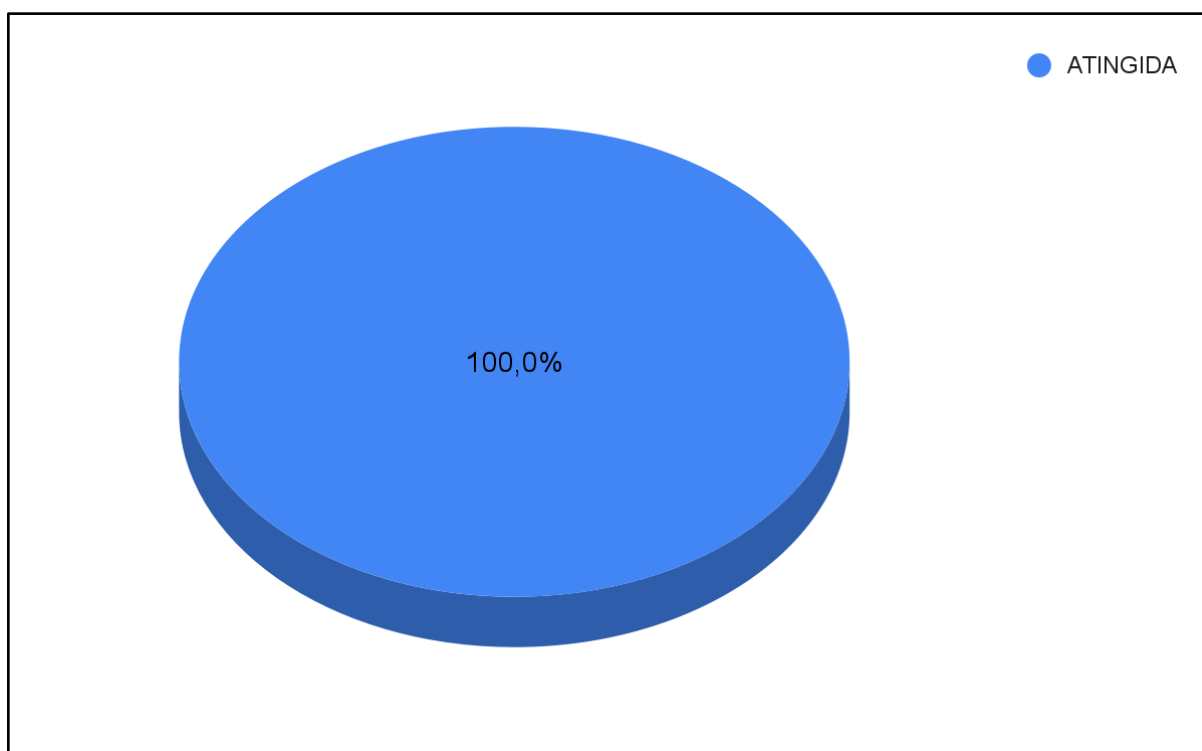
A SETI é responsável por 4 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas¹⁸, as mesmas foram classificadas das seguinte forma:

QUADRO 33 - METAS DO RESPONSÁVEL - SETI

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	4	0	0

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 14 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SETI



A SETI cumpriu 100% de suas metas, e pontua como é realizado o trabalho do NEDDIJs inclusive no que se refere às metas contempladas no Plano Decenal. O Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude tem por propósito estimular o estudo e a pesquisa, auxiliar no diagnóstico, formulação e execução de políticas públicas na área da infância e da juventude em apoio aos

¹⁸ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SETI anexo a este relatório.

Conselhos Municipais e Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes, intervir administrativa e/ou judicialmente na defesa dos direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes e prestar assistência judiciária gratuita aos adolescentes a quem se atribua a prática de atos infracionais.

Para tanto, cada Núcleo por meio do atendimento jurídico, busca assegurar os direitos da criança e do adolescente vítimas de violência doméstica e familiar, por meio de atendimento jurídico, psicológico, do serviço social ou pedagogia em espaços estabelecidos nas universidades estaduais ou em áreas de fácil acesso para a população.

Outra etapa do processo metodológico na execução das ações dos projetos, são os grupos de estudos nos quais, cada NEDDIJ, busca fomentar a pesquisa, ensino e extensão na área da infância e juventude com resultados em artigos científicos, ações e artigos de extensão, participação em eventos e atividades em educação com vistas ao trabalho informativo e preventivo.

Cada projeto conta com ao menos um professor orientador da instituição que deve ser advogado inscrito na OAB e cadastrado no PROJUDI e outro professor orientador com formação em uma das seguintes áreas: Psicologia ou Serviço Social ou Pedagogia. Os projetos contam ainda com aluno e profissional do Curso de Direito e também das seguintes áreas: Psicologia ou Serviço Social ou Pedagogia, vinculados à Instituição de Ensino Superior do Paraná, conforme requisitos estabelecidos pela UGF/SETI, por meio de Portaria.

O atendimento multidisciplinar, garante a abrangência da assistência e amplia a possibilidade de êxito na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. As ações desenvolvidas no ano de 2023 atenderam a todas as metas estabelecidas pelo Plano Decenal Da Criança e do Adolescente designadas para a SETI.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA ATENDIMENTO	
Projetos formativos executados	777
Número de atendimentos pedagógicos	7180
Número de atendimentos psicológicos	7237

Número de atendimentos jurídicos	- 42570
Número de audiências - estupro de vulnerável -	213
Número de audiências infracionais -	1612
Número de audiências cíveis	1555
Processos arquivados	4296
Movimentações processuais	33914
Ações ajuizadas estupro de vulnerável	129
Ações ajuizadas infracional	1118
Ações ajuizadas cível	2185

Ressaltam ainda, que a implantação de mais dois NEDDIJs (Cascavel e Toledo) encontra-se em andamento para acontecer em 2024.

Além dos atendimentos e encaminhamentos à rede de apoio, em 2023 foram realizados Projetos Formativos que constituíram em ações diversas que vão desde curso de formação de professores, conselheiros tutelares, cursos abertos à comunidade, eventos e simpósios, à ações em espaços públicos para a sensibilização e informação da população sobre os direitos de crianças e adolescentes e atividades preventiva.

Quanto à meta de ter Grupos/Núcleos de Estudos em funcionamento em todas as 7 Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), a SETI informa que 100% dos grupos de pesquisa e extensão estão em funcionamento.

1.1.15 - Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR

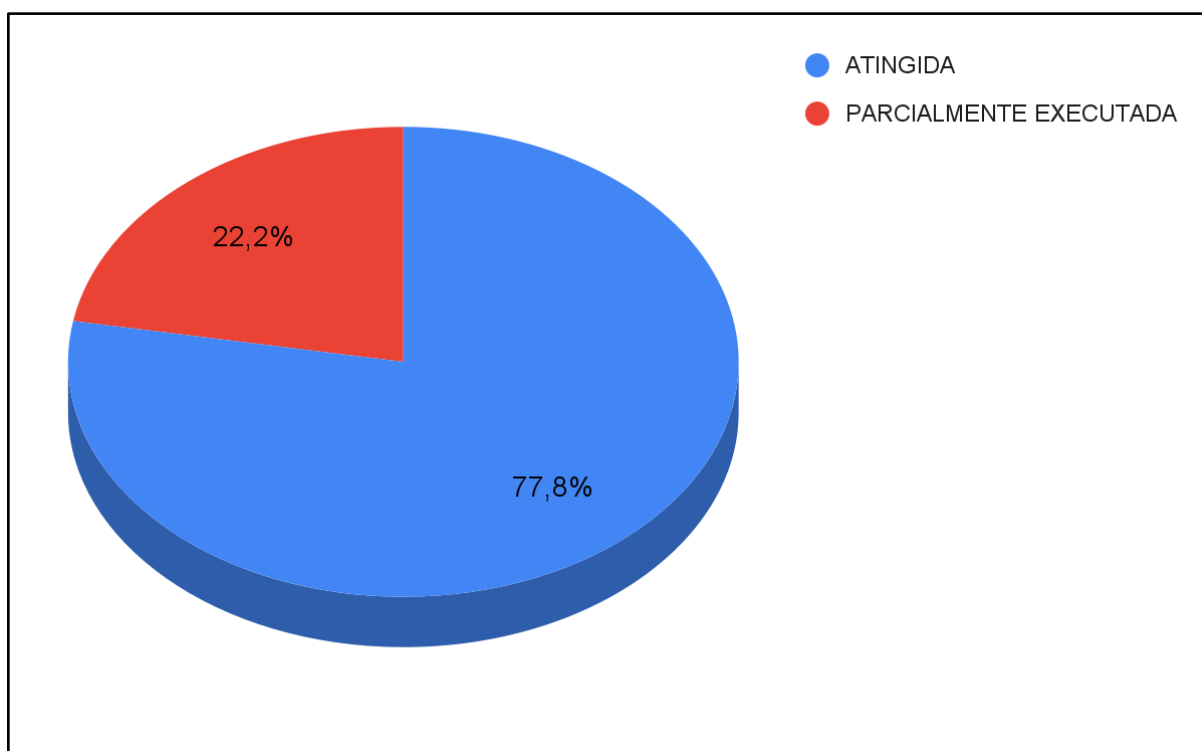
A SETR é responsável por 09 metas previstas para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas sobre a execução¹⁹, as mesmas foram classificadas das seguinte forma:

QUADRO 34 - METAS DO RESPONSÁVEL - SETR

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	7	2	0

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 15 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SETR



As ações realizadas em 2023 pela SETR atingiram um percentual de 77,8% das metas. A Secretaria enviou algumas informações sobre a execução das metas e de outras ações realizadas que impactam na Política da Criança e do Adolescente.

¹⁹ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SETR anexo a este relatório.

Com o principal objetivo de sensibilizar os empresários e população em um âmbito geral relacionado a importância da aprendizagem e a inserção do jovem no mundo do trabalho, bem como erradicar o trabalho infantil, além de incentivar a contratação de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pessoas com deficiência, egressos do sistema socioeducativo, aprendizes que se encontrem em situação de medida protetiva de acolhimento institucional ou programa de acolhimento familiar e de crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil ou trabalho análogo à escravidão; a Coordenação de Programas e Projetos da SETR, realizou o contato com aproximadamente 1500 empresas, onde aproximadamente 100 reuniões ocorreram de forma presencial ou por vídeo chamada, além da participação em 3 treinamentos de divulgação para os multiplicadores das Agências do Trabalhador.

Foi realizado o envio de material de divulgação digital para as Prefeituras, por meio das Agências do Trabalhador e Escritórios Regionais, e aos demais órgãos e empresas da Administração Pública para a contratação de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade ou pessoas com deficiência. Para uma divulgação maior e mais abrangente do Programa, também foram realizadas conversas com as principais entidades formadoras do Estado do Paraná. Dessa forma, desenvolveram ações para a promoção da sensibilização de empresários/empresas quanto à necessidade de erradicação do trabalho infantil, bem como da importância da aprendizagem.

Para complementar a divulgação das ações de qualificação, empregabilidade e Renda do Estado do Paraná, por meio do setor do Observatório do Trabalho da SETR, a Secretaria informa que são divulgados de forma mensal, boletins sobre os dados da empregabilidade do Estado do Paraná, contendo as quantidades de empregados e desempregados por município. Os dados são extraídos da PNAD, RAIS e CAGED. Além disso, o site conta com a divulgação de boletins especiais, como por exemplo o Boletim de Empregabilidade da Mulher. Deste modo, com a divulgação supracitada, é demonstrada a importância da disseminação das informações sobre as ações, programas, projetos relacionados a empregabilidade no Estado do Paraná, e também possibilita que a informação chegue ao público de atendimento específico, como por exemplo, um jovem em busca de qualificação ou um empregador em busca de um aprendiz.

Como meta alcançada e como forma de disseminar as ações voltadas principalmente a aprendizagem e empregabilidade jovem, informam que foi

elaborada e executada uma ampla campanha de divulgação do Programa Cartão Futuro que atingiu os 399 municípios do Estado do Paraná. A campanha promoveu o acesso e conhecimento do Programa Cartão Futuro, bem como das ações realizadas pelo Estado do Paraná relacionadas ao incentivo e estímulo dos empregadores a realizarem contratações de jovens aprendizes, possibilitando a adesão dos mesmos ao Programa para o recebimento da subvenção como auxílio no custeio da contratação do aprendiz.

Por meio da Campanha de divulgação para fortalecimento da aprendizagem e para possibilitar a execução do supracitado Programa, foram realizados de forma frequente treinamentos, capacitações e qualificações aos servidores da Rede Sine Paraná e dos Escritórios Regionais, para que seja ampliado o conhecimento e a qualidade no atendimento prestado pelas Agências do Trabalhador e pelos servidores a toda população paranaense.

Ao longo do ano de 2023 a SETR em parceria com entidades e órgãos da sociedade civil, e principalmente com o Sistema S, desenvolveu programas, projetos e ações de qualificação profissional e empregabilidade para toda a população paranaense, inclusive com o incentivo de um pagamento de bolsa para auxiliar o custeio de transporte e alimentação dos estudantes.

Os principais projetos foram: Qualifica Paraná, Carretas do Conhecimento, projeto Mega Gerar, Qualifica Paraná Mais Gestão, Mais Qualificação e o projeto Bora Paraná, além dos mutirões de empregos realizados. A SETR apresenta uma breve descrição dos Programas, a saber:

O Projeto Qualifica Paraná 2024 é uma realização do Governo do Estado do Paraná, implementado pela Secretaria Estadual de Trabalho, Qualificação e Renda (SETR/PR), que contratou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Paraná - Senai/PR, para fornecer a população do Estado, capacitações em formato presencial, com o uso de equipamentos itinerantes denominados de Unidades Móveis. Este projeto ainda conta com um subsídio de R\$25,00 por dia de aula, assim auxilia o cidadão com os eventuais custos de transporte e alimentação.

O Projeto Carretas do Conhecimento faz parte do Programa Paraná Competitivo, firmado entre o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, e a Volkswagen do Brasil, em 4 de setembro de 2013. Desde de 2019, foram mais de 200 localidades atendidas e 10 mil vagas disponibilizadas a toda a população paranaense.

O Projeto MEGA é um projeto da Organização da Sociedade Civil GERAR

em parceria com a SETR que teve como objetivo promover o empreendedorismo entre jovens de 18 a 29 anos, principalmente os que encontravam-se em situação de vulnerabilidade social. O projeto consistiu em uma série de oficinas e atividades práticas que abordaram temas relacionados ao empreendedorismo, como planejamento de negócios, marketing, gestão financeira e liderança. As atividades foram realizadas em parceria com escolas e instituições sociais em várias cidades do Paraná.

Os cursos do Qualifica Paraná + Gestão foram ofertados gratuitamente pelo SENAI-PR em parceria com a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda na área de Gestão. Com diversos módulos, como: Assistente de Recursos Humanos, Planejamento Orçamentário, Gestão de Custos Industriais, Legislação Prática, Gestão de Pessoas e Equipe e Assistente Contábil.

O projeto Mais Qualificação tem como objetivo atender a população paranaense por meio de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional em favorecimento a empregabilidade e ascensão profissional, Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC, Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, Serviço Social da Indústria – SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC com oferta de 6.500 vagas logo na primeira fase de implantação.

Já o Projeto Bora Paraná - Unidades Móveis 2023 - foi uma parceria do Governo do Estado do Paraná por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR, Ambev e SENAI Paraná. Esta parceria teve como objetivo, levar qualificação profissional de qualidade até as localidades mais distantes dos centros urbanos, bem como para locais em centros urbanos onde concentram-se populações carentes.

No ano de 2023, em uma iniciativa conjunta com o Conselho Estadual de Economia Solidária, foram promovidas 11 reuniões públicas com o intuito de engajar empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de apoio e fomento no fortalecimento da política da economia solidária no Estado do Paraná. Essas reuniões foram um marco, sendo 8 delas sediadas em Curitiba e outras 3 descentralizadas, atendendo às regiões de Londrina, Maringá e Paranaguá. O objetivo era claro: mobilizar não apenas as grandes cidades, mas também outras localidades do Estado, buscando ampliar o alcance e os benefícios da economia solidária em toda a região.

Além das reuniões, a SETR realizou Mostras Paranaenses de economia solidária, proporcionando aos empreendedores a oportunidade de comercializar seus produtos e trocar experiências. Esses eventos não apenas impulsionaram a economia local, mas também fortaleceram os laços comunitários e incentivaram a cooperação entre os diversos atores envolvidos.

Informaram também que paralelamente a essas ações, foram conduzidos mapeamentos e diagnósticos dos municípios do estado do Paraná que possuíam políticas voltadas para a economia solidária. Esse levantamento proporcionou insights valiosos e permitiu direcionar esforços de forma mais precisa, possibilitando o atendimento personalizado às necessidades de cada localidade.

Em relação a meta do microcrédito, de acordo com os dados do relatório fornecido pela Fomento Paraná, analisaram o panorama do microcrédito, operacionalizado por meio das agências do trabalhador ao longo do ano de 2023, e em um total de 333 cidades paranaenses, o microcrédito foi uma realidade acessível. Quanto aos números específicos, foram formalizados 8.872 contratos de microcrédito ao longo do ano. Reforçam ainda, que esses contratos representam não apenas números, mas histórias individuais de empreendedores que encontraram no microcrédito uma ferramenta fundamental para impulsionar seus negócios e realizar seus sonhos.

O valor total de crédito concedido alcançou R\$91.257.215,36 por meio do microcrédito, as agências do trabalhador se tornaram parceiras no fortalecimento do tecido econômico e social.

Parcialmente Executadas

QUADRO 35 - METAS PARCIALMENTE EXECUTADAS

Eixo	Objetivo	Meta
5	1	Elaborar um relatório contendo levantamento sobre a quantidade de adolescentes que poderão acessar esse direito nos próximos dez anos, quanto à capacidade de atendimento das organizações públicas e privadas em relação ao número de vagas existentes no Paraná, por região
5	1	Disponibilizar recursos para incentivar a contratação/manutenção de 35.000 aprendizes através do Programa Cartão Futuro

Dentre as metas parcialmente executadas demonstradas acima, a SETR informa que por meio do Observatório do Trabalho, vinculado a Secretaria, são

divulgados mensalmente (por meio do site da SETR) os boletins mensais sobre os dados da empregabilidade do Estado do Paraná, contendo os dados das quantidades de empregados e desempregados por município. Os dados são extraídos da PNAD, RAIS e CAGED. Além disso, o site conta com a divulgação de boletins especiais, como por exemplo o Boletim de Empregabilidade da Mulher. A partir disso, para atendimento ao plano decenal e demonstrando maior visibilidade ao Programa de Aprendizagem, se faz necessária a inserção também de um Boletim ou Relatório mensal ou semestral sobre a empregabilidade de jovens aprendizes.

Com relação à meta da contratação/manutenção de 35.000 aprendizes por meio do Programa Cartão Futuro, a Secretaria aponta que em agosto de 2022 foi decretado o fim da situação de calamidade pública Estadual, dando fim ao Programa Cartão Futuro Emergencial (PCFE) que disponibilizava a subvenção apenas para que as empresas mantivessem os aprendizes contratados. Com o fim do PCFE, as adesões caíram significativamente, visto que as empresas já não possuíam o interesse de realizar o cumprimento da cota de aprendizagem, bem como através das visitas realizadas pela coordenação do Programa Cartão Futuro, foi constatado e informado por muitos empregadores a preferência pelo pagamento da multa por não cumprir a cota de aprendizagem do que realizar a contratação de um aprendiz. Por meio das visitas, além da solicitação de adesão ao programa por parte das empresas, também foi realizado um trabalho de conscientização com os empregadores visitados, destacando a importância e o papel da aprendizagem para construção de bons profissionais.

1.1.16 - Secretaria de Estado do Turismo - SETU

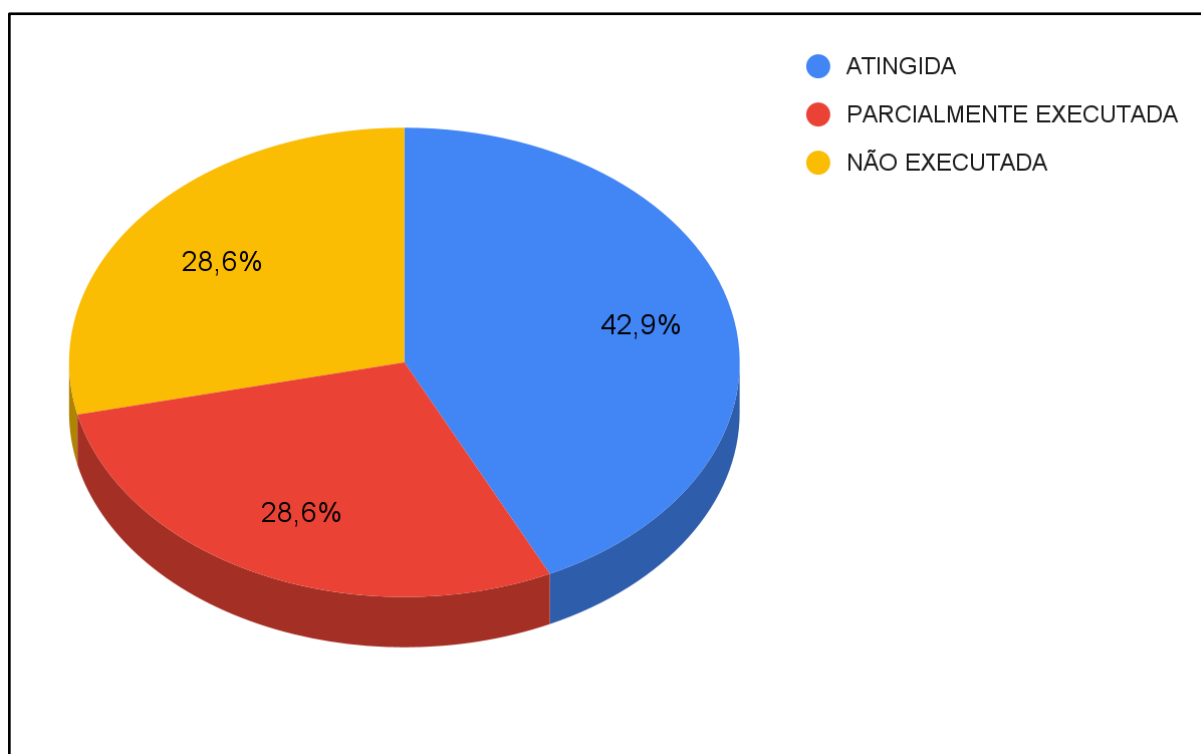
A SETU é responsável por 7 metas prevista para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas²⁰, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 36 - METAS DO RESPONSÁVEL - SETU

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	3	2	2

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 16 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - SETU



A SETU executou 42,9 % das metas e com relação às atingidas pode-se destacar: realização de 08 eventos sobre o Turismo Sustentável, destacando que essa temática é um eixo central das ações da Secretaria, a meta eram 3 eventos. Outra meta atingida foi relacionada às ações de capacitação para os colaboradores

²⁰ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pela SETU anexo a este relatório.

envolvidos no Programa Verão Maior 2023/2024. Esses colaboradores desempenharam suas funções realizando atendimentos aos turistas tanto na Região Turística do Litoral do Paraná quanto na Região Turística Encontro das Águas e Biomas, conhecida como o litoral de água doce do Paraná. O objetivo dessas ações foi aprimorar a infraestrutura das praias e balneários paranaenses, visando garantir a saúde, segurança e proporcionar momentos de lazer tanto aos turistas quanto aos moradores locais.

Parcialmente Executada

QUADRO 37 - META PARCIALMENTE EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
2	28	Ação: Elaborar material de conscientização para combate à exploração sexual de crianças e adolescentes Meta: Produzir material e disponibilizar no site para prefeituras municipais e público em geral anualmente.
4	7	Ação: Inserir o tema turismo no ambiente escolar Meta: Implementar 2 programas Parque Escola.

A SETU informa que a implementação do Programa Parque Escola está sob competência do Instituto Água e Terra. Portanto, a meta interposta não foi realizada conforme planejado quando da elaboração do Plano. No entanto, a Secretaria ressalta que realizou uma ação alternativa para inserir o tema do turismo no ambiente escolar por meio do Projeto Turismo na Escola, o qual já está em fase de execução. Nesse projeto, a primeira ação, que serviu como um projeto piloto, foi realizada em parceria com a Instâncias de Governança Regionais - IGR Vales do Iguaçu. Durante essa iniciativa, 60 professores de 12 cidades da região turística foram capacitados. Além disso, foi elaborada uma cartilha intitulada "Turismo na Escola" com o objetivo de promover o conhecimento sobre o conceito de Turismo e os diversos Segmentos Turísticos.

Sobre a meta de elaborar material de conscientização para combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a Secretaria informa que o Ministério do Turismo implementou um Código de Conduta com o objetivo de prevenir e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes na indústria do turismo. Além desse código, o projeto abrange materiais de conscientização sobre a temática, juntamente com um curso de Educação a Distância (EAD). Este curso foi

amplamente divulgado nas redes sociais da SETU no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Não Executada

QUADRO 38 - META NÃO EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
2	4	Ação: Analisar dados estatísticos preexistentes, relacionados à exploração sexual no contexto de turismo Meta: Coletar e analisar dados preexistentes em até duas fontes secundárias com vistas ao Turismo
4	7	Ação: Destinar percentual do orçamento da Secretaria para ações da criança e adolescente Meta: Destinar até 0,2% do orçamento do órgão gestor para ações relacionadas à criança e ao adolescente.

A SETU não executou 28,6% das metas, ou seja, 02. A que refere a coleta e análise de dados relacionados à exploração sexual no contexto do turismo, informa que anteriormente, a gestão do turismo estava integrada à SEDEST, que tinha a responsabilidade das metas do Plano Decenal da Criança e do Adolescente, no entanto, com a recente reorganização administrativa, o setor de turismo passou a ser um órgão independente. Entretanto, dado o curto período de existência desta Secretaria, que foi apenas durante o último ano, não foi possível atingir a meta estabelecida devido à significativa fase de estruturação enfrentada por este órgão.

Com relação a destinação de até 0,2% do orçamento do órgão gestor para ações relacionadas à criança e ao adolescente, a SETU informa que o cumprimento da meta estabelecida não pôde ser alcançado devido ao desmembramento da pasta do Turismo da SEDEST. Em decorrência desse fato e do breve período de existência desta secretaria, não foi possível atingir a meta estabelecida. É importante ressaltar que todas as ações realizadas, inclusive aquelas alinhadas com as metas estabelecidas, foram executadas sem a utilização de recursos financeiros.

1.1.17 - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR

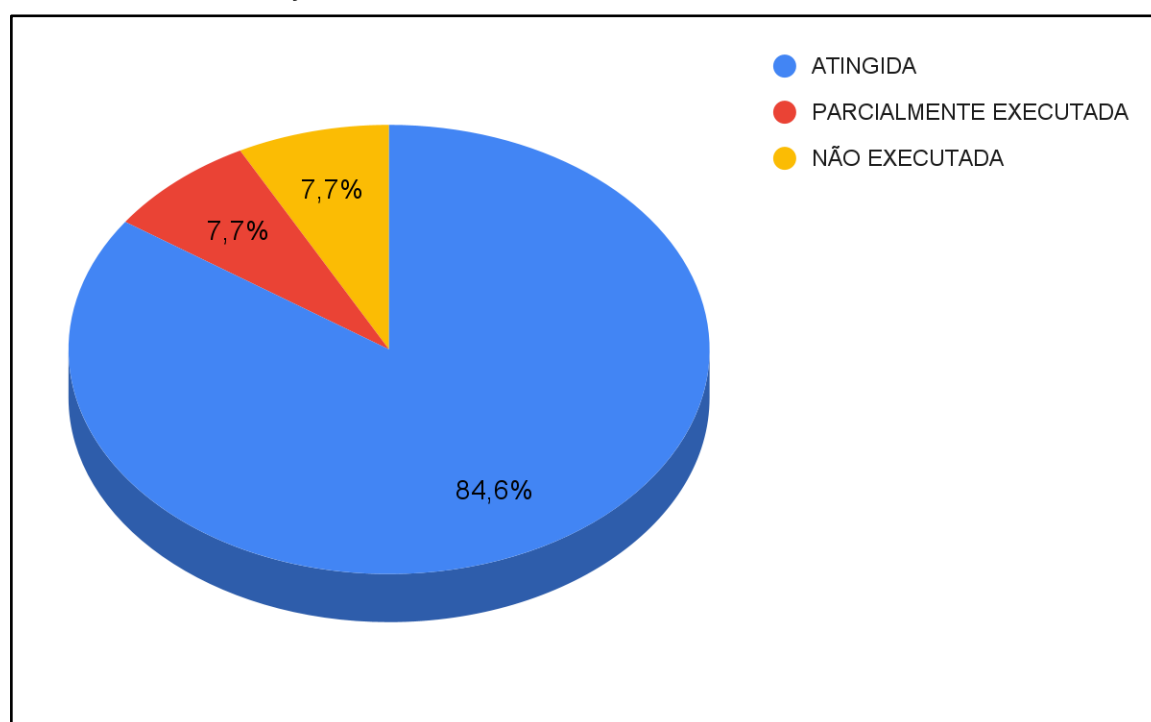
O TJPR é responsável por 13 metas previstas para execução em 2023 no Plano de Ação, e, de acordo com as análises das informações prestadas²¹, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

QUADRO 39 - METAS DO RESPONSÁVEL - TJPR

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	11	1	1

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 17 - EXECUÇÃO DE METAS PELO RESPONSÁVEL - TJPR



Primeiramente o TJPR contextualiza algumas informações importantes destacando que no ano de 2023 o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude – CONSIJ, órgão responsável pela política judiciária da infância e da juventude no Poder Judiciário Paranaense, passou por reestruturação, a qual visou adequar o funcionamento do órgão às demandas contemporâneas e às atualizações legislativas. Assim como, o próprio TJPR passou por reforma administrativa

²¹ Todas as informações foram retiradas do instrumental preenchido pelo TJPR anexo a este relatório.

recentemente, reorganizando seus departamentos e suas secretarias, visando a melhor prestação jurisdicional aos cidadãos.

No que se refere às metas, o TJPR cumpriu integralmente cerca de 84,6%, com destaque para os processos formativos e reflexivos direcionados aos Magistrados e às Magistradas com atuação na competência da Infância e Juventude. Foi realizado em outubro de 2023, o V Encontro para este público, na cidade de Guaratuba-PR, o qual teve como enfoque os debates e as reflexões sobre a socioeducação, questões afetas à saúde mental, à primeira infância e atendimento às crianças e aos adolescentes ameaçados de morte.

Ainda direcionado aos magistrados e às magistradas, a Escola Judicial do Paraná - EJUD/PR realizou o primeiro curso de formação direcionado especificamente para juízes e juízas da Infância e Juventude do Paraná, sob a coordenação do Juiz de Direito da Infância e da Juventude Rodrigo Rodrigues Dias, da Comarca de Toledo. Com 40 vagas, o curso ofertou 40 horas/aulas de formação, com conteúdos síncronos e assíncronos, visando a qualificar a atuação em processos que envolvam a garantia dos direitos de crianças e de adolescentes. O curso se expandirá no ano de 2024 também aos assessores e às assessoras dos juízes de direito da infância e da juventude, de modo assíncrono.

Outro destaque foi a campanha “Entrega Consciente”, capitaneada pelo Tribunal de Justiça, a qual distribuiu às 163 Comarcas dos Estado do Paraná cartazes (4.000 unidades) e folders (100.000 unidades), para que as Varas com competência na Infância e Juventude realizem atividades junto às redes municipais, visando a sensibilização para a abordagem adequada e o manejo humanizado e acolhedor de mulheres que desejam entregar seus filhos. O material tem como destinatário final a população em geral, no sentido de se fazer conhecer que a Entrega Voluntária de bebês é um procedimento legal e seguro, assim como, tornar conhecidos os locais em que se pode fazer a comunicação do desejo da referida entrega.

O TJ-PR informa também sobre a realização do Encontro on-line de Preparação de Pretendentes para a Adoção, curso destinado às pessoas que estão em processo de habilitação para adoção de crianças e adolescentes. Em duas edições ocorridas no ano de 2023, foram capacitadas mais de 2500 pessoas, advindas de 26 estados da federação. No ano de 2023 o curso ainda foi realizado de forma remota, mas com aulas totalmente síncronas, com interações entre participantes e palestrantes, sendo realizado em parceria com a EJUD-PR.

O CONSIJ-CIJ do TJPR também organiza anualmente as Semanas de Mobilização temáticas, tais como do 18 de Maio, de prevenção à exploração e ao abuso sexual de crianças e de adolescentes, a de Adoção e a Semana da Criança e do adolescente, incentivando as Comarcas de todo o Estado do Paraná a realizar atividades integradas e articuladas com a rede local para chamar a atenção para tais temas.

Dentre tais atividades, muitas das metas postas no Plano de Ação do ano de 2023 foram contempladas em meio a tais ações do TJPR, que contemplaram os temas prioritários para a Justiça da Infância e da Juventude previstos no Plano Decenal.

Parcialmente Executada

QUADRO 40 - META PARCIALMENTE EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
6	22	Ação: Capacitar equipes técnicas que atuam na área da infância, da juventude e da família, nas Comarcas do Estado do Paraná, desde o seu ingresso Metas: Realizar 4 capacitações estaduais atingindo 100% das equipes das Comarcas (161 Comarcas- fonte TJ 2021).

Não Executada

QUADRO 41 - META NÃO EXECUTADA

Eixo	Objetivo	Meta
6	22	Ação: Nomear analistas judiciários das formações de Serviço Social e Psicologia, aprovados em concursos públicos ainda vigentes. Metas: nomear 50 profissionais, entre 2022 e 2023.

Acerca das metas não executadas ou executadas parcialmente, o TJPR informa que se trata de ações voltadas às equipes multidisciplinares do Tribunal de Justiça do Paraná, e que conforme apontado no relatório de monitoramento do ano de 2022, encontrava-se em estudo um projeto de reorganização da estrutura e de redistribuição da força de trabalho de assistentes sociais e psicólogos nas instituições. Deste modo, as capacitações previstas para as equipes foram sobrestadas, até que novo desenho fosse ajustado. Pela mesma razão, as nomeações também foram sobrestadas, sendo necessário estudo que estabeleça lotação paradigma para que se possa ter a dimensão do número de profissionais a serem contratados. Isto porque as novas demandas trazidas pelas leis Maria da

Penha, Henry Borel, Estatuto do Idoso, além das legislações específicas da área de execução penal, trouxeram demandas adicionais por equipes para atender novos contextos, requerendo portanto novos estudos para tal finalidade. O TJPR criou o CONSAM, um conselho específico para tratar das questões afetas às equipes multidisciplinares.

Ainda sobre o atendimento multidisciplinar, o Tribunal de Justiça informa que foi publicada a Instrução Normativa Conjunta nº 183/2024 - P-SEP/GCJ/CONSAM, , de 11 de abril de 2024, que versa sobre o Cadastro de Auxiliares da Justiça – CAJU, por meio do qual os magistrados e magistradas podem nomear profissionais devidamente cadastrados e habilitados para a realização de perícias sociais, psicológicas e tomada de depoimento especial. Tal documento deve normatizar a prática de tais profissionais no âmbito do TJPR, assim como, estabelecer parâmetros técnicos de atuação e valores de remuneração, suprimindo de forma complementar as equipes próprias. Informa ainda que está sendo planejada formação dirigida aos profissionais credenciados pelo CAJU.

Outrossim, destaca-se que o CONSIJ-CIJ publica trimestralmente o seu boletim informativo, no qual estão noticiadas todas as ações da área da infância e da juventude realizadas em cada período. Os boletins do ano de 2023 podem ser acessados no link: <https://www.tjpr.jus.br/boletins-infancia-e-juventude>, por meio do qual pode-se tomar conhecimento de outras atividades realizadas pelo Poder Judiciário em prol dos direitos de crianças e adolescentes.

1.1.18 - EXECUÇÃO TOTAL DAS METAS

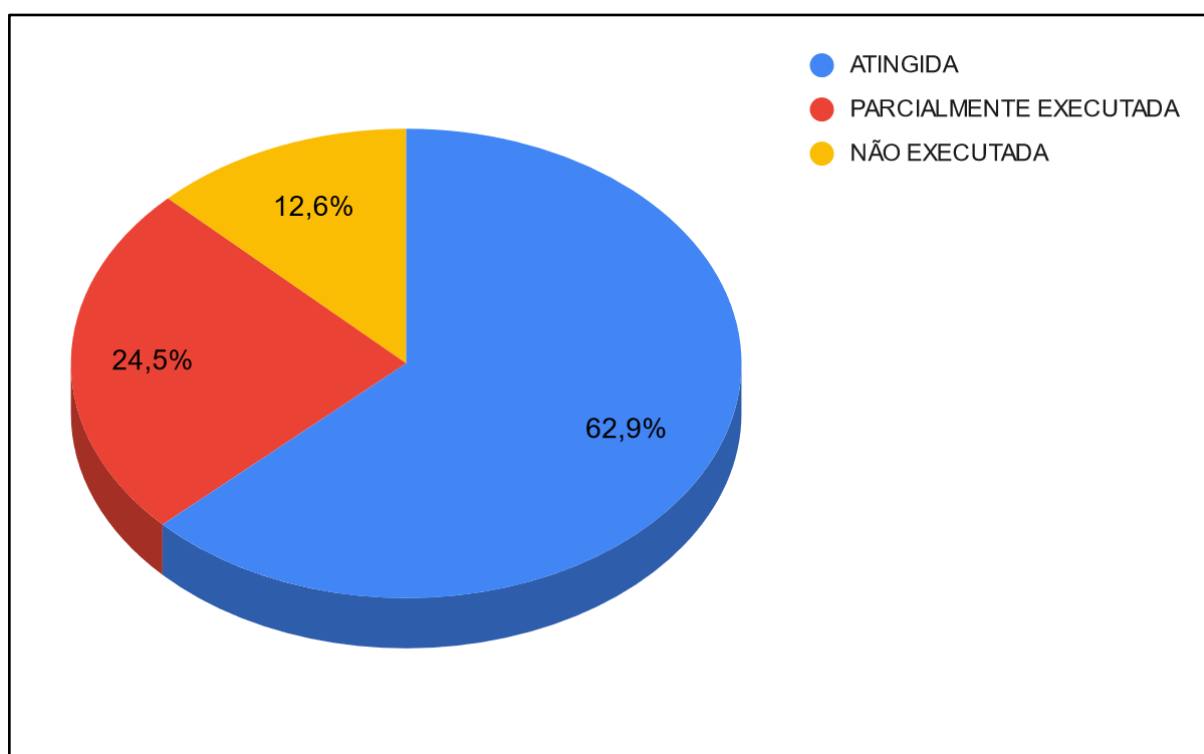
O Plano de Ação de 2023 tem um total de 278 metas, considerando todos os 17 responsáveis. Abaixo o quadro e gráfico demonstrando o total de metas de acordo com a classificação recebida.

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA
Quantidade	175	68	35

QUADRO 42 - EXECUÇÃO TOTAL DAS METAS

Com a análise dos elementos foram obtidos os seguintes resultados gráficos:

GRÁFICO 18 - EXECUÇÃO TOTAL DAS METAS

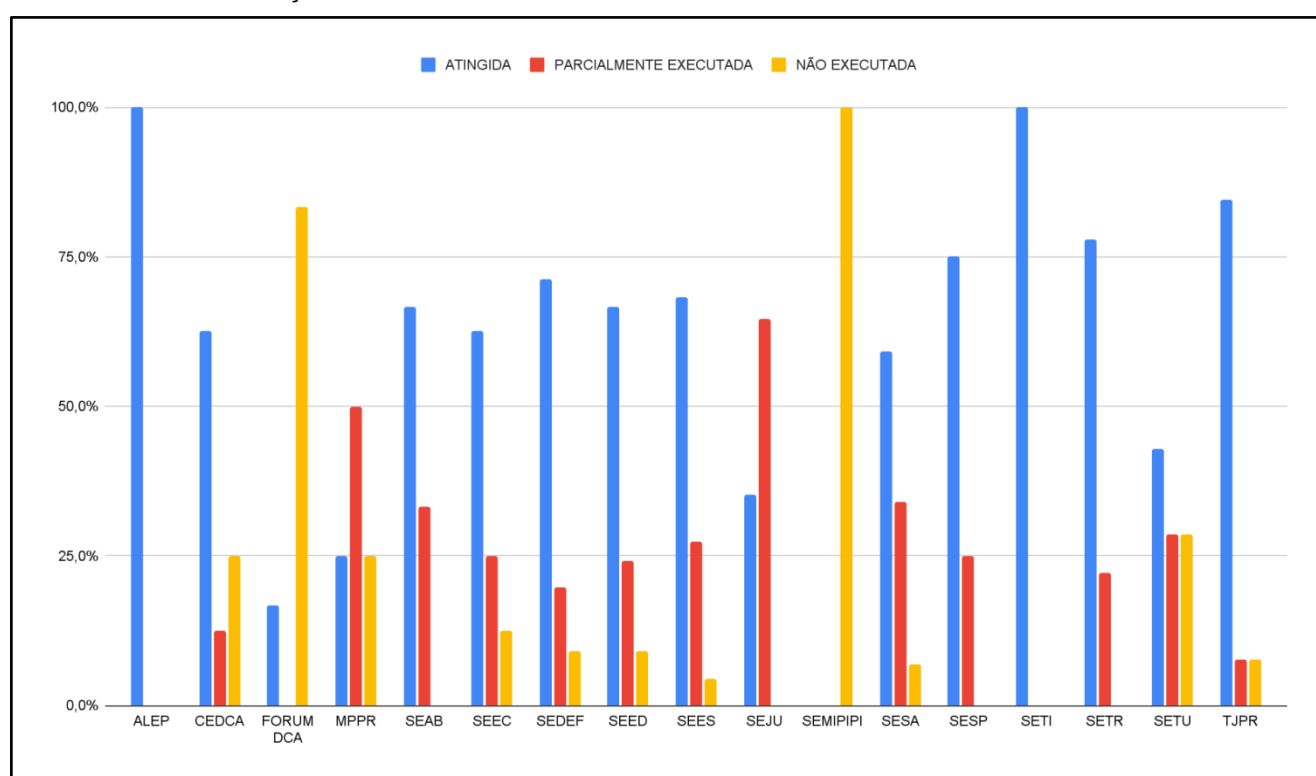


Das 278 metas, 175 foram atingidas (62,9%) e 68 parcialmente executadas (24,5%) e 35 (12,6%) não executadas. As metas executadas e parcialmente executadas perfazem um total de 243 metas, equivalente a 87% das metas contempladas no plano de ação de 2023.

1.1.19 - APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO POR RESPONSÁVEL

Analisando o desempenho das metas de todos os 17 responsáveis, identificamos que 12 atingiram, em sua totalidade, mais de 60% de suas metas. Se formos analisar as metas atingidas e parcialmente executadas, 11 perfizeram 100% das metas nesta condição, 04 ficaram entre 89 a 70%, e 02 entre 16% e 0% de execução. Destaca-se que a SETI e a ALEP cumpriram integralmente 100% de suas metas.

GRÁFICO 43 - EXECUÇÃO DE METAS POR RESPONSÁVEL



1.2 - ACOMPANHAMENTO POR EIXO

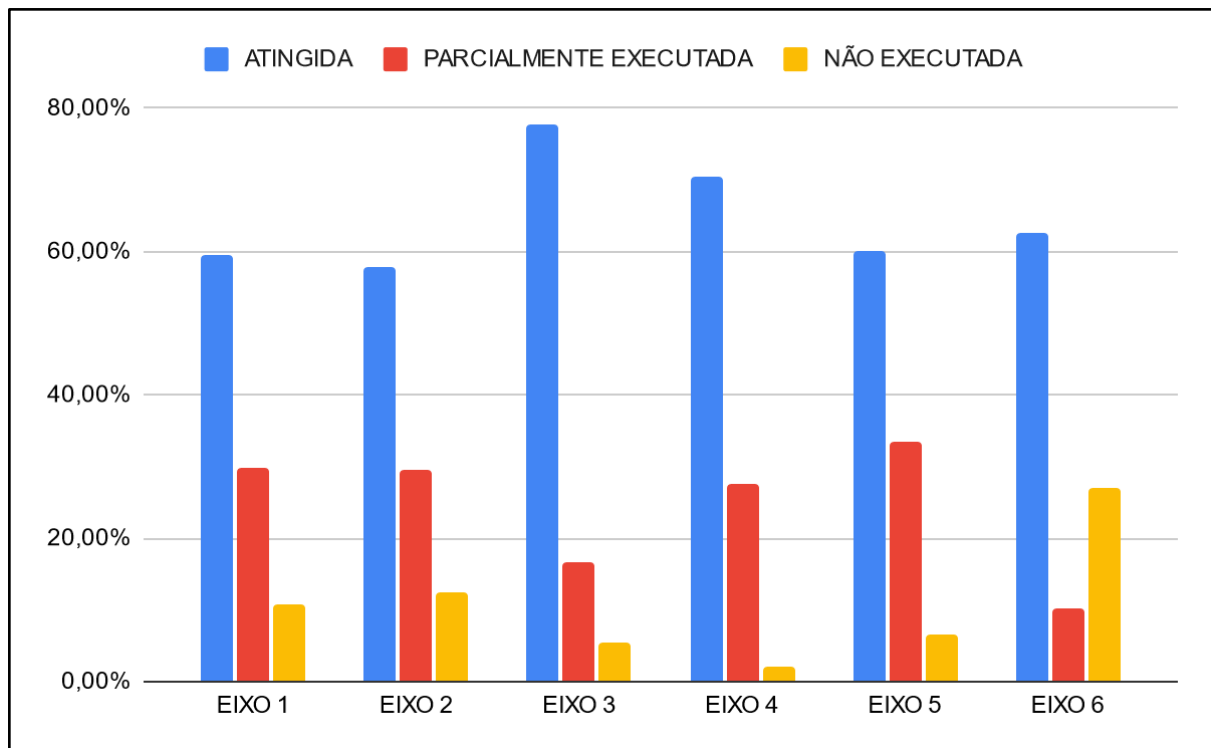
Na análise por Eixo são agrupados os dados e as classificações apontadas pelos responsáveis de acordo com o Eixo do Plano Decenal. O plano Decenal é composto por seis eixos conforme tabela abaixo, contendo as metas classificadas conforme execução.

QUADRO 44 - METAS POR EIXO

	ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA	TOTAL
Eixo 1 - Direito à Vida e à Saúde	28	14	5	47
Eixo 2 - Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade	51	26	11	88
Eixo 3 - Direito à Convivência Familiar e Comunitária	14	3	1	18
Eixo 4 - Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer	36	14	1	51
Eixo 5 - Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho	9	5	1	15
Eixo 6 - Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia Direitos da Criança e do Adolescente	37	6	16	59
Total	175	68	35	278

O eixo com mais metas atingidas foi o eixo 3 com cerca de 78%, seguido dos eixos 4, 6, 5, 1 e 2 respectivamente, correspondendo a 70,6%, 62,7%, 60%, 59,6% e 58% das metas totais de cada eixo. Todos os eixos tiveram acima de 58% de suas metas atingidas. Se considerarmos as metas atingidas e parcialmente executadas, tem-se a variação de 73% a 98% das metas nesta condição.

GRÁFICO 20 - EXECUÇÃO DE METAS EIXO



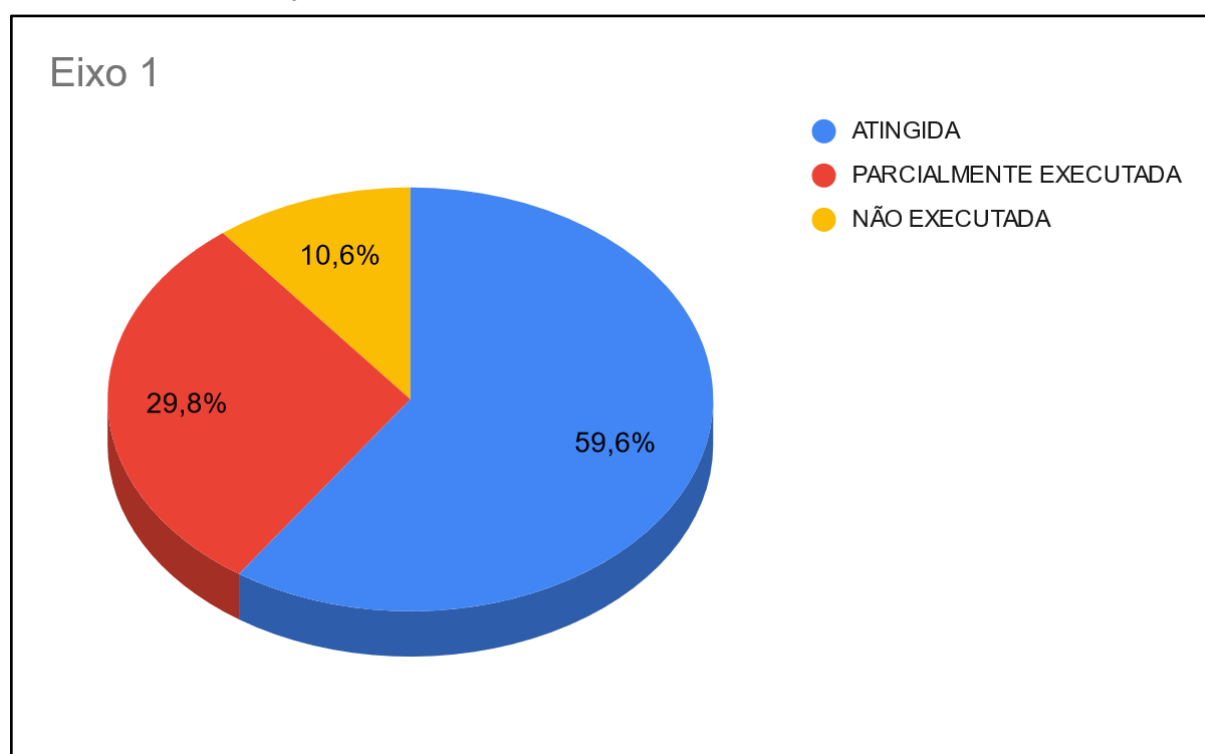
1.2.1 - Eixo 1 - Direito à Vida e à Saúde

Para o Eixo 1 tem um total de 47 metas distribuídas entre os responsáveis. Destas metas, 59,6% das metas foram atingidas, 29,8% foram parcialmente executadas e 10,6% de metas não executadas.

QUADRO 45 - METAS DO EIXO 1

ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA	TOTAL
28	14	5	47

GRÁFICO 21 - EXECUÇÃO DE METAS EIXO 1



O eixo 1 teve 06 responsáveis pelas metas, sendo: SESA; SEED; SESP; SEES; SEAB; SEDEF.

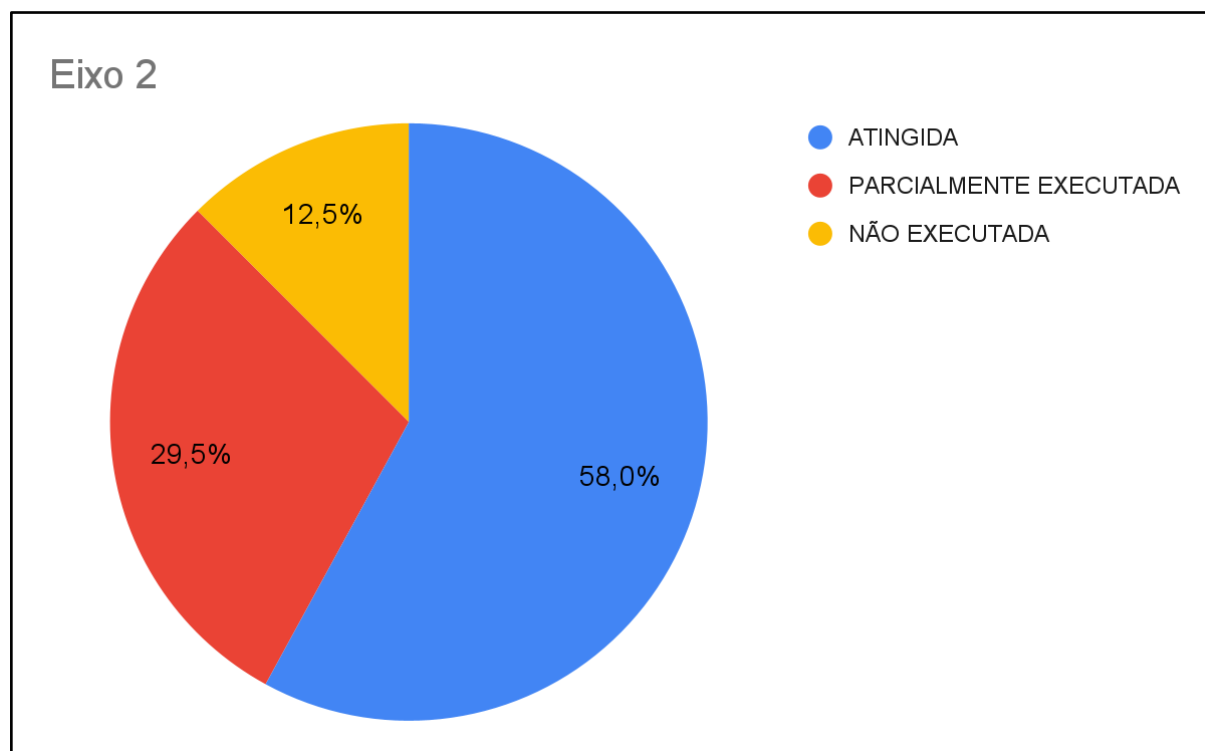
1.2.2 - Eixo 2 - Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Para o Eixo 2 tem um total de 88 metas distribuídas entre os responsáveis.. Destas metas, 58% das metas foram atingidas, 29,5% foram parcialmente executadas e 12,5% de metas não executadas.

QUADRO 46 - METAS DO EIXO

ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA	TOTAL
51	26	11	88

GRÁFICO 22 - EXECUÇÃO DE METAS EIXO 2



O eixo 2 teve 13 responsáveis pelas metas, sendo: SEDEF; SEJU; SETU; SEMIPI; SEED; SEAB; SESP; SETR; TJPR; SESA; TJPR; MPPR; CEDCA.

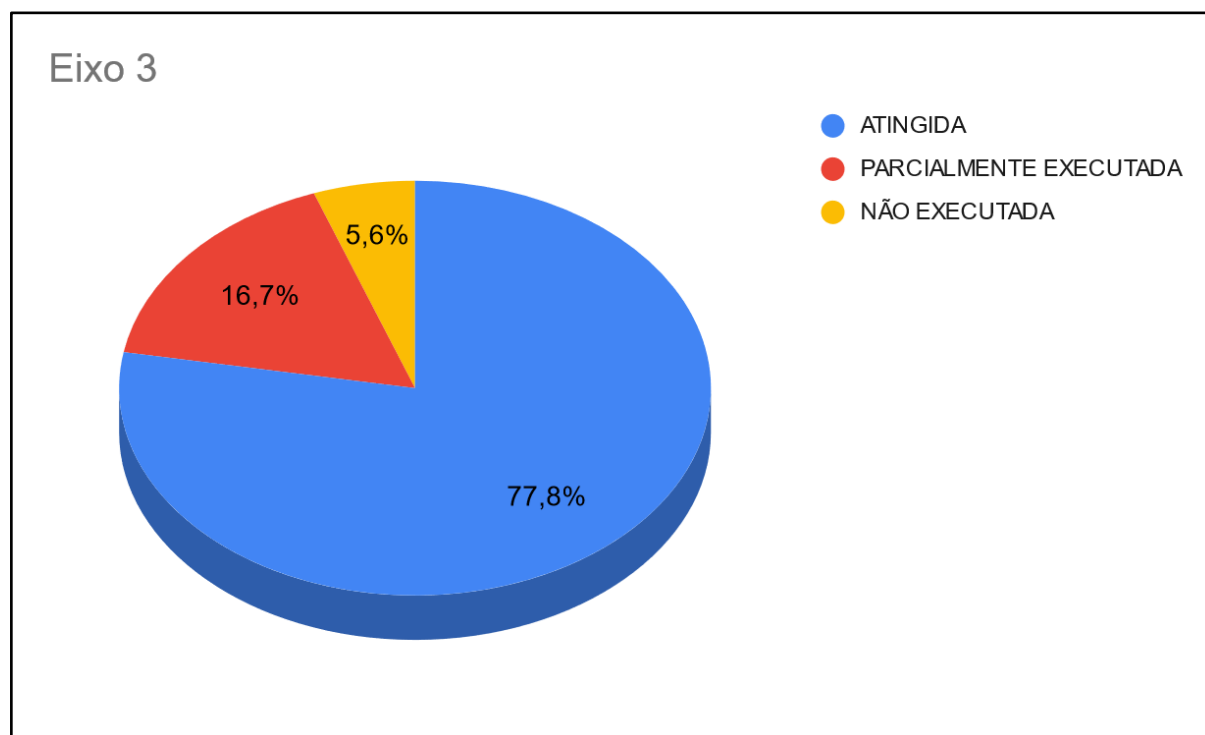
1.2.3 - Eixo 3 - Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Para o Eixo 3 tem um total de 18 metas distribuídas entre os responsáveis.. Destas metas, 77,8% das metas foram atingidas, 16,7% foram parcialmente executadas e 5,6% de metas não executadas.

QUADRO 47 - METAS DO EIXO

ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA	TOTAL
14	3	01	18

GRÁFICO 23 - EXECUÇÃO DE METAS EIXO 3



O eixo 3 teve 05 responsáveis pelas metas, sendo: SEDEF; SESP; SESA; TJPR; MPPR.

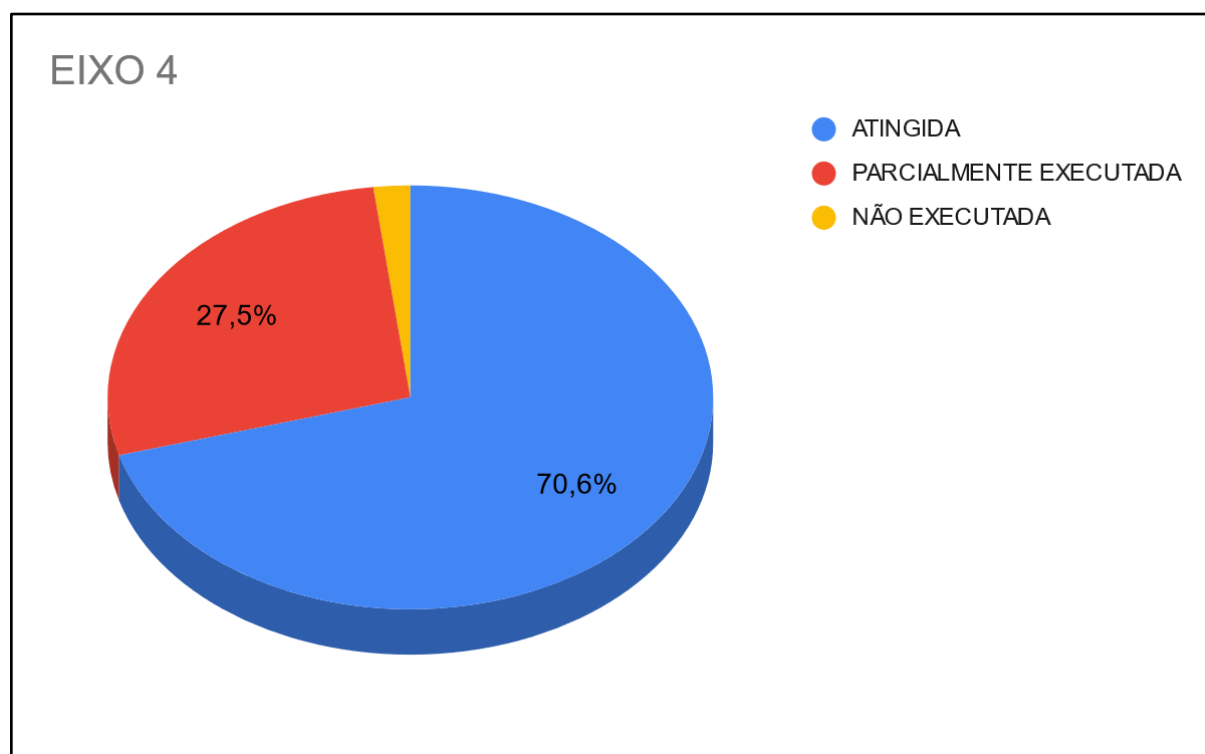
1.2.4 - Eixo 4 - Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Para o Eixo 4 tem um total de 51 metas distribuídas entre os responsáveis.. Destas metas, 70,6% das metas foram atingidas, 27,5% foram parcialmente executadas e 2% de metas não executadas.

QUADRO 48 - METAS DO EIXO

ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA	TOTAL
36	14	1	51

GRÁFICO 24 - EXECUÇÃO DE METAS EIXO 4



O eixo 4 teve 07 responsáveis pelas metas, sendo: CEDCA; SEES; SECC; SEDEF; SEED; SESP; SETU.

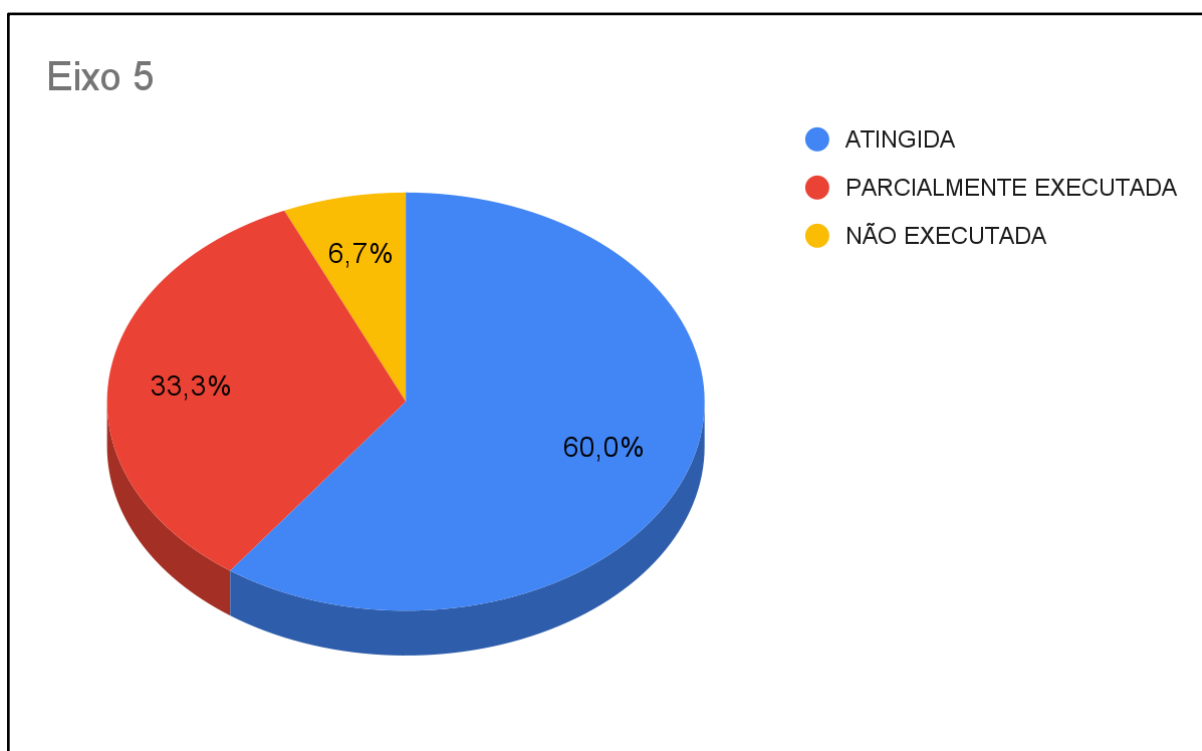
1.2.5 - Eixo 5 - Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Para o Eixo 5 tem um total de 15 metas distribuídas entre os responsáveis.. Destas metas, 60% das metas foram atingidas, 33,3% foram parcialmente executadas e 6,7% de metas não executadas.

QUADRO 49 - METAS DO EIXO

ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA	TOTAL
9	5	1	15

GRÁFICO 25 - EXECUÇÃO DE METAS EIXO 5



O eixo 5 teve 05 responsáveis pelas metas, sendo: SEDEF; SEED; SETR; SEJU; SETU.

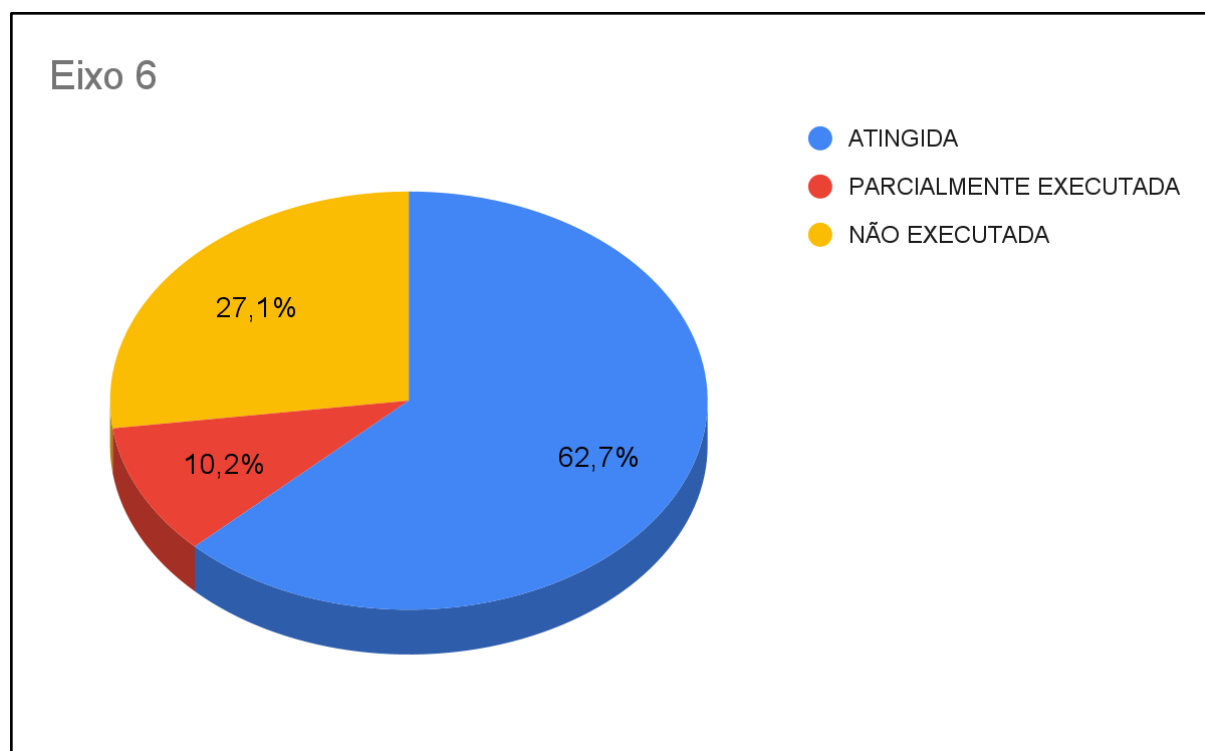
1.2.6 - Eixo 6 - Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia Direitos da Criança e do Adolescente

Para o Eixo 6 tem um total de 59 metas distribuídas entre os responsáveis.. Destas metas, 62,7% das metas foram atingidas, 10,2% foram parcialmente executadas e 27,1% de metas não executadas.

QUADRO 50 - METAS DO EIXO

ATINGIDA	PARCIALMENTE EXECUTADA	NÃO EXECUTADA	TOTAL
37	6	16	59

GRÁFICO 26 - EXECUÇÃO DE METAS EIXO 5



O eixo 6 teve 11 responsáveis pelas metas, sendo: SEDEF; ALEP; SEES; FÓRUM DCA; MPPR; CEDCA; SEED; SESP; SETI; SETU; TJPR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente teve sua vigência compreendida entre 2014 a 2023. Deste modo, esse é o último relatório de acompanhamento anual elaborado. No ano de 2021 foi realizado o monitoramento e avaliação do Plano de Ação do Plano Decenal e deste modo foi revisado todos os elementos do Plano de Ação, tendo a sua vigência de 2021-2023.

Para 2021 o Plano tinha 254, para 2022 foram 265 e para o ano de 2023 totalizou-se 278 metas. Deste modo, de 2021 para 2022 houve um aumento de 11 metas, e de 2022 para 2023 foram 13 metas de aumento.

No que se refere ao percentual de metas atingidas em 2021 foram 48,8%, em 2022 um percentual de 64,2% de metas atingidas e em 2023 o total foi de 59,6%. Já se somarmos as metas atingidas e parcialmente executadas chegamos a: 79,5% em 2021; 90% em 2022; e 87% em 2023.

Sobre a execução das metas por eixo observou-se que todos os eixos executaram acima de 58% de suas metas. O eixo com mais metas atingidas foi o eixo 3 com cerca de 78%, seguido dos eixos 4, 6, 5, 1 e 2 respectivamente, correspondendo a 70,6%, 62,7%, 60%, 59,6% e 58% das metas totais de cada eixo. Se considerarmos as metas atingidas e parcialmente executadas, tem-se a variação de 73% a 94% das metas nesta condição.

A ausência de um sistema informatizado para a realização do acompanhamento ao longo desses anos, dificultou a realização do processo, deixou o processo mais fragilizado e moroso. Outro desafio foi relacionado à análise das informações, não existe uma metodologia própria para análise dos dados, o que tornou o trabalho mais complexo, demandando maior atenção e tempo. No entanto, foi possível realizar o acompanhamento, assim como disponibilizar a todos os responsáveis o resgate histórico desde 2021 da execução das metas, o que facilitou a análise das metas e o acesso às informações.

Após esse último processo de monitoramento do plano de ação, ocorrido em 2021 pode-se perceber vários avanços, tais como: reformulação e publicação do decreto de criação do Comitê Interinstitucional de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal, redefinindo suas atribuições, atualizando sua composição, e nomeando por decreto os representantes indicados; alteração do modelo de relatório anual sobre a execução das metas, possibilitando que fosse

evidenciado os principais pontos sobre as metas atingidas, o destaque para as metas parcialmente executadas, e não executadas; outro ponto relevante foi a disponibilização dos instrumentais respondidos e agrupados por eixo, como anexo ao relatório anual, permitindo maior transparência e acesso a informações que envolvem a execução do Plano Decenal.

Com a finalização deste relatório, tem-se um grande desafio, que é a elaboração da avaliação final do Plano Decenal (2014-2023); a elaboração de um novo Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Estado do Paraná, e neste processo a atualização do diagnóstico da Política da Infância e Adolescência no Estado; assim como a possibilidade da criação de um Sistema a fim de possibilitar um acompanhamento mais efetivo do andamento das metas do novo Plano Decenal.

Observou-se ao longo desses últimos anos um grande compromisso por parte de todos os responsáveis por ações e metas do Plano, alinhando internamente em suas instituições a importância da execução do Plano Decenal. Deste modo, teve-se a participação dos representantes do Comitê de forma ativa e comprometida, possibilitando o diálogo e compromisso com a Política Pública de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

ANEXOS

EIXO 1 - DIREITO À VIDA E A SAÚDE														
EIXO	Nº	OBJETIVO	AÇÕES	METAS	EXECUÇÃO			MENSURAÇÃO DA META - 2023	INDICADOR	MENSURAÇÃO DO INDICADOR 2023	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA - PARCIALMENTE OU NÃO EXECUTADA	RESPONSÁVEL	EIXO DIRETRIZES NACIONAIS
					2021	2022	2023							
			Motivar e apoiar os 399 municípios paranaenses para a adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE).	85% (339) municípios paranaenses aderidos ao Programa Saúde na Escola.	x	x	x	98%(392) municípios paranaenses aderidos ao Programa Saúde Na Escola.	Percentual de municípios paranaenses aderidos ao Programa Saúde na Escola	98%	ATINGIDA	Os municípios possuem autonomia para aderir ou não ao Programa Saúde na Escola. Havendo portanto alguns municípios que ainda não realizaram a adesão. Em processo de sensibilização.	SESA, SEED	Promoção de Direitos, Gestão da Política
			Capacitar, apoiar e orientar os técnicos das Regionais de Saúde para implantação do Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF) junto à Rede Municipal de Saúde.	22 Regionais de Saúde com técnicos capacitados	x	x	x	Realizado apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios quanto ao PNSF; Capacitação sobre a reformulação do PNSF para os enfermeiros das equipes multidisciplinares de saúde indígena; Realizado o webinar "Novas recomendações dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes" com o objetivo de capacitar os técnicos das Regionais de Saúde e os profissionais da Atenção Primária à Saúde dos municípios, o qual teve 1.715 visualizações; Enviado Ofício Circular nº 04/2023-DVPAF/CPRO/DAV/SESA para os Secretários Municipais de Saúde, com cópia para as referências municipais de alimentação e nutrição, com a atualização das diretrizes nacionais para o Programa Nacional de Suplementação de Ferro; Realizadas contribuições na Linha Guia da Criança quanto à suplementação de micronutrientes.	Percentual de Regionais de Saúde com técnicos Capacitados	100%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos

Capacitar profissionais de saúde bucal dos municípios para implantarem a estratificação de risco em Saúde Bucal (SB) para crianças e adolescentes	Capacitar profissionais de saúde bucal, para estratificação de risco em SB, de crianças e adolescentes, das 22 Regionais de Saúde (RS)	x	x	x	Em 2023 foi feita validação de construto do Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Bucal, para crianças e adolescentes para finalização do instrumento. Foi criado um Sistema de Informação para auxiliar na implementação da Estratificação de Risco no estado.	Percentual de RS com profissionais capacitados para estratificação de risco de crianças e adolescentes, em SB	0%	NÃO EXECUTADA	Em 2023 não foi possível realizar a capacitação dos profissionais para a estratificação de risco em saúde bucal, pois estávamos realizando a validação de construto do instrumento. Esta capacitação será realizada no primeiro semestre de 2024.	SESA	Gestão da Política
Incentivar profissionais de saúde bucal para a utilização das Carteiras de Saúde da Gestante, da Criança e do Adolescente, como instrumento para acompanhamento da Saúde Bucal.	Fomentar 1 ação anual para incentivar a utilização das carteiras de saúde para acompanhamento da saúde bucal de gestantes, crianças e adolescentes.	x	x	x	Foi realizada reunião técnica com as Regionais de Saúde na qual foi reforçada a importância da utilização das carteiras de gestantes, criança e adolescentes. Essa reunião foi replicada posteriormente para os profissionais dos municípios.	Percentual de ação realizada	100,00%	ATINGIDA		SESA	Gestão da Política

Sensibilizar os os municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola para desenvolver ações de promoção e prevenção à saúde, para crianças e adolescentes, abordando o Risco Cardiovascular (Diabetes, Hipertensão Arterial Sistêmica, Dislipidemia, Obesidade infantil, entre outras).	30% dos municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola realizando anualmente as ações de promoção da alimentação saudável e atividade física para crianças e adolescentes. (número de municípios aderidos - PSE anualmente)	x	x	x	Realizada a Formação dos Técnicos Regionais de Saúde e Educação do Programa Saúde na Escola. Na ocasião foram apresentadas propostas de planos de ação relacionadas às 14 temáticas do programa, dentre elas a Alimentação Adequada e Saudável e Práticas Corporais e Atividade Física; Na Semana do Alimento Orgânico 2023 (29/05 a 02/06) foi realizada a divulgação de flyers elaborados pelo FUNDEPAR para a rede do Programa Saúde na Escola, os quais abordaram temáticas como: porque consumir alimentos orgânicos, feiras orgânicas, produção agroecológica, uso de agrotóxicos no Brasil, orientações da ANVISA para reduzir a exposição a resíduos de agrotóxicos nos alimentos, entre outros; Realizada capacitação no dia 29 de novembro, em parceria com o DSEI Litoral Sul, com o objetivo de capacitar os enfermeiros das Equipes Multidisciplinares da Saúde Indígena do Paraná sobre Alimentação Complementar Adequada e Saudável e Programa Saúde na Escola voltados ao contexto indígena; Viabilizado o Minicurso "Cardiologia para Médicos na Atenção Primária, de forma on-line, por meio da Sociedade Paranaense de Cardiologia, no período de 08 de agosto a 17 de outubro, com a participação de 361 profissionais; Viabilizada a capacitação virtual sobre "Prevenção à Iniciação ao Tabagismo", proposta pelo INCA, para profissionais da saúde e educação, vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) e ou da Atenção Primária à Saúde e estabelecimentos de ensino, realizada nos dias 29 de março, com 652 participantes e 09 de agosto, com 368.	Percentual de municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola que realizaram ações de promoção da alimentação saudável e atividade física para crianças e adolescentes.	54,20%	ATINGIDA	0	SESA	Promoção de Direitos
---	--	---	---	---	--	---	--------	----------	---	------	----------------------

Estruturar a Atenção Primária à Saúde para que esta seja ordenadora do cuidado, nas Redes de Atenção à Saúde

Ampliar a cobertura populacional atendida na Atenção Primária à Saúde (APS) no território.	Ampliar, até 2023, para 77% a cobertura populacional estimada atendida pelas equipes de Atenção Primária em Saúde. Linha de Base 75%.	x	x	x	89.42% preliminar, referente a competência de outubro/2023	Percentual de cobertura populacional estimada atendida pelas equipes de Atenção Primária à Saúde	100,00%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos, Gestão da Política
Incentivar por meio da Estratégia do Protagonismo Juvenil a integração ente a Atenção Primária à Saúde e Vigilância em Saúde a fim de promover o compartilhamento do cuidado para Infecção Sexualmente Transmissível (IST).	Motivar e apoiar 100% dos municípios paranaenses para o desenvolvimento de ações de prevenção de IST/AIDS, por meio da Estratégia do Protagonismo Juvenil	x	x	x	As reuniões do ano de 2023 foram centralizadas em uma única, de realinhamento, que aconteceu em junho de 2023, conduzida pelo nível central.	Percentual de municípios paranaenses com a Estratégia do Protagonismo Juvenil implantada	50%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Parcialmente executada, pois foi realinhado o programa e ainda não está estabelecido definitivamente pela direção.	SESA	Participação de Crianças e Adolescentes
Manter o Incentivo Financeiro Estadual para municípios – sede de CENSEs e Casas de SEMIPIliberdade - a fim de realizar a atenção integral em saúde aos adolescentes	100% dos municípios-sede de CENSEs e Casas de SEMIPIliberdade recebendo o Incentivo Financeiro Estadual	x	x	x	Realizado repasse financeiro estadual para os 16 municípios-sede.	Percentual de municípios sede de CENSEs e Casas de SEMIPIliberdade recebendo Incentivo Financeiro Estadual	100,00%	ATINGIDA		SESA	Gestão da Política
Realizar o repasse de incentivo de Custeio para a Atenção Primária à Saúde nos municípios, conforme legislação vigente.	Repassar incentivo financeiro estadual de custeio para a Atenção Primária à Saúde para 100% dos municípios elegíveis, conforme legislação vigente.	x	x	x	100% dos municípios elegíveis receberam o incentivo financeiro de custeio para a Atenção Primária à Saúde.	Percentual de municípios elegíveis, recebendo o repasse de investimento de custeio	100,00%	ATINGIDA		SESA	Gestão da Política
Implementar o Programa Estadual de Bochecho com Flúor na Escola	50% de crianças e adolescentes, de 6-12 anos, que realizam bochecho com flúor, semanalmente.	x	x	x	Crianças e adolescentes, de 6-12 anos realizaram bochecho com flúor semanalmente nas escolas.	Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 12 anos que realizam bochecho com flúor semanalmente.	45,00%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Considerando a presença do flúor nas águas de abastecimento público e acesso ao dentífricos fluoretados, a adesão ao Programa de Bochecho com Flúor tem diminuído ao longo dos últimos anos. A decisão na adesão ao programa fica a cargo da gestão municipal, entretanto os municípios que se mantem no programa recebem da SESA os sachês para realizarem esta ação de prevenção em saúde bucal.	SESA	Promoção de Direitos

Implementar o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA), considerando critérios técnicos	100% dos municípios aderidos ao PNSVA registrando as doses administradas no sistema de monitoramento.	x	x	x	Realizado apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios quanto ao PNSVA; Capacitação sobre a reformulação do PNSVA para os enfermeiros das equipes multidisciplinares de saúde indígena; Realizado o webinar "Novas recomendações dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes" com o objetivo de capacitar os técnicos das Regionais de Saúde e os profissionais da Atenção Primária à Saúde dos municípios, o qual teve 1.715 visualizações; Enviado Ofício Circular nº 05/2023-DVPAF/CPRO/DAV/SESA para os Secretários Municipais de Saúde, com cópia para as referências municipais de alimentação e nutrição, com a atualização das diretrizes nacionais para o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A; Realizadas 3 dispensações de cápsulas de vitamina A, contemplando 100% da meta dos 139 municípios aderidos; Realizadas contribuições na Linha Guia da Criança quanto à suplementação de micronutrientes.	Percentual de municípios aderidos ao PNSVA com registro das doses administradas no sistema de monitoramento.	66,19%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Houve alteração no sistema e forma de registro. O sistema de micronutrientes, onde era registrado mensalmente o número total de crianças suplementadas, foi descontinuado. Atualmente o registro é realizado no e-SUS ou sistema próprio via registro de procedimento de suplementação de vitamina A a cada administração e por criança. Mesmo com a informação tendo sido repassada via ofício e com realização de capacitação remota, os municípios ainda estão no processo para se habituar à nova forma de registro. Destaca-se também que há várias regras do e-SUS que invalidam produções registradas, o que impacta no alcance do indicador.	SESA	Promoção de Direitos
---	---	---	---	---	--	--	--------	------------------------	---	------	----------------------

Monitorar a Situação Alimentar e Nutricional de crianças e adolescentes	90% dos municípios realizando o registro de informações do estado nutricional de crianças e adolescentes no SISVAN	x	x	x	Elaborado e publicizado o instrutivo "Passo a passo para obter a informação do percentual de cobertura de registro do estado nutricional da população total", com o objetivo de apoiar os técnicos das regionais de saúde e dos municípios no monitoramento desse indicador; Realizado monitoramento parcial e final do indicador 7 do PROVIGIA, que trata do indicador relacionado à cobertura do estado nutricional; Realizado monitoramento trimestral do estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças; Realizadas 3 oficinas com os municípios aderidos ao PROTEJA; Prestado apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios; oficializado o Ministério da Saúde sobre inconsistências do SISVAN; Encaminhado Ofício Circular nº 28/2023- DVP/AF/CPRO/DAV/SE SA, instrutivo e portaria de repasse do Incentivo Financeiro das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN) de 2023 que tem como um dos indicadores o aumento da cobertura de avaliação do estado nutricional; Realizadas contribuições na Linha Guia da Criança quanto ao adequado acompanhamento do estado nutricional;	Percentual de municípios com registro de informações do estado nutricional de crianças e adolescentes no SISVAN	100,00%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos, Gestão da Política
---	--	---	---	---	--	---	---------	----------	--	------	--

Monitorar os municípios no acompanhamento dos indivíduos e registro das condicionalidades de saúde no Programa Bolsa Família (PBF)	Atingir 80,5% de acompanhamento dos indivíduos beneficiários e registro das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	x	x	x	Realizados 8 SEMIPInários Macrorregionais Intersetoriais do Programa Bolsa Família e Cadastro Único para Programas Sociais, presenciais e conjuntos entre SESA, SEDEF e SEED, de forma a abranger os 399 municípios do Estado; realizado monitoramento periódico da cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde; Participado das reuniões da Coordenação Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família (CEIPBF);	Percentual de acompanhamento dos indivíduos beneficiários e registro das condicionalidades no PBF	81,11%	ATINGIDA	Valor informado refere-se à 1ª vigência de 2023. O da 2ª vigência de 2023 ainda não está consolidado.	SESA	Gestão da Política
Promover ações que visem garantir a avaliação em Saúde Bucal (SB), para crianças e adolescentes	Motivar e apoiar 100% dos municípios, com adesão ao Programa Saúde na Escola, para realização de avaliação em SB de crianças e adolescentes inscritos no PSE	x	x	x	Foi realizada reunião técnica com as regionais de saúde na qual foi abordado a importância da avaliação em SB das crianças e adolescentes inscritos no PSE. Essa reunião foi replicada aos profissionais dos municípios.	Percentual de municípios com PSE que realizaram avaliação em SB de crianças e Adolescentes	100,00%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos

		Capacitar e qualificar a rede de atenção à saúde, observando especificidades e diversidades das políticas de equidade	Realizar 1 capacitação anual para os técnicos das 22 RS quanto ao acesso e qualidade dos serviços de saúde	x	x	x	Em parceria com o Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul (DSEI LSUL), foi promovida a capacitação "Dialogando sobre Saúde e Equidade: um olhar para os povos indígenas". Esta foi composta por 4 encontros com temas norteadores, sendo eles: aspectos gerais sobre cultura e saúde dos povos indígenas; o olhar para o múltiplo cuidado dos povos indígenas; dialogando sobre saúde mental e doenças transmissíveis; estratégias de promoção da saúde no contexto indígena. Os temas foram abordados na perspectiva dos ciclos de vida. A capacitação está disponível para inscrição no website da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPPr), bem como os vídeos podem ser acessados pelo canal do YouTube da Escola (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=B88ytrb5XQM). Até o final do ano 2023 havia 283 pessoas inscritas no referido curso. O público-alvo foram as equipes das 22 Regionais de Saúde, DSEI LUSL e dos municípios.	Percentual de capacitações realizadas para os Técnico das 22 RS	100,00%	ATINGIDA	SESA	Promoção de Direitos
		Apoiar os municípios para a realização do acompanhamento das crianças e adolescentes paranaenses vivendo com HIV/Aids	100% dos municípios com SAE (Serviço de Atendimento Especializado) e/ou CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento), realizando acompanhamento	x	x	x	Realizado reuniões via Regionais de Saúde sempre monitorando o processo de atendimento especializado e acolhimento à todas as PVHA. Mantemos um grupo com todos os SAE/CTA's para eventuais dúvidas e contato permanente.	Percentual de municípios com SAE e/ou CTA, realizando acompanhamento	Dos 399 municípios, há 44 serviços cadastrados como especializados, servindo de referência para os demais municípios. Estes apoiam todos os municípios, alguns desses via consórcio de saúde.	ATINGIDA	SESA	Gestão da Política

Apoiar tecnicamente o Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil no âmbito Estadual e o Grupo Técnico de Agilização e Revisão do Óbito – GTARO.	100% dos óbitos maternos e infantis investigados.	x	x	x	Realizada reuniões semanais com as equipes das RS para análise e revisão do óbito	Percentual de óbitos maternos e infantis investigados	100%	ATINGIDA		SESA	Gestão da Política
--	---	---	---	---	---	---	------	----------	--	------	--------------------

			Reduzir o número absoluto de crianças com Sífilis por transmissão vertical	x	x	x	A mensuração da meta é feita por meio de cálculo objetivando a redução .O desafio de reduzir os casos de transmissão vertical tem sido priorizado no estado do Paraná.. Por conta da certificação do Selo Bronze de Boas Práticas rumo à eliminação da sífilis congênita que o estado alcançou, todos os municípios estão monitorando e realizando as ações para esse controle.	Número absoluto de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade em relação ao ano anterior	906 casos de sífilis em menores de 01 ano	NÃO EXECUTADA	Além de todo o monitoramento, ainda sim, houveram equívocos nos registros, que já estão sendo revisados em todo o estado. Ainda assim, no indicador do PROVIGIA, 71% dos municípios conseguiram reduzir em no mínimo 5% o número de casos, comparados ao ano de 2022.	SESA	Gestão da Política
		Alcançar 75% de Homogeneidade das coberturas vacinais do Calendário Básico das Crianças até 1 ano de idade, no estado do Paraná.	Cobertura vacinal de: 90% BCG e Rotavírus, 95% VIP- Vacina Inativada Poliomielite, Pentavalente (DTP+Hib + Hep B), meningocócica C, Pneumocócica 10 Valente, Febre Amarela e SCR - sarampo, caxumba, rubéola.	x	x	x	145 municípios conseguiram homogeneidade da cobertura vacinal ≤75%, isto é, atingiram a meta de vacinação em 6 das 8 vacinas elencadas pelo Ministério da Saúde.	Percentual de homogeneidade da Cobertura Vacinal adequada nos municípios do Estrado do Paraná. (Numerador: Total das vacinas selecionadas que alcançaram a cobertura vacinal preconizada. Denominador: 8 vacinas selecionadas Fator de multiplicação: 100. Unidade de Medida: Percentual.)	36,34%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Apesar de todas as ações desenvolvidas, apenas 145 municípios (36,34%) conseguiram homogeneidade da cobertura vacinal ≤75%, isto é, atingiram a meta de vacinação em 6 das 8 vacinas elencadas pelo Ministério da Saúde.	SESA	Promoção de Direitos
		Garantir a fórmula de alimentação infantil para crianças, de mães vivendo com HIV/Aids	100% das crianças, de mãe vivendo com HIV/Aids, recebendo fórmula infantil	x	x	x	fornecido fórmula láctea infantil para todas as crianças nascidas de mães HIV.	Percentual de crianças, filhos de mães vivendo com HIV/Aids beneficiárias de fórmula infantil	100%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos
		Supervisionar as ações do Programa Nacional de Imunização – PNI/MS, nos municípios paranaenses	100% das Regionais de Saúde (RS) realizando apoio técnico e supervisão do PNI/MS, nos municípios da sua área de abrangência	x	x	x	Apoio técnico continuado por meio de webinares, videoconferência e orientações aos municípios, por intermédio das 22 Regionais de Saúde, sendo realizado oficinas de microplanejamento para vacinação de alta qualidade para os 399 municípios paranaenses. Supervisão na Rede de Frio dos municípios, sendo que no ano de 2023 foram registradas 368 supervisões in loco na Rede de Frio . municipal e/ou salas de vacinas	Percentual de Regionais de Saúde (RS) realizando apoio técnico	100,00%	ATINGIDA		SESA	Gestão da Política
3	Fortalecer a atenção em saúde mental de crianças e adolescentes em serviços territoriais	Realizar diagnóstico do atendimento de crianças e adolescentes nos CAPSI habilitados	Apresentar um relatório anual em 2022		x			Percentual de relatório apresentado				SESA	Gestão da Política

4	Identificar as demandas de atendimento na saúde de crianças e adolescentes usuárias de álcool e ou drogas	Desenvolver estudos para caracterizar perfil de crianças e adolescentes usuários de álcool e/ou drogas por Município, com registro em boletins de ocorrência.	Inclusão de todos os Boletins de Ocorrência relacionados a álcool e outras drogas envolvendo crianças e adolescentes em estudo de caracterização de perfil	x	x	x	Confeccionado o Relatório Estatístico Criminal nº 003/2024 da Subseção de Análise Criminal e Estatística - PM/3 - EM - PMPR. O qual levanta o perfil das crianças e adolescentes envolvidas com álcool ou drogas no sistema BOU. E-protocolo: 21.574.666-6. Principais dados: Tráfico de drogas - (1.768/3.892) - 45,4%; Uso/Consumo de drogas - (1.454/3.892) - 37,4%; Vender, fornecer, servir, ministrar e ou entregar ao menor álcool ou outra droga - (424/3.892) - 10,9%; Servir bebida a menores - (128/3.892) - 3,3%; Embriguez ao volante - (117/3.892) - 3,0%; Praticar homicídio culposo no trânsito sob uso de álcool ou outra droga - (1/3.892) - 0,0%; Conduzir embarcação ou aeronave após uso de drogas - (0/3.892) - 0,0%.	Percentual de Boletins de Ocorrência incluídos no estudo, em relação ao número total de Boletins de Ocorrência de crianças e adolescentes usuários de álcool e drogas	100%.	ATINGIDA	SESP	Gestão da Política
---	---	---	--	---	---	---	--	---	-------	----------	------	--------------------

5	Implantar e implementar a Rede da Pessoa com Deficiência (PcD)	Capacitar e qualificar a rede de atenção à saúde, observando especificidades da criança e adolescente com deficiência.	22 RS com técnicos capacitadas para o atendimento à crianças e adolescentes com deficiência.	x	x	x	Na modalidade de ensino à distância: Capacitação Multiprofissional em Análise do Comportamento Aplicada voltada ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e da Capacitação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para pais, cuidadores e educadores, em parceria com The Scott Center for Autism Treatment/Florida Institute of Technology Capacitações em Puericultura na modalidade de ensino à distância: Doenças Raras ("Parece Autismo, mas não é! Síndrome do X Frágil"; "Possibilidades e produtividade das pessoas com Atrofia Muscular Espinhal (AME)"; "Epidermólise bolhosa: sua dimensão multidisciplinar, demandas, desafios e possibilidades").	Percentual de RS com capacitações para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência.	100,00%	ATINGIDA	SESA	Gestão de Política
		Qualificar a rede de serviços de atendimento ambulatorial em reabilitação nas regiões de saúde do Estado do Paraná	Capacitar as 4 Macrorregiões de saúde, buscando a intervenção precoce, qualidade de atendimento e acesso à criança e adolescente com deficiência.	x	x	x	Capacitações em Puericultura na modalidade de ensino à distância: "Sinais e Sintomas de Transtornos do Neurodesenvolvimento: Transtorno do espectro Autista"; "Avaliação e diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA)"; "Estimulação Precoce na Atenção Primária"; "ABA no SUS e Protocolo SESA: Avaliação e atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)"; Semana da Pessoa com Deficiência - "A hora é já", "Acolhimento e apoio aos pais, avaliações/diagnóstico/tratamento e alta qualificada (Deficiência Física e Deficiência Intelectual)", "O caminho da audição". 4 macrorregiões do estado do Paraná capacitadas	Percentual de Macrorregiões com CER implantado	100,00%	ATINGIDA	SESA	Promoção de Direitos, Gestão da Política

6	Implantar e implementar a Rede de Atenção à Saúde Mental	Capacitar profissionais de saúde educação, assistência social e segurança para implantação e implementação de ações/estratégias intersectoriais para a prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas destinadas à crianças, adolescentes e suas famílias.	Capacitar 1 profissional de cada área de 32 municípios priorizados pela Deliberação do CEDCA 109/2017 (totalizando 128 profissionais).	x	x	x	A SESA continuou com ações de Educação Permanente e outros eventos conforme descrito a seguir: 30/05/2023 - Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental (2ª turma) 501 pessoas; 22/11 e 29/08 - 1º e 2º Fórum de Diálogos sobre Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde: 2.590 pessoas; Curso de Prevenção ao Suicídio 26.230; Estratificação de Risco em Saúde Mental 2.436; Psicofarmacologia na Rede de Atenção à Saúde 4.838.	Percentual de profissionais capacitados	100%	ATINGIDA	SESA	Gestão da Política
		Ampliar as ações de incentivo ao Aleitamento Materno	80% das crianças até seis meses de idade, cadastradas no sistema de informação vigente, com aleitamento materno exclusivo	x	x	x	Campanhas tem sido realizadas em conjunto com o Comitê Estadual de Aleitamento Materno para incentivo, apoio e defesa do aleitamento materno. Em agosto foi realizada uma oficina aberta a todos os profissionais de saúde com mais de 150 profissionais inscritos. Fortalecimento da estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta com parceria com a SEMIPIPI para implantação de salas de apoio a amamentação nos prédios públicos do estado.	Percentual de crianças menores de seis meses, cadastradas no sistema de informação vigente, com aleitamento materno exclusivo	57,00%	PARCIALMENTE EXECUTADA	SESA	Promoção de Direitos
		Garantir o funcionamento da Rede Materno-infantil em todo o Estado	Reduzir a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no Estado do Paraná para 9,9 até 2023.	x	x	x	Infantil e Fetal; - Realizado monitoramento do Near Miss materno e capacitação para Regionais de Saúde e serviços Hospitalares; - Realizado monitoramento do Sistema de estratificação de risco materno infantil; - Realizada atividade de educação permanente através da plataforma da Escola de Saúde Público do Paraná; - Realizadas capacitações presenciais e online para Qualificação da Atenção Pré-Natal na Atenção Primária (1º, 3º, 4º, 11º, 13º, 14º e	Taxa de Mortalidade Infantil TMI (Número de óbitos de crianças menores de um ano / número de nascidos vivos x 1.000).	TMI 10,9/1000 NV	PARCIALMENTE EXECUTADA	SESA	Promoção de Direitos

					18ºRS); - Em processo de implantação de Alta Qualificada em dois hospitais do Estado (1ª e 2ªRS); - Reuniões bimestrais com serviços hospitalares da Linha de Cuidado Materno Infantil para alinhamento quanto às competências; - Atualização da Carteira da gestante; - Atualização da caderneta do menino e	Razão da Mortalidade Materna RMM (Número de óbitos maternos/número de nascidos vivos x 100.000).	RMM 39/100 mil NV	PARCIALMENTE EXECUTADA	Embora a meta estabelecida para redução de Mortalidade Materna não tenha sido atingida, o Estado tem apresentado redução deste indicador comparado aos últimos anos demonstrando que as ações executadas tem promovido impacto positivo para redução da mortalidade materna no estado.	SESA	Promoção de Direitos
					Pactuado na Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, no dia 20 de dezembro de 2023, a expansão das ações de Telessaúde já desenvolvidas para as demais regiões de saúde do Paraná (além da 1ª Região de Saúde, que possui telediagnóstico em dermatologia e em eletrocardiograma desde 2021). De acordo com a Deliberação CIB nº411/2023, a expansão ocorrerá em etapas.	Número de núcleos de Telessaúde implantados no Estado.	1 Região de Saúde do Paraná com as ações de teledignóstico em dermatologia e eletrocardiograma implantadas	PARCIALMENTE EXECUTADA	Em comum acordo com os gestores municipais, foi definido que antes da expansão e implantação das ações seria necessário verificar quais municípios possuem interesse nas ofertas, considerando que cada município é responsável pela execução das ações em saúde nos seus territórios. Para isso, foi definido um levantamento de interesse, que abrangeu a existência de equipamentos compatíveis com as ofertas e a manifestação do interesse pela gestão municipal (expresso na Deliberação CIB PR nº 411/2023). A partir dos dados obtidos nesse levantamento será possível estimar a implantação de pontos de telessaúde no Paraná.	SESA	Promoção de Direitos
					Realizado capacitação com o apoio do serviço de referencia no Método Canguru com dez hospitais das regiões de saúde do estado e realizadas visitas nas UTIs neonatais para sensibilização e motivação da prática do método.	Percentual de Regionais de Saúde com Hospitais/ Maternidades de Alto Risco e Risco Intermediário, com profissionais de saúde capacitados para implantação do Método Canguru	40,90%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Como as capacitações são presenciais em Curitiba, local do serviço de referencia, tem-se a limitação da disponibilidade dos profissionais para participação, desta forma, novas capacitações serão realizadas para alcançar 100% das RS com profissionais capacitados.	SESA	Promoção de Direitos

Organizar atenção materno-infantil, qualificando o cuidado nas ações do pré-natal, parto, puerpério e nos dois primeiros anos de vida das crianças, em todo o Estado do Paraná.

Implantar e implementar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil	Apoiar e capacitar profissionais da rede primária à saúde dos municípios das 22 Regionais de Saúde do Paraná, para multiplicar a oficina da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, para os municípios de sua abrangência	x	x	x	Disponibilizado do curso para formação de tutores na Estratégia Amamenta Alimenta Brasil em plataforma digital desde o ano de 2021 pelo Ministério da Saúde. No entanto, muitos dos tutores formatos não estão mais ativos o que requer o incentivo para a formação de novos tutores para cobertura de 100% do estado	Percentual de Regionais de Saúde com técnicos capacitados	55%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Realizado atualização dos tutores formados no método presencial através de um questionário digital para verificar as atividades dos tutores. Muitos responderam que não estão mais atuando como tutor. Da mesma forma, solicitado que todas as RS tenham ao menos um técnico formado tutor para apoiar os municípios e ainda estamos neste processo com 55 RS com tutor foemado	SESA	Promoção de Direitos
Capacitar e qualificar a atenção à Gestantes e crianças até os 2 anos de vida conforme Linha de Atenção Materno Infantil.	Fomentar 1 ação semestral para incentivar e qualificar a atenção à Gestantes e crianças até os 2 anos de vida conforme Linha de Atenção Materno Infantil.	x	x	x	Realizado monitoramento do Sistema de estratificação de risco materno infantil; - Realizada atividade de educação permanente através da plataforma da Escola de Saúde Público do Paraná; - Realizadas capacitações presenciais e online para Qualificação da Atenção Pré-Natal na Atenção Primária (1ª, 3ª, 4ª, 11ª, 13ª, 14ª e 18ªRS); - Em processo de implantação de Alta Qualificada em dois hospitais do Estado (1ª e 2ªRS); - Reuniões bimestrais com serviços hospitalares da Linha de Cuidado Materno Infantil para alinhamento quanto às competências; - Atualização da Carteira da gestante; - Atualização da caderneta do menino e da menina; - Especialização e residência em enfermagem obstétrica; - Implantação do PlanificaSUS com a Linha Materno Infantil como prioritária na 1ª, 4ª, 18ª e 21ªRS)	Percentual de municípios participantes	100%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos
Implantar e implementar a Estratégia Iniciativa Hospital Amigo da Criança	100% das Regionais de Saúde com hospitais habilitados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança	x	x	x	Realizado sensibilização de novos hospitais pelos tutores. Realizada reunião com a divisão de Unidades Próprias da SESA para instrumentalizar e qualificar os serviços na IHAC e assim aumentarmos o número de hospitais habilitados.	Percentual de RS com Estabelecimentos de Saúde habilitados como IHAC.	50%	PARCIALMENTE EXECUTADA	O processo de habilitação requer sensibilização dos gestores e equipes assistenciais, além de adequação na logística (por exemplo, permitir entrada e permanência do acompanhante junto a mãe e/ou bebê), capacitação de no mínimo 20 horas das equipes da assistência e de uma hora para a equipe de apoio.	SESA	Promoção de Direitos

Implantar e implementar a Estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta	Motivar, apoiar e capacitar técnicos, das 22 Regionais de Saúde do Paraná, para multiplicar a Estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta, para os municípios da sua área de abrangência	x	x	x	Realizado capacitação para formação de novos tutores junto ao MS SPP e SBP para todas as RS. Foram formados 24 novos tutores com representantes de 16 RS. Realizado parceria com a SEMIPPI para divulgação da estratégia e ampliação das salas em prédios públicos estaduais.	Percentual de RS com técnicos capacitados	100,00%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos
Realizar os testes de triagem neonatal com o objetivo de prevenir às deficiências e realizar intervenção precoce	100% dos RN com acesso para realização do Teste da Orelhinha (emissão otoacústica evocada, para diagnóstico precoce de problemas auditivos)	x	x	x	Reunião de Treinamento do Sistema de triagem neonatal. Implementação do Sistema de Triagem Neonatal. Monitoramento do Sistema de Triagem Neonatal.	Percentual de nascidos vivos que realizaram o teste de emissão otoacústica evocada	aguardar fechamento Quadri - janeiro/2024	PARCIALMENTE EXECUTADA	Dado preliminar – sistema de informação não apresenta dado em tempo real; Sistema de Triagem Neonatal com registro de informação dos RN nascidos em hospitais/maternidade SUS. Hospitais/Maternidade s com dificuldade na contratação do profissional fonoaudiólogo.	SESA	Promoção de Direitos
	100% dos RN com acesso para realização do Teste do Olhinho (teste do reflexo vermelho, para diagnóstico precoce de alterações visuais)	x	x	x	Reunião de Treinamento do Sistema de triagem neonatal. Implementação do Sistema de Triagem Neonatal. Monitoramento do Sistema de Triagem Neonatal.	Percentual de nascidos vivos que realizaram o teste do reflexo vermelho	aguardar fechamento Quadri - janeiro/2024	PARCIALMENTE EXECUTADA	Dado preliminar – sistema de informação não apresenta dado em tempo real; Sistema de Triagem Neonatal com registro de informação dos RN nascidos em hospitais/maternidade SUS.	SESA	Promoção de Direitos
	100% dos RN com acesso para realização do Teste do Pezinho (diagnóstico precoce de 6 doenças congênitas)	x	x	x	Reunião de Treinamento do Sistema de triagem neonatal. Implementação do Sistema de Triagem Neonatal. Monitoramento do Sistema de Triagem Neonatal.	Percentual de nascidos vivos que realizaram o teste do pezinho	100% dos RN com acesso a realização do Teste do Pezinho	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos
Sensibilizar e apoiar os gestores dos hospitais contratualizados à Linha de Cuidado Materno Infantil para a implementação e/ou ampliação de leitos de unidade de terapia intensiva - UTI e unidade de cuidados intermediários - UCIN, conforme parâmetros da Portaria Ministerial nº 930/2012.	Fomentar 1 ação semestral, por regional de saúde, para incentivar e apoiar a implementação e/ou ampliação de leitos de unidade de terapia intensiva - UTI e unidade de cuidados intermediários - UCIN, conforme parâmetros da Portaria Ministerial nº 930/2012, a qual prevê 2 (dois) leitos em unidade de terapia intensiva - UTIN e 3 (três) em unidade de cuidados intermediários - UCIN, para cada 1000 nascidos vivos.	x	x	x	Publicada Portaria Ministerial nº 715 - 2228/2022 com incentivo financeiro para abertura de novos leitos foi revogada em janeiro de 2023. Realizado capacitação com o apoio do serviço de referência no Método Canguru com dez hospitais das regiões de saúde do estado e realizadas visitas nas UTIs neonatais para sensibilização e motivação da prática do método e ampliação das UCIN.	Percentual de ação realizada.	100%	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos, Gestão da Política

					- Realizada semanalmente reunião do Grupo Técnico de Agilização e Revisão do Óbito, com discussão municipal e regional; - Realizadas reuniões e discussões no Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; - Realizado monitoramento do Near Miss materno e capacitação para Regionais de Saúde e serviços Hospitalares; - Realizado monitoramento do Sistema de estratificação de risco materno infantil; - Realizada atividade de educação permanente através da plataforma da Escola de Saúde Público do Paraná; - Realizadas capacitações presenciais e online para Qualificação da Atenção Pré-Natal na Atenção Primária (1ª, 3ª, 4ª, 11ª, 13ª, 14ª e 18ªRS); - Em processo de implantação de Alta Qualificada em dois hospitais do Estado (1ª e 2ªRS); - Reuniões bimestrais com serviços hospitalares da Linha de Cuidado Materno Infantil para alinhamento quanto às competências; - Atualização da Carteira da gestante; - Atualização da caderneta do menino e da menina; - Especialização e residência em enfermagem obstétrica; - Implantação do PlanificaSUS com a Linha Materno Infantil como prioritária na 1ª, 4ª, 18ª e 21ªRS)	Percentual de RN de mães com 7 ou mais consultas de Pré-natal	87,3% de NV de mães com mais de 7 consultas (102% da meta atingida)	ATINGIDA		SESA	Promoção de Direitos, Gestão da Política
Melhorar o acesso e a qualidade das ações e serviços de atenção materno-infantil, observando as especificidades e diversidades, tais como: pessoas com deficiência, populações indígena e negra, privadas de liberdade, e quilombolas	85% de RN de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	x	x	x							

		Promover ações que visem garantir o leite humano para crianças de risco, investindo na ampliação e melhoria dos Bancos de Leite Humano (BLH) e dos Postos de Coleta de Leite Humano (PCLH), conforme a necessidade	100% das Regionais de Saúde com serviços de Banco de Leite Humano até 2023.	x	x	x	Realizado ações junto aos bancos de leite como levantamento dos vazios assistenciais e equipamentos necessários para adequação e demanda de novos bancos prevendo a abertura de novos bancos para a cobertura de 100% das UTIs neonatais do estado.	Percentual de RS com Banco de Leite Humano e/ou Posto de Coleta de Leite Humano.	54,50%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Abertura oficial de mais um banco de leite humano na região da Curitiba. Retomado o processo de licitação para compra dos equipamentos e materiais para os bancos e postos já existente	SESA	Promoção de Direitos
			Coletar amostras de polimorfismo ACTN3 - Alfa Actinina 3 e ECA - Enzima Constrictora da Angiotensina de aproximadamente 1500 crianças e adolescentes para correlacioná-las às características de desempenho de habilidades esportivas.			x	Não houve amostras coletadas devido à falta de investimento para o projeto, esse está incluído desde o início da gestão do governo de 2011 a 2014, e por conta da não disponibilidade orçamentária o mesmo foi executado com a coleta de dados de 250 atletas e seus dados analisados a partir de 2015.	Número de amostras coletadas	não foram coletados dados de polimorfismo genético	NÃO EXECUTADA	Desde então o projeto de coletas foi interrompido por falta de orçamento gerando dificuldades para sua continuidade de suas coletas. Os dados coletados estão armazenados no super freezer do departamento de biologia da Universidade Estadual de Londrina.	ESPORTE	Promoção de Direitos

8	Estruturar um mapeamento genético de desempenho esportivo para detecção de talentos	Analisar a distribuição de polimorfismos genéticos relacionados ao desempenho de esportivo em crianças e adolescentes participantes de diferentes modalidades dos Jogos Oficiais do Paraná - Jogos Escolares - programa de iniciação esportiva.	Produção de dois artigos científicos até 2023			x	A produção de artigos publicados foram estabelecidas a partir da amostra coletada com atletas paranaenses integrantes do programa Geração Olímpica e Paralímpica. "Foram publicados 2 artigos referentes à amostra coletada, como segue as referencia bibliograficas: artigo 1 - Can a genetic profile be related to performance in young talent track and field athletes? A pilot study December 2023 - Motriz Revista de Educação Física 28(5) DOI: 10.1590/s1980-657420220004521; artigo 2 - Can a genetic profile be related to performance in young talent track and field athletes? A pilot study Pamela C. Da Rosa1 , Gustavo Oneda1 , Larissa B. Daros2,4 , Antônio C. Dourado2 , Daniele Sartori3 , Danilo F. Leonel1 , Crystina L. B.P. Bara1 , Raul Osiecki1 - Motriz, Rio Claro, v. 28, 2023, e10220004521 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1980-657420220004521"	Número de artigos científicos produzidos	2	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos
9	Garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional em especial na garantia da saúde e apoio a entidades socioassistenciais	Aquisição de alimentos da agricultura familiar, promovendo a inclusão produtiva e de renda dos agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP A, B, A/C e doação simultânea para as entidades sócio-assistenciais	Atender 270.000 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos até 2023	x	x	x	Atendimento de 138.119 crianças e adolescentes no ano de 2023. Atingindo a meta proposta no período, totalizando mais de 270.000 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos atendidas	Número de crianças e adolescentes atendidos em serviços socioassistenciais que recebem produtos da agricultura familiar.	138.119 crianças e adolescentes atendidos pelo Programa durante o ano de 2023.	ATINGIDA		SEAB	Promoção de Direitos
10	Melhoria nas condições de saúde e de vida das crianças, por meio da distribuição gratuita de leite	Distribuição diária, gratuita, de um litro de leite por criança de 6 a 36 meses	Atender, em média, 110.000 crianças por dia, de 6 a 36 meses.	x	x	x	Atendimento de 110.057 crianças no ano de 2023, atingindo a meta proposta no período.	Média de crianças de 6 a 36 meses atendidas com o leite diariamente	110.057 crianças atendidas diariamente	ATINGIDA		SEAB	Promoção de Direitos

11	Sensibilizar crianças e adolescentes quanto aos riscos do uso de drogas, buscando evitar o cometimento de atos infracionais relacionados ao uso destas substâncias	Continuar com os programas de prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes (Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD e ações Do Núcleo Estadual de Políticas sobre Drogas/SESP.)	Programas em execução, atendendo todas as demandas	x	x	x	ASCOM/DPC: Foram realizadas palestras de forma contínua e eventos do PCPR na Comunidade voltados para o combate ao uso de drogas. Foram confeccionados panfletos informativos, jogos interativos para facilitar a comunicação e informação com o público. Foram 153 palestras, distribuídas em 22 municípios, atingindo um público de 30,8 mil estudantes. Além disso foram realizados 114 eventos do PCPR na Comunidade, nos quais o tema foi amplamente debatido com o público das 50 cidades visitadas.	Percentual de demanda atendida.	ASCOM/DPC: Foram confeccionados panfletos informativos, jogos interativos para facilitar a comunicação e informação com o público. Foram 153 palestras, distribuídas em 22 municípios, atingindo um público de 30,8 mil estudantes. Além disso foram realizados 114 eventos do PCPR na Comunidade, nos quais o tema foi amplamente debatido com o público das 50 cidades visitadas. Com relação ao programa PROERD, desenvolvido pelo BPEC/PMPR, o programa atendeu 154 municípios, totalizando 49.620 estudantes paranaenses. Cabe salientar que a escolha de escolas para realização do programa PROERD é feita em contato direto dos instrutores PROERD com as escolas, iniciado as tratativas mediante ofício da Unidade de Ensino diretamente ao Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária BPEC/PMPR.	ATINGIDA		SESP	Promoção de Direitos
----	--	--	--	---	---	---	---	---------------------------------	--	----------	--	------	----------------------

	12	Investigar e Propor ações integradas para a proteção à criança e ao adolescente na área de prevenção ao uso de drogas	Desenvolver análise diagnóstica estadual de boas práticas na área de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes e levantamento de sugestões para o mesmo fim, junto às 22 Comissões Regionais de Enfrentamento às Violências contra crianças e adolescentes.	Realizar dois Estudos Diagnósticos (boas práticas e sugestões de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes), até 2023.		x	x	NÃO EXECUTADO.	Percentual de Diagnósticos Realizados junto às Comissões Regionais		NÃO EXECUTADA	A retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano, foram realizadas periodicamente reuniões bimestrais, sendo elaborado o regimento interno, integração com as Comissões Regionais, foi realizado um SEMIPInário, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios sobre o tema.	SEDEF	Gestão de Política
--	----	---	--	---	--	---	---	----------------	--	--	---------------	---	-------	--------------------

EIXO 2 - DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE														
EIXO	Nº	OBJETIVO	AÇÕES	METAS	EXECUÇÃO			MENSURAÇÃO DA META - 2023	INDICADOR	MENSURAÇÃO DO INDICADOR 2023	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA - PARCIALMENTE OU NÃO EXECUTADA	RESPONSÁVEL	EIXO DIRETRIZES NACIONAIS
					2021	2022	2023							
	1	Assessorar as gestões municipais nas ações do CadÚnico e do Programa Bolsa Família (PBF) visando o aumento no acompanhamento do cumprimento das condicionalidades do PBF	Acompanhar e apoiar tecnicamente os municípios, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, quanto ao acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes das famílias do Programa Bolsa Família	Assessorar 100% dos municípios para o crescente aumento da taxa de acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes das famílias incluídas no Programa Bolsa Família (399 municípios)	x	x	x	100% municípios assessorados por meio dos NR da SEDEF e Núcleos de Educação da SEED - dentre as ações desenvolvidas foram as capacitações presenciais, sendo os SEMIPInários Macrorregionais de Gestão Intersetorial do Programa Bolsa Família - PBF, com carga horária de 16 hs ofertadas à todos os municípios, incluindo no público os profissionais que atuam na área da educação nos municípios no registro da frequência escolar. Além de lives sobre o Programa Bolsa Família - 8 hs. Também foram encaminhadas Informações Técnicas, Ofícios e e-mail com orientações sobre a retomada do registro da frequência escolar.	Percentual de municípios com média anual da taxa acompanhamento da frequência escolar acima de 0,9	56%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Esses dados são referentes ao registro do acompanhamento da frequência escolar dos meses de fevereiro a setembro -2023. O indicador de 0,90 era um indicador comum no Paraná antes do período de pandemia, neste tempo o registro da condicionalidade deixou de ser realizado, bem como, não era obrigatório a atualização cadastral, visando resguardar vidas e direitos, assim a retomada do registro das condicionalidades reduziu as taxas em todo o país, que gradualmente está em crescimento. Esse período defasou as informações relativas a mudança de endereço e escolas de matrículas, o que aumenta o número de crianças e adolescentes que vem para o acompanhamento sem a informação atualizada das escolas e ficam como não localizados. Enfatizamos também que o público de acompanhamento da condicionalidade de educação aumentou, sendo incluindo as faixas etárias de 04 a 06 anos, no Paraná são 597.476 crianças e adolescentes para o registro do acompanhamento, qual é realizado pelos profissionais da educação que atuam nos municípios. Destacamos ainda que o Paraná atingiu a média de 0,92 no bimestre de agosto e setembro, sendo a média nacional de 0,78, além disso, o Estado apresentou em todos os meses do ano de 2023 a maior taxa de acompanhamento da frequência escolar do país.	SEDEF	Promoção de Direitos, Gestão da Política
			Assessorar os municípios para o registro do acompanhamento das condicionalidades do PBF e atualização cadastral	Assessorar 100% dos municípios para o cumprimento das ações de acompanhamento das condicionalidades do PBF e atualização cadastral (399 municípios)	x	x	x	100% municípios assessorados por meio dos NR da SEDEF e Núcleos de Educação da SEED e Regionais da SESA, por meio de Informações Técnicas, ofícios e e-mail das divisões responsáveis pelo PBF e CadÚnico, bem como, nos SEMIPInários macrorregionais de Gestão Intersetorial foi abordado o CadÚnico como instrumento importantíssimo para a vigilância socioassistencial, bem como, os processos de revisão e averiguação cadastral que pressupõem a atualização cadastral.	Percentual de municípios assessorados	100%	ATINGIDA	SEDEF	Gestão de Política	

2	projetos voltados à atenção a crianças e adolescentes em situação de rua.	crianças e adolescentes em situação de rua para subsidiar a implementação de políticas públicas	Disponibilizar anualmente os dados acerca de crianças e adolescentes em situação de rua, com base em dados dos instrumentos de gestão do SUAS dos municípios cofinanciados pelo FEAS (20 municípios FONTE: SEJUF/DAS 2021)	x	x	x	Meta executada através do Levantamento de Pessoas em Situação de Rua no Paraná inscritas no Cadastro Único, os quais foram compilados e estabelecidos as tabelas e gráficos, bem como partes teóricas, realizada pela Divisão da Política Estadual da População em Situação de Rua, da Coordenação da Cidadania, da Diretoria de Direitos Humanos e Cidadania, inseridos na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná. O link do material está em fase de diagramação no Setor de Comunicação desta Pasta, organizando os elementos da peça.	Percentual de estudos disponibilizados	Percentual de estudos disponibilizados: 100%	ATINGIDA		SEJU	Proteção e Defesa dos Direitos
3	Conhecer a realidade da efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais existentes no Paraná, visando subsidiar a elaboração de políticas públicas	Registrar no Sistema de Medida Sócioeducativa (SMS) se o adolescente pertence à comunidade tradicional com a devida identificação	Alterar os programas/sistemas de cadastros geridos pela SEJU que comportem as inclusões	x				Cadastros/Sistemas atualizados com a inclusão dos campos para registros			Em fase de análise o projeto "Observatório do Sistema Socioeducativo", que objetiva sistematizar, qualificar e quantificar dados atinentes ao Sistema Socioeducativo. Previsão de posterior alteração do sistema SMS.	SEJU	Gestão de Política
		Analisar dados estatísticos preexistentes, relacionados a exploração sexual no contexto de turismo	Coletar e analisar dados preexistentes em até duas fontes secundárias com vistas ao Turismo	x	x	x		Dados preexistentes coletados e analisados		NÃO EXECUTADA	A Secretaria de Turismo foi estabelecida pela Lei nº 21.352, em janeiro de 2023. Anteriormente, a gestão do turismo estava integrada à SEDEST, que tinha a responsabilidade de contribuir para o Plano Decenal da Criança e do Adolescente. Com a recente reorganização administrativa, o setor de turismo passou a ser um órgão independente. Entretanto, dado o curto período de existência desta secretaria, que foi apenas durante o último ano, não foi possível atingir a meta estabelecida devido à significativa fase de estruturação enfrentada por este órgão.	SETU	Gestão da Política
		Produzir estudos sobre as piores formas de trabalho infantil no Paraná.	1 estudo produzido até 2023			x	Início de construção de Nota Técnica sobre trabalho infantil no tráfico de drogas. Realização da 2ª Pesquisa de Monitoramento das AEPETI no Estado do Paraná.	Número de estudo realizado.	Nota técnica não finalizada e pesquisa com relatório concluídos	ATINGIDA		SEDEF	Gestão de Política
		Caracterização e análise das situações de violências contra crianças e adolescentes a partir dos dados oficiais do Governo do Estado disponibilizados, com a construção de séries históricas	Produzir 02 relatórios	x		x	NÃO EXECUTADO.	Percentual de relatórios apresentados		NÃO EXECUTADA	A retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano, foram realizadas periodicamente reuniões bimestrais, sendo elaborado o regimento interno, integração com as Comissões Regionais, foi realizado um SEMIPInário, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios sobre o tema.	SEDEF	Gestão de Política, Proteção e Defesa dos Direitos

4	Conhecer a realidade e acompanhar a evolução dos dados, visando aprimorar as ações no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes	Realizar e/ou Coordenar estudos e pesquisas sobre as principais violências contra crianças e adolescentes, identificando causas, fatores de vulnerabilidade, tipos de violência, incidência de tipos de violência georreferenciada, perfil das vítimas e dos autores de violência.	Realizar 1 processo de estudo e pesquisa		x	x	Em 2023 a Comissão Interinstitucional de Enfrentamento das Violências Contra Crianças e Adolescentes realizou um SEMIPinário estadual em alusão ao 18 de maio. Dentro deste SEMIPinário alguns atores da sociedade civil, representantes da comissão, levantaram e apresentaram dados, que traçam um panorama das violências no estado do Paraná. Foram utilizados para o levantamento dos dados: Cadê Paraná (Centro Marista), Alerta de violência (Hospital Pequeno Príncipe - HPP), relatórios do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA-PR.	Percentual de estudo realizado.		PARCIALMENTE EXECUTADA	Como a retomada da Comissão se deu em 2023, houve uma aproximação com o tema, ou seja foi proposta uma mesa no SEMIPinário realizado em Maio, para apresentação de dados relacionados ao enfrentamento à violência contra criança e adolescente.	SEDEF	Gestão de Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Realizar pesquisa para identificar e caracterizar a exploração sexual de crianças e adolescentes.	Uma Pesquisa que identifique o perfil da exploração sexual de crianças e adolescentes com base no mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais, no Estado do Paraná.		x		NÃO EXECUTADO.	Número de pesquisas realizadas.			A retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano, foram realizadas periodicamente reuniões bimestrais, sendo elaborado o regimento interno, integração com as Comissões Regionais, foi realizado um SEMIPinário, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios sobre o tema.	SEDEF	Gestão de Política, Proteção e Defesa dos Direitos
			Uma pesquisa que identifique o perfil da exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto urbano, no Estado do Paraná.		x		NÃO EXECUTADO.	Número de pesquisas realizadas.			A retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano, foram realizadas periodicamente reuniões bimestrais, sendo elaborado o regimento interno, integração com as Comissões Regionais, foi realizado um SEMIPinário, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios sobre o tema.	SEDEF	Gestão de Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Levantar e consolidar dados em fontes oficiais, mapeando o número de crianças e adolescentes ocupados no mercado de trabalho	Publicar Mapa do Trabalho Infantil com atualização dos dados com as informações divulgadas em fontes oficiais.		x		NÃO EXECUTADO.	Mapa do Trabalho Infantil publicado.			A retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano, foram realizadas periodicamente reuniões bimestrais, sendo elaborado o regimento interno, integração com as Comissões Regionais, foi realizado um SEMIPinário, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios sobre o tema.	SEDEF	Gestão de Política

5	Dar condições para a melhoria do atendimento ofertado à crianças e adolescentes com deficiências e transtornos mentais nas entidades governamentais e não governamentais	Apoiar, através de cofinanciamento, as entidades que atuam no atendimento direto a crianças e adolescentes com deficiência e transtornos mentais, mediante apresentação de projetos	Cofinanciar 50 entidades a cada ano.	x	x	x	No ano de 2023 foi Publicado o Edital de Chamamento Público 01/2023- Pequenos Serviços de Manutenção com recursos do FIA no valor de R\$26.000.000,00 para atendimento à Organização da Sociedade Civil que atende Crianças e Adolescentes no Estado do Paraná. Foi classificada na Fase C 237 propostas aptas à formalização do Termo de Fomento, sendo 135 instituições que atendem crianças e adolescentes com deficiência, porém não foi realizado o pagamento que está previsto até dezembro de 2024	Atender 100% da meta estabelecida	O edital está em tramites internos, o pagamento será efetuado até dezembro de 2024.	PARCIALMENTE EXECUTADA		SEDEF	Gestão de Política, Proteção e Defesa dos Direitos
6	Identificar tipologias de violência e violação de direitos contra crianças e adolescentes com deficiência; seus agentes, fatores de risco e vulnerabilidade.	Sistematizar e qualificar dados obtidos por meio dos encaminhamentos e monitoramentos de denúncias, levantar e coletar dados faltantes.	Realizar 1 (uma) pesquisas no âmbito da prevenção, proteção , atendimento e responsabilização de crimes contra a criança e o adolescente com deficiência, até 2023.			x	Não foi possível a realização da pesquisa devido as demandas da coordenação, pretendemos para o ano de 2024 elaborar uma pesquisa com os equipamentos, conselhos e demais rede de proteção.	Percentual da pesquisa realizada.	pesquisa não realizada	NÃO EXECUTADA	Não foi possível a realização da pesquisa devido as demandas da coordenação	SEDEF	Gestão de Política
			Realizar anualmente o mapeamento situacional georreferenciado e abrangente da violência contra criança e adolescente com deficiência no Estado do Paraná	x	x	x	Mapeamento realizado por meio dos registro das Denuncias do Disque 181: No ano de 2023 foram realizados 13 encaminhamentos de crianças e adolescentes, dessas 13 denúncias, 6 dessas se referem a Mesorregião Metropolitana de Curitiba, sendo 5 do Município de Curitiba e um denúncia de Paranaguá, Mesorregião do Centro Oriental Paranaense, do Município de Ponta Grossa teve 1 denúncia, na Mesorregião Centro sul Paranaense, obtivemos 1 denúncia sendo do Município de Guarapuava. Na Mesorregião do Norte Central Paranaense recebemos 1 denúncia, sendo do Município de Curitiba. Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense obtivemos uma denúncia referente ao São José da Boa vista, em Mesorregião Oeste Paranaense recebemos duas denúncias 1 de Toledo e 1 de Assis Chateaubriand e recebemos uma denuncia referente à Mesorregião do Sudeste Paranaense referente ao município de Pato Branco	Publicidade dos resultados	PUBLICAÇÃO NO SITE DA SEDEF	ATINGIDA		SEDEF	Gestão de Política
			Fluxo de acompanhamento das denúncias estabelecido com as redes de proteção nos 399 municípios até 2023	x	x	x	Fluxo estabelecido em conjunto com o CEASPR para que os equipamentos da Assistência Social dos Municípios atendam as demandas de denúncias por se tratar de média complexidade, estudo social e se necessário acompanhamento e inserção nos programas e Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Número de municípios com fluxo estabelecido.	399 municípios	ATINGIDA		SEDEF	Proteção e Defesa dos Direitos

7	Estruturar sistema de encaminhamento e monitoramento de denúncia contra crianças e adolescentes com deficiência	Estabelecimento de fluxos internos e externos com as Redes de Proteção Municipais para encaminhamentos e devolutivas das denúncias registradas nos canais Disque 1 e Disque 100.	Realizar diagnóstico situacional das redes de proteção municipais e suas formas de atendimento aos casos de violência contra criança e adolescente com deficiência, até 2023			x	399 municípios com a rede de proteção estabelecida em conjunto com o CEAS/PR para atendimento às demandas de violação de direitos contra a criança e adolescentes com deficiência, porém não houve denúncias para todos os municípios do Estado, não sendo possível realizar um diagnóstico amplo referente a rede de proteção, estamos organizando uma pesquisa situacional referente a rede de proteção para que em 2024 possamos concluir um diagnóstico.	Percentual de diagnóstico realizado		PARCIALMENTE EXECUTADA		SEDEF	Proteção e Defesa dos Direitos
			Realizar uma ação anual para divulgar e fomentar a utilização dos canais de denúncia em todo o Estado.	x	x	x	Divulgação por meio de Eventos sobre a inclusão da Pessoa com Deficiência realizado pela CPCD, canais de comunicação da SEDEF e ações presenciais de divulgação como o Praia Acessível, Paraná em Ação entre outros.	Número de municípios com fluxo estabelecido.	399	ATINGIDA		SEDEF	Proteção e Defesa dos Direitos
8	Fortalecer a rede de proteção da infância e adolescência, por meio de ações de conscientização que visem a erradicação do trabalho infantil	Fomentar a inclusão do tema do Trabalho Infantil nas capacitações de Conselheiros Tutelares, Conselheiros Municipais dos Direitos da Crianças e dos Adolescentes, e demais estruturas do Sistema de Garantia de Direitos.	Garantir que o tema do Trabalho Infantil esteja incluído em, pelo menos, 01 ação por ano	x	x	x	Disponibilizado o curso, na modalidade ead, em parceria com a escola de gestão sobre o trabalho infantil. Houve a inscrição de 426 pessoas e a certificação de 185.	Percentual de ação com o tema Trabalho Infantil realizadas por ano	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão de Política
9	Estruturar e fortalecer a rede de instituições que devem desenvolver ações de erradicação e proteção da infância e adolescência e fortalecimento da organização, monitorando e avaliando os programas, projetos, benefícios, serviços e Ações contra o trabalho infantil	Acompanhar, monitorar e assessorar os municípios em relação ao AEPETI (Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	Acompanhar e monitorar os municípios elegíveis com recursos federais. (56 municípios. Fonte: SIMPETI)	x	x	x	Realizada reunião de orientação com os municípios que ainda mantêm saldo elevado (participaram municípios, NRS e IARAS, DPSE e Governo Federal). Encaminhamento de documentos técnicos sobre utilização dos recursos, acompanhamento dos saldos com CEAS/PR.	Percentual de municípios acompanhados e assessorados	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Promover cursos de capacitação para profissionais que atuam para erradicação do trabalho infantil	Realizar, pelo menos, 1 capacitação a cada 2 anos com representação de 100% dos municípios prioritários – maiores índices de Trabalho Infantil do Paraná (56 municípios. Fonte: SIMPETI)	x		x	Realização da Live: Dialogando com o SUAS: Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil – Falando sobre Diagnóstico e Aprendizagem com objetivo de trazer experiências de municípios no diagnóstico do trabalho infantil nos territórios, a metodologia realizada, as conclusões e planejamento de ações, bem como potencialidades e desafios durante o procedimento. Também focar na aprendizagem como estratégia de prevenção, enfrentamento e superação do trabalho infantil, conscientizar sobre a necessidade de programa de aprendizagem. Disponibilidade do curso on line sobre Trabalho Infantil pela Escola de Gestão.	Quantidade de capacitações realizadas	2 capacitações	ATINGIDA	Não é possível mensurar a quantidade de municípios atingidos em lives, somente o número de acessos que foram 264.	SEDEF	Gestão de Política
Percentual de municípios nas capacitações	Não é possível mensurar a quantidade de municípios atingidos em lives, somente o número de Curso on line 371 inscritos e 155 cursistas certificado no curso.												

		Sensibilizar os municípios sobre a necessidade de previsão orçamentária de ações de combate às violências contra crianças e adolescentes	Sensibilização dos 399 municípios do Estado do Paraná.	x	x	x	Realizado 01 reunião com os municípios cofinanciados e com os Núcleos Regionais e IARAS com orientações sobre execução dos saldos, dificuldades e potencialidades. Encaminhamento de informações técnicas para os municípios por meio dos NRs/IARAS	Percentual de municípios sensibilizados		ATINGIDA	Não é possível mensurar a quantidade de municípios atingidos em lives, somente o número de acessos que foram 264.	SEDEF	Gestão de Política
10	Estruturar e fortalecer as comissões de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes	Cofinanciar ações para enfrentamento à violência em âmbito estadual e municipal, inclusive na implementação da Lei nº13431/2017.	Cofinanciar, ao menos, 1 ação anual	x	x	x	Deliberado recurso pelo CEDCA para o cofinanciamento de Campanha de Enfrentamento às Violências de 2024. Deliberação nº70/2023 no valor de R\$ 1.500.000,00.	Percentual de ações cofinanciadas	0%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Recurso foi deliberação em 2023, mas será repassado e executado em 2024.	SEDEF	Gestão da Política
		Promover encontros estaduais e regionais periódicos de fortalecimento das ações intersetoriais, criando espaços para troca de experiências	1 reunião ampliada estadual e 1 reunião regional por ano, conforme planejamento da FORTIS.	x	x	x	01 Reunião da Comissão Estadual de Enfrentamento às Violências, realizada com as Comissões Regionais de Enfrentamento às Violências. Foram realizadas ainda 04 reuniões da Comissão Estadual.	Percentual de reuniões ampliadas de reuniões regionais.	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
		Realizar congresso/SEMIPIInário/simpósio anualmente, presencial e à distância, sobre prevenção e enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, possibilitando a participação de profissionais da mídia.	Realizar um evento por ano, podendo ser Congresso, Simpósio ou SEMIPInário.	x	x	x	Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes, tendo o público participado de forma presencial e remota, sendo contabilizado ao todo 300 participações. Neste evento foram abordados os seguintes temas: Cultura da paz; Panorama da violência sexual contra crianças e adolescentes no Paraná; e, Violência sexual contra...	Percentual de Congressos/SEMIPIInários/Simpósios realizados	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
								Quantidade de participantes	300				
			Realizar ações, no mínimo, na metrópole, nos 17 municípios de grande porte e nos 14 de médio porte.	x	x	x	Dos 32 municípios, 28 sinalizaram que realizaram ações envolvendo campanhas, eventos e mobilizações envolvendo o enfrentamento às violências contra criança e adolescente	Percentual de municípios com ações realizadas	87%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Levantamento realizado por meio dos Núcleos Regionais da SEDEF. As Comissões Regionais estão em fase de reestruturação.	SEDEF	Proteção e Defesa dos Direitos

11	Fomentar a implantação de ações voltadas a orientação e atendimento às pessoas que cometem violência contra crianças e adolescentes	Cofinanciar e capacitar os municípios e organizações não governamentais para implantação e implementação de ações especializadas voltadas a orientação e atendimento às pessoas que cometem violência contra crianças e adolescentes	Ofertar incentivo financeiro aos municípios para o desenvolvimento de ações de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes.	x	x	Não foi ofertado incentivo diretamente para ações de enfrentamento às Violências, no entanto houve repasse de recurso aos municípios, via fundo a fundo, para os seguintes objetos: Instalação dos Parques Acessíveis (para criança e adolescente com deficiência); benefício eventual para famílias indígenas com crianças e adolescentes; incentivo para abordagem social e casa de passagem destinadas ao atendimento as crianças e adolescentes acompanhados de suas famílias indígenas; apoio a promoção dos direitos da criança e adolescente, por meio do acesso a produtos de higiene íntima.	Número de municípios incentivados	TOTAL DE REPASSES EM 2023: 565 Realizado repasse de recursos para 05 deliberações fundo a fundo (FIA Estadual para FIA Municipal): 1ª Deliberação nº47/2022 Primeira Infância - para apoiar o Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 aos 6 anos de idade – Primeira Infância, este ano tivemos o pagamento a 75 municípios, totalizando R\$6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais); 2ª foi a Del. 80/2022 - CEDCA - para implementação do Projeto Parque Acessível para criança e adolescentes com deficiência - foram repassados R\$1.999.999,76 (Um milhão, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais, e setenta e seis centavos) a 88 municípios ; a 3ª Del. 78/2022 e 13/2023 - CEDCA - apoio a promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima - Foram repassados R\$4.065.000,00 (quatro milhões e sessenta e cinco mil reais) a 341 municípios; a 4ª Del. 03/2023 - CEDCA - Incentivo Benefício Eventual - exclusivamente para famílias indígenas com crianças e adolescentes - recurso repassado a 38 municípios, totalizando o valor de R\$2.835.000,00 (dois milhões, e oitocentos e trinta e cinco mil reais); a 5ª Deliberação 04/2023 – CEDCA - Incentivo para Abordagem Social e Casas de Passagem destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, acompanhadas de suas famílias, prioritariamente indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná – 23 repasses, totalizando o valor de R\$ 3.488.568,00 (Três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais). O total de repasses de todas as deliberações foram 565, contemplando 370 municípios.	PARCIALMENTE EXECUTADA	SEDEF	Proteção e Defesa dos Direitos
----	---	--	--	---	---	---	-----------------------------------	---	------------------------	-------	--------------------------------

12	Fomentar ações intersetoriais junto às Comunidades Tradicionais e Indígenas	Articular ações que priorizem o fornecimento de água tratada e esgoto em comunidades indígenas e tradicionais, em especial quilombolas	Articular ao menos 01 ação voltada ao fornecimento de água tratada e esgoto			x		Número de ações articuladas		NÃO EXECUTADA	Embora a temática da água tratada e esgoto é de fundamental importância para a saúde dos povos e comunidades tradicionais, as ações articuladas foram relacionadas ao acolhimento e encaminhamentos de outras demandas, de igual importância, trazidas por esta população. Ressaltamos, que, neste ano de 2024, esta demanda já está sendo pautada com a SANEPAR	SEMIPI	Gestão da Política
		Cofinanciar Projetos de Entidades da Sociedade Civil e ou Órgãos Governamentais, voltados às crianças e adolescentes e suas famílias pertencentes a comunidades tradicionais	01 Projeto cofinanciado por ano	x	x			Número de projetos cofinanciados		NÃO EXECUTADA	Dentre os diversos instrumentos de cofinanciamento de projetos, destacamos os Editais de Chamamento Público, Termos de Cooperação e recursos provindos do Fundo Estadual dos Conselhos de Direitos. Neste intuito, na SEMIPIPI estão sendo avaliadas formas para o cofinanciamento, contudo, ressaltamos que ambos os Conselhos Estaduais, ainda não criaram os respectivos Fundos, a saber: a) Embora o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CEPCT/PR foi criado em 18.12.2012 até o momento não foi criado o Fundo Estadual e este encontra-se em fase de análise e estudos para viabilidade e identificação da(s) fonte(s) de recurso. b) O Conselho dos Povos Indígenas do Paraná, criado em 19.04.2023: foram eleitos e homologados os conselheiros na I Conferência Estadual dos Povos indígenas, realizada em dezembro 2023. Está em fase de organização da 1ª reunião e Diplomação dos Conselheiros	SEMIPI	Gestão da Política
		Produzir estudos sobre a realidade social das crianças e adolescentes de comunidades tradicionais e indígenas com base em fontes de dados oficiais e levantamentos in loco	Realizar 01 estudo e mantê-lo atualizado, até 2023			x		Percentual de estudos disponibilizados		NÃO EXECUTADA	Embora não foram produzidos estudos, com base em fontes de dados oficiais, cabe destacar que está em fase de criação, junto à Celear o BI da Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, com objetivos de criar banco de dados, integrar e unificar informações	SEMIPI	Gestão da Política

13	Fortalecer os municípios para o acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situações de Violência e suas famílias	Cofinanciamento de estruturas e dos serviços de média complexidade executados nos CREAS	Construção de 08 CREAS			x	Foram entregues de 2018 a 2021 as unidades construídas dos seguintes CREAS: Ortigueira, Arapoti, Pontal do Paraná, Maria Helena, Laranjal, Antônio Olinto, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro e Peróla. Em 2023 recurso Fundo a Fundo (FEAS) para construção do CREAS de Guaraniçu e em andamento a obra do CREAS de Anahy e Reserva	Número de CREAS construídos	Viabilizada a construção de 09 CREAS	ATINGIDA	As obras dos municípios de Anahy e Reserva não foram finalizadas e terão continuidade em 2024	SEDEF	Gestão de Políticas
			Ofertar cofinanciamento aos municípios elegíveis com serviços da média complexidade, de acordo com critérios pactuados e aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB e CEAS, por serviço e/ou município. (Fonte: 23 municípios elegíveis para o PPAS III)	x	x	x	Oferta do cofinanciamento do PPAS I para 312 municípios de pequeno porte e expansão do PPAS I realizada em 2023 para mais 140 municípios de pequeno porte	Percentual de municípios pactuados e aprovados pela CIB/ CEAS que foram ofertados cofinanciamento/ Municípios elegíveis	100%	ATINGIDA	O FEAS também cofinancia os serviços de média complexidade: Centro Dia, Centro Pop - PPAS II, Especializado em Abordagem Social e ainda o PPAS I que pode em serviços da básica, especial de média complexidade a depender do planejamento do município.	SEDEF	Gestão de Políticas
		Capacitar profissionais das escolas indígenas, lideranças e comunidades indígenas sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes indígenas através de cursos e/ou SEMIPInários sobre: o amparo legal que protege a criança e/ou adolescente, em especial, os indígenas e diferentes formas de violências	Realizar no mínimo 2 capacitações ao ano para profissionais das escolas e indígenas das comunidades	x	x	x		Percentual de capacitações		NÃO EXECUTADA	Embora não foram realizadas capacitações em 2023, está em andamento neste 2024, a formação de parcerias entre SEMIPIPI e SEED para elaboração de capacitações de profissionais nas escolas indígenas. Destacamos ainda, que também, está em fase de planejamento e estabelecimento de parcerias, para a realização conjunta de capacitações, com temáticas voltadas ao letramento etnicorracial, racismo institucional, prevenção ao suicídio, qualificação dos profissionais da segurança pública, redução da violência nas abordagens aos povos e comunidades tradicionais, dentre outras temáticas, bem como, serão abordadas temáticas voltadas à defesa e proteção à criança e adolescente indígena.	SEMIPI	Gestão da Política
		Divulgação dos canais de denúncia em relação às situações de risco e violência	Divulgação dos canais de denúncia em todas as unidades escolares da rede estadual	x	x	x	2100 escolas - os Técnicos-pedagógicos da Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação, Departamento de Educação Inclusiva, Coordenação de Diversidade e Direitos Humanos, orientaram às Equipes Gestoras e Pedagógicas das escolas da rede pública de ensino a deixarem em local visível os canais de denúncia que podem ser acessados pelos estudantes e comunidade escolar a qualquer tempo, no sentido da prevenção e da proteção da integridade física dos estudantes.	Percentual de unidades cientes dos canais de denúncia.	100%	ATINGIDA	****	SEED	Promoção de Direitos, Proteção e Defesa dos Direitos

14	Fortalecer políticas públicas de garantia de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar	Fomentar discussões relativas à prevenção e enfrentamento às violências, preconceito, discriminações, racismo e uso de substâncias psicoativas, por meio de SEMIPInários, palestras e grupos de trabalho, contribuindo para a redução dos índices de violência, preconceito, discriminação e uso de substâncias psicoativas no âmbito escolar	Realizar SEMIPInários, palestras e grupos de trabalho realizados sobre prevenção e enfrentamento às violências, preconceito, discriminações e uso de substâncias psicoativas em todas as unidades escolares da rede estadual	x	x	x	2100 escolas - 1.Prevenção e enfrentamento às violências - Projeto Escola Escuta que desenvolve ações de acolhimento e escuta empática dos estudantes na escola e encaminhamentos necessários para aqueles estudantes que apresentam crises de ansiedade e depressão. 2.Formação on-line para as pessoas de referência do Projeto Escola Escuta, com conteúdo voltados aos primeiros cuidados socioemocionais. 3 Grupo de Estudos na temática do Clima Escolar para trabalhar as relações interpessoais entre os sujeitos que fazem parte do espaço escolar e que impacta na aprendizagem e nas relações de conflitos que comprometem a convivência respeitosa e saudável. 4.Curso Escuta Especializada com os técnicos da Educação em Direitos Humanos, Ouvidoria, Comissão de Perícia Técnico-pedagógica para conhecer a Lei n.º 13.431/2017 e implementar na prática do dia a dia da escola. 5.Preconceito e discriminação: formação da equipe multidisciplinar, de acordo com a legislação vigente, para dar subsídios aos técnicos pedagógicos, professores e pedagogos em suas ações de prevenção para proteção dos estudantes em situações de violências ou violações de direito. 6.Ações de prevenção, principalmente, durante o Junho Paraná sem Drogas, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública - SESP, em que os estudantes do Ensino Médio produzem vídeos na temática da prevenção ao uso de álcool e outras drogas, os quais são selecionados e veiculados nos cinemas do Estado do Paraná. Produção de material orientativo às Equipes Diretivas e Pedagógicas, com protocolos de encaminhamentos às situações de violências intra e extraescolar, e que os estudantes recorrem à escola como um pedido de ajuda a essas situações. Esse material é trabalhado em formações com as escolas públicas do estado do Paraná. Com isso, muitas dessas situações são resolvidas pela própria escola, e outras encaminhadas para a Rede de Proteção, pois muitos casos envolvem a família do estudante.	Número de profissionais que participaram das atividades	100%, inclusive com campanhas e divulgação nos canais oficiais da SEED e Núcleo Regional de Educação	ATINGIDA	****	SEED	Proteção e Defesa de Direitps
----	--	---	--	---	---	---	---	---	--	----------	------	------	-------------------------------

		Promover ações de prevenção e enfrentamento às manifestações das violências no ambiente escolar	Redução das manifestações de violências no ambiente escolar, via registros do Sistema Estadual da Rede da Proteção de Proteção - SERP.	x	x	x	Está em processo construção com a Diretoria de Tecnologia e Inovação, pois O SERP não registra as manifestações de violências, apenas infrequência e frequência dos estudantes.	Número de notificações das violências ocorridas	Ainda não há o indicador	NÃO EXECUTADA	A SEED juntamente com eu departamento de Tecnologia da Informação está construindo um Sistema de Registros de Dados para isso.	SEED	Promoção de Direitos
		Ampliar a oferta de vagas para medidas de restrição de liberdade, através da construção de Casas de SEMIPIliberdade	Ampliação em 72 vagas, até o ano 2023	x	x	x	Inauguração da nova sede da Casa de SEMIPIliberdade feminina, hora nomeada como "Casa de SEMIPIliberdade Feminina de Curitiba Regina Fischer Pessuti"	Percentual de vagas ampliadas.	A capacidade de atendimento do novo espaço prevê a ampliação de 7 para 18 vagas. O novo espaço está adequado às normas estabelecidas pelo SINASE.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Em andamento projeto de construção de novas Casas de SEMIPIliberdade no Estado.	SEJU	Gestão da Política
		Ampliar Equipe Técnica para qualificar o atendimento prestado, conforme estabelecido no SINASE	Contratar 118 profissionais para as unidades socioeducativas	x	x	x	Contratação de 36 profissionais da área da saúde através do Concurso Público nº 28/2020 SEAP para atendimento nas Unidades Socioeducativas do estado. Convocados mais 13 candidatos que encontram-se em fase de investigação social.	Percentual de servidores contratados	Contratação de 10 técnicos de enfermagem, 4 enfermeiros, 18 psicólogos e 4 terapeutas ocupacionais	PARCIALMENTE EXECUTADA	Aguardando a tramitação do Edital 02/2024 SEAP, com previsão de contratação de profissionais das áreas de Assistência Social, Nutrição, Terapia Ocupacional e Tec. de enfermagem. A SEJU/CGS solicitou a nomeação de mais candidatos aptos do concurso através do Concurso Público 28/2020 SEAP	SEJU	Gestão da Política
		Capacitar os agentes públicos da socioeducação na questão étnica racial	Ofertar capacitação para 100% dos servidores.	x	x	x	Retomada das qualificações profissionais presenciais pós período pandêmico, contando com fomento do Fundo Especial para Infância e Adolescência. - FIA ao disponibilizado ao final de 2023	Percentual de servidores capacitados	A temática etno racial permeia o desenvolvimento do trabalho socioducativo, sendo debatido com a Coordenação do Sistema Socioeducativo conforme demanda. Abordagem da temática caderno diversidade na capacitação dos novos servidores.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Tramitação administrativa do recurso possibilitou a retomada das capacitações presenciais apenas ao final do ano de 2023.	SEJU	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Capacitar os agentes públicos da socioeducação sobre as questões de violência psicológica: racial, sexual e de gênero	Ofertar capacitação para 100% dos servidores.	x	x	x	Retomada das qualificações profissionais presenciais pós período pandêmico, contando com fomento do Fundo Especial para Infância e Adolescência. - FIA ao final de 2023	Percentual de servidores capacitados	Nos dias 11 e 12 dezembro realizada capacitação "Práticas e Saberes em Socioeducação do Estado do Paraná - Edição 2023", presencialmente para 150 servidores oriundo de todas Unidades do Estado, com transmissão online, sendo abordado entes outros assuntos, as temáticas raciais e de gênero.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Previsão de capacitação para o ano de 2024 "Protocolo e atendimento aos adolescentes LGBTQIA+ na modalidade híbrida para maior adesão.	SEJU	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos

15	Garantir estrutura para o atendimento adequado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa ou restritiva de liberdade, bem como qualificar o atendimento prestado	Proporcionar formação continuada aos servidores atuantes na Socioeducação	100% dos servidores capacitados, recebendo no mínimo, um curso a cada 2 anos	x	x	x	Planejamento, elaboração do projeto e organização junto à SEDEF, SETI e UNESPAR para Oferta de 907 vagas, em curso de Especialização Lato Sensu. Destas 424 vagas serão destinadas para servidores que executam medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade ou que atuam nas áreas afetas à socioeducação na Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJU) na Especialização para Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, na modalidade EAD com carga horária total de 380 horas. Inscrições abertas em Janeiro de 2024. O objetivo do curso é formar os profissionais que atuam no Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná e profissionais estatutários de municípios que atuam nos CREAS ou equipes de proteção social especial que atuam com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, contribuindo para o desenvolvimento dos recursos humanos e do atendimento dos/as adolescentes, com base nos marcos legais da política socioeducativa e da garantia de direitos.	Percentual de servidores capacitados	Realização do SEMPInário "Ressignificando a Gestão de Atendimento Socioeducativo" com objetivo de qualificar os Diretores das 28 Unidades Socioeducativas do estado. Formação inicial ofertada aos 36 novos servidores contratados através do Concurso público 28/2020. Capacitação "Práticas e Saberes em Socioeducação do Estado do Paraná - Edição 2023", presencialmente para 150 servidores oriundo de todas Unidades do Estado, em Curitiba, com transmissão online.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Previsão de capacitações locais que possibilitam uma maior adesão de profissionais, estreitando o vínculo Coordenação e Centros de Socioeducação.	SEJU	Gestão da Política
		Realizar adequações estruturais nos Centros de Socioeducação e Casas de SEMPiiliberdade	100% das unidades com estrutura física adequada aos padrões do SINASE	x	x	x	Até que seja viabilizada as reformas necessárias, foram realizados reparos através do fundo rotativo cota extra. Foz: Instalação da rede de gás, reforma e pintura de portas e alojamentos, toldos, Joana: reforma do telhado da área pedagógica e pintura.	Percentual de Unidades com estrutura física adequada	72% das Unidades Socioeducativas em conformidade com os parâmetros estabelecidos (Os Censos Umuarama, Paranavai, Santo Antônio da Platina, Pato Branco, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu e São Francisco e Joana Richa foram considerados como aquelas Unidades que não estão em plena conformidade).	PARCIALMENTE EXECUTADA	Em estudo e tramitação: reforma do Cense Foz do Iguaçu Processo em conclusão o Cense Piraquara Em estudo readequação do Cense Joana Richa	SEJU	Gestão da Política
		Estimular a criação de empreendimentos de economia solidária (cooperativas de trabalho	Realizar reuniões com atores do SGD e sociedade civil para estudos de viabilidade para implementação	x			Em fase de implementação 10 escritórios Regionais no território cujo objetivo permeia a articulação entre meio aberto e fechado, possibilitando além do diagnóstico mais fidedigno da realidade familiar, o atendimento integrado entre estado e município destas demandas.	Número de reuniões realizadas	Escritório Regional de Londrina realizou reunião com os 67 municípios de sua região no ano de 2023. Escritório regional de Maringá já iniciou sua articulação com os municípios da região.			SEJU	Gestão da Política

Promover autonomia das famílias em alta vulnerabilidade, implicando na efetivação da dignidade das crianças e dos adolescentes

(cooperativas de trabalho, cooperativas sociais, fundações e associações) para promover a inclusão da família dos socioeducandos, e adolescentes e jovens egressos do atendimento Socioeducativo.	Implantar projeto existente para criação de empreendimentos de economia solidária.	x	x	x	O "Projeto horta e jardins de mel", realizado no Centro de Socioeducação de Curitiba tem como escopo a capacitação dos adolescentes no cultivo e plantio de hortaliças e desenvolvimento da apicultura, projeto ganhador do prêmio de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Outras unidades do interior do Estado desenvolveram projetos ligados à economia solidária no ano de 2023.	Projeto implantado.	As Unidades Socioeducativas tem autonomia de desenvolver projetos internos utilizando recursos e capital humano existentes no local, sendo de difícil quantificação exata de seus alcances. O projeto jardins de mel, devido a sua prática exitosa, tem sido estendido e adaptados para outras unidades socioducativas do Paraná.	ATINGIDA		SEJU	Gestão da Política
Realizar ações socioeducativas relacionadas ao plantio, cultivo e reaproveitamento dos alimentos às famílias residentes no meio rural nos municípios do Estado.	90% de famílias em alta vulnerabilidade dos municípios prioritários, com plano de ação elaborado e residentes no meio rural, participando das atividades socioeducativas e de inclusão produtiva.	x	x	x	40% de famílias atendidas com orientações sobre atividades agropecuárias e alimentação familiar, em 108 municípios prioritários.	Número de famílias do meio rural com Plano de Ação pactuado em relação ao número de famílias do meio rural acompanhadas	519 famílias assistidas com plano de ação pactuados, abrangendo 108 municípios prioritários.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Dos 156 municípios definidos como prioritários, foram atendidos 108 municípios com suas famílias do meio rural devidamente assistidas.	SEAB	Promoção de Direitos
Capacitar os atores envolvidos no atendimento às famílias acompanhadas pela metodologia de acompanhamento intersectorial	2 capacitações por ano	x	x	x	No ano de 2023 foram realizados 18 encontros presenciais com o objetivo de trabalhar a Deliberação 047/2022 que trata sobre recursos destinados às ações para o desenvolvimento da Primeira Infância. As capacitações tiveram formato de oficina e contaram com a presença de técnicos de outras áreas, além da assistência social, saúde e educação. Foram 1.377 participantes de 315 municípios.	Número de capacitações realizadas	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
Realizar a transferência complementar de renda direta às famílias com crianças e adolescentes, conforme legislação estadual	100% das famílias com crianças e adolescentes, que cumprem os critérios da legislação estadual de transferência de renda.	x	x	x	O critério principal de acesso ao benefício não é possuir crianças e/ou adolescentes e sim beneficiar as famílias com CadÚnico atualizado e renda familiar de até R\$ 218,00 e que não sejam beneficiadas pelo Bolsa Família. Dentro desses critérios foram beneficiadas todas as famílias com crianças e adolescentes. Do montante total de 261.583 famílias beneficiárias do ano de 2023, 114.679. Portanto 44% possuíam em sua composição crianças e/ou adolescentes.	Percentual de famílias com crianças e adolescentes que atendem os critérios previstos na legislação estadual de transferência de renda	100%	ATINGIDA		SEDEF	Promoção de Direitos
Viabilizar, de forma gratuita, a documentação civil de 1ª via para crianças e adolescentes e, nos casos de 2ª vias de RG para crianças e adolescentes em situação de alta vulnerabilidade encaminhadas pelos CRAS, isenções fornecidas em lei ou em parceria a eventos de cidadania.	Atender 100% da demanda.	x	x	x	Foram emitidas 362.656 para crianças e adolescentes no ano de 2023 em todo o Estado do Paraná.	Número de crianças e adolescentes atendidas de forma gratuita.	Foram 153 palestras, distribuídas em 22 municípios, atingindo um público de 30,8 mil estudantes. Além disso foram realizados 114 eventos do PCPR na Comunidade, nos quais o tema foi amplamente debatido com o público das 50 cidades visitadas.	ATINGIDA		SESP	Promoção dos Direitos

Assessorar grupos produtivos para viabilização de empreendimentos sob a ótica da economia solidária	Apoio aos municípios na constituição de leis/decretos para criação de conselhos/fóruns municipais de economia solidária.	x	x	x	Foram realizadas em 2023 juntamente com o Conselho Estadual de Economia Solidária 11 reuniões públicas buscando mobilizar empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de apoio e fomento sobre o fortalecimento da política da economia solidária no Estado do Paraná. Foram 8 reuniões realizadas em Curitiba e 3 descentralizadas atendendo a regional de Londrina, Maringá e Paranaguá com o objetivo de mobilizar outras cidades do Estado. Juntamente com as reuniões foram realizadas Mostras Paranaenses de economia solidária no qual os empreendimentos puderam comercializar seus produtos e realizarem trocas de experiência. No ano de 2023 foram também realizados mapeamento e diagnóstico dos municípios do estado do Paraná que possuíam políticas voltadas a economia solidária. Através desse mapeamento pudemos realizar atendimentos aos municípios sobre o tema.	Número de municípios orientados para a constituição dos conselhos municipais de economia solidária.	Foram notificados quanto a Política Estadual de Economia Solidária via Ofício: 399 municípios. Obtivemos retorno de 221, enquanto que 181 não responderam.	ATINGIDA		SETR	Gestão da Política
Operacionalização de microcrédito nos municípios do Estado	Disponibilizar linhas de microcrédito nas agências do trabalhador.	x	x	x	Através dos dados do relatório disponibilizados pela Fomento Paraná podemos verificar as informações sobre a quantidade de cidades que operacionalizaram o microcrédito via agência do trabalhador no ano de 2023, bem como o número de contratos e o valor total de crédito concedido.	Total de microcrédito operacionalizado via agência do trabalhador do Paraná	Cidades que operacionalizaram o microcrédito via agência do trabalhador: 333 cidades Número de contratos: 8.872 Valor total de crédito concedido: R\$91.257.215,36	ATINGIDA		SETR	Gestão da Política
Monitorar e fiscalizar as ações e a observação dos pressupostos previstos na lei do SINASE e Resolução no 77 do CNJ	Monitorar trimestralmente os Centros de Socioeducação (19 unidades - fonte SEJUF 2021)	x	x	x	Foram realizadas inspeções bimestrais nos Centros de Socioeducação, totalizando 157 visitas às referidas unidades, conforme apontado pelo CNIUPS, do CNJ.	Percentual de visitas por CENSEs	100%	ATINGIDA		TJPR	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
Articular a rede de atendimento municipal, a família e a comunidade com vistas à inserção social e comunitária do adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa de privação ou restrição de liberdade	Diminuição de 3% por ano de reincidência do Sistema Socioeducativo.	x	x	x	Observa-se que o número de adolescentes encaminhados para cumprimento de Medidas Socioeducativas privativas e restritivas de liberdade sofreu significativa queda durante período pandêmico, compreendido entre março de 2020 e maio de 2023, contudo, com o término das barreiras sanitárias observa-se que o número de apreensões vem aumentado gradativamente. O Sistema de Medidas Socioeducativas - SMS passa por atualização com o objetivo de trazer a mensuração dos dados. Também na perspectiva de qualificação do dado em termos de terminologia e intencionalidade de quantificação, trazendo os dado de Reinternação.	Porcentagem de reincidência atual em relação ao ano anterior	O período de 2023 foi finalizado com 35 adolescentes aguardando vagas, (21 de internação, 8 de SEMIPIliberdade e 6 de internação provisória). Participação estadual na sétima Edição do Encontro Municipal da Socioeducação, que reuniu aproximadamente 100 pessoas, em Toledo. Participação de servidores e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na II Conferência Municipal da Juventude em Laranjeiras do Sul. Sem quantificação específica relacionada as taxas de reincidência.	PARCIALMENTE EXECUTADA	A articulação com a rede municipal é realizada desde o ingresso do adolecente à medida privativa e restritiva de liberdade, possibilitando uma passagem mais harmônica deste jovens para o meio aberto.	SEJU	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos

Proporcionar a execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, promovendo a garantia dos direitos dos adolescentes

Desenvolver trabalho educativo com os adolescentes, por meio de de palestras, SEMIPInários, entre outras atividades, com foco na educação em Direitos Humanos, possibilitando a participação dos atores do SGD e sociedade civil	100% dos CENSEs com parceria efetivada.	x	x	x	equipe do Escritório Regional de Londrina, foram realizados 6 clubes da leitura online com a alcance de participação a todas unidades socioeducativas com temas ligados aos Direitos Humanos e demais questões sensíveis ao desenvolvimento da reflexão dos adolescentes do sistema socioeducativo. Rodas de conversa realizadas ao longo do período no modelo híbrido, fazem parte do programa "Encontros e (10) Encontros" com foco no debate sobre o uso e abuso de álcool e drogas, com participação de profissionais voluntários para	Percentual de CENSEs com parcerias efetivadas	Região de Curitiba com parceria com Universidade Positivo, e Freguesia do Livro. "Encontros e (10) Encontros"- parceria entre o Núcleo Estadual de Políticas Sobre Drogas - NEPSD/SESP. As Unidades possuem autonomia para realização de outras atividades junto a articulação com vetores do território.	ATINGIDA		SEJU	Gestão da Política
						Percentual de atividades educativas realizadas	"Encontros e (10) Encontros" - 6 encontros "Clube do Livro" - 6 encontros				
Oferta regular de escolarização através do programa PROEDUSE (Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas)	100% dos adolescentes internados e na internação provisória inseridos no Programa.	x	x	x	Realizada a instrução normativa conjunta entre CGS e SEED 10/2023 regulamentando o atendimento dos adolescentes que encontram-se na unidades socioeducativas em garantia tanto do seu atendimento institucionalmente mais adequado, quanto facilitando seu retorno para escola de origem.	Percentual de adolescentes internados matriculados no Programa	100% dos adolescentes encontram-se regularmente matriculados.	ATINGIDA		SEJU	Promoção de Direitos
						Percentual de adolescentes em internação provisória que passaram por atividades do Programa	Nas Unidades de Internação Provisória, as regulamentações publicadas pela SEED, possibilitam a manutenção da matrícula dos adolescentes na modalidade que estão cursando no momento de ingresso na Unidade. Estes adolescentes têm acesso aos conteúdos e atividades encaminhados pela Instituição de Ensino de origem, frequentam as aulas ministradas pelos profissionais do Proeduse e recebem orientações sobre as atividades e conteúdos, condizentes com seu nível de ensino. - Continuidade do processo de escolarização.				
Oferta regular de oficinas culturais, de lazer e esportivas através de parcerias e contratação de prestação de serviço	100% dos adolescentes em internação, internação provisória e SEMIPIliberdade	x	x	x	Realização da Primeira de Semana Sarau Cultural do Sistema Socioeducativo do Paraná. Em processo de tramitação para retomada dos Projetos "Movimento" e "Arte e Karatê" com abrangência tanto para adolescentes em medidas em restrição, quanto privação de liberdade.	Percentual de adolescentes internados em relação ao número de vagas Ocupadas nas oficinas	11 unidades socioeducativas aderiram ao Sarau Cultural, com o objetivo de criar espaço onde os indivíduos se expressem ou se manifestem artisticamente, podendo abranger dança, leitura, poesia, leitura de livros, música acústica e também outras formas de arte.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Em processo de tramitação para retomada dos Projetos "Movimento" e "Arte e Karatê" com abrangência tanto para adolescentes em medidas em restrição, quanto privação de liberdade.	SEJU	Promoção de Direitos
						Percentual de adolescentes em internação provisória em relação ao número de vagas ocupadas nas oficinas	10 unidades que etendem internação provisória aderiram ao Sarau Cultural.				
						Percentual de adolescentes em SEMIPIliberdade em relação ao número de vagas ocupadas nas oficinas	As casas de SEMIPIliberdade encaminham os adolescentes para programas culturais conforme oferta do território.				
Oferta regular de qualificação profissional através de parcerias e contratação de prestação de serviços	100% dos adolescentes em internação, SEMIPIliberdade, e internação provisória com os requisitos necessários atendidos para participação	x	x	x	reestabelecida a parceria entre a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJU) e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). O objetivo dessa parceria é oferecer cursos livres gratuitos, presenciais, durante os períodos de	Percentual de adolescentes internados em relação ao número de vagas ocupadas nos cursos	66 possibilidades de cursos para os Centros de Socioeducação (CENSEs), sendo assim elencados conforme disponibilidade de cada CIEE regional e interesse dos adolescentes.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Em andamento projeto de qualificação profissional regular junto a Divisão de Formação Educacional e Profissional	SEJU	Promoção de Direitos

			atendidos para participação				durante os períodos de recesso e férias escolares, nas dependências das Unidades visando despertar o interesse dos participantes	Percentual de adolescentes em SEMIP/liberdade em relação ao número de vagas ocupadas nos cursos		Profissional:			
18	Proteger as crianças e adolescentes ameaçados de morte	Manter o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, com manutenção e assinatura de convênio com o Governo Federal (SDH)	Proteção de 40 crianças e/ou adolescentes, no mínimo, e suas famílias por ano	x	x	x	A partir de 13/02/23, o termo de colaboração passou a ter meta de proteção de 60 pessoas/vidas em proteção por ano	Número de crianças e/ou adolescentes atendidos	Somente no ano de 2023, houve a proteção de 28 casos sendo 64 crianças, adolescentes ou jovens egressos do sistema socioeducativo, além de 27 adultos, totalizando 91 pessoas protegidas.		ATINGIDA	SEJU	Proteção e Defesa dos Direitos
19	Qualificar os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto sob responsabilidade dos municípios.		Capacitar e assessorar os 399 municípios do Estado. (168 municípios que possuem CREAS Fonte: CensoSUAS)		x	x	Os municípios são assessorados pelos NRs e IARAS e pela sede por meio de reuniões, visitas, capacitações e elaborações de documentos técnicos. Foram realizadas capacitações com 12 encontros regionais denominados: "SEDEF nos municípios". Ainda realizado Capacitação aos municípios da Região Metropolitana de Curitiba	Número de capacitações realizadas	12		ATINGIDA	SEDEF	Gestão da Política
		Assessorar e capacitar os municípios para garantia da execução dos serviços de LA E PSC e efetivo funcionamento das Comissões Municipais do SINASE	100% dos municípios que executam as medidas em meio aberto com profissionais capacitados e assessorados. (399 municípios)		x	x	Os municípios são assessorados pelos NRs e IARAS e pela sede por meio de reuniões, visitas, capacitações e elaborações de documentos técnicos. Foram realizadas capacitações com 12 encontros regionais denominados: "SEDEF nos municípios" Realização do SEMIP/Inário "Fortalecendo o Sinase: experiências e desafios na organização", com a participação de 63 gestores/técnicos municipais de Curitiba e região metropolitana Elaboração da Nota técnica sobre a implementação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo nos municípios do Paraná (em fase de elaboração)	Percentual de municípios capacitados e assessorados	12		ATINGIDA	SEDEF	Gestão da Política
		Ofertar incentivo financeiro aos municípios que executam Medidas socioeducativas em meio aberto	Ofertar incentivo financeiro a 100% dos municípios elegíveis por deliberações dos conselhos afetos.		x		Aplicação de pesquisa para os municípios para conhecer a realidade da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, visando subsidiar proposta de cofinanciamento junto ao FIA.	Percentual de municípios elegíveis para cofinanciamento			Realização de tabulação de dados da pesquisa e verificação de incongruências nas respostas fornecidas à SEDEF e ao MP pelos municípios, visando elaborar deliberação que abranja o maior número de municípios possível.	SEDEF	Gestão da Política
20	Sensibilizar a população e o empresariado no sentido de compreender a necessidade de erradicar o trabalho infantil	Elaborar e disponibilizar peças publicitárias impressas voltadas à divulgação e informação dos direitos das crianças, com enfoque na erradicação do trabalho infantil	Elaborar e confeccionar material para atender os municípios prioritários, a cada 2 anos		x		não foi produzido material gráfico em 2023	Número de exemplares confeccionados e distribuídos				SEDEF	Gestão da Política
								Percentual de municípios abrangidos					
		Realizar campanhas de sensibilização	Promover a divulgação de uma campanha por ano, seja própria, seja do FNPETI	x	x	x	não foi produzido material gráfico próprio em 2023	Número de campanhas Realizadas	1 campanha nacional e 4 publicações on line nas redes sociais e 1 na agência de notícias do PR		ATINGIDA	SEDEF	Gestão da Política
		Promover a sensibilização de empresários/empresas quanto à necessidade de erradicar o trabalho infantil.	Realizar uma ação ao ano par a sensibilização dos empresários contemplando 50% das empresas ativas do Estado do Paraná.	x	x	x	demaís órgãos e empresas da Administração Pública para a contratação de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade ou pessoas com deficiência. Realizada	Quantidade de ações de sensibilização realizadas.	Realizado o contato via e-mail e por telefone com aproximadamente 1500 empresas. Participação em 3 treinamentos de divulgação		ATINGIDA	SETR	Gestão da Política

21	Conhecer o cenário epidemiológico das violências interpessoais e autoprovocadas envolvendo crianças e adolescentes	Monitoramento das violências interpessoais e autoprovocadas envolvendo crianças e adolescentes, por meio das notificações contidas no SINAN	Realizar anualmente 1 relatório com o panorama das violências interpessoais e autoprovocadas envolvendo crianças e adolescentes.	x	x	x	Relatório enviado em julho de 2023 ao CEDCA, por meio do Protocolo nº 20.746.251-9	Percentual de relatórios apresentado ao CEDCA anualmente	100,00%	ATINGIDA		SESA	Proteção e Defesa dos Direitos
22	Fomentar a formalização das redes de proteção e a implantação de um Sistema de Notificação Obrigatória de casos de violência contra crianças e adolescentes que garantam uma ação articulada entre órgãos responsáveis, bem como registrem os encaminhamentos dados	Incentivar a participação de juízes e equipes técnicas nas reuniões com as redes de proteção	Indicação de representante nas 161 Comarcas (161 Comarcas - fonte TJ-2021)	x	x	x	Participações em comissões regionais e municipais de enfrentamento às violências nas comarcas em que há comissões interinstitucionais ativas, além de participação nas respectivas comissões em âmbito central/estadual. Realização da Semana Estadual de Combate à Violência Sexual contra crianças e adolescentes, além de atividades contínuas acerca do tema.	Percentual de Comarcas com indicação de representante em relação ao número total de Comarcas do Estado do Paraná	100%	ATINGIDA		TJPR	Gestão de Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Apoiar a criação, incentivar a formalização e fortalecer as redes de proteção locais	Redes de proteção formalizadas, no mínimo, nos 14 municípios de médio e 17 grande porte e a metrópole	x	x	x	Foi realizada pesquisa com os Núcleos Regionais e informado que dos 32 municípios, 31 municípios possuem Rede de Proteção, destes apenas 02 não estão formalizadas.	Percentual de municípios com redes de proteção formalizadas.	97%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Levantamento realizado por meio dos Núcleos Regionais da SEDEF	SEDEF	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional dos profissionais da área de educação através da participação e articulação da Rede de Proteção nos 399 municípios do Estado do Paraná, por meio dos 32 Núcleos Regionais de Educação.	100% das Redes de Proteção Municipais e Regionais com participação de profissionais da rede de educação estadual	x	x	x	Considerando que a atuação via Serpe ocorre com os técnicos pedagógicos que atuam na demanda de Educ. e Dir. Humanos e acompanhamento pedagógico, em todos os NRES há a participação.	Percentual de municípios com a presença de profissionais da educação estadual participando da Rede de Proteção	100%	ATINGIDA		SEED	Promoção de Direitos, Gestão da Política

								UNIDADE POLICIAL ANO Nº POLICIAIS / ANO Nº DE POLICIAIS DELEGACIA DO ADOLESCENTE 2023 27 / 2024 26 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES 2023 23 / 2024 23 DELEGACIA DA MULHER E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS 2023 14 / 2024 17 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE LONDRINA 2023 7 / 2024 7 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE MARINGÁ 2023 4 / 2024 7 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE PONTA GROSSA 2023 6 / 2024 6 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE FOZ DO IGUAÇU 2023 6 / 2024 6 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE PARANAGUÁ 2023 5 - INSTAURADOS 143 INQUÉRITOS POLICIAIS E CONCLUÍDOS (RELATADOS) 195. FORAM RECEBIDAS 359 DENÚNCIAS (314 BOLETINS DE OCORRÊNCIA E 45 DISK DENÚNCIA) E APURADAS 224 / 2024 7 DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE LONDRINA 2023 5 / 2024 5 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE CASCAVEL 2023 5 / 2024 5 DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA 2023 4 / 2024 4 SETOR DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE DE FOZ DO IGUAÇU 2023 4 / 2024 3 DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE MARINGÁ 2023 2 / 2024 2 DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE CASCAVEL 2023 2 / 2024 2 TOTAL 2023 114 / 2024 117		Total de denúncias recebidas: 1.140 - Total de denúncias apuradas: 998 // Total de inquéritos instaurados: 2.868 - Total de inquéritos concluídos: 1.852 ==X== NUCRIA CURITIBA: 1.140 denúncias recebidas, 445 denúncias apuradas; 1.010 IPs instaurados, 368 IPs concluídos; NUCRIA MARINGÁ: 180 denúncias recebidas, 108 denúncias apuradas; 291 IPs instaurados, 210 IPs concluídos; NUCRIA CASCAVEL: 151 denúncias recebidas, 140 denúncias apuradas; 279 IPs instaurados, 248 IPs concluídos; NUCRIA FOZ DO IGUAÇU: 128 denúncias recebidas, 128 denúncias apuradas; 392 IPs instaurados, 254 IPs concluídos; NUCRIA PONTA GROSSA: 121 denúncias recebidas, 94 denúncias apuradas; 270 IPs instaurados, 278 IPs concluídos; NUCRIA LONDRINA: 70 denúncias recebidas, 70 denúncias apuradas; 491 IPs instaurados, 300 IPs concluídos; NUCRIA PARANAGUÁ: 45 denúncias recebidas, 13 denúncias apuradas; 135 IPs instaurados, 194 IPs concluídos.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Na maioria das delegacias houve a manutenção ou o acréscimo de servidor, todavia os números se alteram em decorrência de remoção, aposentadorias, licenças e nem sempre é possível a reposição imediata considerando a necessidade de nova nomeação	SESP	Gestão da Política, Proteção e Direitos
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	------------------------	--	------	---

Implantar um protocolo de acolhida e atendimento das crianças e adolescentes nas delegacias, visando à não revitimização	Desenvolver um protocolo de acolhida e atendimento e implementá-lo em todas as delegacias do Estado do Paraná	x	x	x	Protocolo implementado, inclusive com a implementação de um Manual de Procedimento Operacional Padrão envolvendo criança e adolescente vítimas, manual esse que foi disponibilizado para todos os policiais civis.	Percentual de delegacias com protocolos implantados	100%	ATINGIDA		SESP	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
Garantir profissional qualificado/capacitado para atendimento às vítimas e/ou testemunhas de violência.	Articulação com a rede de proteção para garantir o atendimento.	x	x	x	Foi garantido o atendimento de vítimas via profissional qualificado, todavia não há estatística acerca de número de encaminhamentos a rede de proteção, já que os mesmos ocorrem de maneira diária e contínua. Em atendimentos nos setores de psicologia das delegacias especializadas, há encaminhamentos diários de crianças e adolescentes para tratamento psicoterapico junto a rede conveniada, bem como encaminhamentos de crianças e adolescentes para secretaria de educação, conselhos tutelares e rede de saúde.	Número de crianças e adolescentes encaminhados para rede de proteção.	Não contabilizado. Em atendimentos nos setores de psicologia das delegacias especializadas há encaminhamentos diários de crianças e adolescentes para tratamento psicoterapico junto a rede conveniada, bem como encaminhamentos de crianças e adolescentes para secretaria de educação, conselhos tutelares e rede de saúde.	ATINGIDA		SESP	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
Priorizar a elaboração de laudos de crianças e adolescentes vítimas de violência nos IMLs	Reduzir o tempo de emissão dos laudos em 10%	x	x	x	A Polícia Científica informa que reduziu o tempo de exames em 40% em relação ao ano base de 2021.	Tempo médio para emissão de laudo	Atualmente o tempo médio de conclusão de laudo é de 3 dias, cumprindo as metas previamente estabelecidas, estando próximo do mínimo possível.	ATINGIDA		SESP	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos

		Qualificar os procedimentos inerentes à primeira abordagem da criança e adolescente vítima	Manter no currículo dos cursos para policiais militares capacitação sobre o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência	x	x	x	Ao longo de 2023 foram realizados os Cursos de Formação de Praças em diversas localidades do Estado do Paraná, bem como na Academia Policial Militar foram realizados os Cursos Superior de Polícia, Aperfeiçoamento de Oficiais, Formação de Oficiais, Aperfeiçoamento de Sargentos e de Sargentos, sendo mantido nos currículos dos cursos discussões sobre o atendimento humanizado aos grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes.	Número de policiais capacitados sobre o protocolo de atendimento	100% dos policiais que participaram de cursos de formação e aperfeiçoamento realizados pela PMPR.	ATINGIDA		SESP	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Realizar o atendimento em ambiente especializado e particularizado no IML para crianças e adolescentes vítimas de violência, garantindo a proteção, discricão e privacidade	Aprimorar e adequar o ambiente de atendimento em 100% dos IMLs	x	x	x	Atualmente, as Unidades de Execução Técnico Científicas (UETCs) localizadas em Apucarana, Cascavel, Ivaiporã, Londrina, Maringá e Umuarama, além da Unidade Tarumã possuem o referido atendimento diferenciado.	Percentual de IMLs com ambiente adequado em relação ao total e IMLs do Estado	33% das Unidades contam com atendimento especializado.	PARCIALMENTE EXECUTADA	As adequações das Unidades restantes estão em andamento. Destaca-se que os novos projetos de Unidades, incluindo Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel, os quais constam no PPA 2024-2027, já atenderão à referida meta. Para as demais unidades estão sendo levantados os requisitos necessários para o total atendimento à demanda, tendo em vista que já se implementou um atendimento privativo e discreto por meio da utilização de agendamentos dos atendimentos.	SESP	Proteção e Defesa dos Direitos
		Treinamento e capacitação para formação de pessoal especializado	Capacitar profissionais da área de segurança pública para formação de pessoal especializado, até 2023.		x	x	O número de servidores policiais civis que participaram de cursos, palestras, SEMIPinários e instruções voltados para o atendimento a crianças e adolescentes registrado no Sistema Acadêmico da Escola Superior de Polícia Civil - ESPC	Número de profissionais capacitados	494 (quatrocentos e noventa e quatro) policiais civis	ATINGIDA		SESP	Gestão de Política
24	Fortalecer e qualificar a Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Famílias em situação de violências.	Capacitar e qualificar profissionais da rede de saúde para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas famílias em situação de violência.	Ofertar capacitações para as 22RS para Atenção Integral e humanizada à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas famílias em situação de violência.	x	x	x	13 e 14/06/2023 - Realizada palestra sobre a Prevenção das Violências e a Promoção da Cultura de Paz, no SEMIPinário de Protagonismo Juvenil "Saúde e Sexualidade do Jovem Paranaense: Educar para prevenir". 12/09/2023 - Promovido o III Simpósio de Cultura de Paz e Promoção da Saúde: Direitos Humanos e Desenvolvimento Integral, dentre os temas abordados descaca-se a Mesa Redonda "Promoção da Saúde e Cultura de Paz: Atenção à Saúde Intrgral de Crianças e Adolescentes e repercussões da Pandemia". Até 03/01/2024 o evento contou com 673 visualizações no período da manhã e 351 no período da tarde. Encontra-se disponível para acesso na plataforma do Youtube da ESPPR.	Percentual de Regionais de Saúde com capacitações realizadas	100,00%	ATINGIDA		SESA	Gestão de Política

25	Instrumentalizar e sensibilizar os atores do SGD visando à aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto em detrimento das medidas de privação e restrição de liberdade, respeitada a legislação correspondente	Elaborar projeto aos magistrados e equipes de apoio técnico para que priorizem as medidas socioeducativas em meio aberto e SEMIPiliberdade	Realizar pelo menos (01) projeto semestralmente atingindo os magistrados e equipes de apoio das Unidades Jurisdicionais Especializadas na Infância e Juventude	x	x	x	O tema foi trabalhado em diversas atividades ao longo de ano de 2023, dentre elas no V Encontro Estadual de Magistrados e Magistradas, nas reuniões bimestrais do Comitê Socioeducativo, além dos grupos de trabalho afetos ao tema, tais como do Núcleo de Atendimento Inicial - NAI, de Audiências Concentradas, dentre outras. O TJPR realizou as Semanas da Criança e do Adolescente, na qual o tema também foi trabalhado em todo o Estado do Paraná.	Percentual de projetos de realizados	100%	ATINGIDA		TJPR	Gestão da Política
		Elaborar projeto aos promotores e equipes de apoio técnico para que priorizem as medidas socioeducativas em meio aberto e SEMIPiliberdade	Realizar pelo menos (01) projeto semestralmente atingindo os promotores e equipes de apoio	x	x	x	1. Para a instrumentalização dos atores do SGD para priorizar as medidas em meio aberto, foi necessário, primeiramente, verificar-se a existência dos sistemas municipais de atendimento socioeducativo, realizando o levantamento sobre a existência e aprovação dos Planos Decenais Municipais de Atendimento Socioeducativo em todos os municípios do Estado do Paraná, o que foi executado com o apoio do CAEX (Centro de Apoio Técnico à Execução) do Ministério Público do Paraná no último triênio, com conclusão em 2023. 2. Em complementação, fomentou-se junto ao CEDCA e à SEDEF a realização de diagnóstico da existência dos programas municipais de atendimento socioeducativo, com a quantificação de adolescentes atendidos e seu respectivo perfil.	Número de projetos realizados	380 planos municipais de atendimento socioeducativo recebidos e analisados. Em relação aos 19 municípios sem Planos Decenais, a orientação repassada aos Promotores de Justiça foi a de que os novos planos deveriam ser feitos em 2024, para que pudessem guardar simetria com os planos nacional e estadual. As informações estão disponíveis para consulta no link: https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Socioeducacao	ATINGIDA		MPPR	Gestão da Política

		Realizar capacitações aos atores do SGD a fim de subsidiá-los para a adequada utilização e aplicação de cada uma das medidas socioeducativas	Realizar no mínimo 5 capacitações/reuniões ampliadas por ano	x	x	x	Em junho de 2023 foi realizada reunião técnica pelo Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça - CNJ em conjunto com a Coordenação do Sistema Socioeducativo - CGS, na qual foi apresentada a atividade "Cartas aos(as) magistrados(as) da Justiça Juvenil e do Sistema Socioeducativo do Brasil". O objetivo da proposta foi a elaboração de cartas aos(as) magistrados(as) do Sistema Socioeducativo para levantar as demandas dos(as) adolescentes autores(as) de ato infracional e em cumprimento de medidas socioeducativas. Reuniões trimestrais para acompanhamento das metas pactuadas no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo - PEAS de vigência 2015 à 2024.	Percentual de capacitações/reuniões ampliadas		PARCIALMENTE EXECUTADA		SEJU	Gestão da Política
26	Possibilitar aos jovens e adolescentes que se apropriem de conhecimentos voltados para a implementação das Leis 10639/03 e 11645/08, que tratam da obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena	Incentivar a participação dos grêmios estudantis nas equipes multidisciplinares de ensino	Participação de 100% dos grêmios estudantis nas equipes multidisciplinares de ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena até 2023	x	x	x		Percentual de grêmios participantes		NÃO EXECUTADA	A Legislação que regulamenta as Equipes Multidisciplinares e que, por sua vez, indica a composição das mesmas, prevê a participação de estudantes, agremiados ou não.	SEED	Participação de Crianças e Adolescentes
		Campanhas educativas para crianças, adolescentes e pais com foco nos cuidados com a criança e o adolescente	Realização de campanhas durante a Operação Verão	x	x	x	ASCOM PCPR: Operação verão 2022-2023 e 2023-2024, abrangendo as cidades de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina e Paranaguá. Op. Verão Janeiro e Fevereiro/2023: 9 Eventos e Op. Verão Dezembro/2023: 17 eventos. Totalizando 26 eventos exclusivos para crianças e adolescentes realizados na Operação Verão	Número de campanhas realizadas	Na Operação Verão as campanhas ocorreram nas cidades de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes e Antonina. No ano de 2023, especificamente, foram realizadas campanhas conjuntas com outras forças de segurança visando orientar crianças, adolescente e famílias sobre prevenção. Tais campanhas totalizaram 26 eventos. Ademais, uma equipe de Agentes de Polícia Judiciária e Papiloscopistas, sob a organização da ASCOM, realizaram atendimentos todos os dias da semana, em várias praias dos municípios abrangidos, distribuindo materiais orientativos, realizando orientações, distribuindo pulseiras de identificação e confeccionando RGs para crianças e adolescentes, totalizando 11.562 pessoas atendidas e 1.375 RGs confeccionados.	ATINGIDA		SESP	Promoção dos Direitos

27	Prevenir o desaparecimento e aprimorar a busca e recuperação de crianças e adolescentes	Fiscalização e orientação em bares, boates, hotéis, pousadas, lan house e outros	Realizar 9 operações por ano	x	x	x	Realizadas orientações durante a operação verão	Quantidade de operações realizadas	3 finais de semanas completos em que as equipes especializadas realizaram orientações durante a Operação Verão no ano de 2023. Ocasão esta que os servidores disponibilizaram materiais e atenderam a população com o objetivo de prevenir o desaparecimento de crianças.	ATINGIDA		SESP	Promoção dos Direitos
		Implantar o alerta AMBER no Paraná. Trata-se de um sistema de divulgação de emergência em conjunto com ação voluntária entre forças policiais, meios de comunicação, agências de transportes, empresas de telefonia celular, concessionárias de pedágios, etc.	Implantar o alerta no Estado do Paraná, até 2023	x	x	x	Implantar o alerta AMBER no Paraná. Trata-se de um sistema de divulgação de emergência em conjunto com ação voluntária entre forças policiais, meios de comunicação, agências de transportes, empresas de telefonia celular, concessionárias de pedágios, etc.	Alerta implantado	Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria da Segurança Pública do Paraná.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Através do protocolo 21.523.566-1, a polícia civil solicitou junto ao Ministério da Justiça a inclusão do Estado do Paraná no projeto Alerta Amber, o qual teve anuência do Ministério da Justiça, do Secretário de Estado da Segurança Pública e também do Delegado Geral, devendo ser implementado nas próximas semanas, aguardando tão somente a assinatura do Delegado Geral para sua devida implementação.	SESP	Proteção e Defesa dos Direitos
		Manter o projeto de atualização e envelhecimento das fotografias de crianças ainda desaparecidas, com divulgação na mídia	Continuar com o projeto, atendendo 100% da demanda	x	x	x	Projeto continua sendo utilizado no Sicríd	Número de fotografias envelhecidas e divulgadas conforme demanda.	1 (João Rafael)	ATINGIDA	Importante ressaltar que as progressões de idade não são renovadas anualmente, existindo critérios para a sua renovação de acordo com faixa etárias. Assim, considerando que no ano de 2020 foram atualizadas praticamente todas as progressões, no ano passado não houve necessidade de novas atualizações, além da citada.	SESP	Proteção e Defesa dos Direitos
		Elaborar material de conscientização para combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Produzir material e disponibilizar no site para prefeituras municipais e público em geral anualmente	x	x	x	O Ministério do Turismo implementou um Código de Conduta com o objetivo de prevenir e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes na indústria do turismo. Além desse código, o projeto abrange materiais de conscientização sobre a temática, juntamente com um curso de Educação a Distância (EAD). Este curso foi amplamente divulgado nas redes sociais da SETU no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.	Materiais disponibilizados e divulgados.		PARCIALMENTE EXECUTADA	Embora o Código de Conduta do Ministério do Turismo tenha sido divulgado, não foi possível desenvolver materiais específicos para o Estado do Paraná no contexto do turismo devido ao breve período de existência desta secretaria. No entanto, é importante destacar que o Planejamento Estratégico da SETU inclui um eixo dedicado à Sustentabilidade e Turismo Responsável, qual poderá contemplar essa temática nos próximos anos.	SETU	Gestão da Política

28	Sensibilizar a cadeia produtiva do turismo sobre a temática do Turismo Responsável	Realizar palestras e/ou SEMIPInários sobre o tema Turismo Responsável, em parceria com grupos de Direitos Humanos	Realizar três palestras e/ou SEMIPInários anuais em parceria	x	x	x	A meta inicial de realizar três palestras ou SEMIPInários sobre o tema do Turismo Responsável foi superada, alcançando um total de 08 eventos realizados. Esse resultado reflete um desempenho eficaz na promoção da conscientização e educação para um Turismo Responsável. Destaca-se, especialmente, o comprometimento da SETU com o Turismo Responsável, evidenciado pelo fato de que essa temática é um eixo central em suas ações, conforme delineado no Plano Estratégico SETU 2023-2026. Além disso, vale ressaltar que o conceito de Turismo Responsável é abordado em praticamente todos os eventos nos quais a SETU está presente.	Número de palestras e/ou SEMIPInários realizadas por ano	8	ATINGIDA		SETU	Gestão da Política
		Apoiar tecnicamente campanhas de educação e prevenção a fim de diminuir a mortalidade de crianças e adolescentes decorrentes de acidentes de trânsito.	Apoiar ao menos 1 campanha por ano	x	x	x	Realizado contato em maio de 2023 com o Detran que informou sobre a ação do projeto Detranzinho, do Detran nas escolas.	Número de campanhas apoiadas		NÃO EXECUTADA	Não foi realizado ações diretas com o CEDCA, mas o órgão responsável mantém ações para o publico infanto juvenil.	CEDCA	Gestão da Política, Promoção de Direitos

							Realizado repasse de recursos para 05 deliberações fundo a fundo (FIA Estadual para FIA Municipal): 1ª Deliberação nº47/2022 Primeira Infância - para apoiar o Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 aos 6 anos de idade – Primeira Infância, este ano tivemos o pagamento a 75 municípios, totalizando R\$6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais); 2ª foi a Del. 80/2022 - CEDCA - para implementação do Projeto Parque Acessível para criança e adolescentes com deficiência - foram repassados R\$1.999.999,76 (Um milhão, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais, e setenta e seis centavos) a 88 municípios ; a 3ª Del. 78/2022 e 13/2023 - CEDCA - apoio a promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Intima - Foram repassados R\$4.065.000,00 (quatro milhões e sessenta e cinco mil reais) a 341 municípios; a 4ª Del. 03/2023 - CEDCA - Incentivo Benefício Eventual - exclusivamente para famílias Indígenas com crianças e adolescentes - recurso repassado a 38 municípios, totalizando o valor de R\$2.835.000,00 (dois milhões, e oitocentos e trinta e cinco mil reais); a 5ª Deliberação 04/2023 – CEDCA - Incentivo para Abordagem Social e Casas de Passagem destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, acompanhadas de suas famílias, prioritariamente indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná – 23 repasses, totalizando o valor de R\$ 3.488.568,00 (Três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais). O total de repasses de todas as deliberações foram 565, contemplando 370 municípios.	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
Realizar campanhas educativas de sensibilização e orientação para a não violência e divulgação dos canais de denúncia "181" e "Disque 100"	Fomentar ações que divulguem o canal denúncias por meio do disque 181, a fim de diminuir a subnotificação.	x	x	x	Foram elaborados e postados no instagram post no Carnaval sobre, violência contra criança e adolescente; trabalho infantil e importunação sexual, todas com a divulgação do canal de denúncia.	Número de Ações fomentadas.					
					Foram elaborados e postados	Percentual de campanhas realizadas.	100%				

Sensibilizar e mobilizar a população sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes, fortalecer e divulgar canais de denúncia, visando diminuir a subnotificação da violência contra crianças e adolescentes	Realizar 1 campanha anual	x	x	x	Foram realizadas 14 palestras e 5 visistas em escolas públicas.	Número de plataformas multimidiáticas. (redes sociais, televisão, rádio, canais de comunicação via celular, entre outros)	redes sociais	ATINGIDA		SEDEF/SESP- resposta Sedef	Gestão da Política
						Quantidades de materiais disponibilizados (impressos ou digitais)	material digital				
		x	x	x		Percentual de campanhas realizadas.	01 campanha				
					Número de plataformas multimidiáticas. (redes sociais, televisão, rádio, canais de comunicação via celular, entre outros)	2 Instagram @disquedenuncia181 e Facebook www.facebook.com/disquedenunciapr.	Foram disponibilizados mais de 1.500 panfletos contendo informações referentes ao crime de violência contra crianças e adolescentes.	SESP/SEDEF - resposta SESP	Gestão da Política		
					Quantidades de materiais disponibilizados (impressos ou digitais)						
	Campanhas de prevenção e educação realizadas pelo Dedetran e BPTran, a fim de diminuir a mortalidade de crianças e adolescentes decorrente de acidentes de trânsito.	Realização de uma campanha por ano Redução de mortes de crianças e adolescentes em acidentes de trânsito em 5%	x	x	x	Projeto BPTran nas Escolas de março a novembro de 2023. Participação em conjunto com o DETRAN do Projeto Detranzinho, de fevereiro a junho de 2023. Palestras em escolas e empresas voltadas ao ensino médio ou futuros condutores. Blitz educativa em escola, para adolescentes. Ações do Maio Amarelo, Semana do Trânsito em Setembro, Dias do Motorista, Ciclista, etc. com informações para diminuição da mortalidade no trânsito.	Número de campanhas realizadas	14 palestras realizadas DEDETRAN BPTRAN: - BPTran nas escolas - 36 escolas com 2306 crianças atendidas - Detranzinho - aproximadamente 600 crianças atendidas - Palestras em escolas e empresas ensino médio e futuros condutores - 5 locais, aproximadamente 200 pessoas atendidas - Blitz educativa em escola, para adolescentes - 150 adolescentes atendidos	ATINGIDA		SESP
				Percentual de redução de número de mortes de crianças e adolescentes em acidentes de trânsito em relação ao ano anterior	2 óbitos de adolescentes em 2023. Redução de 50% em relação a 2022						

[illegible]

EIXO 3 - DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA														
EIXO	Nº	OBJETIVO	AÇÕES	METAS	EXECUÇÃO			MENSURAÇÃO DA META - 2023	INDICADOR	MENSURAÇÃO DO INDICADOR 2023	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA - PARCIALMENTE OU NÃO EXECUTADA	RESPONSÁVEL	EIXO DIRETRIZES NACIONAIS
					2021	2022	2023							
	1	Criar espaços humanizados dentro das unidades penais, adequados à visita dos filhos aos pais/mães encarcerados	Elaboração de projeto para construção de novos espaços e/ou adequação dos existentes nas unidades penais	Adequação dos espaços em todas as unidades femininas	x	x	x	Todas as unidades penais custodiadas por este DEPPEN, possuem espaço para realização de visitas de menores de 18 anos.	Número de espaços adequados	36 unidades penais.	ATINGIDA		SESP	Gestão da Política
				Construção de no mínimo 6 novas unidades prisionais com espaço adequado para visita	x	x	x	Durante o ano de 2022, foram concluídas e entregues 4 (quatro) Unidades Prisionais. Penitenciária Estadual de Londrina III Penitenciária Estadual de Guaíra Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu IV Penitenciária Estadual de Ponta Grossa US II - Ludeval de Santos Ribas	Número de unidades prisionais construídas		PARCIALMENTE EXECUTADA	Está em fase de construção 02 novas Unidades Penal dentro do Complexo Penitenciário	SESP	Gestão da Política
2		Estruturar equipamentos e apoiar a oferta e a organização de ações, projetos, programas e serviços que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes e o desenvolvimento de ações de protagonismo	Assessorar tecnicamente e apoiar as equipes volantes para atendimento das crianças e adolescentes e suas famílias residentes em comunidades tradicionais, indígenas e rurais	Assessorar 100% dos municípios com Equipe Volante implantadas (40 municípios. Fonte: Relatório de Informações Sociais).	x	x	x	Repasse do Piso Paranaense de Assistência Social I – para 18 municípios dos 39 com Equipe Volante implantadas (dados Censo CRAS 2023), e cobertura de assessoramento pelos Núcleos Regionais, com acompanhamento da DPSB, a todos os 39 municípios.	Percentual de municípios com Equipe Volante assessorados.	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
			Ofertar capacitação aos municípios sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	100% dos municípios contemplados com vagas nas capacitações em três anos. (399 municípios)	x	x	x	Foram realizadas capacitações aos municípios por meio dos eventos SEDEF nos municípios	Percentual de municípios com vagas ofertadas em capacitação	12 capacitações	PARCIALMENTE EXECUTADA	Foram realizados capacitações macrorregionais, porém não atendemos 100% dos municípios	SEDEF	Gestão da Política
			Realizar o apoio técnico e financeiro ao Programa de Protagonismo do Adolescente	Efetivar o pagamento de bolsas auxílio à 500 adolescentes vinculados a programas sociais	x	x	x	853 adolescentes e jovens, totalizando o valor de R\$ 2.354.976,00 e 5.078 bolsas pagas. Além do acompanhamento e pagamento de bolsas até o mês de outubro/23	Percentual de Adolescentes que recebem a bolsa auxílio.	170,00%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
			Cofinanciar aos municípios de serviços, programas e projetos que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários dos adolescentes	Ofertar o Cofinanciamento para os 399 Municípios	x	x		repasses de incentivos e pisos a 387 municípios com recurso disponível à meta	Percentual de municípios cofinanciados	96%		Estão previstos para 2024 atingir a meta de cobertura dos 399 municípios, por meio do Piso Único de Assistência Social.	SEDEF	Gestão da Política
			Cofinanciar para implantação e implementação de equipamentos/unidades	Construir 36 unidades de CRAS	x	x		Viabilizada a construção de 36 unidades	Percentual de unidades construídas	100%		Ação vem sendo executada, mas os procedimentos de construção exigem várias etapas, e ainda situações de terreno e documentação do municípios provocam um processo mais moroso. 24 unidades foram construídas, e em 2023 foi realizado repasse fundo a fundo para otimizar o processo de construção dos equipamentos que estavam pendentes.	SEDEF	Gestão da Política

		Monitorar e assessorar tecnicamente os municípios na execução dos serviços, ações, programas e projetos que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes	100% dos municípios com assessoramento (399 municípios)	x	x	x	Assessoramento realizado nos 399 municípios pela DPSB e Núcleos Regionais por meio de informações técnicas, contatos telefônicos e eletrônicos, reuniões remotas e presencial, visitas técnicas, dentre outros.	Percentual de municípios assessorados	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
3	Garantir a convivência familiar de crianças e adolescentes em internação hospitalar	Elaborar estratégias de apoio às instituições hospitalares, visando a garantia do previsto no Artigo 12 do Estatuto	Duas estratégias anuais definidas, incluindo cofinanciamento, apoio técnico e consultoria.	x	x	x	Durante as capacitações com profissionais de saúde são trabalhadas as políticas de humanização como garantia de direitos. Nas avaliações da IHAC um dos pontos avaliados é justamente a permissão da entrada e permanência do acompanhante para a puérpera e para o bebê. Política Nacional de Humanização/2003 - Visita Aberta e Direito à Acompanhante: com objetivo de ampliar o acesso dos visitantes às unidades de internação, de forma a garantir o elo entre o paciente, sua rede social e os diversos serviços da rede de saúde, mantendo latente o projeto de vida do paciente. Lei Federal 11.108/2005, conhecida como Lei do Acompanhante: garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), seja da rede própria ou conveniada. Tratamento Fora de Domicílio - TFD (Portaria SAS/MS nº 55/99) é um instrumento legal que visa garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem quando esgotado todos os meios de atendimento. São custeadas as despesas relativas a transporte, alimentação e hospedagem do paciente e/ou acompanhante enquanto durar o tratamento nas Casas de Apoio: espaços de acolhimento gratuitos e particulares.	Percentual de estratégias definidas	100,00%	ATINGIDA		SESA	Gestão da Política, Promoção de Direitos

4	Garantir o direito de acompanhante à parturiente no pré-parto, parto e puerpério, nos hospitais contratualizados para atendimento à Linha de Cuidado Materno-Infantil do Paraná	Implantar o Incentivo Financeiro de Qualidade ao Parto (IQP) para os hospitais de referência contratualizados na Rede de Atenção Materno-Infantil do Paraná, incluindo como critério de contratualização o cumprimento da Lei nº 11108 de 7 de abril de 2005	100% dos hospitais contratualizados na Linha de Cuidado Materno-Infantil do Paraná, recebendo IQP. Verificação com base no total de contratualizações anuais.	x	x	x	- Realizada divulgação do Edital de Chamamento Público 033/2022 com novos recursos para Hospitais de risco habitual e intermediário; - 12 Hospitais realizaram credenciamento ao novo Edital nº33/2022 da Estratégia de Qualificação do Parto (EQP); - Aplicado novo instrumento de monitoramento dos hospitais da EQP.	Percentual de hospitais contratualizados recebendo IQP.	46%	PARCIALMENTE EXECUTADA	O Edital de chamamento público possui validade de 5 anos, durante esse período os hospitais que realizam atendimento às gestantes e crianças do Estado podem solicitar o credenciamento. Fica a critério dos serviços realizar a solicitação de credenciamento, porém, é necessário atender critérios de qualidade.	SESA	Gestão da Política, Promoção de Direitos
5	Proporcionar exames de investigação de paternidade (polimorfismos de ácido desoxirribonucleico - DNA), sem custo, para os beneficiários da justiça gratuita	Ofertar exames de polimorfismos de DNA e investigação de paternidade, pelo Laboratório da Universidade Estadual de Londrina.	Elaboração dos fluxos dos processos. (Plano de Trabalho)	x				Fluxos de processos elaborados.				SEDEF	Promoção de Direitos
			Realização de 100% da demanda até o limite orçamentário.	x	x	x	TED formalizada em novembro de 2023.	Percentual de exames de DNA – investigação de paternidade – que serão realizados.	0	NÃO EXECUTADA	Estas metas foram projetadas de acordo com as ações em parceria com SESP/UEL (DNA paternidade). Portanto, o cumprimento desta meta, implica na execução daqueles órgãos, restringindo-se a responsabilidade da SEDEF a formalização do Termo de Cooperação Técnica-Financeira e ao monitoramento das ações realizadas. Nesse contexto, considerando que o Termo de Cooperação com a UEL, no valor de R\$ 1.046.084,04, foi formalizado apenas no mês de novembro/2023, não houve tempo hábil para a realização das metas previstas. O principal motivo da morosidade foi a dificuldade da UEL em conseguir os orçamentos dos itens, os quais instruem o processo da TED e ainda, a mudança no processo de formalização, que passou da então MCO - Movimentação de Crédito Orçamentário para a TED.	SEDEF	Promoção de Direitos

							1. Realização de live, aberta às redes de proteção, sobre "Acolhimento Familiar: estratégias para implementação do serviço em Municípios de pequeno porte" com o objetivo de fomentar a implantação de serviços de acolhimento familiar em Municípios de pequeno porte, como modalidade preferencial, a fim de assegurar o direito fundamental da criança e do adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, na forma do artigo 19 c/c artigo 34, § 1º, da Lei nº 8.069/90 – ECA, com apresentação de estratégias para implementação do Serviço de Acolhimento Familiar. 2. Envio às Promotorias de Justiça de entrância intermediária e final, versão física do "Guia de Acolhimento Familiar (Orientações para implementação de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora)", material recebido do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O objetivo do guia é apoiar e orientar municípios, estados, organizações e profissionais interessados na ampliação e na execução do acolhimento familiar no Brasil. 3. Fomento e apoio às inspeções periódicas dos serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças e adolescentes, pelas Promotorias de Justiça, em atendimento ao contido na Resolução nº 71 de 15 de junho de 2011 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Na referida Resolução consta Roteiro de Inspeção que contempla questões relativas ao fortalecimento da autonomia de adolescentes que não possuem perspectivas de reintegração familiar, possibilitando que as Promotorias de Justiça verifiquem se ações voltadas à possibilitar autonomia dos adolescentes estão sendo executadas e /ou encaminhadas pelo serviço de acolhimento institucional.	Percentual de situações monitoradas	Realização de 1 (uma) live com o tema: "Acolhimento Familiar: estratégias para implementação do serviço em Municípios de pequeno porte". Link Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=6kdG73MKms0 (1,2 mil visualizações em 2023) Envio de 60 (sessenta) exemplares do "Guia de Acolhimento Familiar (Orientações para implementação de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora)" para as Promotorias de Justiça; Fomento e apoio à realização de 279 inspeções nos serviços de acolhimento institucional e 122 inspeções nos serviços de acolhimento familiar para crianças e adolescentes no Estado do Paraná, pelas Promotorias de Justiça (equivalente a 100% dos serviços existentes) no ano de 2.023.	ATINGIDA	A meta disposta diz respeito ao monitoramento de 100% das situações de acolhimento institucional, referente aos adolescentes sem possibilidade de reinserção familiar, em relação à aquisição da autonomia pessoal dos acolhidos. No que diz respeito ao alcance das atribuições do CAOPCAE, que não é órgão de execução, foram realizadas ações de formação dos Promotores de Justiça sobre o tema do acolhimento institucional e familiar. Até o momento não há sistema que possibilite o monitoramento das situações de acolhimento institucional e familiar de adolescentes sem possibilidade de reinserção familiar.	TJPR, MPPIR	Promoção dos Direitos, Gestão da Política
--	--	--	--	--	--	--	--	-------------------------------------	---	----------	---	-------------	---

6	Reordenar os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes			x	x	x	Monitoradas todas as situações de acolhimento do Estado do Paraná, por meio de audiências concentradas periódicas realizadas pelos Juízos da Infância e da Juventude.	Percentual de situações monitoradas	100%	ATINGIDA		TJPR, MPPR (respondida pelo TJPR)	Promoção dos Direitos, Gestão da Política
		Assessorar e capacitar municípios para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, da excepcionalidade e qualificação da medida protetiva de acolhimento	Ofertar capacitação e assessoria para 100% dos municípios que possuem Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar (200 municípios com acolhimento institucional e 102 municípios com acolhimento familiar. Fonte: CadSuas em maio/2021)	x	x	x	Os municípios são assessorados pelos NRs e IARAS e pela sede por meio de reuniões, visitas, capacitações e elaborações de documentos técnicos.	Número de capacitações e assessorias realizadas	12	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
								Percentual de municípios com oferta de capacitação	100%				
		Assessorar e capacitar os órgãos responsáveis para implantação e ou ampliação dos programas de acolhimento familiar	Assessorar e ofertar capacitação a 100% dos municípios com Acolhimento Familiar. (102 municípios. Fonte: CadSuas em maio/2021)	x	x	x	Os municípios são assessorados pelos NRs e IARAS e pela sede por meio de reuniões, visitas, capacitações e elaborações de documentos técnicos. Também foi entregue aos municípios a Coletânea "Guia de Acolhimento Familiar" que aborda orientações para implementação de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora, produzida pelo Governo Federal.	Percentual de municípios com oferta de capacitação e de assessoria.	100%	ATINGIDA		SEDEF	Promoção de Direitos, Gestão da Política
		Ofertar cofinanciamento para o reordenamento dos serviços de acolhimento nos municípios prioritários, conforme diretrizes do CNAS	Ofertar cofinanciamento a 100% dos municípios que aderiram ao cofinanciamento. (99 municípios aderiram ao PPAS IV. Fonte: SIFF/SISTAG)	x	x	x	Oferta de cofinanciamento para 100% dos municípios elegíveis do PPAS IV (recursos FEAS)	Percentual de municípios ofertados	100%	ATINGIDA		SEDEF	Promoção dos Direitos, Gestão da Política
		Ofertar incentivo financeiro para o aprimoramento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, como foco na reintegração familiar de crianças e na construção de autonomia dos adolescentes	Ofertar incentivo financeiro para 100% das Organizações da Sociedade Civil - OSC que prestam serviços de acolhimento institucional e familiar que estejam dentro das normativas (96 serviços de acolhimento executadas por instituições registradas no CadSuas. Fonte: CadSUAS em março/2021).	x	x		Ofertado incentivo aos municípios e não diretamente a OSC. Incentivos ainda em execução em alguns municípios e recursos continuados para 99 municípios.	Percentual de instituições elegíveis em relação ao número de instituições de acolhimento registradas no Cad SUAS.	A meta se refere a OSC porém tem indicador incompatível referente ao percentual de município que foram ofertados o incentivo financeiro			SEDEF	Promoção dos Direitos
								Percentual de municípios a que foram ofertados o incentivo financeiro	Oferta a 100% dos municípios				
		Caracterizar e avaliar a estrutura e dinâmica de funcionamento das Unidades de Acolhimento disponíveis no Censo SUAS	Elaborar um relatório a cada dois anos		x		Em 2023, elaborado o Relatório de Monitoramento dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças, Adolescentes e Jovens do Estado do Paraná 2023 com base no Censo SUAS 2022	Número de relatórios elaborados e apresentados no CEDCA/PR	Elaborado relatório 1 relatório que será apresentado ao CEDCA em 2024		Elaborado relatório 1 relatório que será apresentado ao CEDCA em 2024	SEDEF	Gestão da Política

			Estimular a primazia da aplicação da medida protetiva de acolhimento familiar em detrimento da medida protetiva de acolhimento institucional, em especial o monitoramento e acompanhamento dos prazos previstos pela Lei 12010/2009	Realização de no mínimo um SEMIPInário e/ou Encontro de magistrados por metodologias digitais ou presenciais	x	x	x	Realizado um encontro de magistrados e magistradas da Infância e Juventude, em outubro/2023, no Município de Guaratuba, com a presença de aproximadamente 40 magistrados e magistradas e 10 autoridades.	Percentual de encontros/SEMIPInários realizados	100%	ATINGIDA		TJPR	Gestão da Política
			Fiscalizar e acompanhar as instituições que executam a medida protetiva de acolhimento institucional e de acolhimento familiar quanto às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e Orientações Técnicas, visando garantir a proteção integral da criança e do adolescente e a superação do modelo assistencialista institucional	Desenvolver pelo menos um projeto de atenção e incentivo ao acolhimento familiar em detrimento ao acolhimento institucional por ano	x	x	x	Apoio na realização do 2º Encontro do Sistema de Justiça: a prioridade do acolhimento familiar, organizado pelo CNJ, mediante divulgação e participação de representantes de magistrados/as e de servidores/as do TJPR. Participação na Oficina do CNJ sobre a Primeira Infância, quando a primazia do Acolhimento Familiar foi inserida como meta nacional.	Percentual de projetos desenvolvidos	100%	ATINGIDA		TJPR	Promoção dos Direitos
				Fiscalizar e acompanhar 100% dos serviços de acolhimento que executam a medida protetiva de acolhimento institucional e de acolhimento familiar.	x	x	x	Todos os magistrados e magistradas foram orientados a fiscalizar e acompanhar os serviços de acolhimento de suas Comarcas, por meio de visitas e inspeções aos serviços. Vale destacar que foram incluídos no Código de Normas do Foro Judicial do TJPR os art. 514 e 515, que versam sobre a obrigatoriedade de realização de tais inspeções.	Porcentagem dos serviços de acolhimento monitorados e orientados.	100%	ATINGIDA		TJPR	Promoção dos Direitos
7	Sensibilizar a população para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes	Elaborar projetos que visem a ações para o estímulo da adoção exercida legalmente, conforme art13, parágrafo único do Estatuto	Realizar pelo menos um projeto ou ação por ano em cada uma das 161 unidades jurisdicional especializada em infância e juventude. (161 Comarcas - Fonte TJ-2021)	x	x	x	a)Encontro Nacional de Preparação para a Adoção: 02 edições, abrangendo todas as Comarcas, com total de 1129 participantes (primeiro semestre) e 1322 (segundo semestre); b) Realização da V Semana da Adoção, maio/2023, com atividades em 12 Comarcas; c) Realização da VII Semana da Criança do TJPR, outubro/2023, sendo executados projetos sobre o tema em 14 Comarcas; d)Apoio ao Projeto Vidas que se Encontram, de incentivo às adoções necessárias; e)Divulgação do aplicativo A. dot, de busca ativa de crianças e de adolescentes aptos à adoção.	Percentual de projetos e ações realizadas	100%	ATINGIDA		TJPR	Promoção dos Direitos	

EIXO 4 - DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER														
EIXO	Nº	OBJETIVO	AÇÕES	METAS	EXECUÇÃO			MENSURAÇÃO DA META - 2023	INDICADOR	MENSURAÇÃO DO INDICADOR 2023	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA - PARCIALMENTE OU NÃO EXECUTADA	RESPONSÁVEL	EIXO DIRETRIZES NACIONAIS
					2021	2022	2023							
	1	Ampliar e implementar espaços de referência para adolescentes e suas famílias	Assessorar os municípios em que há espaços em funcionamento ou em fase de implementação.	Assessorar 100% dos municípios em que há espaços em funcionamento ou em fase de implantação (28 municípios com Centros da Juventude. Fonte: DPSB/SEJUF)	x	x	x	Assessoramento realizado pelas Núcleos Regionais e pela equipe da Juventude por meio de informações técnicas, contatos telefônicos e eletrônicos, reuniões, visitas técnicas, dentre outros	Percentual de municípios assessorados	100%	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
			Capacitar os municípios em que há espaços em funcionamento.	Ofertar capacitação para 100% dos municípios em que há espaços em funcionamento (28 municípios. Fonte: DPSB/SEJUF)	x	x	x	O acompanhamento do CJ passou para a Assessoria Técnica da Juventude	Percentual de municípios com vagas ofertadas em capacitação	100%	ATINGIDA	SEMIPIatório realizado pela equipe da CJ/DPSB	SEDEF	Gestão da Política
			Cofinanciar ações de organizações governamentais e não governamentais que oportunizem o acesso de crianças e adolescentes à prática de atividade física nas três manifestações esportivas (educacional, rendimento e participação), por meio da implantação e implementação de projetos	Cofinanciar pelo menos 5 programas/projetos de organizações governamentais e pelo menos 5 não governamentais anualmente			x	A SEES tem implantada através de cooperação técnica em suas instalações oito projetos que atendem crianças e adolescentes, sendo eles Federação Paranaense de Tenis, Associação de Ginástica Rítmica, Instituto Compartilhar de Voleibol, Rugby VOR, Maestro da Bola, Escola de Futebol Nilo, Federação Paranaense de Golf 7.	Número de instituições conveniadas	8	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos, Gestão da Política
			Delinear as possibilidades de Gestão Compartilhada do Público Estratégico envolvido no esporte, do Sistema Esportivo Estadual, que atuará junto às crianças e adolescentes paranaenses	Iniciar a construção do pilar da Gestão Compartilhada do Sistema Esportivo Estadual, por meio de assinatura de Termo de Cooperação Técnica da PARANÁ ESPORTE/SEED com a Universidade Federal do Paraná-UFPR.			x	O Sistema Esportivo do Estado do Paraná vem sendo desenvolvido através de estudo realizado juntamente com a UFPR por intermédio de cooperação técnica e financeira, onde através desse esforço conjunto foi aprovada a lei 21.405/2023, sancionada pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior. A lei também instituiu o Sistema Esportivo Estadual, destinado à articulação, promoção e gestão integrada e participativa das políticas públicas de esporte.	Termo de Cooperação Técnica PARANÁ ESPORTE/SEED com a Universidade Federal do Paraná-UFPR assinado.	Termo de Cooperação aprovado e assinado em 27 de julho de 2023 entre a Paraná Esporte e SEES juntamente com a UFPR	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos, Gestão da Política
				Impressão de 5000 cadernos da Gestão Compartilhada			x	Os cadernos estão sendo estruturados e organizados através de parceria com a UFPR, sendo que os mesmos passaram pela ultima revisão e estão em processo de impressão, onde esses tratam da atualização da Política de Esporte do Estado do Paraná, Lei Geral do Esporte, Sistema Esportivo e Fundo Esportivo, sendo as crianças e adolescentes referenciados nesses documentos.	Número de cadernos impressos	ainda sem impressão	PARCIALMENTE EXECUTADA	Aguardando as ultimas correções de formatação que foram sugeridas para posterior encaminhamento para impressão	ESPORTE	Promoção de Direitos, Gestão da Política

3	Difundir atividades artísticas para crianças e adolescentes	Apresentação de espetáculos artísticos gratuitos para crianças e adolescentes, nos equipamentos culturais estaduais e municípios que receberem os programas da SECC	Atingir um público anual estimado em 10.000 espectadores	x	x	x	O público com menos de 18 anos atingido pelos projetos do PROFICE com espetáculos e ações gratuitas realizadas no ano de 2023 é de 143.897	Número de espectadores	143.897	ATINGIDA		SECC	Promoção de Direito
		Apresentações gratuitas da Orquestra Sinfônica do Paraná para crianças e adolescentes	Atingir um público anual estimado em 10.000 espectadores	x	x	x	Público de crianças e adolescentes em espetáculos da Orquestra Sinfônica do Paraná (CCTG) atingiu 10.561, em espetáculos gratuitos no ano de 2023	Número de espectadores	10.561	ATINGIDA		SECC	Promoção de Direitos
4	Disponibilizar formação contínua aos profissionais de educação da rede pública estadual	Realização de formação inicial e continuada para todos os profissionais da educação da rede pública estadual de ensino e conveniadas, de forma presencial e a distância, em todos os níveis, modalidades e especificidades educacionais, contemplando os sujeitos da diversidade, incluindo conteúdos afetos aos direitos humanos de crianças e adolescentes	100% dos profissionais da Educação dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, formados de forma gradativa, sendo 10% ao ano	x	x	x	* Oferta de um número maior de temas possibilitando mais opções para inscrição; * Abertura de mais vagas para a participação na formação; * Atendimento especializado para pessoa com necessidade especial.	Percentual de profissionais atendidos nas formações	Considerando como meta a participação de 30% da dos profissionais da educação, em 2023 obteve-se 54% (37.499) dos profissionais participaram e concluíram ao menos um trimestre de formação continuada ao longo de 2023.	ATINGIDA	****	SEED	Gestão da Política
5	Disponibilizar material de apoio didático para atendimento às necessidades educacionais	Planejamento orçamentário da SEED para disponibilização de material de apoio didático, priorizando conteúdos relativos ao Estatuto, ao enfrentamento às violências, preconceito, discriminação, deficiências e prevenção ao uso de substâncias psicoativas	Disponibilização on-line de material para 100% da rede estadual	x	x	x	2100 Guias de Orientação às situações de violências no ambiente escolar	Número de materiais disponibilizados	100%	ATINGIDA	Disponibilização via sistema on-line.	SEED	Gestão da Política
		Distribuição de material de apoio didático impresso para compor o acervo bibliográfico para 100% das escolas da rede estadual de ensino, de forma gradativa		x	x	x	2100 Guias de Orientação às situações de violências no ambiente escolar. Elaboração da cartilha educacional "Racismo e Injúria Racial. Materiais de estudo construídos para as Equipes Multidisciplinares e publicados no portal da SEED	Número de escolas que receberam material	100%.	ATINGIDA	Material construído e disponibilizado via on-line.	SEED	Gestão da Política
6	Expandir a oferta de ampliação da jornada escolar na Educação Básica por meio de organização curricular disciplinar, considerando a legislação estadual vigente	Manutenção da oferta de funcionamento da Atividade Complementar de Reforço Escolar e sala de Recursos Multifuncionais no contraturno.	Atendimento das crianças e adolescentes que apresentam defasagem na aprendizagem e/ou deficiências em 100% das escolas que ofertam ampliação da jornada escolar e salas multifuncionais	x	x	x	O Programa Mais Aprendizagem foi implementado em 1.266 escolas. Abrangendo 4.465 turmas, abrangendo escolas dos 32 Núcleos Regionais de Educação. Além disso, temos 409 escolas que oferecem ensino em período integral.	Percentual de escolas com atividades complementar de reforço escolar e recursos multifuncionais no contraturno.	100%	ATINGIDA	****	SEED	Promoção de Direitos
		Manutenção e expansão de programas visando à ampliação da jornada escolar	Atendimento de 100 % das unidades escolares com oferta de atividades curriculares de contraturno	x	x	x	1664 escolas na rede - algumas ofertam mais de um programa.	Percentual de escolas com atividades ofertadas	80%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Temos escolas da rede que não ofertam programas no contraturno por serem Escolas de Tempo Integral e/ou por não disponibilizarem de espaço físico para as atividades e/ou não ter disponibilidade de professores da área e/ou por serem escolas de único turno de funcionamento.	SEED	Promoção de Direitos

		Oferta de atividades pedagógicas articuladas ao currículo da base nacional comum, organizadas didaticamente no Projeto Político Pedagógico e regulamentadas no Regimento Escolar como forma de ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas	Ampliação em 100% do número de escolas que oferecem Educação em Tempo Integral em Turno Único	x	x	x	100% Meta: ampliar a oferta da Educação em Tempo Integral para 400 Instituições de Ensino.	Número de escolas que oferecem Educação em Tempo Integral em Turno Único	100%	ATINGIDA	***	SEED	Promoção de Direitos
7	Fomentar ações de educação para o turismo, com especial atenção para a criança e o adolescente e com vistas à inserção social	Inserir o tema turismo no ambiente escolar	Implementar 2 programas Parque Escola	x	x	x	A implementação do Programa Parque Escola não está sob competência da SETU, mas sim do Instituto Água e Terra. Portanto, a meta interposta não foi realizada conforme planejado quando da elaboração desta. No entanto, é importante ressaltar que a SETU realizou uma ação alternativa para inserir o tema do turismo no ambiente escolar por meio do Projeto Turismo na Escola, o qual já está em fase de execução. Nesse projeto, a primeira ação, que serviu como um projeto piloto, foi realizada em parceria com a IGR Vales do Iguaçu. Durante essa iniciativa, 60 professores de 12 cidades da região turística foram capacitados. Além disso, foi elaborada uma cartilha intitulada "Turismo na Escola" com o objetivo de promover o conhecimento sobre o conceito de Turismo e os diversos Segmentos Turísticos.	Quantidade de parques que aderiram ao programa Parque-Escola	12	PARCIALMENTE EXECUTADA	A implementação do Programa Parque Escola não está sob competência da SETU, mas sim do Instituto Água e Terra. Devido ao curto período de existência desta secretaria, que foi apenas durante o último ano, não foi possível atingir a meta estabelecida, dada a significativa fase de estruturação enfrentada por este órgão. No entanto, é importante destacar que atualmente a SETU está com um Termo de Cooperação em andamento com o IAT para a realização de ações conjuntas, como esta.	SETU	Promoção de Direitos
8	Fomentar a efetivação da Lei no 12796/2013, que garante o atendimento de 100% das crianças na Educação Infantil	Estabelecer parceria com Conselhos de Educação para monitorar o cumprimento da lei	Realizar 1 reunião anual entre CEDCA e o CEE	x	x	x	Foi realizada reunião com o CEE em nov/22 e em Fevereiro de 2023 houve apresentação de um ofício resposta da SEED sobre o assunto, no entanto não obteve-se os dados solicitados, sendo necessário enviar um ofício para a UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná). O CEDCA não obteve resposta do ofício enviado para UNDIME e no ano de 2024 dará prosseguimento a pauta novamente.	Número de reuniões realizadas		PARCIALMENTE EXECUTADA	Não sendo possível obter informações apenas com o CEE sobre o tem, foi necessário oficiar a SEED e a UNDIME. No entanto o CEDCA ainda não recebeu as informações necessárias, deste modo a pauta continuará a ser acompanhada em 2024 e fará interface com a Política pela Primeira Infância.	CEDCA	Gestão da Política
9	Fomentar atividades artísticas para crianças e adolescentes	Abertura de editais do PROFICE: circulação de espetáculos contemplando todas as linguagens artísticas	Atingir 30% dos municípios do Estado do Paraná	x	x	x	150 municípios atingidos com o edital da 4ª edição do PROFICE no ano de 2023	Percentual de municípios atingidos	37,59%	ATINGIDA		SECC	Promoção de Direitos

10	Garantir espaços físicos escolares adequados às necessidades educacionais e ampliar o número de equipamentos e mobiliários	Ampliação gradativa das condições de acessibilidade e segurança das escolas da rede estadual de ensino	100% das escolas da rede estadual de ensino adequadas em relação à acessibilidade e segurança contra incêndio, sendo 320 escolas ao ano	x	x	x	Metas: Atendimento de 100% das edificações escolares estaduais com as medidas de proteção e combate a incêndios e a desastres para obtenção de Certificado de Conformidade - CC, nos termos das legislações do Programa Brigadas Escolares	Número de escolas com acessibilidade e segurança contra Incêndio	100% Utilização do sistema SISBRIGADAS para gerenciamento e emissão dos Certificados de Conformidade emitidos pelo Programa Brigadas Escolares	PARCIALMENTE EXECUTADA	Quanto ao Certificado Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros do Paraná - CLCB, informamos que 208 estão licenciadas pelas normativas do Corpo de Bombeiros, com a projeção de regularização de, no mínimo, 2% , anualmente, do total de estabelecimentos de ensino estaduais por Núcleo Regional de Educação.	SEED	Gestão da Política
		Construir, ampliar e recuperar ambientes escolares de acordo com a legislação vigente com priorização de instituições de ensino que ofertam a educação em tempo integral quanto a equipamentos, mobiliários e obras de engenharia	Adequação da estrutura física de 100% das unidades escolares que ofertarem a educação em tempo integral, sendo 50% até 2018 e o restante até 2023	x	x	x	Essa SEED efetiva conjuntamente com o Instituto FUNDEPAR, o planejamento da construção de novas unidades escolares, parte dessas já planejadas exclusivamente para o atendimento da oferta da Educação em Tempo Integral.	Percentual de vagas ofertadas na Educação em Tempo Integral	10,5	ATINGIDA		SEED	Gestão da Política
		Promoção de adaptações arquitetônicas, aquisição de tecnologias assistivas e mobiliários adaptados, bem como das questões relativas à prevenção de situações de risco, emergência e segurança na escola	50% das escolas com melhorias de infraestrutura implementadas	x	x	x	Foram atingidas através do Programa Mais Bonita III e contratos licitados aproximadamente 1800 escolas. Os critérios para execução dos serviços estão disponíveis na Portaria 074/2023 - FUNDEPAR. Dentre os serviços executados estão substituição de telhas, troca de iluminação de emergência, construção de muros, troca de vidros, serviços de acessibilidade, construção de rampas e guarda corpo, além de manutenção em geral.	Percentual de escolas com estrutura física adequada	Conforme levantamento referente aos serviços de engenharia realizados nos últimos anos, nas instituições de ensino estaduais, verificamos que das 402 instituições de ensino com esse tipo de oferta, 268 receberam reformas ou melhorias. Cabe ainda informar que estão elencadas para receber reformas e melhorias 267 instituições de ensino. Tais números demonstram que algumas dessas instituições receberam verbas mais de uma vez, visando a adequação da estrutura física para a oferta da Educação em Tempo Integral.				
11	Garantir o direito à educação de crianças e adolescentes que necessitem de cuidados hospitalares	Ação integrada entre SEED e SESA na implantação e implementação do SAREH, identificando os estabelecimentos hospitalares que atendem crianças e adolescentes, com internação e sensibilizando estes hospitais para a implantação do serviço	Sensibilizar 100% dos hospitais identificados, para implantação do SAREH	x	x	x	Os Hospitais que atendem crianças e adolescentes fazem a solicitação para a oferta do SAREH. Foi formalizado em 2023 o Acordo de Cooperação com o Hospital Psiquiátrico do Vale do Ivaí. Atingida em 100% conforme a procura das Unidades interessadas no serviço	Percentual de escolas adaptadas	Continuação do Programa Escola Mais Bonita e novos processos Licitatórios em aproximadamente 1800 escolas	ATINGIDA	xxxxxx	SEED	Gestão da Política
								Percentual de hospitais identificados com SAREH implantado	Atualmente possuem parceria com a Seed para a oferta de escolarização no Sareh 17 Unidades Hospitalares.	ATINGIDA	*****	SEED	Promoção de Direitos, Gestão da Política

12	Implementar as ações previstas no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL)	Fomentar projetos de incentivo à leitura nas bibliotecas municipais e outros espaços	atingir 50% dos municípios do Estado	x	x	x	O PROFICE atendeu 62 municípios no ano de 2023 com projetos de ações de leitura.	Percentual de municípios atendidos	15,63%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Os projetos aprovados no PROFICE, ainda que contemple projeto voltados a Ações Educativas e de Incentivo a Leitura são projeto de menor custo e que circulam em um número menor de municípios. Não foram encontrados os dados se a Biblioteca Pública do Paraná realizou esta ação em 2023.	SECC	Promoção de Direitos
		Formação de agentes e mediadores de leitura	Ofertar ao menos um curso ao ano, buscando o maior números de municípios aderidos ao curso.	x	x	x	do PROFICE foi contemplado 1 projetos inscritos na categoria "Ações educativas, de formação e/ou qualificação" com 1 município atingido	Número de cursos de formação de incentivo à leitura aplicados nos municípios	1	ATINGIDA		SECC	Gestão da Política
							Percentual de municípios atingidos	0,25%					
13	Implementar as Diretrizes Nacionais e Estaduais para a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica do Estado do Paraná	Implementação das Diretrizes Estaduais para Educação em Direitos Humanos na Educação Básica do Estado do Paraná	Inclusão nos conteúdos curriculares da educação em direitos humanos, principalmente o ECA, no Estado do Paraná, em 100% das escolas públicas, de forma gradativa	x	x	x	100% Inserção da temática nas aulas do modo planejamento do Livro de Registro de Classe Online (LRCO) nos componentes de Língua Portuguesa e Redação e Leitura no 3º trimestre de 2023 para todas as séries do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio.	Número de ações que se configurem como educação em direitos humanos nos projetos pedagógicos das escolas pertencentes ao sistema estadual de educação	100%	ATINGIDA	Foram trabalhados os gêneros Causo, Carta de reclamação, Carta do Leitor, Notícia, Reportagem, infográfico, Leitura de artigo, lei, Projeto de lei, poema, além da produção de textos dissertativo-argumentativos sobre a temática.	SEED	Gestão da Política
								Número de escolas realizando ações de educação em direitos Humanos					
14	Monitorar e avaliar os projetos, programas e serviços que atendem às crianças e adolescentes no processo de escolarização, visando ao aprimoramento constante para a garantia da qualidade dos serviços ofertados	Criar critérios de avaliação e um instrumento específico para avaliar os projetos, programas e serviços que atendem às crianças e adolescentes no processo de escolarização	Aplicar o instrumento de avaliação em 100% dos projetos, programas e serviços que atendem às crianças e adolescentes no processo de escolarização	x	x	x	100% Realização de pesquisa sobre os programas, projetos e ações desenvolvidas pela SEED com diretores, professores, responsáveis e estudantes, com questões relacionadas.	Número de projetos, programas e serviços avaliados	Foram realizadas pesquisas voltadas aos programas e projetos pedagógicos, detre eles: tutria pedagógica, formação de professores, programas que utilizam recursos digitais e metodologias de ensino	ATINGIDA	***	SEED	Gestão da Política
		Capacitar profissionais de Educação Física e Esporte para atuar em programas e projetos do Estágio de Esporte para a vida toda e Readaptação no Estado do Paraná.	Atender 100% dos municípios paranaenses de até 30 mil habitantes	x	x	x	Foram capacitados integrantes de 46 municípios com até 30.000 habitantes através do processo de Capacitação dos Jogos de Integração dos Idosos	Percentual de municípios paranaenses de até 30 mil habitantes atendidos	Foram atendidos 14% dos 336 municípios que apresentam população com até 30.000 habitantes.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Não foi executada a totalidade de capacitações dos municípios com ate 30.000 habitantes, devido um grande numeros de situações intervinientes que impediram esta execução, ocorrendo essas imprevisibilidades desde a aprovação da resolução de repasse de recurso, sendo essas: a pandemia, processo eleitoral impedindo do atendimento ao municípios e também por questões de redirecionamento de ações inerentes à Secretaria de Estado do Esporte e Paraná Esporte	ESPORTE	Gestão da Política

15	Preparar profissionais para atuação em programas, projetos e atividades esportivas para crianças e adolescentes do Estado do Paraná		Capacitar até 150 (cento e cinquenta) profissionais de Educação Física e Esporte para atuar com lazer no Paraná	x	x	x	Selecionar em torno de 200 profissionais de esporte e educação física e estagiários para serem capacitados e atuarem em projetos de atividade de lazer e esportiva Paraná Esporte	Percentual de profissionais capacitados	Participaram 404 inscritos para a seleção de 200 profissionais de esporte e educação física e estagiários para serem capacitados e atuarem em projetos de atividade de lazer e esportiva Paraná Esporte	ATINGIDA		ESPORTE	Gestão da Política
		Propiciar aos gestores de políticas públicas de esporte destinadas às crianças e adolescentes dos municípios do Paraná, o desenvolvimento de competências de gestão, por meio da capacitação e aperfeiçoamento contínuos	Atender no mínimo 50% dos municípios paranaenses anualmente	x	x	x	Foram abertas vagas em programas de pós graduação junto a UEPG (300 vagas) e UEL (300 vagas) para gestores públicos e técnicos esportivos estaduais e municipais.	Percentual de municípios do Paraná atendidos	participaram 520 alunos nas pós graduações sendo que esse total contabilizou 56% de municípios atendidos.	ATINGIDA		ESPORTE	Gestão da Política
			Participação de no mínimo 1 representante por município paranaense anualmente	x	x	x	atendimento para gestores e profissionais do esporte através de curso de capacitação onde foram atendidos 1613 indivíduos em todas as 13 regionais do esporte conforme informação: https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?	Porcentagem de representantes atendidos por município	1613 indivíduos das 13 regiões esportivas do Estado, porém não foram atingidos os 399 municípios, porém, também entendemos ser essa metrica de mensuração equivocada.	PARCIALMENTE EXECUTADA	foram ofertadas vagas para todos os municípios, porém comoelas não são obrigatorias em alguns municípios ao gerado o interesse, ou mesmo a divulgação não foi suviciente para abarca-los.	ESPORTE	Gestão da Política
		Propiciar capacitação técnica para profissionais com atuação no esporte para aprendizagem e desenvolvimento esportivo	Produzir caderno técnico/pedagógico com a metodologia para aplicação das ações de esporte voltadas às crianças e adolescentes paranaenses até 2023			x	Os cadernos estão sendo estruturados e organizados através de parceria com a UFPR, sendo que os mesmos passaram pela ultima revisão e estão em processo de impressão, onde esses tratam da atualização da Política de Esporte do Estado do Paraná, Lei Geral do Esporte, Sistema Esportivo e Fundo Esportivo, sendo as crianças e adolescentes referenciados nesses documentos.	Caderno técnico/pedagógico produzido e entregue para mininamente os 150 profissionais capacitados.	Os materiais que estão sendo elaborados com abordagem ao sistema esportivo estadual e o mesmo explicita as ações aplicadas ao esporte paranaense e nesse materialtambém são identificadas as atividades para crianças e adolescentes.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Aguardando as ultimas correções de formatação que foram sugeridas para posterior encaminhamento para impressão	ESPORTE	Gestão da Política
16	Promover a evolução do esporte paranaense democratizando o acesso à prática esportiva de crianças e adolescentes, oportunizando seu desenvolvimento integral, obedecendo as fases de aprendizagem, fixação e aperfeiçoamento	Implantar modalidades esportivas nos municípios paranaenses	Atender anualmente pelo menos 10 mil crianças e adolescentes no Paraná	x	x	x	participação de crianças e adolescentes nos Jogos Oficiais do Paraná - Jogos Escolares	Número de crianças e adolescentes atendidos	os Jogos Escolares atenderam em 2023, 126.274 crianças e adolescentes	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos
	Promover o esporte como ferramenta educacional, através de competições	Realizar Jogos da Juventude do Paraná para seleções municipais referentes às Regiões Esportivas do Estado	Aumento (gradativo, de 2%) do número de municípios participantes anualmente	x	x	x	Quantificação da ampliação de 2% através do controle de participação de equipes municipais no eventos regionais e finais.	Percentual comparativo do número de municípios participantes de um ano para outro.	os Jogos Escolares atenderam em 2023, 369 municípios	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos
			Aumento gradativo de 2% do número de atletas participantes anualmente	x	x	x	Quantificação da ampliação de 2% através do controle de participação de equipes municipais no eventos regionais e finais.	Percentual comparativo do número de atletas participantes de um ano para outro.	Os jogos da juventude em 2023 teve a participação de 17.274 adolescentes	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos

17	ações de competições esportivas, que envolvam várias modalidades, dando oportunidade de participação a um maior número de crianças e adolescentes das várias regiões do Estado, propiciando o estímulo recíproco e o intercâmbio social	Realizar os Jogos Escolares do Paraná para Estabelecimentos de Ensino Público e Estabelecimentos de Ensino Privado que congreguem crianças, adolescentes e jovens nas regiões do Estado respectivas aos 32 Núcleos Regionais de Educação	Aumento (gradativo, de 2%) do número de alunos/atletas participantes anualmente	x	x	x	Quantificação da ampliação de 2% através do controle de participação de equipes municipais no eventos regionais e finais.	Percentual comparativo do número de alunos/atletas participantes de um ano para outro.	os Jogos Escolares atenderam em 2023, 109.037 crianças e adolescentes	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos
			Aumento (gradativo, de 2%) do número de estabelecimentos de Ensino Público e Ensino Privado participantes anualmente	x	x	x	Quantificação da ampliação de 2% através do controle de participação de escolas públicas e privadas no eventos regionais e finais.	Percentual comparativo do número de Estabelecimentos de Ensino Público e de Ensino Privado participantes de um ano para outro.	100,00%	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos
			Aumento de municípios participantes	x	x	x	Quantificação da ampliação de 2% através do controle de participação de equipes municipais no eventos regionais e finais.	Percentual comparativo do número de municípios participantes de um ano para outro.	os Jogos Escolares atenderam em 2023, 396 municípios	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos
18	Proporcionar formação artística e cultural para crianças e adolescentes	Ação educativa, visitas guiadas, oficinas de criação, atendimento especializado, mediação, sensibilização, interação e oficinas de arte-educação, nos museus pertencentes à SEEC e também nos municípios que receberam o programa de itinerância de acervos (feito por demanda), dirigidas às crianças e adolescentes das redes pública e privada de ensino	Atingir público de crianças e adolescentes, em no mínimo, 50% dos municípios do Estado que possuem museus e 40% daquelas contemplados com o Programa de Itinerância de Acervos.	x	x	x	Os Museus e espaços pertencentes à SEEC atingiram, somadas, um público estimado de 78.580 crianças e adolescentes em visitas guiadas, ações educativas, oficinas e mediações. Todos ocorreram em Curitiba. O projeto Cinema na Praça foi levado para 24 municípios no ano de 2023, com um público de aproximadamente 24.000	Número de municípios atingidos em relação ao número total daqueles que possuem museus	0	PARCIALMENTE EXECUTADA	Todas as unidades vinculadas a SEEC estão na capital e não foram encontrados dados sobre a itinerância de exposições da SEEC em museus de outros municípios no ano de 2023.	SECC	Promoção de Direitos
							Número de municípios atingidos em relação ao número total daqueles contemplados com o Programa de Itinerância de Acervos	0					
							Número de participantes	78.580					
		Realizar cursos de capacitação artística e cultural para atores do SGD	Realizar, no mínimo, um curso por ano.	x	x	x	Ação não realizada	Número de cursos realizados	0	NÃO EXECUTADA	Nos editais da SEEC não foi realizada uma nova edição do Bolsa Qualificação conforme havia sido previsto em 2022, e não houveram outras ações de formação ou qualificação realizados pela SEEC em 2023, desta forma não foi possível atingir a meta.	SECC	Promoção de Direitos
		Realizar cursos de formação artística e cultural para crianças e adolescentes	Realizar, no mínimo, um curso por ano	x	x	x	O Centro Juvenil de Artes Plásticas, unidade da SEEC, foram realizados 50 cursos, durante o ano de 2023, com um público de 760 alunos participantes/matriculados.	Número de cursos realizados	50	ATINGIDA		SECC	Promoção de Direitos
19	Realizar análise contínua de dados para diagnósticos da realidade escolar em todas as especificidades que se fizerem necessárias, por meio de um sistema de pesquisa permanente, on-line	Criação de um sistema de registro de dados – categoria, tipificação e outros – para captar ocorrências de violências e drogadição nas escolas, bem como outros dados referentes às necessidades que se fizerem prementes e, a partir de diagnósticos, realizar ações pedagógicas de prevenção ou enfrentamento.	Implantar o sistema de registro de dados	x	x	x	O sistema de registro existente, SERP, não atende as ocorrências de violências e drogadição, o que impossibilita a mensuração dos dados	Sistema de registros implantado	A DTI SEED está em fase inicial de tratativas para a criação do sistema de registro de dados, prevista para 2024	PARCIALMENTE EXECUTADA	Protótipo em fase inicial de construção	SEED	Gestão da Política

20	Sensibilização de crianças e adolescentes sobre cidadania e meio ambiente	Parceria com escolas e colégios para formação sobre direitos, deveres e conscientização da importância da preservação do meio ambiente, das responsabilidades sociais, de controle da criminalidade e da participação na segurança, com a finalidade da melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos	Continuidade do programa, atendendo 100% das demandas quando solicitado	x	x	x	ASCOM PCPR: ASCOM/DPC: Foram realizadas palestras de forma contínua e eventos do PCPR na Comunidade voltados para sensibilização de crianças e adolescentes sobre cidadania e meio ambiente. Foram confeccionados panfletos informativos, saquinhos de lixo descartáveis, jogos interativos para facilitar a comunicação e informação com o público. Foram 153 palestras, distribuídas em 22 municípios, atingindo um público de 30,8 mil estudantes, dentre as quais o tema meio ambiente e cidadania estavam incluídos. Além disso foram realizados 114 eventos do PCPR na Comunidade, nos quais os temas foram amplamente debatidos com o público de mais de 89 mil pessoas, nas 50 cidades visitadas.	Número de palestras e cursos realizados em relação à demanda	Foram 153 palestras, distribuídas em 22 municípios, atingindo um público de 30,8 mil estudantes, dentre as quais o tema meio ambiente e cidadania estavam incluídos. Além disso foram realizados 114 eventos do PCPR na Comunidade, nos quais os temas foram amplamente debatidos com o público de mais de 89 mil pessoas, nas 50 cidades visitadas.	ATINGIDA		SESP	Promoção de Direitos
		Ampliação da oferta de serviços de apoio para atendimento educacional de qualidade aos alunos da Educação Especial	Acesso à escola e aos serviços de apoio a 100% dos alunos	x	x	x	O Atendimento Educacional Especializado é ofertado em diferentes serviços de apoio pedagógicos para todos os estudantes da Educação Especial, sendo que esta demanda de forma quantitativa é variável (número de escolas/estudantes/AEE), visto que corresponde a necessidade específica de cada um.	Número de serviços de apoio da Educação Especial	Sala de Recursos Multifuncional - 88% referente a 2088 escolas. Atingida em 100% conforme a demanda recebida das Escolas	ATINGIDA	***	SEED	Promoção de Direitos

Construção e implementação de proposta pedagógica específica para atendimento às crianças e adolescentes em situação de itinerância	Ampliação em 20% a cada dois anos no atendimento de demandas educacionais de alunos ciganos, indígenas, nômades, acampados, circenses e artistas	x	x	x	A SEED atua diretamente com o técnico responsável pelo EDH - Educação em Direitos Humanos e SERP - Sistema Estadual da Rede de Proteção em cada Núcleo Regional de Educação do Estado (total de 32) e estes técnicos atuam diretamente com os assistentes de município. Entre as ação que esses profissionais desenvolvem estão aquelas que visam fomentar as Redes de Proteção em cada município. Trata-se de um trabalho que envolve diversas políticas, leituras de mundo e experiências profissionais. Lembramos que cada município possui autonomia para o desenvolvimento dos seus fluxos para a prevenção e combate das diversas formas de violência, pautando-se nas legislações específicas, e por isso mesmo temos municípios em diferentes estágios na constiuição das redes: consolidas, em consolidação e iniciando. São ações que exigem compreensão do trabalho na horizontal, junto a muito diálogo, respeito, empatia e resiliência. As escolas, por sua vez, devem participar das reuniões com a Rede para tratar os casos de estudantes com direitos violados, é onde também tratamos os casos de infrequência geradas por fatores externos à escola. Na reunião com a rede, após estudo do caso, o representante encaminhará o caso, por meio do SERP, com os registros das falas e encaminhamentos já realizados.	Número de crianças e adolescentes em situação de itinerância atendidos	Atendimento a 100% das crianças e adolescentes das 9 escolas itinerantes dos Acampamentos. (campo)	ATINGIDA	Conforme demanda, atendimento realizado 100%.	SEED	Promoção de Direitos, Gestão da Política
---	--	---	---	---	---	--	--	----------	---	------	--

21	Universalizar o acesso à escola e o direito à Educação	Fortalecimento de ações interinstitucionais e registro em sistema de notificação on-line em caso de abandono escolar	Desenvolver, pelo menos, 01 ação de fortalecimento ao ano	x	x	x	Ao longo do ano, promovemos duas formações presenciais de grande alcance, envolvendo os 32 técnicos dos Núcleos Regionais de Educação. Esses eventos não apenas capacitaram esses profissionais, mas também permitiram que eles replicassem o conhecimento adquirido para os assistentes municipais, estendendo assim o impacto das formações para os 399 municípios do estado.	Número de ações desenvolvidas	100%	ATINGIDA	A SEED atua diretamente com o técnico responsável pelo EDH - Educação em Direitos Humanos e SERP - Sistema Estadual da REde de Proteção em cada Núcleo Regional de Educação do Estado (total de 32) e estes técnicos atuam diretamente com os assistentes de município. Entre as ações que esses profissionais desenvolvem estão aquelas que visam fomentar as Redes de Proteção em cada município. Trata-se de um trabalho que envolve diversas políticas, leituras de mundo e experiências profissionais. Lembramos que cada município possui autonomia para o desenvolvimento dos seus fluxos para a prevenção e combate das diversas formas de violência, pautando-se nas legislações específicas, e por isso mesmo temos municípios em diferentes estágios na constituição das redes: consolidadas, em consolidação e iniciando. São ações que exigem compreensão do trabalho na horizontal, junto a muito diálogo, respeito, empatia e resiliência. As escolas, por sua vez, devem participar das reuniões com a Rede para tratar os casos de estudantes com direitos violados, é onde também tratamos os casos de infrequência geradas por fatores externos à escola. Na reunião com a rede, após estudo do caso, o representante encaminhará o caso, por meio do SERP, com os registros das falas e encaminhamentos já realizados.	SEED	Proteção e Defesa dos Direitos
----	--	--	---	---	---	---	---	-------------------------------	------	----------	--	------	--------------------------------

			Oportunizar acesso ao esporte e lazer às crianças e adolescentes, prioritariamente para as comunidades indígenas e quilombolas	Ofertas de atividades esportivas e de lazer em 100% das escolas estaduais, indígenas e quilombolas	x	x	x	Todas as escolas indígenas tem, na Matriz Curricular do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio, a disciplina de Educação Física. Entre os dois colégios quilombolas existentes no estado do Paraná, somente um ofereceu hora treinamento devido ao número de estudantes nas instituições.	Percentual de escolas com oferta de atividades esportivas	50%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Nem todas os colégios tem demanda para hora treinamento. Todos os colégios/escolas tem aulas de educação física	SEED	Promoção de Direitos
			Promoção de acesso e permanência na escola e aos serviços de apoio a todas as crianças e adolescentes, incluindo escolas indígenas, do campo, ciganos e quilombolas	Atendimento de 100% das crianças e dos adolescentes no Ensino Fundamental e Médio	x	x	x	100% nas escolas do campo/filha, quilombolas	Percentual de crianças e adolescentes em idade escolar Matriculados	A quantidade de matrícula de estudantes indígenas sofre redução significativa e gradativa na 1ª, 2ª e 3ª series do Ensino Médio. Os estudantes quilombolas recebem atendimento tanto no ensino fundamental quanto ensino médio, em colégios quilombolas, do campo e regulares. 90,33%(BI) de frequência e 95,1% (BI) de aprovação	ATINGIDA	Considerando a busca espontânea, vem sendo realizado o atendimento a todos que procuram.	SEED	Promoção de Direitos
			Realizar o acompanhamento da frequência escolar, cumprindo a condicionalidade na educação, referente ao Programa Bolsa Família	Acompanhar 100% dos alunos de famílias do Programa Bolsa Família, monitorando a frequência e as situações de abandono escolar	x	x	x	O Estado do PR recebeu menção honrosa do MEC em 2023 pela excelência na declaração e acompanhamento da condicionalidade da educação.	Percentual de famílias beneficiárias acompanhadas	mensuração do indicador = 99,12% executada, dos 574855 beneficiários do BF no PR, 5157 estudantes não foram localizados em 2023.	ATINGIDA	O Estado do PR recebeu menção honrosa do MEC em 2023 pela excelência na declaração e acompanhamento da condicionalidade da educação.	SEED	Promoção de Direitos

EIXO 5 - DIREITO PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO														
EIXO	Nº	OBJETIVO	AÇÕES	METAS	EXECUÇÃO			MENSURAÇÃO DA META - 2023	INDICADOR	MENSURAÇÃO DO INDICADOR 2023	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA - PARCIALMENTE OU NÃO EXECUTADA	RESPONSÁVEL	EIXO DIRETRIZES NACIONAIS
					2021	2022	2023							
			Garantir a oferta de cursos e vagas para aprendizagem e propiciar a melhoria das estruturas das instituições existentes, por meio de articulações, parcerias e cofinanciamentos de municípios e entidades da sociedade civil organizada, garantindo a inclusão de adolescentes com deficiência	Disponibilizar recursos a pelo menos, 10 municípios e/ou entidades da sociedade civil organizada, até 2023.	x	x	x	Através do Edital de Chamamento Público 001/2021, área de atuação 4, objetivo 1 (Garantia do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho), foram estabelecidas e pagas em 2022 16 parcerias com entidades da sociedade civil de diferentes municípios.	Quantidade de municípios e/ou entidades beneficiadas	16%	ATINGIDA		SEDEF, SETR	Gestão da Política
									Quantidade de vagas cofinanciadas	NÃO FOI POSSÍVEL MENSURAR				
			Cumprir o Programa de Aprendizagem previsto nas legislações vigentes e implantar as vagas previstas de acordo com interesses dos adolescentes e perfil da região em órgãos e empresas públicas	Cumprir as vagas previstas no Programa Aprendiz	x	x	x	O Programa Estadual de Aprendizagem da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) no Paraná aconteceu de fevereiro de 2022 a julho de 2023. O programa prático e o Curso de Auxiliar Administrativo foi oferecido por três entidades sem fins lucrativos: Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI), Guarda Mirim e Centro Integrado Empresa e Escola - Paraná (CIEE).	Percentual de vagas ocupadas.	100% das vagas ocupadas por adolescentes oriundos de medida socioeducativa, pós-medida e/ou liberdade assistida e de comunidades de altíssima vulnerabilidade. (350 vagas)	ATINGIDA		SEJU	Gestão da Política
			Intermediar, através do Programa Jovem Aprendiz, trabalho para os adolescentes na modalidade de aprendizagem, preparando jovens de 14 a 24 anos para ingressar no mercado de trabalho através de formação técnico-profissional	Inscrição de 5000 jovens por ano	x	x	x	Através dos dados do CAGED são disponibilizadas as informações da quantidade de aprendizes admitidos, desligados e o saldo que se mantém. A SETR, através das Agências do Trabalhador, realizam a intermediação de parte dessas contratações através das vagas de aprendizagem que são solicitadas pelas empresas que realizam a abertura de vagas pela Rede Sine Paraná.	Número de jovens inscritos	Contratações de aprendizes no ano de 2023 Admitidos: 34.518 Desligados: 32.234 Saldo: 2.284	ATINGIDA		SETR	Promoção de Direitos

Fomentar a implantação, implementação e continuidade de Programas de Aprendizagem

Mapear o número potencial de vagas de aprendizagem e o número potencial de aprendizes no Estado	Elaborar um relatório contendo levantamento sobre a quantidade de adolescentes que poderão acessar esse direito nos próximos dez anos, quanto à capacidade de atendimento das organizações públicas e privadas em relação ao número de vagas existentes no Paraná, por região	x	x	x	Através dos dados do Caged foi possível identificar um saldo positivo de contratações no ano de 2023. Em virtude da pandemia e da não realização de fiscalização do cumprimento da cota de aprendizagem pelas empresas, foi constatada uma redução considerável na contratação de jovens aprendizes. Para um trabalho mais abrangente e que tivesse um grande alcance com relação a importância da aprendizagem, foram mapeadas as principais empresas de Curitiba e região metropolitana para que fosse possível o atendimento presencial dessas empresas. Foram realizados trabalhos de sensibilização para aqueles que também ainda contratavam mas não estavam cumprindo a cota. Ano 2020 Admissões: 20.324 Desligamentos: 25.872 Ano 2021 Admissões: 32.729 Desligamentos: 26.441 Ano 2022 Admissões: 32.650 Desligamentos: 30.009 Ano 2023 Admissões: 33.007 Desligamentos: 29.567	Relatório elaborado e publicado	Aprendizes admitidos entre janeiro e novembro de 2023 por mesorregião: Centro Ocidental Paranaense: 750 Centro Oriental Paranaense: 1890 Centro-Sul Paranaense: 1129 Metropolitana de Curitiba: 13465 Noroeste Paranaense: 1341 Norte Central Paranaense: 6235 Norte Pioneiro Paranaense: 854 Oeste Paranaense: 5357 Sudeste Paranaense: 632 Sudoeste Paranaense: 1354	PARCIALMENTE EXECUTADA	Através do Observatório do Trabalho, vinculado a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda, são divulgados mensalmente através do site da SETR os boletins mensais sobre os dados da empregabilidade do Estado do Paraná, contendo os dados das quantidades de empregados e desempregados por município. Os dados são extraídos da PNAD, RAIS e CAGED. Além disso, o site conta com a divulgação de boletins especiais, como por exemplo o Boletim de Empregabilidade da Mulher. A partir disso, para atendimento ao plano decenal e demonstrando maior visibilidade ao Programa de Aprendizagem, se faz necessária a inserção também de um Boletim ou Relatório mensal ou semestral sobre a empregabilidade de jovens aprendizes.	SETR	Promoção de Direitos
Elaborar campanha para divulgação da aprendizagem profissional e do trabalho protegido do adolescente, visando atingir associações comerciais, industriais, turísticas e afins, e empresas	Realizar uma campanha Anualmente.	x	x	x	Em parceria com a Secretaria de Comunicação do Estado do Paraná, foi realizada uma ampla campanha de divulgação do Programa Cartão Futuro, através da internet, canais de televisão e rádio. Também foram elaborados materiais gráficos como banners, cartazes e flyers. Além disso, anualmente é realizado o Dia "A", com vagas específicas para jovens aprendizes de 14 a 24 anos e para pessoas com deficiências de todas as idades.	Número de campanhas realizadas	1 campanha de ampla divulgação que atingiu o Estado do Paraná como um todo. 1 Evento de mutirão de vagas para aprendizes no mês de abril através Rede Sine Paraná.	ATINGIDA		SETR	Gestão da Política
Fortalecer a rede de aprendizagem através da realização de encontros, propiciando trocas de experiências	Realizar um encontro anual (presencial ou vídeo conferência)	x	x	x	Os encontros são realizados por inscrições dos servidores através da Escola de Gestão ou pelos encontros de capacitação dos Escritórios Regionais. Por intermédio dessas capacitações, é amplamente divulgado para que os servidores possam se beneficiar.	Número de encontros realizados	12 capacitações para os Escritórios Regionais e um encontro com todas as Agências do Trabalhador e Escritórios Regionais	ATINGIDA		SETR	Gestão da Política
Garantir a oferta de cursos e vagas para aprendizagem e propiciar a melhoria das estruturas das instituições	Disponibilizar recursos a pelo menos, 10 municípios e/ou entidades da sociedade civil organizada, até 2023.	x	x	x	Em parceria com o Governo S, desenvolveu programas, projetos e ações de qualificação profissional para toda a população paranaense, inclusive com o incentivo de um pagamento de bolsa para auxiliar o custeio de transporte e alimentação dos estudantes. Os principais projetos foram: Qualifica Paraná, Carretas do Sine, entre outros.	Quantidade de municípios e/ou entidades beneficiadas	Mais de 200 localidades atendidas do Estado do Paraná. Aproximadamente 6 entidades em parceria.	ATINGIDA		SEDEF, SETR	Gestão da Política
						Quantidade de vagas cofinanciadas	Ao total de todos os projetos, foram disponibilizadas aproximadamente 18.100 vagas.				

		estruturas das instituições existentes, por meio de articulações, parcerias e cofinanciamentos de municípios e entidades da sociedade civil organizada, garantindo a inclusão de adolescentes com deficiência	Disponibilizar recursos para incentivar a contratação/manutenção de 35.000 aprendizes através do Programa Cartão Futuro	x	x	x	Recurso total disponibilizado aos empregadores para incentivar a contratação de jovens aprendizes com subsídio do Programa Cartão Futuro.	Percentual de jovens aprendizes atendidos pelos programas (PCF e PCFE) 2850 aprendizes regulares – 97,5% 60 aprendizes com deficiência – 2,1% 12 aprendizes Sem informação – 0,4%	Total de 2922 Aprendizes. 2850 aprendizes regulares – 97,5% 60 aprendizes com deficiência – 2,1% 12 aprendizes Sem informação – 0,4%	PARCIALMENTE EXECUTADA	visitas realizadas pela coordenação do Programa Cartão Futuro, foi constatado e informado por muitos empregadores a preferência pelo pagamento da multa por não cumprir a cota de aprendizagem do que realizar a contratação de um aprendiz. Através das visitas, além da solicitação de adesão ao programa por parte das	SETR	Gestão da Política
		Construção de 3 Centros de Educação Profissional localizados em Campo Largo, Ibiaporã e Colorado	Ocupação de 100% das vagas dos centros construídos.	x	x	x	Parcialmente executada, sendo o projeto de Campo Largo concluído e em utilização e Colorado e Ibiaporã aguardando início das obras.	Percentual de ocupação dos centros construídos. 33% executado e prédio está sendo utilizado pela rede pública.	Em processo de assinatura dos contratos para início das obras. - Colorado e Ibiaporã.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Parcialmente executada, sendo o projeto de Campo Largo concluído e em utilização e Colorado e Ibiaporã aguardando início das obras.	SEED	Gestão da Política
		Expansão da profissionalização voltada para os municípios de pequeno porte e periferias das áreas metropolitanas.	Expandir progressivamente através da inserção do quinto itinerário proposto pelo Novo Ensino Médio		x	x	situação = O Estado do PR recebeu menção honrosa do MEC em 2023 pela excelência na declaração e acompanhamento da condicionalidade da educação. Esse acompanhamento está disponibilizado para os operadores municipais e estaduais, escolas e comunidade no endereço:	Número de vagas ofertadas e de estudantes incluídos	Oferta do Ensino Profissionalizante (Formação de Docentes) para 02 escolas estaduais	PARCIALMENTE EXECUTADA	Ha necessidade de divulgação da oferta de cursos profissionalizantes para os indígenas. Em Guaira, por exemplo, nao abriu turma por causa da falta de matriculas.	SEED	Promoção de Direitos
		Garantia do acesso e permanência com êxito de alunos com deficiências nos cursos técnicos e de qualificação profissional, bem como sua inserção no mundo do trabalho, considerando suas habilidades, capacidades e potencialidades	Garantir o acesso e a permanência contemplando as pessoas com deficiência.	x	x	x	No Magistério foram 97 estudantes com deficiência concluintes de um total de 2.763 estudantes; No Médio Integrado, com opção do Itinerário V, foram 207 estudantes com deficiência concluintes de um total de 6.448 estudantes; Em cursos Profissionalizantes/Técnicos foram 39 estudantes com deficiência concluintes de um total de 2.595 estudantes.	Percentual de estudantes com deficiências concluintes dos cursos da Educação Profissional em relação ao total de estudantes concluintes	No Magistério foram 97 estudantes com deficiência concluintes de um total de 2.763 estudantes; No Médio Integrado, com opção do Itinerário V, foram 207 estudantes com deficiência concluintes de um total de 6.448 estudantes; Em cursos Profissionalizantes/Técnicos foram 39 estudantes com deficiência concluintes de um total de 2.595 estudantes.	ATINGIDA	*****	SEED	Promoção de Direitos
2	Ampliar a oferta do ensino técnico e profissionalizante	Oferta de cursos de qualificação profissional aos adolescentes acima de 14 anos em regime de privação de liberdade	Ofertar qualificação profissional para os adolescentes dos Centros de Socioeducação, de forma gradativa.	x	x	x	Não há dados para serem mensurados.	Percentual de CENSES com oferta de cursos de qualificação profissional.	Não houve oferta em 2023 -	NÃO EXECUTADA	Houve solicitação de utilização do recurso do PEJA para contratação de curso. No entanto, não foi autorizado devido ao prazo estabelecido na Resolução do PEJA para a utilização do recurso. Em fevereiro de 2024 foi solicitada a inserção recursos financeiros na LOA de 2025 para atendimento a esta demanda.	SEED	Gestão da Política, Promoção de Direitos
		Oferta de cursos técnicos aos filhos de pequenos agricultores ligados à agricultura familiar	Ampliação da oferta de vagas de forma gradativa, contemplando os filhos de pequenos agricultores ligados à agricultura familiar	x	x	x	100% Transformar casas familiares rurais que possuam espaços adequados em Colégios Agrícolas. Até o presente momento foram atualizadas três casas familiares rurais em colégios agrícolas. A coordenação de Colégios Agrícolas estuda a transformação de mais casas familiares em colégios agrícolas desde que atendam a estruturas básicas ao seu funcionamento.	Número de vagas ofertadas nos cursos da Educação Profissional nas Casas Familiares Rurais.	Ampliação de carga horária da função pedagoga para casas familiar rural, transformação de casas familiares em colégios agrícolas, ampliando a oferta. Implantação de 11400 de cursos voltados a agropecuária em parceria com o SENAR.	ATINGIDA	***	SEED	Promoção de Direitos

			Oferta de cursos técnicos em nível médio aos povos indígenas e demais comunidades tradicionais com o intuito de prepará-los para o trabalho na comunidade e em seu entorno	Ampliação em 100% da oferta de vagas de forma gradativa, conforme a demanda, contemplando os povos indígenas e comunidades tradicionais, sendo 20% ao ano	x	x	x	De acordo com dados recebidos do SERE em 05/03/24, no ano de 2023 tivemos o seguinte quadro de concluintes matriculados na EP: Magistério (concluintes: 2.763 estudantes, sendo 97 com deficiência); Médio Integrado (concluintes: 6.448 estudantes, sendo 207 com deficiência); Prof/Técnico no Período 231 (2.595 estudantes, sendo 39 com deficiência) e Prof/Técnico no Período 232 (concluintes: 3.595 estudantes, sendo 44 com deficiência).	Número de oferta de vagas para comunidades tradicionais		PARCIALMENTE EXECUTADA	Considerando a oferta de Ensino Técnico houve a criação e abertura de duas turmas do curso de Formação de Docentes em dois municípios diferentes (Terra Rocha e Manoel Ribas), exclusivo para estudantes indígenas. Não existe demanda de curso técnico para os colégios quilombolas.	SEED	Promoção de Direitos
2	Ampliar a oferta do ensino técnico e profissionalizante	Ampliar a oferta de formação para sensibilização dos atores do sistema de garantia de direitos ligados ao turismo direta ou indiretamente	Realizar uma ação de formação para sensibilização (oficina, palestra, curso, etc) dos atores do sistema de garantia de direitos, envolvidos com o Turismo, por ano.	x	x	x	Foram conduzidas ações de capacitação para os colaboradores envolvidos no Programa Verão Maior 2023/2024. Esses colaboradores desempenharam suas funções realizando atendimentos aos turistas tanto na Região Turística do Litoral do Paraná quanto na Região Turística Encontro das Águas e Biomas, conhecida como o litoral de água doce do Paraná. O objetivo dessas ações foi aprimorar a infraestrutura das praias e balneários paranaenses, visando garantir a saúde, segurança e proporcionar momentos de lazer tanto aos turistas quanto aos moradores locais.	Número de ações de formação para sensibilização realizadas.	1	ATINGIDA	SETU	Promoção de Direitos		

EIXO 6 - FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE														
EIXO	Nº	OBJETIVO	AÇÕES	METAS	EXECUÇÃO			MENSURAÇÃO DA META - 2023	INDICADOR	MENSURAÇÃO DO INDICADOR 2023	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA - PARCIALMENTE OU NÃO EXECUTADA	RESPONSÁVEL	EIXO DIRETRIZES NACIONAIS
					2021	2022	2023							
	1	Conhecer o impacto do cofinanciamento dos serviços que compoem a PSE, destinados a Crianças e Adolescentes	Criar e aplicar instrumentos de monitoramento e avaliação dos serviços da proteção social especial cofinanciados pelo Estado	Monitoramento de 100% dos serviços da proteção social especial cofinanciados	x	x	x	Monitoramento e avaliação ocorrem por meio da avaliação das prestação de contas dos serviços da PSE	Instrumentos de monitoramento e avaliação em uso	Monitoramento realizado através da prestação de contas realizada no SIFF	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
								Percentual de serviços da proteção social especial monitorados	100%					
	2	Disponibilizar sistematicamente informações e dados territorializados sobre situações de risco e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes aos municípios para realização de planejamento com vistas à efetivação da política de atenção a criança e ao adolescente	Apoiar e assessorar os municípios, os CMDCA's e os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos - SGD na divulgação e utilização de dados sobre as situações de vulnerabilidade e risco social de crianças e adolescentes no âmbito da assistência social.	100% dos municípios apoiados e assessorados (399 municípios)	x	x	x	100% dos 399 municípios apoiados e assessorados por meio dos núcleos regionais, para utilização dos dados do Cadastro Único, do RMA - Registro Mensal de atendimentos dos CRAS e CREAS, do Censo SUAS. Também elaboramos aos municípios o estudo referente as Ações Estratégicas do PETI e Acolhimento Familiar	Percentual de municípios apoiados e assessorados	100% dos municípios foram apoiados e assessorados.	ATINGIDA		SEDEF	Controle Social da Efetivação dos Direitos
			Orientar os municípios para a utilização das ferramentas de gestão disponibilizados pelo Governo Federal para o levantamento de dados sobre situações de risco e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes	100% dos municípios orientados (399 municípios)	x	x	x	100% dos 399 municípios apoiados e assessorados por meio dos núcleos regionais, sendo mensalmente aferido e encaminhados os panoramas dos preenchimentos do RMA e do Censo SUAS cujo preenchimento é anual.	Percentual de municípios apoiados e assessorados para utilização das ferramentas de gestão.	100% dos municípios foram apoiados e assessorados.	ATINGIDA		SEDEF	Controle Social da Efetivação dos Direitos

3	Divulgar a política estadual de garantia de direitos e sensibilizar a população paranense sobre os direitos da criança e do adolescente	Dar continuidade à divulgação por meio da assessoria de imprensa e em meio eletrônico das ações da SEJUF e do CEDCA	Distribuir releases para a imprensa oportunamente	x	x	x	Cumprida totalmente. Em 2023, foram produzidas 30 matérias jornalísticas envolvendo o tema Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, bem como a garantia de direitos. Uma média de 2,5 matérias ao mês	Número de clipping das matérias referentes à SEJUF e ao CEDCA	https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/CedcaPR-divulga-entidades-aptas-participarem-da-proxima-eleicao https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Conselho-estadual-da-Crianca-e-do-Adolescente-da-posse-aos-membros-da-sociedade https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Fortalecimento-do-CEDCA-marca-luta-do-Estado-e-sociedade-contras-exploracao-sexual-infantil https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Nova-Casa-de-SEMIPliberdade-Feminina-Regina-Pessuti-vai-atender-ate-18-adolescentes https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Live-sobre-politicas-publicas-integracoes-do-Mes-da-Primeira-Infancia-no-Parana https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/265-instituicoes-que-atendem-criancas-receberao-recursos-para-projetos-de-manutencao https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Prorrogadas-inscricoes-para-eleicao-do-Conselho-Estadual-dos-Direitos-da-Crianca-e https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Conselhos-Tutelaes-de-Fazenda-Rio-Grande-e-Sao-Mateus-do-Sul-terao-sedes-proprias https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-assina-ordem-de-servico-para-construcao-do-novo-Conselho-Tutelar-de-Rolandia https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Prazo-para-prefeituras-aderirem-ao-programa-estadual-de-higiene-intima-vai-ate-14-de-julho https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-pioneiro-na-legislacao-sobre-doacao-de-corpos-para-fins-de-ensino-e-pesquisa https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Entidades-podem-se-inscrever-para-eleicoes-do-Conselho-da-Crianca-e-do-Adolescente https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Instituicoes-da-sociedade-civil-ganham-mais-prazo-para-acessar-recursos-do-FIA-para https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-autoriza-edital-de-R-26-milhoes-para-instituicoes-que-atendem-criancas-e https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Oculos-com-inteligencia-artificial-transformam-vidas-de-alunos-com-deficiencia-visual-no https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-recursos-do-FIA-instituicao-de-Bom-Jesus-do-Sul-levara-profissionalizacao-jovens https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-comemora-os-33-anos-do-Estatuto-da-Crianca-e-do-Adolescente-com-webinar https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Prazo-para-doacao-do-Imposto-de	ATINGIDA	SEDEF	Gestão da Política
---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	----------	-------	--------------------

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

6	Implementação e implementação do SIPIA Conselho Tutelar em todos os municípios do Estado do Paraná	Monitorar e acompanhar a alimentação do SIPIA, por meio de relatórios gerados via sistema (qualidade da utilização)	90% dos municípios alimentando o SIPIA	x	x	x	Total de Conselhos tutelares 423 no Estado do Paraná, sendo que 268 CT alimentam o SIPIA.	Perceitual de municípios alimentando o Sistema	61%	PARCIALMENTE EXECUTADA	A baixa adesão ao Sistema também se deve ao anúncio em Abril de 2023 sobre a transição do Sistema que não se efetivou ao longo do ano.	SEDEF	Gestão da Política
		Realizar capacitação em EAD para Conselheiros Tutelares a fim de ampliar e melhorar a utilização da ferramenta SIPIA	Ofertar curso de capacitação para uso do SIPIA, anualmente, à 100% dos Conselheiros Tutelares em mandato	x	x	x	Foi disponibilizado o curso da Amazônia Legal em EAD sobre o SIPIA para todos os Conselheiros Tutelares, como também foi ofertado Capacitação EAD pela Escola de Gestão do Estado do Paraná, e ainda pela Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - ENDICA.	Percentual de conselheiros tutelares que finalizaram a capacitação e foram certificados	não foi possível mensurar	ATINGIDA		SEDEF	Gestão da Política
7	Fortalecer os CTs e CMDCA's através de instrumentalização técnica e melhoria das estruturas para o exercício de suas atribuições	Realizar pesquisa com os CTs, afim de averiguar a realidade da estrutura e das condições de trabalho dos Conselheiros Tutelares, visando à melhoria das condições de atendimento à criança e ao adolescente	100% dos Conselhos Tutelares respondendo à pesquisa a cada dois anos (ou mais)	x		x	Foi realizado a pesquisa no ano de 2022.	Percentual de Conselhos Tutelares que responderam a pesquisa em relação ao número total de Conselhos existentes		NÃO EXECUTADA	Devido a pesquisa ter sido realizada no ano de 2022 e foi finalizada no mês de maio de 2023, sendo que no ano 2023, houve o processo de eleição dos Conselheiros Tutelares não foi possível realizar outra pesquisa.	SEDEF	Gestão de Política
			Produção de um diagnóstico abrangendo as 10 mesorregiões do Estado do Paraná, a cada dois anos, para fins de elaboração de políticas de fortalecimento dos CTs		x		O relatório do diagnóstico das 10 mesorregiões do Estado do Paraná, foi apresentado na Reunião Ordinária do CEDCA, no mês de maio de 2023.	Percentual do diagnóstico Publicizado	100%			SEDEF	Gestão de Política
		Ofertar formação continuada em nível básico, intermediário e avançado	Ofertar capacitação a 100% dos Conselheiros Tutelares do Paraná.				Em parceria com a escola de gestão foi disponibilizado 03 especificamente para conselheiros tutelares, na modalidade ead, sendo: 1) Capacitação para Conselheiro Tutelar - Competência Legal - 897 inscritos e 292 certificados emitidos; 2) Capacitação para Conselheiros Tutelares - Estatuto da Criança e do Adolescentes e Fundamentos - 2824 inscritos e 685 certificados emitidos; 3) Conselheiros Tutelares - Infância e Adolescência Protegida - 362 inscritos e 216 certificados emitidos. Também pela escola de gestão outros cursos foram disponibilizados para todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos.	Percentual de Conselheiros Tutelares que finalizaram a capacitação e foram certificados	Não é possível identificar especificamente qual é o público que realizou a formação.	ATINGIDA		SEDEF	Gestão de Política
					x	x		Percentual de Conselheiros dos CMDCA's do Paraná que finalizaram a capacitação e foram certificados	Não é possível identificar especificamente qual é o público que realizou a formação.				
7		Fomentar a realização de reuniões ampliadas anuais do CEDCA com os Conselhos Municipais	Organizar reunião ampliada anual do CEDCA com os Conselhos Municipais	x	x	x	Em novembro de 2023 ocorreu a reunião Ampliada online em Curitiba, com o objetivo de capacitar os CMDCA's e os demais atores do SGD, os Temas abordados: Funcionamento e regularização dos Fundos municipais e o acompanhamento e monitoramento dos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Participação de aproximadamente 120 municípios, com a disponibilização da gravação do conteúdo no youtube da SEDEF para posteriores consultas.	Número de Reuniões realizadas		ATINGIDA		CEDCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
		Fomentar a participação dos CMDCA's e CT's na reuniões ordinárias e extraordinárias do CEDCA	Proporcionar o acesso, por meio online, de todas reuniões ordinárias e extraordinárias	x	x	x	Realização de 12 Reuniões Ordinárias e 10 Extraordinárias, transmitidas e gravadas vi o canal do youtube da SEDEF, com exceção da Reunião Extraordinária realizada em Junho/2023 no auditório do MP/PR.	Percentual de reuniões transmitidas		ATINGIDA		CEDCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos

8	Mapear o sistema de garantia de direitos do Estado do Paraná	Realizar o Mapeamento da Rede de Atendimento do SGD.	Produzir um mapa georreferenciado com os 399 municípios até 2022		x		Não realizado.	Percentual de mapa georreferenciado realizado			A retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano, foram realizadas periodicamente reuniões bimestrais, sendo elaborado o regimento interno, integração com as Comissões Regionais, foi realizado um SEMIPinário, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios sobre o tema.	SEDEF	Gestão de Política
		Realizar o levantamento de programas, protocolos e fluxos existentes na rede de protecao do SGD.	Produzir 3 relatórios que contemplem os programas e protocolos de destaque no SGD.	x	x	x	Não realizado.	Percentual de relatórios apresentados		NÃO EXECUTADA	A retomada da Comissão de Violência se deu em Março de 2023 e ao longo do ano, foram realizadas periodicamente reuniões bimestrais, sendo elaborado o regimento interno, integração com as Comissões Regionais, foi realizado um SEMIPinário, no entanto não houve possibilidade de aprofundamento no tema para o desenvolvimento de estudos/relatórios sobre o tema.	SEDEF	Gestão de Política
9	Promover processo formativo permanente na área da política da criança e do adolescente para trabalhadores dos poderes Executivos Municipais, Estadual e Sociedade Civil Organizada.	Realizar Cursos de formação continuada, ofertados anualmente, para atores do Sistema de Garantia de Direitos dos 399 municípios do Paraná.	Formar o mínimo de 1.000 atores do SGD, realizando ao menos 04 cursos ano.	x	x	x	Cursos ofertados em parceria com a Escola de Gestão do Paraná: 1) modalidade à distância: - Capacitação para Conselheiros Tutelares - Competência Legal - 40 hrs - 292 pessoas certificadas; Capacitação para Conselheiros Tutelares/Estatuto da Criança e do Adolescente e Fundamentos - 40hrs - 685 pessoas certificadas; - Conselheiros Tutelares - Infância e Adolescência protegidas - 40 hrs - 125 pessoas certificadas; - Criança e Adolescente na Era Digital - 16 hrs - 216 pessoas certificadas; - Escuta Especializada - Lei 13.431/2017 - 36 hrs - 778 pessoas certificadas; - Formulação e Gestão da Política Pública da Criança e do Adolescente - 24 hrs - 92 pessoas certificadas; - Fundamentos Jurídicos da Política de Proteção à Criança e ao Adolescente - 8 hrs - 242 pessoas certificadas; - Justiça Restaurativa e Cultura da Paz: Prevenção Primária e Secundária de Violência contra Crianças e Adolescente - 24 hrs - 157 pessoas certificadas; - Redes de Atenção e Proteção, Serviços e Fluxos de Atendimento à Criança e Adolescente - 24 hrs - 244 pessoas certificadas; - Tipos de Violência e Risco - 40 hrs - 462 pessoas certificadas; - Trabalho Infantil - 28 hrs - 185 pessoas certificadas. 2) modalidade presencial: - II SEMIPinário Regional de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes: Revelação Espontânea - 08 hrs - 178 pessoas certificadas; - V SEMIPinário De Enfrentamento Às Violências Contra Crianças E Adolescente - 7 hrs - 280 pessoas certificadas. Totalizando a emissão de 3936 certificados de conclusão do curso, e um total de 10280 inscritos.	Percentual de alunos concluintes		ATINGIDA		SEDEF	Gestão de Política
							Percentual de turmas ofertadas						

10	Propiciar ações que estimulem o protagonismo de crianças e adolescentes como forma de participação social organizada	Realizar ações que fomentem o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e, portanto, agentes de participação nas diversas esferas da vida social.	Realizar uma ação ao ano.	x	x	x	Participação de 29 crianças e adolescentes na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, realizada em Junho de 2023, com a participação também dos delegados adolescentes no eixo 04 (participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico) do grupo de discussões sobre a elaboração das propostas para Conferência estadual e Nacional. Nas Conferências Estadual da Criança e do Adolescente e da Assistência Social foi oportunizado aos adolescentes que realizarem apresentações musicais, culturais. Para a 12ª Conferência Nacional a ser realizada em Abril de 2024 já estão confirmados a participação de crianças e adolescentes representantes da delegação do PR.	Percentual de ação realizada	100%	ATINGIDA		SEDEF, CEDCA	Gestão de Política
		Incentivar a criação e o fortalecimento dos grêmios estudantis e outras agremiações que deem voz e vez às crianças e adolescentes	100% das unidades escolares da rede estadual de ensino com agremiações devidamente instituídas e ativas, sendo 10% a cada ano	x	x	x	A SEED desenvolve por meio dos NRE um trabalho de incentivo à constituição e continuidade dos Grêmios Estudantis, com visitas periódicas às escolas, orientação às equipes diretas e reuniões com os estudantes membros.	Número de grêmios estudantis instituídos	Número de Grêmios Estudantis instituídos: 84,5%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Há instituições de ensino que apresentam especificidades e não instituem Grêmios Estudantis, como indígenas, itinerantes, prisionais e CEEBJAS.	SEED	Participação de Crianças e Adolescentes
		Promoção de ações que favoreçam a participação ativa de crianças e adolescentes nas discussões relativas à política da educação	Participação efetiva de crianças e adolescentes de 100% das unidades escolares públicas do Estado do Paraná nos conselhos de classe e escolar	x	x	x	100% das instituições possuem Conselho Escolar, em cumprimento a legislação específica. Diante disso, 100% das escolas possuem representantes dos alunos participando das discussões sobre políticas educacionais ocorridas com essa instância, consequentemente colaborando com o fortalecimento da democracia por meio da gestão democrática. Todas as instituições da Rede Estadual são orientadas a envolverem os estudantes em todas as etapas do Conselho de Classe, a saber: escutando-os durante o pré-conselho, participando do conselho, e sendo envolvidos no pós-conselho. Assim, eles, compreendem a importância desses momentos para o aprimoramento do processo educacional ofertado a eles para alcançarem boas aprendizagens, consequentemente, esses alunos tornam-se disSEMIPIInadores dessas compreensões.	Percentual de escolas que preveem a participação de crianças e adolescentes nos Conselhos de Classe e Escolares	100%	ATINGIDA		SEED	Participação de Crianças e Adolescentes

11	Sensibilizar, mobilizar e formar crianças e adolescentes quanto a seu papel como sujeitos de direitos na construção de políticas públicas e na efetivação da cidadania, estimulando o protagonismo juvenil	Fomentar a participação de adolescentes no CEDCA	Ampliar a participação de adolescentes no CEDCA, inclusive por meio das videoconferências	x	x	x	Os representantes do CPA foram incluídos no grupo do CEDCA de whatsapp, no entanto acabam não participando da reunião plenária por conta do horário de aula, tendo esporadicamente a participação de alguns deles na Câmara de Capacitação. Houve algumas reuniões do CPA, as quais ocorriam a noite e deste modo os adolescentes participavam.	Número de participantes adolescentes nas reuniões		PARCIALMENTE EXECUTADA	Os representantes do CPA foram incluídos no grupo do CEDCA de whatsapp, no entanto acabam não participando da reunião plenária por conta do horário de aula, tendo esporadicamente a participação de alguns deles na Câmara de Capacitação. Houve algumas reuniões do CPA, as quais ocorriam a noite e deste modo os adolescentes participavam. Foi oportunizado a participação nas reuniões, no entanto, os adolescentes não participaram.	SEDEF, CEDCA	Participação de Crianças e Adolescentes, Gestão da Política
		Cofinanciar ações voltadas ao protagonismo juvenil	Cofinanciar pelo menos 02 ações de organização da sociedade civil e/ou governamentais.		x	x	Houve o repasse para 05 Organizações da Sociedade Civil para cofinanciamento de ações de protagonismo juvenil	Percentual ações cofinanciadas.	250 %	ATINGIDA		SEDEF	Participação de Crianças e Adolescentes, Gestão da Política
								Número de adolescentes atendidos.	não é possível mensurar				
		Qualificar adolescentes para a participação nas Conferências dos Direitos e eventos similares	Qualificar pelo menos 50 adolescentes por meio de ações diretas do governo do estado ou por meio de cofinanciamento a entidades da sociedade civil organizada			x	Houve a participação de 29 delegados adolescentes na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; oportunizado 37 vagas no entanto mesmo com a possibilidade de participação dos responsáveis a participação foi menor que as vagas disponíveis;	Percentual de adolescentes qualificados	Para Conferência Estadual foram deliberadas 37 vagas para delegado do segmento criança e adolescente, e foi possibilitado que os pais ou responsáveis acompanhassem os mesmo, no entanto tivemos a participação de 29 delegados deste segmento. Para a Conferência Nacional o Governo Federal disponibilizou 13 vagas para o segmento e o evento ocorrerá em Abril de 2024.	PARCIALMENTE EXECUTADA		SEDEF	Gestão da Política
								Número de adolescentes participantes das Conferências Nacional e Estadual					
		Fomentar ações que valorizem a produção cultural de crianças e adolescentes, e a sua divulgação.	Fomentar ações a cada 2 anos	x		x	Nas Conferências Estadual da Criança e do Adolescente e da Assistência Social foi oportunizado aos adolescentes que realizarem apresentações musicais, culturais. Nas edições do SEDEF nos municípios também está sendo oportunizado apresentações culturais da localidade, e muitas são de crianças e adolescentes.	Número de ações fomentadas.	12	ATINGIDA		SEDEF	Participação de Crianças e Adolescentes, Gestão da Política
								Número de crianças e adolescentes participantes	não mensurado.				
		Oportunizar formação para adolescentes com foco no Controle Social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes	Realizar, no mínimo, uma formação para adolescentes a cada 2 anos	x		x	Não realizada	Número de adolescentes participantes	0	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Gestão da Política
								Número ações de formação	0		Falta de engajamento e articulação das organizações		
		Fomentar a implantação do OCA nos municípios	Elaborar uma nota técnica de orientação aos municípios sobre o OCA	x	x	x	Nota publicada em 2017 https://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/mi-grados/File/notas_tecnicas/Nota-tecnica-001.pdf	Nota técnica publicada		ATINGIDA		CEDCA	Gestão da Política
		Fomentar a participação de adolescentes na elaboração e monitoramento das peças	Comunicar aos CMDCA sobre a importância da participação de adolescentes na elaboração das peças orçamentárias	x	x	x		Número de CMDCA's participantes do encontro virtual anual		NÃO EXECUTADA	Os membros da câmara de Capacitação estão se aproximando do GT OCA visando análise e estudo da melhor estratégia para a realização da ação	CEDCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos

12	Acompanhar o Orçamento Público com foco na Infância	orçamentarias	Elaborar levantamento sobre a participação de adolescentes nos CMDCA's		x			Levantamento elaborado				CEDCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
		Acompanhar a evolução do Orçamento Criança e Adolescente	Divulgar para municípios e Estado a Resolução 274/2010 do CEDCA/PR e a Instrução Normativa 36/2009 do TCE que tratam sobre o Orçamento Criança e Adolescente	x	x	x	Não realizada	Percentual de municípios e secretarias estaduais oficiados	0	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
			Organizar, ao menos, uma audiência pública a cada dois anos, para discussão do orçamento	x		x	Não realizada	Percentual de audiências realizadas	0	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
			Realizar ao menos uma ação para informar a sociedade civil quanto a prazos de elaboração da LDO, LOA, PPA	x	x	x	Não realizada	Percentual de ações realizadas	0%	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
			Solicitar bianualmente relatórios de ações previstas no planejamento público e socializar as informações dos municípios e Estado	x		x	Não realizada	Percentual de relatórios recebidos	0	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
	13	Incentivar a sociedade civil a acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas no Plano Decenal	Publicizar o plano decenal ao menos 1 vez ao ano	x	x	x	Não realizada	Percentual de informes	0	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
			Realizar pelo menos uma oficina para discussão do Plano Decenal com a sociedade civil.	x	x	x	Não realizada	Percentual de oficinas realizadas	0	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
			Receber do Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal os documentos referentes ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação pelos órgãos competentes, de acordo com as datas estabelecidas no Plano Decenal.	x	x	x	Realizada	Percentual de documentos recebidos	100%	ATINGIDA	Relatório disponibilizado no site.	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos
		Mobilizar entidades a participar do Fórum DCA/PR e fortalecer a participação das já filiadas	Acompanhar e monitorar a atuação dos representantes da sociedade civil no CEDCA e na formulação das diretrizes para a área da infância e da adolescência	x	x	x	Realizada	Percentual de frequência mensal da sociedade civil organizada nas reuniões do CEDCA	100%	ATINGIDA	Acompanhamento das reuniões mensais da sociedade civil e do CEDCA/PR.	Fórum DCA	Gestão da Política
			Ampliar o quadro associativo do Fórum DCA/PR alcançando no mínimo uma entidade por Mesorregião (10 Meso - Fonte: IBGE)	x	x	x	Não realizada	Percentual de instituições associadas de cada mesorregional (IBGE)	0	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Gestão da Política
			Compor no mínimo um Fórum Regional ou Municipal em cada mesorregião do Estado	x	x	x	Não realizada	Percentual de Foruns constituídos	0%	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Gestão da Política
		Promover capacitação da sociedade civil organizada com foco no Controle Social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes	Realizar, pelo menos uma formação regional e/ou estadual da sociedade civil	x	x	x	Não realizada	Percentual de formações realizadas	0%	NÃO EXECUTADA	Falta de engajamento e articulação das organizações	Fórum DCA	Controle Social da Efetivação dos Direitos

14	e o fortalecimento da participação da sociedade civil	Mobilizar e assessorar os Escritórios Regionais para estimular os municípios a ampliar e fortalecer a participação da família e indivíduos em espaços comunitários e conselhos	Escritórios Regionais mobilizando e assessorando 100% dos municípios do Estado	x	x	x	Realizadas reuniões e videoconferências com os Núcleos Regionais sobre os seguintes temas: Conferências Municipais e Estadual do Direito da Criança e do Adolescente; Comissões Regionais de Enfrentamento às Violências; Orientações sobre Delineamento Fundo a Fundo; cerca de 10 participações da Coordenação no SEDEF nos Municípios. Mobilização realizada por meio de orientações técnicas dos NRs as Gestões Municipais e serviços, sendo essas atividades de ação continuada dos NRs, neste ano foi intensificada a articulação para participação da sociedade civil na conferência estadual e nacional de assistência social, bem como, em capacitações ofertadas, como nos SEMIPinários Macrorregionais de Gestão Intersetorial do PBF.	Percentual de municípios assessorados	100%	ATINGIDA		SEDEF	Controle Social da Efetivação dos Direitos, Gestão da Política
15	Estruturar e articular a rede de atendimento às crianças e adolescentes vinculada ao Ministério Público do Estado do Paraná	Promover encontros regionalizados entre atores da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente	100% dos municípios do Paraná com a rede articulada e mapeada	x	x	x		Número de municípios com a rede articulada e mapeada		NÃO EXECUTADA	A meta prevista era alcançar 100% dos municípios do Paraná com a rede articulada e mapeada. Instituiu-se um Grupo de Trabalho para a realização do mapeamento para posterior articulação. Entretanto, após a elaboração e encaminhamento de um formulário de mapeamento da rede de proteção aos 399 municípios do Estado, recebemos retorno de apenas 56,89% (227 municípios) o que inviabiliza um panorama fidedigno da situação dos municípios, inclusive pela inconsistência nos dados recebidos. Assim, o Grupo concluiu que será necessária a mudança de estratégia para a obtenção de dados reais sobre a existência e articulação da rede, o que ocorrerá a partir do novo plano decenal.	MPPR	Gestão da Política
			Realizar no mínimo 4 encontros regionais por ano, abrangendo 10 a 15 municípios cada	x	x	x	Participação em 3 três encontros virtuais com os 12 municípios de porte I que compõem a Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, visando levantamento das demandas das redes de proteção locais e orientações; Participação em 1 encontro presencial com os municípios que compõem a Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, visando a formação continuada sobre os temas da revelação espontânea e escuta especializada, com construção de fluxos e protocolos. O Ministério Público participou proferindo a palestra intitulada "A interlocução das instâncias que compõem a rede de proteção com o sistema de justiça e o compartilhamento de informações". Realização de live sobre "Violência contra escolas e construção de cultura de paz" objetivando compreender o fenômeno da violência contra as escolas e avaliar as possibilidades de seu enfrentamento pelas redes de proteção. Link Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=KwY-Sv1wQGY	Número de encontros regionais realizados	Participação em 3 (três) encontros virtuais com a rede de proteção; Participação em 1 (um) encontro presencial com a rede de proteção; Realização de 1 (uma) live direcionada a rede de proteção com 2,4 mil visualizações em 2023.	PARCIALMENTE EXECUTADA	Foram realizadas reuniões (virtuais e presenciais) com a rede de proteção visando articular estratégias para a proteção das crianças e adolescentes. Foram priorizados 12 (doze) municípios de porte 01 (um), que apresentavam maior dificuldade para a estruturação da rede. O trabalho foi profícuo embora não tenha alcançado os 15 municípios pautados como meta, razão pela qual se define a meta como parcialmente alcançada.	MPPR	Gestão da Política

16	Manter, no âmbito da gestão estadual da política de turismo, ações específicas para a criança e o adolescente	Destinar percentual do orçamento da Secretaria para ações da criança e adolescente	Destinar até 0,2% do orçamento do órgão gestor para ações relacionadas à criança e ao adolescente.	x	x	x		Percentual anual destinado à criança e ao adolescente	-	NÃO EXECUTADA	O cumprimento da meta estabelecida não pôde ser alcançado devido ao desmembramento da pasta do Turismo da SEDEST. Em decorrência desse fato e do breve período de existência desta secretaria, que foi de apenas um ano, não foi viável atingir a meta estabelecida. É importante ressaltar que todas as ações realizadas, inclusive aquelas alinhadas com as metas estabelecidas, foram executadas sem a utilização de recursos financeiros.	SETU	Gestão da Política
		Participação do órgão gestor estadual do turismo em Conselhos e Comissões de enfrentamento estaduais, relacionados ao tema da criança e adolescente	Participar em 100% das reuniões de conselhos e comissões da área da criança e do adolescente dos quais o órgão gestor do turismo estadual fizer parte	x	x	x	Em todas as reuniões em que a SETU foi convocada, um representante participou ativamente. No entanto, é importante destacar que atualmente este órgão não detém assento no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.	Número de reuniões com participação do órgão gestor em relação ao número de reuniões convocadas	A SETU não possui uma relação de todas as reuniões.	ATINGIDA		SETU	Controle Social da Efetivação dos Direitos
17	Armazenar e gerenciar informações e conhecimentos personalizados capazes de auxiliar nos processos decisórios, corroborando qualidade e eficácia no acompanhamento do desenvolvimento esportivo destinado às crianças e adolescentes paranaenses	Construir Sistema de Informações e Conhecimentos para o esporte, tendo como base plataformas e sistemas tecnológicos	Construir e implantar um Sistema de Informações e Conhecimentos para o esporte			x	Sistema para armazenamento de Informações e Conhecimentos para o esporte, tendo como base plataformas e sistemas tecnológicos em desenvolvimento e já sendo utilizada na organização dos eventos esportivos oficiais do esporte	Sistema de Informações e Conhecimentos para o esporte construído	70%	ATINGIDA		ESPORTE	Promoção de Direitos
18	Atuar por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente na consecução das Metas do Plano Decenal	Divulgar as ações governamentais em relação às políticas Públicas voltadas à criança e ao adolescente	Realizar seis reuniões da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência - CRIAI por ano, com o intuito de analisar as proposições em trâmite.	x	x	x	Foram realizadas nove reuniões Ordinárias.	Porcentual de reuniões realizadas	100%	ATINGIDA		CRIA/ALEP	Controle Social da Efetivação dos Direitos
		Mobilizar os deputados estaduais para a apreciação de projetos afetos às crianças e aos adolescentes, considerando o princípio da prioridade absoluta, com vistas à aprovação de Políticas públicas positivas	Deliberar projetos de lei em defesa dos direitos da criança e do adolescente	x	x	x	17 Projetos de Lei foram apreciados e aprovados pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência.	Percentual dos projetos deliberados em relação ao apresentados.	100%	ATINGIDA		CRIA/ALEP	Gestão da Política
		Promover audiências públicas do Poder Legislativo visando divulgar e dar maior transparência às ações dos parlamentares referentes às políticas públicas para crianças e Adolescente	Realizar audiências públicas, ao menos uma ao ano, sobre temas que envolvem a efetivação dos direitos da criança e do adolescente	x	x	x	Foram realizadas três audiências Públicas: 1- "Implantação de Políticas Públicas aos Educandos com Altas habilidades ou Superdotação no Paraná"; 2- "Conectar e somar para construir inclusão" 3- "Novas Políticas Públicas para as Pessoas com Transtorno do Espectro Autista" As perspectivas e desafios diante do Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Percentual de audiências públicas ao ano.	100%	ATINGIDA		CRIA/ALEP	Controle Social da Efetivação dos Direitos
		Promover debate sobre o orçamento criança e adolescente em todos os momentos dos três ciclos orçamentários	Incluir as prioridades deliberadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná no ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), propiciando a execução das políticas voltadas nas crianças e adolescentes.	x	x	x	As demandas pertinentes à Comissão foram todas encaminhadas tanto nas reuniões ordinárias, quanto nas reuniões com o GT-OCA-Grupo de Trabalho Orçamento Criança e com a Comissão de Orçamento da ALEP.	1 reunião anual para cada peça orçamentaria	100%	ATINGIDA		CRIA/ALEP	Controle Social da Efetivação dos Direitos

19	Formar uma cultura de paz e uma nova visão das polícias e da segurança pública entre crianças e adolescentes	Manter Campanha/programa comunitários para criança/adolescente nas regiões/localidades de maior vulnerabilidade social.	Dar continuidade até 2023, atendendo as demandas nos municípios de maior vulnerabilidade.	x	x	x	ASCOM/PCPR: foi criado em 2022 o Programa PCPR na Comunidade com o objetivo de aproximar a população da polícia, formando uma cultura interna e externa de responsabilidade social na educação de crianças e adolescentes, esclarecendo diversos temas e dúvidas quanto à Segurança Pública. O Programa ganhou corpo em 2023, atingindo seus objetivos, tendo conseguido mapear regiões de maior necessidade informativa quanto aos temas ligados a crianças e adolescentes. Também foi possível estabelecer parcerias com Secretarias Estaduais e Municipais, e Judiciário, a fim de atender de forma pontual, problemas reconhecidos como a falta da presença policial e de serviços essenciais relacionados às atividades de polícia judiciária. O Programa proporciona através de materiais lúdicos e interativos, uma escuta ativa dos policiais com as crianças, informando e esclarecendo dúvidas sobre os temas.	Percentual de municípios atendidos com relação aos municípios vulneráveis identificados pelo Estado.	22 municípios, atingindo um público de 30,8 mil estudantes. Além disso foram realizados 114 eventos do PCPR na Comunidade, nos quais os temas foram amplamente debatidos com o público de mais de 89 mil pessoas, nas 50 cidades visitadas.	ATINGIDA		SESP	Proteção e Defesa dos Direitos
20	Fortalecer, institucionalizar e ampliar a abrangência de atendimento dos Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJs	Ampliar a abrangência dos NEDDIJs através da criação de novos núcleos em comarcas estratégicas conforme demanda	Implantar no mínimo 3 três novos NEDDIJs, prioritariamente nas Comarcas de Paranavaí (UNESPAR), Irati (UNICENTRO), Cascavel (UNIOESTE).	x	x	x	Embora tenha atingido a meta de implantação de 03 novos NEDDIJs em 2023, existe a previsão de implantação de um novo NEDDIJ em Toledo para 2024.	Quantidade de NEDDIJs implantados.	3	ATINGIDA		SETI	Gestão da Política, Proteção e Defesa dos Direitos
		Sistematizar organizar e acompanhar as ações referentes à execução do projeto NEDDIJs criando o instrumento próprio de acompanhamento e avaliação da efetividade das ações	Elaborar Relatório Anual de Acompanhamento das ações referentes ao Programa do NEDDIJs e compartilhá-lo com SEDS, CEDCA/PR e MP/PR	x	x	x	O relatório das atividades referentes ao ano de 2023 foi elaborado e compartilhado com o CEDCA.	Relatório Anual de Acompanhamento do Programa NEDDIJs elaborado	1	ATINGIDA		SETI	Gestão da Política
			Receber e compilar os dados dos relatórios encaminhados Pelas universidades acerca dos 10 Projetos NEDDIJs	x	x	x	Os dados foram recebidos e sistematizados, sendo estes: Projetos formativos executados - 6632 Atendimentos serviço social - 777 Número de atendimentos pedagógicos - 7180 Número de atendimentos psicológicos - 7237 Número de atendimentos jurídicos - 42570 Número de audiências - estupro de vulnerável - 213 Número de audiências – infracionais - 1612 Número de audiências – cíveis - 1555 Processos arquivados - 4296 Movimentações processuais - 33914 Ações ajuizadas - estupro de vulnerável - 129 Ações ajuizadas – infracional - 1118 Ações ajuizadas – cível - 2185	Percentual de relatórios recebidos e compilados em relação ao número total de NEDDIJs	100			SETI	Gestão da Política
21	Produzir material científico voltado à Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Fortalecer os Núcleos/Grupos de Estudos e Pesquisas existentes e fomentar a criação de novos, visando ao desenvolvimento de pesquisas e produção científica na área da criança e do adolescente	Grupos/Núcleos de Estudos em funcionamento em todas as 7 Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES).	x	x	x	São 11 NEDDIJs localizados em: NEDDIJ-UEL: (43) 3344 - 0927 NEDDIJ-UEM: (44) 3011 – 3699 / (44) 3011 – 3690 NEDDIJ-UENP: (43) 3525 – 0862 NEDDIJ-UEPG: (42) 3220 – 3448 / (42) 3220-3303 NEDDIJ-Unicentro (Guarapuava): (42) 3621 – 1311 NEDDIJ-Unicentro (Irati): (42) 3421 – 3203 NEDDIJ-Unioeste (Marechal Cândido Rondon): (45) 3284 – 7854 NEDDIJ-Unioeste (Francisco Beltrão): (46) 3520 – 4968 NEDDIJ-Unioeste (Foz do Iguaçu): (45) 3308 – 8000 NEDDIJ-Unespar (Paranavaí): (44) 99989 - 3164 NEDDIJ-Unespar (Paranaguá): (41) 3189 - 2329 Nos Núcleos são desenvolvidos projetos e ações que visam a discussão científica, a divulgação e o compartilhar de experiências.	Porcentagem de IEES com Grupos/Núcleos de Estudos em Funcionamento	100	ATINGIDA		SETI	Gestão da Política

22	Qualificar o atendimento prestado aos usuários do judiciário, em especial nas áreas da família, infância e juventude	Capacitar equipes técnicas que atuam na área da infância, da juventude e da família, nas Comarcas do Estado do Paraná, desde o seu ingresso	Realizar 4 capacitações estaduais atingindo 100% das equipes das Comarcas (161 Comarcas- fonte TJ 2021)	x	x	x	Foram ofertadas vagas para formação das equipes multidisciplinares nas seguintes formações: a) 5 Pré-encontros preparatórios para o curso para pretendentes à adoção; b) 2 Encontros Nacionais de Preparação online para pretendentes à adoção;	Percentual de capacitações realizadas.	50%	PARCIALMENTE EXECUTADA	Devido aos estudos que estão sendo realizados acerca da organização e da composição das equipes multidisciplinares do TJPR, algumas formações foram sobrestadas.	TJPR	Gestão da Política
							Foram ofertadas vagas para formação das equipes multidisciplinares nas seguintes formações: a) 5 Pré-encontros preparatórios para o curso para pretendentes à adoção; b) 2 Encontros Nacionais de Preparação online para pretendentes à adoção;	Percentual de equipes capacitadas.	50%				
		Formar magistrados que ingressem na área da infância e da juventude com constante aprimoramento	Capacitar 100% dos magistrados que ingressaram na área da Infância e Juventude	x	x	x	Como parte da formação inicial, todos os magistrados passam por módulo sobre o tema da Infância e da Juventude no ingresso. No ano de 2023, realizou-se curso de formação exclusivo para magistrados e magistradas, na área da infância e da juventude, com 40h/aulas, de forma remota e síncrona, com um total de 40 participantes.	Percentual de magistrados capacitados	100%	ATINGIDA		TJPR	Gestão da Política
		Nomear analistas judiciários das formações de Serviço Social e Psicologia, aprovados em concursos públicos ainda vigentes	Nomear, 50 profissionais, entre 2022 e 2023		x	x		Percentual de nomeações		NÃO EXECUTADA	Designação de Grupo de Trabalho composto por membros da Presidência, Corregedoria-geral da Justiça e Secretaria de Planejamento para estudos acerca da distribuição da força de trabalho das equipes multidisciplinares do TJPR.	TJPR	Gestão da Política
23	Realizar o monitoramento e aprimoramento do Sistema de Cadastros da Infância e da Juventude do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que sirva de subsídio ao estabelecimento de políticas públicas pelos órgãos competentes	Aprimorar os Sistemas de Cadastros do CNJ através do envio de proposição de integração entre os Sistemas de Informação dos Sistemas de Cadastros da área da Infância e da Juventude do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Sistema Processual Eletrônico (PROJUDI) das Varas da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Paraná, além de proposição de sugestões de aperfeiçoamento dos sistemas referente a questões técnicas que otimizarão os trabalhos em prol da criança e do adolescente	Oficializar propostas de aprimoramento dos sistemas ao CNJ, caso seja verificada a necessidade	x	x	x	Foram oficializadas ao menos quatro propostas de ajustes aos sistemas.	Número de propostas apreciadas pelo CNJ.	4	ATINGIDA	Os pedidos realizados em 2022 seguem em andamento junto ao CNJ.	TJPR	Gestão da Política
		Recomendar os Juízes de Direito com competência na área da Infância e Juventude acerca da importância de alimentação correta, periódica e regular do Sistema de Cadastros da Infância e da Juventude do Conselho Nacional de Justiça	Alimentação periódica e regular do Sistema de Cadastros da Infância e da Juventude por 100% das Comarcas do Estado (161 Comarcas - FONTE TJ 2021).	x	x	x	Todas as Comarcas fazem uso dos sistemas. Vale destacar que no ano de 2023 o Estado do Paraná ganhou o Prêmio CNJ de Qualidade - Nível Ouro, sendo que um dos critérios de apuração para aferição do referido prêmio foi o correto e regular uso do Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção - SNA e a realização das Audiências Concentradas e reavaliação dos casos de acolhimento, metas as quais o TJPR atingiu com índice acima de 90%.	Percentual de Comarcas com alimentação periódica e regular dos Sistemas		ATINGIDA		TJPR	Gestão da Política